



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

DOS “CADERNOS DE LUGAR COMUM” AOS “REPOSITÓRIOS DE FRASES”:
PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA EM NOTAS DE
RUI BARBOSA E FLORESTAN FERNANDES

Pâmela da Silva Rosin

SÃO CARLOS
2020



Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

DOS “CADERNOS DE LUGAR COMUM” AOS “REPOSITÓRIOS DE FRASES”:
PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA EM NOTAS DE
RUI BARBOSA E FLORESTAN FERNANDES

PÂMELA DA SILVA ROSIN
Bolsista: (FAPESP processo: 2016/00427-2)

Tese apresentada para a defesa junto ao
Programa de Pós-Graduação em Linguística
da Universidade Federal de São Carlos,
como parte dos requisitos para a obtenção do
Título de Doutor em Linguística.

Orientadora: Profa Dra Luzmara Curcino

São Carlos - São Paulo - Brasil
2020

Rosin, Pâmela da Silva

Dos "cadernos de lugar comum" aos "repositórios de frases": práticas de leitura e de escrita em notas de Rui Barbosa e Florestan Fernandes / Pâmela da Silva Rosin -- 2020.
186f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Luzmara Curcino Ferreira

Banca Examinadora: Luzmara Curcino Ferreira,
Fernanda Correa Silveira Galli, Renan Belmonte
Mazzola, Roberto Leiser Baronas, Rejane Rodrigues
Almeida de Medeiros

Bibliografia

1. Leitura e escrita. 2. Linguística. 3. Análise do Discurso. I. Rosin, Pâmela da Silva. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Pâmela da Silva Rosin, realizada em 07/12/2020.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Luzmara Curcino Ferreira (UFSCar)

Profa. Dra. Fernanda Correa Silveira Galli (UFPE)

Prof. Dr. Renan Belmonte Mazzola (UNINCOR)

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas (UFSCar)

Profa. Dra. Rejane Rodrigues Almeida de Medeiros (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) - nº do processo 2016/00427-2.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Os escribas percebem que as fábricas de papel e de tinta vão falir e escrevem com uma letra cada vez menor, aproveitando até os cantos mais imperceptíveis de cada papel. Quando a tinta acaba, escrevem a lápis, etc.; ao acabar o papel, escrevem em tábuas e ladrilhos, etc.

Começa a difundir-se o hábito de intercalar um texto em outro para aproveitar as entrelinhas, ou se apagam com lâminas de barbear as letras impressas, para utilizar novamente o papel.

Os escribas trabalham devagar, mas são em tal quantidade que os impressos já estabelecem uma nítida separação entre as terras e os leitos dos antigos mares.

(Julio Cortázar)

*Aos “futuros” leitores
que por razões diversas
tiveram sua condição leitora apagada.*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Luzmara Curcino, por aceitar trilhar comigo essa jornada por tantos anos, pela leitura sempre atenciosa, pela sua competência extraordinária no exercício da docência, pelo amor que destina aos animais e pela sensibilidade às causas sociais.

À Profa. Dra. Judith Lyon-Caen, pelo acolhimento quando da realização do estágio de doutorado sanduíche na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS/Paris) e pelos direcionamentos essenciais à construção deste trabalho.

À Profa. Dra. Rejane Rodrigues Almeida de Medeiros, por aceitar o convite para compor a banca de qualificação e defesa, pela fina leitura, pelas valorosas indicações quando da construção do projeto de pesquisa, bem como pelas significativas considerações a esta tese, cruciais ao seu desenvolvimento e a versão final, e por fim, pela solicitude e pelo companheirismo acadêmico.

Ao Prof. Dr. Renan Belmonte Mazzola, por aceitar o convite para compor a banca de qualificação e defesa, pela leitura atenta e pelas contribuições enriquecedoras e pelas indicações significativas de leitura.

Aos Profs. Drs. Roberto Leiser Baronas e Fernanda Correa Silveira Galli, por aceitarem o convite para compor a banca de defesa, pela fina leitura e pelas significativas e provocadoras considerações.

Aos professores do Bacharelado em Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, responsáveis pela minha formação no bacharelado, mestrado e doutorado, em especial, aos Profs. Drs. Vanice Sargentini e Carlos Piovezani, pelas ricas contribuições nas aulas e em eventos, pelas indicações teóricas e pelas inúmeras “conversas acadêmicas” de corredor.

Aos pesquisadores e funcionários do Fundo Florestan Fernandes (FFF) do Departamento de Coleções de Obras Raras e Especiais (DeCORE) da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (BCo/UFSCar) pelo acolhimento, auxílio e disponibilização do material para análise.

Aos pesquisadores e funcionários da Fundação Casa de Rui Barbosa pela cuidadosa curadoria e pela disponibilização gratuita e digital do acervo manuscrito de Rui Barbosa.

À “velha” e à “nova” guarda dos pesquisadores do LIRE, por compartilharem incertezas, hipóteses e muitos textos ao longo dessa jornada, particularmente, aos queridos amigos Clarissa Conti, pela amizade duradora; Pedro Andretta, por palavras leves em dias duros, Simone Varella, pelas “doces” angústias da pós; Rafael Borges, pela solicitude e incentivo constante; Jéssica Oliveira pela amizade sincera; e à recém-chegada, Jeniffer Pereira, pelas colocações teóricas e pelas inquietações de nossa contemporaneidade.

Aos amigos queridos que o percurso acadêmico me proporcionou, especialmente, Marco Antonio Almeida Ruiz, por dividir dúvidas e certezas; Livia Falconi Pires, pela leveza dos conselhos de “miga”; Alline Rufo, pelo compartilhamento das angústias e delícias da graduação e “pós”.

Aos meus amados pais, João e Maria, por todo amor e carinho de sempre, pela paciência durante meu percurso de formação e pelo apoio constante às minhas ideias parcialmente “excêntricas”.

Ao Ricardo Fuzeto, pela delícia e pelas “dores” de compartilhar a vida, pelo ensino da paciência constante e pelo amor sincero.

Aos meus queridos companheiros da *Maison du Brésil* (e seus agregados), particularmente, Guilherme Pereira, por ser um verdadeiro irmão e um porto seguro; Pablo Fontoura, pelas conversas filosóficas na *cuisine du premier étage*; Taís Rodrigues, pelos ensinamentos, leituras e conversas ao sol; Filipo Figueira, pelo companheirismo nas livrarias, bibliotecas, seminários e *apéros*; Thiago Tavares, pelas conversas, ensinamentos e hospedagem.

À professora Ana Márcia Barros, pela paixão com a qual ministra suas aulas de francês, fundamentais ao meu processo de aprendizagem do idioma.

À Christine Hengy, pela leveza e sabedoria que permeiam as aulas de francês para estrangeiros, pelos conhecimentos e vivências partilhadas, e pela bela amizade.

À amiga de longe e perto, Clarissa Oliveira, pelo sorriso contagiante e o alento sempre que necessário.

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, pelo apoio financeiro concedido ao desenvolvimento desta pesquisa no âmbito nacional (Processo: 2016/00467-2) e internacional (Processo: 2017/26244-4), sem o qual não teria sido possível o desenvolvimento desta pesquisa.

A Deus pelos ensinamentos e pela possibilidade de transformação.

RESUMO

Desde a invenção da escrita foram criadas várias técnicas relativas a essa prática e à leitura. Uma delas foi descrita metaforicamente por Sêneca em suas Epístolas. Para o filósofo, a leitura e a escrita poderiam ser comparadas ao trabalho “das abelhas”, que coletam o pólen, de flor em flor, para a fabricação do mel. De modo similar à coleta do pólen pelas abelhas, os leitores leriam e selecionariam os melhores textos e posteriormente as melhores frases desses textos, recolhendo-as e reagrupando-as em cadernos. Assim, tendo à mão o melhor “material” de suas leituras, esses leitores poderiam fabricar o “produto final” de qualidade, sob a forma de seus próprios textos escritos ou discursos orais. Na longa-duração, diversos foram os sujeitos de diferentes culturas que se dedicaram a essa tarefa de estabelecer procedimentos e orientações, assim como de se valer desses procedimentos relativos à leitura de textos e à coleta de frases com a finalidade de produzir outros textos, orais ou escritos, para finalidades distintas, fossem esses textos do mesmo gênero e campo daqueles em que se coletou frases, fossem textos bastante distintos. Nesta tese, nos dedicamos a analisar e a descrever algumas especificidades na apropriação dessa técnica de leitura e escrita, por parte de intelectuais de relevo no Brasil, da segunda metade do séc. XIX e da primeira do séc. XX, a saber, o jurista Rui Barbosa e o sociólogo Florestan Fernandes, tal como indiciada em seus “cadernos de notas”. Para a composição de nosso corpus de notas desses dois intelectuais, recorreremos aos acervos “Fundação Casa de Rui Barbosa” e ao “Fundo Florestan Fernandes”, que reúnem documentos, obras e objetos desses intelectuais. Selecionamos, de seus acervos, 3 (três) cadernos de notas de cada autor, todos classificados e disponíveis na série “produção intelectual”. Para a análise desse material, nos apoiamos em princípios e conceitos da Análise do Discurso e da História Cultural. Como todo e qualquer objeto cultural, esses cadernos indiciam discursos e representações que estão na origem de sua produção e na determinação das suas condições culturais de existência. Rui Barbosa e Florestan Fernandes são sujeitos de um tempo-espaço e conseqüentemente estão sujeitos aos discursos e às representações que compartilham com seus contemporâneos. Essas representações têm uma história, são sociais e culturalmente determinantes daquilo que os sujeitos conhecem, creem, enunciam e praticam. A forma como leem, selecionam frases, as preservam, as colecionam e as classificam, o modo como escrevem seus textos e constituem sua obra se deve em grande medida a discursos e representações acerca do que é a leitura, a escrita, do que é ser intelectual, escritor, autor em seu tempo e em nossa sociedade. É por essa razão que, apesar das semelhanças que apresentam, esses intelectuais se diferenciam quanto ao emprego da técnica e das finalidades e empregos em seus textos-fim. Uma diferença essencial entre eles se encontra no próprio suporte que destinaram para essas anotações: Rui Barbosa prefere as folhas soltas; Florestan Fernandes os cadernos. Além disso, observamos que Rui Barbosa “é menos organizado”, mais especulativo, mais literário em suas escolhas de frases e no modo como elas são colecionadas; Florestan Fernandes é “mais organizado”, mais sistemático, mais didático com esse legado.

Palavras-chave: Leitura e escrita; Seleção e citação de frases; Cadernos de notas; Rui Barbosa; Florestan Fernandes.

ABSTRACT

Since the invention of writing several techniques were created related to it and also reading. One of these was metaphorically described by Seneca in his Epistles. According to this philosopher's understanding, reading and writing can be compared to the "bees" work, which collect pollen, from flower to flower, to make honey. Similarly to the bees' pollen collecting, readers read and select the best texts and posteriorly the best phrases from such texts, gathering and regrouping them into notebooks. Thus, having their readings' best "material" at hand, those readers could make the good quality "final product", as their own written texts or oral speeches. In the long term, many were the subjects of different cultures that dedicated themselves to this task of establishing procedures and guidelines, as well as using these procedures related to text reading and phrase collection aiming to produce other texts, oral or written, for distinct purposes, being those texts either from the same genre and field of those where phrases were collected, or very distinct. In this thesis, we dedicate ourselves to analyze and describe some specificities in the appropriation of this reading and writing technique, by relevant brazilian intellectuals, from the second half of 19th century and first half of 20th century, namely, the jurist Rui Barbosa and sociologist Florestan Fernandes, as evidenced in their "notebooks". To compose our notes corpus from these two intellectuals, we resorted to the collections "Fundação Casa de Rui Barbosa" and "Fundo Florestan Fernandes", which get together documents, works and objects from these intellectuals. We selected, from their collections, 3 (three) notebooks from each author, all classified and available in the "produção intelectual" series. For that material's analysis, we lean on Discourse Analysis and Cultural History's principles and concepts. As any other cultural object, these notebooks point to discourses and representations that are in their production's origin and determination of existence's cultural conditions. Rui Barbosa and Florestan Fernandes are subjects from a time-space and consequently are subject to the discourses and representations shared with their contemporaries. Those representations have a history, are socially and culturally determined by what the subjects know, believe, enunciate and practice. The way they read, select phrases, preserve them, collect and classify them, how they write their texts and constitute their works is greatly due to discourses and representations about what is reading, writing, what is to be an intellectual, writer, author in their time and in our society. Because of this reason, in spite of the similarities they present, these intellectuals differ in the technique's usage and the ends and usages in their end-texts. One essential difference between them lies in the support given by themselves to those annotations: Rui Barbosa prefers loose pages; Florestan Fernandes the notebooks. Also, we observed that Rui Barbosa is "less organized", more speculative, more literary in his phrase selection and how these are collected; Florestan Fernandes is "more organized", more systematic, more didactic with this legacy.

Keywords: Reading and writing; phrases collection and referencing; Notebooks; Rui Barbosa; Florestan Fernandes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	29
DE USOS NO PRESENTE, AOS USOS NO PASSADO: A COLETA DE FRASES COMO TÉCNICA DE LEITURA E DE ESCRITA	29
Do manuscrito ao impresso: uma revolução?	29
Do impresso ao digital: uma revolução!	33
A técnica de seleção e coleção de frases: duração e variação na história e na cultura	36
A técnica de seleção e coleção de frases: em suas regularidades e diferenças nas fronteiras sociais	38
Gêneros, obras e autores de onde se coletam frases, gêneros, textos e autores(?) que coletam frases	40
Selecionar e colecionar fragmentos na Antiguidade.....	42
Os “florilégios” na Idade Média: colher frases como se colhem flores.....	44
Na Renascença, a técnica humanista dos <i>cadernos de lugares-comuns</i>	45
Herdeiros da técnica humanista: intelectuais e seus cadernos de notas do século XIX e XX.....	55
E no Brasil? Breve panorama de uma pedagogia nacional da seleção e uso de frases:	58
CAPÍTULO 2	61
OS LUGARES-COMUNS:UM PANORAMA HISTÓRICO DA TÉCNICA MNEMÔNICA DOS “TOPOI/LOCI” À TÉCNICA DAS COLETÂNEAS HUMANISTAS	61
Antecedentes históricos da técnica de seleção de frases: as “coletâneas de lugares comuns”	63
“Lugares” e “Lugares-comuns” na Antiguidade e na Antiguidade Tardia.....	65
Heranças, diálogos e usos dos “lugares” da Antiguidade ao longo da Antiguidade Tardia e da Idade Média	72
Dos ecos da técnica Antiga aos seus objetos Medievais: os <i>Livros de horas</i> e os <i>Florilegium</i>	75
As coletâneas de lugares-comuns na Renascença: a prática humanista de coleta de enunciados	84
Técnica humanista dos “lugares-comuns” no Renascimento alemão, francês e italiano	84
Usos dos “lugares comuns” no contexto escolar: ler, copiar e (re)copiar	91

CAPÍTULO 3.....	98
COLETA DE FRASES À BRASILEIRA: A APROPRIAÇÃO DESSA TÉCNICA HUMANISTA POR NOSSO INTELLECTUAIS.....	98
O ensino jesuítico: os colégios e o método de ensino <i>Ratio Studiorum</i>	99
O ensino no Brasil após a expulsão dos jesuítas: a instauração do Colégio Dom Pedro II	104
A apropriação da técnica de coletas de frases pelos intelectuais tupiniquins.....	107
Da política às letras (e vice-versa): Rui Barbosa e seu acervo na “Fundação Casa de Rui Barbosa”.....	114
Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).....	122
Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB).....	122
Arquivo Histórico e Institucional.....	124
Entre da sociologia à política (e vice-versa): Florestan Fernandes e seu acervo (Fundo Florestan Fernandes).....	125
Fundo Florestan Fernandes (FFF/UFSCar).....	130
Museu Florestan Fernandes.....	132
CAPÍTULO 4.....	135
LER, SELECIONAR, DESTACAR E COMENTAR: A COMPOSIÇÃO DOS CADERNOS DE NOTAS DE RUI BARBOSA E FLORESTAN FERNANDES.....	135
Destacar para discursar: os cadernos de notas de Rui Barbosa.....	139
Destacar para escrever: os cadernos de notas de Florestan Fernandes.....	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	179
ANEXOS.....	185
APÊNDICE.....	186

INTRODUÇÃO

As notas de leitura [os cadernos de lugar-comum] representam o método de trabalho ensinado pelos pedagogos humanistas que teve a maior divulgação e maior impacto fora do contexto pedagógico.
(Ann Blair)

Sempre cultivamos o excerto. Para fins didáticos e de compreensão, o extrato funciona muito bem.
(Leandro Karnal)

A leitura e a coleta de excertos junto a textos primeiros, para o seu uso na escrita de textos segundos, é uma prática corrente, embora as formas de empreendimento dessa coleta e suas finalidades práticas tenham variado ao longo da história, conforme pontuam esses autores, do passado e do presente. Essa prática duradoura não passou pelas eras sem o crivo da história e da cultura. Ela variou, como toda prática cultural, foi explorada e avaliada distintamente ao longo do tempo e de uma cultura a outra, assim como esquecida e condenada, em outros momentos, para depois retornar em sua legitimidade.

Assim, é à análise de um momento e contexto singular de uso dessa técnica de leitura e de escrita a que nos dedicamos ao longo desta tese. Mais especificamente, entre a segunda metade do século XIX à primeira do século XX, e em seu uso para fins de produção de outros textos, tal como se encontra representada essa técnica em “cadernos de nota” de dois reconhecidos intelectuais¹ e políticos brasileiros, o jurista Rui Barbosa, e o sociólogo Florestan Fernandes.

Nosso interesse pela análise dos usos dessa técnica – que consiste de antemão em ler com vistas a selecionar do que foi lido aqueles enunciados que por seu conteúdo e forma “justificam”, “incentivam” o seu recorte, e entesourá-los em notas, como uma reserva preciosa para textos que podem ou não ganhar a luz do dia –, se inscreve, de modo geral, no objetivo comum das pesquisas realizadas no Laboratório de Estudos da Leitura

¹ Compreendemos que a noção de intelectual é recorrente em diversos campos do saber, particularmente, nas ciências humanas e sociais, abarcando uma certa pluralidade. Diante desse cenário, em nosso trabalho, exploramos a noção de intelectual não caracterizando em si o “sujeito intelectual”, mas objetivando compreender a produção discursiva desses sujeitos que não se circunscreve, tal como preconiza Angermuller (2018), em um gênero intelectual, mas sim, em práticas sociais, isto é, “[...] atividades discursivas [que] constroem intelectuais e suas posições de subjetividade. Por conseguinte, o discurso intelectual não é algo organizado por um gênero específico, mas se manifesta em uma diversidade de gêneros que se articulam. Trata-se, sobretudo, de uma prática que constitui um espaço social intelectual[...]” (ANGERMULLER, 2018, p. 3458).

– LIRE², voltadas para a análise de discursos sobre a leitura e das representações tanto dessa prática quanto dos leitores que dela se valem, e que podem ser apreendidas da forma como os textos são produzidos, materializados e circulam entre nós, ou ainda do que é dito direta ou indiretamente, de forma exclusiva ou alusiva acerca dessa prática e dos sujeitos em sua relação com essa prática.

Além disso, nosso interesse por essa prática e técnica remonta a nossa pesquisa de Mestrado³, em que nos voltamos para uma prática de leitura e de escrita que tinha se tornado então bastante frequente e que parecia resultar das possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias digitais de informação e de comunicação, com a popularização das redes sociais. Essa prática consistia no uso sistemático de frases destacadas de textos, em geral de obras e de autores consagrados, tanto no campo literário, filosófico quanto religioso, e que eram apropriadas com a finalidade de serem usadas seja como epígrafes diárias das páginas pessoais dos participantes das redes sociais, seja como postagens pessoais, como se fossem comentários desses usuários da internet nessas redes, diante de certos temas pontuais. O recurso frequente a essas frases deu origem e proveio de repositórios digitais de frases⁴, criados justamente para suprir essa demanda então em voga, como ainda presente.

Na pesquisa dessas frases e de seus usos nas redes sociais, realizamos uma análise do modo peculiar de produção, formulação e circulação de um conjunto bem preciso de dados composto de frases provenientes de obras (ou de proveniência atribuída a essas obras) de dois autores literários contemporâneos, Clarice Lispector e Caio Fernando de Abreu, sistematicamente empregadas em perfis de usuários da rede social *Facebook*, e para as quais foram criadas páginas exclusivamente dedicadas a sua publicação. Na análise de seu funcionamento discursivo, dedicamos especial atenção às formas

² Trata-se de grupo de pesquisa de que participamos como membro desde 2012. Criado em 2010, e coordenado pela Profa Dra Luzmara Curcino com o objetivo de formar pesquisadores na análise de discursos sobre a leitura para melhor compreender e descrever seu funcionamento histórico e cultural e seu impacto efetivo sobre a forma como lemos, sobre a forma como nos constituímos ou não leitores. A melhor compreensão e descrição desse funcionamento pode melhor subsidiar o ensino e o fomento da leitura, assim como novas pesquisas a seu respeito. Para mais informações cf. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6622476256810003>) e (<http://www.lire.ufscar.br/>).

³ Intitulada “Peculiaridades do exercício da função autor em redes sociais: uma análise discursiva de ‘mensagens compartilhadas’ pelo Facebook” (Bolsista CNPq – Processo: 134333/2014-4), e empreendida junto ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (PPGL/UFSCar).

⁴ A prática da destacabilidade de frases e de sua vinculação por meio de sua publicação nas redes sociais e/ou sites propiciou a criação de um aplicativo (disponível no *Facebook*) que fornecia um amplo repertório de frases para postagem automatizada nos perfis no *Facebook*.

peculiares de exercício da ‘autoria’⁵, e refletimos sobre a própria configuração que assumiu essas frases como um gênero discursivo específico, e ao qual intitulamos *mensagens compartilhadas*⁶. Nossa análise recaiu tanto sobre as variações dos modos de sua formulação, ou seja, do modo como eram destacadas de seu texto de origem, de sua composição temática, formal, de sua articulação eventual com imagens etc. quanto sobre os comentários dos usuários dessas redes acerca dessas frases, seus efeitos e sua autoria e circulação.

Para a análise dessas “mensagens compartilhadas”, constituímos nosso *corpus* de pesquisa elegendo aquelas relativas a enunciados advindos da obra dos dois autores literários contemporâneos, Clarice Lispector e Caio Fernando de Abreu, que contaram à época com uma predileção significativa e relativamente inusitada por parte do público jovem, usuário de internet. Com isso, enunciados que lhes eram atribuídos gozaram de uma ampla difusão nesse meio⁷, em páginas que ora eram dedicadas exclusivamente à coleta e divulgação de frases desses autores, ora compunham o rol de frases advindas de diferentes obras e autores, sob a forma de miscelânea, e nas quais as frases desses escritores literários eram cotejadas com frases de escritores de outros campos como aquelas da roteirista Tati Bernardi, conhecida por seus textos de tom humorístico especialmente voltados para o público juvenil.

Os produtores e administradores dessas páginas eram os responsáveis pela seleção, adaptação, formulação, publicação e circulação dessas “mensagens compartilhadas”, bem como pela compilação e disponibilização de outras *mensagens*, criadas por outros internautas, mas que tinham em comum o fato de se valerem de enunciados atribuídos às obras desses dois autores. Eles, portanto, editavam esse material verbal de frases provenientes das obras desses autores (ou apresentadas como tendo sido

⁵ Cf., a esse respeito, Rosin & Curcino (2015).

⁶ Designamos essas “frases” como “mensagens” dado o modo genérico como os usuários dessas redes a elas se referem, e acrescentamos o especificador/qualificador “compartilhadas” pela função que exercem, por um lado, a de registrar a opinião, o bom gosto, a consciência, o ponto de vista daquele que as emprega, e por outro, atuar como forma de socialização pública, de contato, de estabelecimento e reforço de vínculos sociais. Para uma melhor descrição e exemplificação de sua forma e de seu funcionamento, Cf. Rosin & Curcino (2015).

⁷ A seleção das páginas que compuseram nosso *corpus* de pesquisa se deu pela representatividade que obtiveram junto à comunidade dessas redes, manifesta pelo número de curtidas. Desse modo, valemo-nos das páginas “O Mundo de Caio Fernando Abreu e Clarice Lispector” (atualmente intitulada de “O Mundo é Feito de Paixões”, disponível em: <https://www.facebook.com/mundodecaioeclarice>); “Caio, Tati e Clarice o que me diz” (disponível em: <https://www.facebook.com/caiotaticlariceofc/>) e “Trechos de Livros” (atualmente intitulada “Recitei Trechos” disponível em: <https://www.facebook.com/reciteiumentrecho>). Acesso em: 6 jul. 2016.

delas provenientes), de modo a tornar mais apoteótico o valor de sua *mensagem* e melhor demarcar a autonomia dessas frases em relação ao texto de origem.

Nesse processo de edição, essas frases destacadas eram também ilustradas, ou seja, apresentadas em conjunto com certas imagens, de diferentes tipos. Essas imagens acrescidas podiam ser fotografias, desenhos, pinturas, de diversas origens e distintos graus de autoridade. Além dessas imagens, a própria tipografia podia ser estetizada e explorada em sua dimensão plástica⁸. As imagens mobilizadas na produção dessas “mensagens compartilhadas”, materialmente sincréticas, estabeleciam com linguagem verbal das frases relações semânticas de vários tipos e responsáveis por diferentes efeitos. Assim, as relações entre o verbal e o imagético, entre a frase e a imagem que a ilustrava, ambas destacadas de seus textos e contextos de origem, eram ali articuladas visando e produzindo diferentes tipos de *homologia* discursiva entre o que era enunciado verbalmente e o que era expresso pelo enunciado imagético⁹.

Em nossa análise dessas *mensagens*, consideramos as variações nessas estratégias de edição e composição desse gênero como indício, a partir do qual as agrupamos tematicamente e observamos como regularidade em seu funcionamento discursivo, sua interpretação assemelhada a de mensagens do campo da autoajuda¹⁰, especialmente, concernentes aos temas do autoconhecimento, da espiritualidade, e mesmo para a melhor compreensão dos relacionamentos amorosos e/ou amizade.

Pela análise da regularidade de seus temas e estratégias de escrita, mas também pela análise dos comentários postados pelos leitores dessas mensagens, foi possível identificar certos efeitos de sentido que esse tipo de enunciado produzia, em sua maioria, distintos daqueles previstos quando de sua circulação no interior da obra original. Além disso, foi possível depreender aspectos distintos do modo de ler desses leitores, do que mais lhes chamava a atenção nesse tipo de texto, do que mais lhes agradava e com que “chave interpretativa” ou finalidade os liam etc.

Foi a partir dessa análise, em nosso mestrado – e da identificação da existência e multiplicação de vários repositórios de frases, disponíveis virtualmente – que nos

⁸ Para uma descrição desse processo de imagetização da tipografia, de apresentação da escrita como imagem, e de seus efeitos de sentido, cf. Curcino (2006; 2011a).

⁹ Sobre os diferentes tipos de “homologia discursiva” estabelecidos entre o verbal e o imagético na composição de textos diversos, sejam eles textos jornalísticos ou mensagens em *powerpoint*, cf. Curcino (2011b).

¹⁰ A respeito de efeito semelhante, cf. Curcino (2010b; 2012). A autora analisa “mensagens em powerpoint”, que equivalem, em grande medida, a uma versão anterior dessas “mensagens compartilhadas”, que circularam sob a forma de “correntes”, amplamente, e via e-mail.

interessamos por estudar a história das formas históricas e culturais de emergência e variação dessa técnica de leitura e de escrita, que consiste na apropriação de algumas frases específicas de certos textos, em sua coleta e organização sob a forma coletâneas (no formato manuscrito, impresso ou virtual¹¹) e em sua utilização, com objetivos distintos, na construção de outros textos.

Diferentemente do que imaginávamos acerca desse fenômeno atual de uso de “frases” destacadas¹², disponíveis em repositórios na rede e empregadas em páginas de redes sociais diversas, por diferentes perfis de usuários da internet, ele não se trata de uma novidade contemporânea, oriunda e fomentada inusitadamente pelas tecnologias digitais disponíveis hoje. Observamos se tratar, antes, de um fenômeno cujas origens remontam à Antiguidade clássica e que, ao longo da história no Ocidente, assumiu formas e usos distintos, foi atualizado em práticas de escrita e de leitura também variadas na já longa história da cultura escrita ocidental.

Portanto, a técnica de leitura e de escrita, que concerne o destacamento de frases de textos lidos para seu uso na produção de outros textos, além de antiga é também um procedimento comum e orientador dos modos de apropriação dos textos, que, na longa duração, ora foi reconhecido e validado como técnica fundamental e de domínio explícito, institucionalizado, reconhecido e por isso ensinado, ora estigmatizado e de uso discreto, nem prioritária nem formalmente ensinado, a não ser para situações de uso muito específicas, segundo instituições e princípios bastante diversos, e viabilizado por técnicas e tecnologias de escrita e de leitura também singulares.

Essas formas de apropriação de fragmentos de textos lidos (ou mesmo de fragmentos de textos não necessariamente lidos por aquele que os emprega, mas disponíveis em função da leitura e de sua seleção e disponibilização estabelecidas por outros), variam desde os modos e razões de sua coleta, passando pelos meios que as disponibilizam em outra forma (de cadernos de notas, de livros publicados, ou em seus

¹¹ No formato manuscrito, mesmo após a invenção do impresso, são vários os exemplos do uso dessa técnica, sobretudo no que historicamente ficou conhecido, no período Renascentista, como técnica intelectual dos “lugares comuns”. No formato virtual (tal como analisado em Curcino, 2010b e 2012, e em Rosin (2016), nossa dissertação de mestrado), são vários os exemplos de emprego dessa técnica. No formato impresso, são vários os exemplos na atualidade de publicações de livros de frases, seja de coleções de frases exclusivas da obra de um único autor, seja de coletâneas de frases de diversos autores (por exemplo, a publicação recente do “o livro das citações” de Eduardo Giannetti que apresenta as frases de pensadores, filósofos e escritores dos últimos 2500 anos subdivididos nos temas: uso da linguagem; busca do saber; conduta individual; e ética cívica).

¹² Cf. Krieg-Planque (2011) e Maingueneau (2014) entre outros, que se dedicaram a descrever o funcionamento discursivo de frases destacadas, especialmente aquelas empregadas na contemporaneidade, em textos midiáticos e políticos.

equivalentes digitais sob a forma de repositórios de frases), para que sejam empregadas tanto em conversações do cotidiano ou mais formais, como na escrita de outros textos, eventualmente de diferentes gêneros e com diferentes finalidades do que aqueles de onde as frases foram retiradas.

Uma das razões que persiste, apesar das mudanças no tempo e no espaço que caracterizam os diferentes usos dessa técnica, tem a ver com o renome e prestígio do que em geral se cita, mesmo quando o objetivo é a crítica, mesmo quando a razão é para dele se afastar, marcar uma diferença de posição. Portanto, ainda que eventualmente se possa recolher, colecionar e citar frases de textos e autores que não se conhece, isso não significa que não sejam textos e autores que se reconhece, que se pressupõe o valor do que enunciam.

Tendo, portanto, nos dedicado à atualidade dessa prática de emprego dessas frases destacadas de obras e empregadas segundo a lógica proliferante das redes sociais, decidimos compreender melhor aspectos de sua emergência histórica, de certos retornos singulares, analisando em específico o que teria sido seu emprego equivalente em um objeto do passado, ainda que de um passado não tão distante da atualidade, e próprio do cenário de produção intelectual no Brasil.

Assim, na análise a que nos propusemos nessa tese, visamos descrever as especificidades de apropriação dessa técnica de leitura e de escrita de textos que consiste na seleção e anotação de frases de textos lidos com vistas a sua utilização na produção de outros textos, orais ou escritos, de gêneros não necessariamente equivalentes àqueles dos textos de onde foram retiradas, por parte de intelectuais brasileiros de renome.

Com essa análise buscamos levantar continuidades e discontinuidades nas representações dessa prática de leitura e de escrita, inscritas nos cadernos de nota de Rui Barbosa e de Florestan Fernandes, que, à sua maneira, leram diferentes obras, selecionando algumas de suas frases e as “coleccionando”, à espera de seu destino como citação e uso em textos e contextos bastante distintos, ligados a sua atuação profissional. Nossa análise se deterá no uso comum dessa técnica, indiciado nas notas desses dois intelectuais e políticos brasileiros, que tinham por objetivo eventualmente incorporá-las em suas obras. É exatamente a descrição e análise do modo como se valeram dessa técnica de leitura e de escrita, em suas idiosincrasias e semelhanças como sujeitos sociais de um tempo e espaço, que visamos nesta tese.

Nosso interesse particular pelas notas desses dois escritores brasileiros se justifica pela apropriação comum que fizeram dessa técnica, mas especialmente por certas

semelhanças de seus perfis. Separados no tempo, ambos dispõem de importante produção intelectual e de destacada carreira política no cenário nacional; ambos são herdeiros em maior ou menor medida de uma longa e ampla tradição pedagógica, por vezes silenciada, relacionada a princípios da retórica¹³. Apesar do que os aproxima, eles apresentam origens sociais e percursos culturais bem distintos, e que não poderiam, portanto, não ecoar na forma como se fizeram leitores e escritores.

Diferentemente do ocorre com grande parte da produção de intelectuais brasileiros, e em função de sua importância e destaque ímpares no cenário brasileiro, as produções intelectuais, de cunho político e acadêmico, de Rui Barbosa e de Florestan Fernandes, foram resguardadas em acervos dedicados exclusivamente a sua obra.

Entre as produções e os objetos culturais legados por essas personalidades em seus acervos encontram-se folhas e cadernos de notas. Grande parte dessas anotações consiste justamente no registro e na compilação de frases que foram destacadas das obras de autores diversos, dando testemunho de suas leituras, do que leram, porque leram e como o fizeram. É com o objetivo de remontar a essas representações de suas práticas de leitura e de escrita, especificamente aquelas relativas ao emprego dessa técnica histórica de leitura, com a finalidade de destacamento, nota, coleção e uso de frases selecionadas, que nos propomos nesta tese a analisar as notas de leitura e os usos que delas puderam ser feitos na escrita de seus textos.

Essas notas, por vezes dedicadas exclusivamente à recolha de frases de textos lidos ou ouvidos, se misturam com outras frases, sem autoria, sem relação lógica explícita e sem origem atribuída. Algumas são comentários e reflexões desses próprios autores, como um diálogo escrito onde consta a repercussão e o efeito da leitura desses fragmentos recolhidos, comentário e reflexões derivados, incitados, como um eco latente do leram e ouviram recentemente, ou do que se lembraram e recorreram do lido e ouvido outrora.

Embora parte de seus acervos, assim como de muitos outros intelectuais brasileiros, não se encontre digitalizado e catalogado, uma das razões da escolha em trabalhar com o material disponível desses intelectuais, foi o acesso de que pudemos dispor a boa parte das anotações manuscritas que eles nos legaram em cadernos de notas

¹³A arte da retórica, em seu stricto sensu, na retórica antiga, pode ser compreendida como “a arte de falar em público de modo persuasivo; referia-se, pois, ao uso da linguagem falada, do discurso, perante uma multidão reunida na praça pública, com o intuito de obter a adesão desta a uma tese que se lhe apresentava”. Em uma nova concepção da retórica, Perelman e Tyteca (1996), ampliam essa noção, compreendo-a “como a estrutura da argumentação” não se limitando “na maneira pela qual se efetua a comunicação com o auditório”.

ou folhas com anotações originalmente avulsas, mas posteriormente agrupadas quando de sua catalogação, e que se encontram hoje disponíveis total ou parcialmente sob a forma digital.

Em nossas buscas iniciais para a delimitação do *corpus* da presente pesquisa, acedemos a vários arquivos digitais de personalidades públicas brasileiras, o que nos possibilitou travar contato com manuscritos e materiais diversos que indicaram os usos da técnica leitura, seleção e coleção de frases para seus usos posteriores na escrita de textos.

Nesses acervos constatamos haver uma flutuação na nomeação dos objetos onde eram registradas essas frases, tanto por parte dos próprios produtores desses objetos, quanto por parte dos responsáveis por seu arquivo e disponibilização públicos. Esses objetos foram nomeados, em sua catalogação, como “cadernos”, “cadernos de notas”, “anotações”, “diários”, “diversos” entre outros.

Essa flutuação na terminologia, nos exigiu uma leitura/análise transversal de todo esse material de modo que pudéssemos em seguida identificar entre eles aqueles em que propriamente esses intelectuais se valiam dessa técnica comum de leitura, seleção e recolha de enunciados, com vistas a seu provável emprego futuro em outros textos. Diante da pluralidade de formas de catalogação adotadas pelas instituições responsáveis pela guarda, preservação e acessibilidade desses acervos, e pela variedade das formas de apresentação desse material, adotamos a designação geral e genérica de “cadernos de nota”.

Como dissemos, nossa escolha da análise dos indícios de emprego dessa técnica nos cadernos de nota desses dois intelectuais e políticos brasileiros de renome se justifica na medida em que eles guardam semelhanças e diferenças biográficas, suficientes e relevantes para apreciarmos e avaliarmos eventuais regularidades e distinções nas formas como se apropriaram e se valeram dessa técnica. Além disso, não é muito comum o trabalho comparativo, com vistas à depreensão de representações da escrita e da leitura, na produção de intelectuais e políticos. Em geral isso é feito em relação a escritores literários, por meio de teorias comparativas e genéticas próprias da crítica literária.

Ademais, a escolha, desse *corpus* foi determinada, em certa medida, pela acessibilidade de seus acervos. Recorremos especificamente àqueles da **Fundação Casa**

de Rui Barbosa¹⁴, dedicado à preservação e divulgação de diversos documentos da vida e obra desse renomado jurista e político do século XIX, e do **Fundo Florestan Fernandes**, da Biblioteca Comunitária da UFSCar¹⁵, dedicado a uma série de documentos, ligados ou não diretamente com a obra desse importante sociólogo, professor e político do século XX.

Dentre a gama de materiais disponíveis nestes seus acervos, voltamo-nos para as produções relativas às séries, “Vida acadêmica” e “Produção intelectual”, de Florestan Fernandes, e “Produção intelectual” e “2ª Conferência de Paz em Haia”, de Rui Barbosa, uma vez que os materiais que se encontram agrupados sob essas rubricas constituem-se basicamente de produções manuscritas desses intelectuais, concernentes às anotações e aos cadernos de notas. Os cadernos de notas da rubrica “Produção intelectual” de cada acervo consultado contêm as anotações relativas às ideias e primeiras versões de algumas de suas produções, posteriormente publicadas. Algumas delas constituem-se de notas esparsas, algumas de difícil e inviável identificação de seu reemprego nos textos que posteriormente produziram e que constituem suas obras.

Do material disponibilizado sob essa rubrica, selecionamos aqueles intitulados: i) “Fichas manuscritas sobre História da Literatura – Langlois”, composto de 22 folhas manuscritas soltas; ii) “Nôtas sobre aculturação”, de 20 páginas; e iii) “Caderno III” com 185 páginas, referentes à produção de Florestan Fernandes e disponíveis para consulta *in loco* no **Fundo Florestan Fernandes** (DeCORE/UFSCar). Quanto ao material relativo a Rui Barbosa, selecionamos “Notas (31) de Rui Barbosa”, divididas em três arquivos de 165, 115 e 246 páginas de folhas avulsas, respectivamente, agrupadas pelos curadores do acervo por temáticas, totalizando 6 cadernos de notas. Eles foram digitalizados e estão disponíveis para consulta online do acervo da **Fundação Casa de Rui Barbosa**, no site

¹⁴ O processo de aquisição da mobiliário, arquivo, biblioteca, propriedade intelectual e residência (onde funciona a Fundação), inicia-se em 1924, sendo autorizada pelo governo brasileiro em 1928 e aberta ao público somente em 1930. A Fundação e Museu Casa de Rui Barbosa localiza-se na cidade do Rio de Janeiro, na rua São Clemente, sendo ligada ao Ministério da Cultural que objetiva sua manutenção e difusão do acervo. O acervo de Rui Barbosa e de outros intelectuais encontra-se disponível digitalmente no site da Fundação, em < <http://www.casaruibarbosa.gov.br/> >.

¹⁵ É com o falecimento de Florestan Fernandes que a Universidade Federal de São Carlos adquire, em 1996, sua biblioteca pessoal com cerca de 12 mil livros, além de arquivos e documentos pessoais. O material subdivide-se no Fundo Florestan Fernandes (FFF/UFSCar), lançado em 2010, Mini-Museu Florestan Fernandes e na Coleção Florestan Fernandes que integram o DeCORE (Departamento de Coleções de Obras Raras e Especiais). Na base de dados fornecida pela instituição, é possível consultar o catálogo online ou na base de dados do Fundo Florestan do próprio fundo, além da pesquisa *in loco*, em: <https://www.bco.ufscar.br/acervos/fundo-florestan-fernandes>.

desta instituição¹⁶. Nos cadernos de notas de ambos intelectuais, estão reunidos enunciados de origem literária, religiosa, filosófica como também de outras ciências políticas e humanas em geral. Eventualmente eles se avizinham de enunciados mais ligados às necessidades mundanas, banais do cotidiano, ilustrados, no caso dos cadernos de Rui Barbosa, com colagens de notícias e artigos de jornais da época.

Na análise desse material, nos apoiamos em princípios e em conceitos da Análise do discurso e da História Cultural, ainda que de forma por vezes não reiterada e diretamente explicitada¹⁷. Tal como enuncia Curcino (2012; 2018), acerca das articulações possíveis entre esses dois campos teóricos, ambas são teorias que compartilham uma mesma concepção do “sujeito”, em sua condição de sujeito social, histórica e culturalmente inscrito e determinado. Ambas também pressupõem que as práticas e as formas de identificação de todo e qualquer sujeito são concebidas, exercidas, qualificadas por meio de discursos. Segundo Michel Foucault (2012), o discurso é uma “ordem” e como tal responsável pela regulação, distribuição e rarefação de todo e qualquer dizer em uma sociedade. Assim sendo, fornece para cada indivíduo, em conformidade com os distintos discursos dominantes em circulação em um dado tempo e espaço, como ser e estar no mundo. Essa determinação não se dá sem resistência ou mesmo sem possibilidade de expressão de certa singularidade dos sujeitos. No entanto, para ambas, é ponto consensual que os sujeitos, exercem sua singularidade dentro das grades flexíveis que a sociedade, a história e a cultura representam para cada indivíduo.

Como observa ainda Curcino (2018), embora seus objetivos e objetos possam ser relativamente distintos, para ambas as teorias, o “documento” deve ser sempre concebido como “monumento”¹⁸. Isso significa que nunca estamos diante do real, tal como ele de fato se deu, mas sim de uma sua representação, de um discurso a seu respeito. Declarações, imagens, formas arquiteturais, roupas, ritos e cerimônias, e muitos outros objetos e práticas culturais, testemunham certas concepções, ideias, pontos de vista, crenças, valores e verdades sobre diversas práticas e sujeitos, e tendem a se apresentar e a serem tomados como “documentos”, que nos colocariam diante do acontecido, do dito, de sua verdade. No entanto, conforme afirma ainda a autora, para o analista do discurso

¹⁶ Disponível em: <

<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&pagfis=55119> >

¹⁷ Essa articulação teórica foi mais diretamente empreendida, de início, por Barzotto (1998), e tem sido mais sistematicamente conduzida por Curcino (2006; 2012; 2018), tanto em suas pesquisas quanto naquelas que orienta. Por isso, essa articulação se encontra presente em uma série de pesquisas desenvolvidas no LIRE, relativas aos discursos sobre a leitura e às representações do leitor.

¹⁸ Sobre a diferença entre “documento” e “monumento”, cf. Foucault (2014).

e para o historiador cultural, estamos sempre diante de “monumentos”, uma vez que estes apresentam a realidade inevitavelmente a partir de certos posicionamentos sociais, culturais, ideológicos e históricos.

Consideramos Rui Barbosa e Florestan Fernandes como sujeitos de um tempo-espço. Desse modo, estão sujeitos aos discursos e às representações que compartilham com seus contemporâneos. Essas representações têm uma história, são sociais e culturalmente determinantes daquilo que os sujeitos conhecem, creem, enunciam e praticam. Assim, a forma como ambos leem, selecionam frases, as preservam, as colecionam e as classificam, o modo enfim como escrevem seus textos e constituem sua obra se deve em grande medida a discursos e representações sobre o que é ler, o que é escrever, o que é ser um intelectual, o que é ser um escritor, o que é constituir uma obra e o que é, enfim, legar um arquivo, enfim, o que é ser um autor, em seu tempo e em nossa sociedade.

Esses dois campos teóricos compartilham essa perspectiva e fornecem maneiras de analisar e considerar historicamente esse nosso objeto, em sua condição material, histórica e cultural de “cadernos de notas”. Esses cadernos, como todo e qualquer objeto cultural, indiciam esses discursos e essas representações que estão na origem de sua produção, na determinação das suas condições culturais de existência, na relevância de que são investidos e na construção da autoridade e da imagem de autor, de que gozam Rui Barbosa e Florestan Fernandes.

É importante lembrar de antemão que, embora não se trate precisamente de um exemplo do emprego tradicional dessa técnica, originada na Antiguidade clássica e amplamente empregada e consolidada no Renascimento europeu, a produção contemporânea desses cadernos de notas, de que nos ocupamos de sua análise nesta tese, ainda assim, é, em certa medida, herdeira dessa técnica. Essa é a razão de nosso interesse em abordá-la em sua história, ainda que brevemente, em parte desta nossa tese.

Além disso, é importante prevenir sobre a diferença semântica entre o conceito e o uso corrente que fazemos da expressão “lugar comum” na atualidade, cujo sentido é hoje prioritariamente pejorativo. Como conceito, na sua acepção, podemos compreender que o “lugar comum” se apresentava antigamente, tal como assevera Godin (2018, p. 06, *tradução nossa*), “como uma verdade indiscutível, ao abrigo de qualquer crítica possível”¹⁹, perdendo no uso atual essa força, caracterizando, de certo maneira, “pela sua

¹⁹ « Le lieu commun se présente comme une vérité indiscutable, à l'abri de toute critique possible » (GODIN, 2018, p. 06).

ausência de pensamento e sua nulidade de informação”²⁰ (GODIN, 2018, p.06, *tradução nossa*), portanto, algo da ordem da banalidade.

De modo geral, como técnica, os “lugares comuns” como discutimos adiante, diz respeito a um procedimento intelectual mobilizado no campo da produção dos discursos, pelos oradores e escritores, na formulação de seus textos (orais ou escritos), e mais especificamente na composição de seus argumentos visando seu sucesso persuasivo. Ela prevê a seleção, a memorização, a coleta e o registro e a organização do que foi coletado em categorias (por temas, campos de discurso, gêneros discursivos, objetivos e públicos visados). Assim, para contar com essa “fonte” para a argumentação, é preciso construí-la a partir da leitura atenta, intensiva e seletiva dos textos, que a cada época e para cada campo, foram considerados os melhores textos e autores. Essa leitura deve prever a identificação e coleta sistemática de tipos potenciais de argumentos, que precisam ser classificados de forma competente, de modo a facilitar o trabalho posterior de seu uso para a construção de discursos eficazes e convincentes, graças à qualidade desse “arsenal” de formas de argumentar disponíveis.

Portanto, coletar e colecionar “lugares” foi, durante muito tempo, um modo erudito de ler e de escrever. E como nenhuma cultura existe isoladamente, e apenas se constitui como tal no contato distintivo com outras, esta técnica também dispôs de apropriações populares, quase sempre acompanhadas do julgamento condenatório por parte de membros da cultura erudita.

Podia-se constituir uma coleção específica de “lugares”, de modo a serem destinados para uso em campos particulares, como no campo jurídico, ou no político, ou no religioso ou ainda no literário. Quando a coleta não era tão específica para um campo, os “lugares” eram então nomeados como “lugares comuns”, que podiam ser mobilizados em diferentes campos, gêneros e para produzir discursos para diferentes públicos, não concernentes apenas a um domínio particular. Em certa medida, foram certas apropriações estigmatizadas dessa técnica dos “lugares comuns” que resultaram, progressivamente, no predomínio do julgamento negativo que hoje se faz em relação à expressão “lugar comum”, para se referir ao que é banal, não original, raso, de domínio comum, consensual, e por isso muitas vezes mobilizados de forma oportunista e populista.

No caso específico de nosso objeto de análise, não estamos diante de usos comuns, sem validação institucional. Esses cadernos de notas dos dois intelectuais brasileiros,

²⁰ « par son absence de pensée et sa nullité d'information » (GODIN, 2018, p. 06).

sobre os quais desenvolvemos nossa análise, são tanto indício quanto resultado dessa tradição e técnica de leitura e de escrita de longa duração. E como é próprio da história e do funcionamento das práticas, das formas de apropriação e de suas representações, o uso de que fizeram conserva traços, aspectos em comum, assim como se diferencia e se distingue daqueles do passado²¹.

Para melhor empreender essa análise, estruturamos a presente tese em quatro capítulos, a saber: 1) “De usos no presente aos usos no passado: a coleta de frases como técnica de leitura e de escrita; 2) “Os ‘lugares-comuns’ um panorama histórico da técnica mnemônica dos *‘topoi/loci’* à técnica das coletâneas humanistas”; 3) “Coleta de frases à brasileira: a apropriação dessa técnica humanista”; e por fim, 4) “Ler, selecionar, destacar e comentar: a composição dos cadernos de notas de Rui Barbosa e Florestan Fernandes.

No **capítulo I**, empreendemos um breve e panorâmico percurso histórico dessa técnica de leitura e escrita de textos que consiste em ler, com vistas à seleção e à anotação de frases oriundas dos textos lidos, para sua posterior utilização na produção de outros textos, sejam orais, sejam escritos, de gêneros não necessariamente equivalente àqueles dos textos onde foram retiradas. Para tal, discorreremos acerca das revoluções que a história do livro e da leitura presenciou que alteraram não somente os objetos culturais, mas também os gestos de leitura. Assim, por exemplo, a alteração do formato rolo ou *volumen* para o *códice* (séculos II e IV), possibilitou ao leitor que, antes não tinha as suas mãos livres para escrever notas ao mesmo tempo de lia, pois era preciso segurar o rolo para ler, agora com suas mãos livres, poderia empreender anotações nas margens dos livros ao mesmo tempo que os lia.

Além disso, apresentamos, de modo panorâmico, os diferentes usos dessa técnica e as diferentes nomenclaturas recebidas ao longo da história, como na Antiguidade Clássica grega – com os *hypomnemata*, as *máximas* e os *exemplas*, que se diferenciam em seu modo de composição e produtos finais; Idade Média – com os *florilégios*, Renascença – com os cadernos de lugares-comuns; nos usos feitos após o declínio dessa técnica humanista, por seus herdeiros, particularmente pelos ingleses dos séculos XIX e XX; e por fim, os usos dessa técnica em terras tupiniquins, com seu início nos Colégios Jesuítas e sua remanência como prática empregada pelos intelectuais brasileiros, tais como Rui Barbosa e Florestan Fernandes.

²¹ A esse respeito, e mais pontualmente no que concerne aos conceitos de “prática”, “representação” e “apropriação”, cf. Chartier (2002a, 2002b, 2011a, 2014b), entre outros.

No **capítulo II**, apresentamos de modo mais detido os estudos empreendidos por Ann Moss²² acerca das coletâneas de lugares-comuns do período da Renascença, primordialmente em contexto europeu. O foco nesse período visa situar historicamente essa técnica de coleta de frases, da Antiguidade até o Renascimento, de modo a apresentarmos os indícios históricos de apelo a essa técnica por gregos e romanos e durante toda a longa Idade Média, técnica que, na Renascença, encontrará seu auge, será a principal técnica e a mais comum na formação dos leitores e escritores humanistas, fornecerá as chaves e meios para a boa leitura de obras e sua apropriação. Será consagrada e registrada em várias coletâneas de frases destacadas, que por sua importância, serão então conhecidas como “lugares-comuns”.

Os “lugares-comuns”, diferentemente da imagem negativa que seu sentido contemporâneo e atual lhes atribui, eram muito valorizados. Eles consistiam em fontes essenciais para a boa argumentação, seja nas falas públicas, seja na escrita dos textos. Essas coletâneas, antes da Renascença, já gozavam de prestígio, tal como a autora demonstra ao descrever as compilações de frases de autores clássicos intituladas de *florilegium*, amplamente usadas, e que emergem no período da “Renascença antes do tempo”, na Renascença antecipada. No entanto, é a partir do século XVI que as coletâneas de lugares-comuns, tal como concebidas e usadas pelos humanistas, vão se difundir, acontecerá a popularização dessa técnica, alçando-a a seu valor simbólico de técnica de prestígio. Desde então, a ela se recorrerá como subsídio para o ensino de Retórica e de formação moral e erudita das gerações ocidentais nos séculos seguintes.

No **capítulo III**, nos dedicamos a abordar historicamente o emprego, uso e ensino dessa técnica no Brasil. Ainda que de forma breve e panorâmica, fizemos alusão a seu papel no quadro do ensino jesuítico, responsável pela educação durante o período colonial, de modo a caracterizar as influências que as coletâneas de lugares-comuns exerceram nos programas escolares dos colégios europeus no século XVII, e conseqüentemente na construção do método de ensino jesuítico. Além disso, apresentamos a estruturação do plano de ensino jesuítico, *Ratio Studiorum* que é um material e guia para os professores de todos os colégios jesuítas e que passou por diversas

²² Ann Moss (1938-2018) é professora emérita no Departamento de Francês da Universidade de Durham (Reino Unido). Tem doutorado em Cambridge, sendo especialista reconhecida em Renascença Francesa e na Literatura Neolatina, bem como em Tradição Clássica e Cultura Intelectual Moderna. Moss é uma grande estudiosa e especialista nesta técnica, das coletâneas de lugar-comum, que durante o Renascimento se difundiu como a maneira ideal de ler e de escrever, de se constituir como um verdadeiro leitor escritor, na era do Humanismo. Dentre seus trabalhos, destacamos suas pesquisas relativas aos livros de lugar-comum, que originou a obra “*Printed Commonplace-Books and the Structuring of Renaissance Thought*” (1996).

versões e reformulações até chegar naquela ensinada no contexto brasileiro. Com a expulsão dos jesuítas, pelo Marquês de Pombal em 1759, algumas reformas escolares são propostas a fim de alinhar os valores e interesses de Portugal no ensino e desenvolvimento de sua colônia, propondo um ensino laico. Para tal, discorreremos brevemente sobre a fundação do Colégio Pedro II que fora responsável pelo modelo de educação brasileiro após a saída dos jesuítas.

Posteriormente, discorreremos sobre os dois intelectuais brasileiros, um do século XIX e outro do século XX, Rui Barbosa e Florestan Fernandes, que, cada um a seu modo, se valeu dessa técnica de leitura e de escrita. De início, apresentamos dados de suas biografias, com destaque para suas formações e atuações profissionais, como jurista e sociólogo, respectivamente, assim como de suas carreiras políticas. Neste mesmo capítulo, apresentamos com mais detalhes seus acervos intelectuais e as instituições nas quais eles se encontram preservados e disponibilizados para consulta pública. Após essa apresentação mais geral, descrevemos de modo mais pontual os materiais específicos que selecionamos para composição de nosso *corpus* de pesquisa, a saber, alguns cadernos de notas, nos quais estão indiciados os diferentes usos dessa técnica de leitura e escrita, sobre a qual nos detivemos. Para isso, remetemos às diferentes séries/rubricas adotadas, assim como às formas de catalogação empregadas pelos curadores desses acervos.

No **capítulo V**, nos dedicamos propriamente à análise desses cadernos de notas dos dois intelectuais. Descrevemos algumas especificidades dos usos que ambos fazem dessa técnica e que se encontram indiciados nesses cadernos. Uma diferença essencial entre eles se encontra no próprio suporte que destinaram para essas anotações: Rui Barbosa prefere as folhas soltas; Florestan Fernandes os cadernos. Essas escolhas, no entanto, não significam maior ou menor respeito, zelo ou interesse em preservar o que produziram. Não é por negligência ou descaso que um opta pelas folhas soltas e outro pelos cadernos como suporte material para suas notas de estudo e trabalho. Outra diferença que observamos, remete em um primeiro momento a escolhas de ordem idiossincrática, de estilo pessoal de registro: Rui Barbosa é “menos organizado”, mais especulativo, mais literário em suas escolhas de frases e no modo como elas são colecionadas; Florestan Fernandes é “mais organizado”, mais sistemático, mais didático com esse legado. Constatamos que para além do aspecto idiossincrático, esses usos são também, e talvez prioritariamente, o índice das diferenças de suas origens sociais, tal como observou Curcino (2018) em relação às representações de políticos como leitores. Conforme as categorias sociológicas de Pierre Bourdieu (2014), o primeiro é sem dúvida

um “herdeiro”, enquanto o segundo um “trânsfuga de classe”. Tal como observa Curcino (2018) na análise de seu *corpus* específico, essas diferentes origens e com elas suas diferentes relações com a cultura de prestígio, parecem permitir ao primeiro uma maior liberdade, espontaneidade e até descuido com a organização do que escreve, como se lidasse de forma mais espontânea, naturalizada e desinstitucionalizada com o gênero, com o suporte, com o conteúdo do que é anotado. No caso do segundo, sua sistematicidade, sua organização, sua maior ritualização e institucionalização daquilo que registra parece indiciar a sua relação, como “trânsfuga”, de sempre estar vigilante quanto aos usos e códigos de prestígio da cultura letrada, de se esforçar para suprir aquilo que crê lhe faltar de berço em relação a sua formação intelectual, de constantemente precisar se enquadrar nas normas do outro e ter sempre de provar não ser um mero “penetra”.

Com esse percurso, visamos poder descrever certas formas de apropriação, por esses intelectuais, dessa técnica de escrita e de leitura que, ao longo do tempo, foi sendo alterada, readequada, assumida institucionalmente, assim como silenciada, estigmatizada em função dos atores e contextos de sua apropriação. Nas anotações que constituem parte dos acervos desses dois renomados intelectuais brasileiros, separados no tempo e em suas origens sociais e culturais, e aproximados por sua produção escrita e atuação política, estamos diante de uma amostra interessante, seja por indiciar aspectos singulares desses dois intelectuais nas formas desses seus registros temporários e subsidiários dos registros que se tornariam definitivos e públicos, seja por indiciar sua ancoragem histórica e cultural, das práticas de leitura e de escrita, de um certo tempo, de certos gêneros e para certas finalidades, intelectuais e políticas.

CAPÍTULO 1

DE USOS NO PRESENTE, AOS USOS NO PASSADO: A COLETA DE FRASES COMO TÉCNICA DE LEITURA E DE ESCRITA

O desenvolvimento contemporâneo e acelerado de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) proporcionou uma mudança em uma série de produtos culturais destinados à produção e à circulação de informações, bem como de meios de interlocução inusitados, com a multiplicação de plataformas *online*²³. Esse desenvolvimento também foi responsável, até certo ponto, pela variação de várias de nossas práticas cotidianas. Muitos de nós, já despende, diariamente, consideráveis horas frente à tela de dispositivos eletrônicos, como computadores, *smartphones*, *tablets* e outros. Entre as práticas cotidianas, sem dúvida alguma, os modos como lemos e nos valemos da escrita foram sensivelmente afetados, comparativamente àqueles de que nos valíamos na cultura impressa.

Se antes grande parte dos textos com que lidávamos no nosso dia a dia apresentavam-se prioritariamente em suportes impressos como livros, jornais e revistas, na contemporaneidade, sua circulação é também distribuída por plataformas digitais cujo acesso é possibilitado por diferentes *softwares* e *hardwares*. Alguns de nós dispõem de vários dispositivos eletrônicos, cada vez mais conectados, e que nos mantém todo o tempo *online*. Estamos vivenciando, sem dúvida, uma revolução eletrônica das formas de comunicação e de produção e circulação dos textos, bem como de seu acesso.

Do manuscrito ao impresso: uma revolução?

Embora se tenha aventado o mesmo em relação à invenção dos tipos móveis de Gutenberg, no século XV, segundo o historiador Roger Chartier (1999) esta invenção, no limiar da Idade Média e advento do Renascimento, foi equivocadamente designada como “revolução”. Mesmo que esta tenha sido uma invenção técnica de grande envergadura e impacto, em especial no que diz respeito à história da sociedade Ocidental, ela não significou uma mudança efetiva da forma, ou seja, da materialidade dos objetos culturais portadores da escrita, como o ‘livro’ ou os panfletos, até então manuscritos. Também por isso ela não significou uma mudança na forma de apropriação desses objetos, nos modos de sua leitura.

²³ Com o advento da *Web 2.0* altera-se o modo de interação dos usuários, uma vez que se viabiliza a troca de informações e a criação de conteúdos de modo colaborativo e em tempo real. Dentre os recursos possibilitados pela sua invenção, destacamos a criação de sites, blogs, microblogs, wikis, redes sociais, etc.

Se se pode falar em “revolução”, ela diz respeito (e isso não é, de modo algum, pouca coisa) à expansão sem precedentes da escala de produção e de reprodução dos textos, logo da viabilização de seu acesso, efetivo e potencial, para um público progressivamente mais amplo e diverso.

Com a invenção de Gutenberg não houve, portanto, uma mudança ou desestabilização da forma de apresentação, de organização e de estruturação dos textos, e de seus suportes, nem do seu manejo e uso, ou seja, dos modos de se ler, ao menos não da mesma forma como ocorrera 13 séculos antes quando da invenção do *códice*, ou seja, da forma do livro como a conhecemos ainda hoje: como um conjunto de folhas planas (antes de madeira com cera, algumas de metal, mas a grande maioria de pergaminho ao longo de toda Idade Média, até a descoberta e consagração do papel), de que se pode usar sua frente e verso, reunidas em bloco, amarradas ou costuradas, progressivamente encadernadas²⁴.

Segundo o historiador, com a passagem do rolo ou *volumen* – principal objeto de inscrição de textos ao longo da Antiguidade grega e romana – para o formato do códice – que emerge entre os séculos II e IV²⁵, e que progressivamente substitui o objeto anterior, se testemunha uma “revolução”, a justo título, na história do livro e da leitura. Essa mudança de um suporte textual a outro implicou mudanças significativas nos modos de ler e de escrever. Por exemplo, com a liberação das mãos durante a leitura – não mais exigidas para segurar e manter aberto o rolo, e cujo texto então no formato do códice, com suas folhas planas, ainda que em grandes tamanhos, podia ser folheado, uma vez disposto sobre uma mesa ou outro móvel –, foi possível ao leitor realizar anotações à medida que lia, ou seja, fazer, notas marginais no próprio texto simultaneamente a sua leitura, ou em outro objeto de notas. Essa possibilidade agilizava a leitura que era feita com a finalidade de produzir outros textos, assim como facilitava ao intelectual que lia a escrita de novos textos.

Não era mais preciso, como antes, saber o texto de cor, para fazer posteriores citações de seu conteúdo. O novo formato do livro não apenas libera as mãos do leitor, e com ela a possibilidade de realizar anotações concomitantes de passagens dos textos lidos, como também propicia a criação de sistemas técnicos mais práticos de recuperação das informações textuais (como a paginação, a indexação e a paragrafação), ampliando a

²⁴ Para informações gerais sobre aspectos materiais do livro, de sua forma do rolo ao códice, cf. site <http://www.escriitoriodolivro.com.br/>.

²⁵ Conforme Roger Chartier (2002c, p. 22).

capacidade e agilidade de identificação de informações presentes nos textos lidos, que serviriam de subsídios para a produção de novos textos. Com a nova materialidade do livro, de folhas reunidas, não apenas se criou um sistema mais eficiente de retomadas e de localização de trechos selecionados, com vistas a facilitar a sua citação em outros textos, como também se permitiu um aproveitamento maior dos materiais de escrita, dado que com esse formato das folhas se poderia escrever de ambos os lados, frente e verso.

Os textos podem, nesse novo formato, ser mais extensos, sem com isso se acrescentar uma maior lentidão ou dificuldade de sua leitura e de sua posterior consulta pontual. Apesar de maiores, eles se apresentam de forma mais amigável ao olhar leitor, porque sua textualidade passa a contar com índices facilitadores de identificação e recuperação de certas passagens, com o emprego mais sistematizado de sinais gráficos de separação de partes e de formas que atuavam como uma versão do que viria a ser nossa pontuação.

Entre os diversos índices que vão sendo introduzidos no layout de apresentação dos textos, divididos em páginas e, no interior dela, em blocos (do viriam a ser os itens, os parágrafos, as frases, as palavras), a ampliação dos “brancos” no texto foi fundamental nesse processo. Empregados desde o século XI, nos textos manuscritos²⁶, essa foi a principal modificação nos textos impressos, observável entre os séculos XVI e XVIII, e decisiva na:

[...] aeração da página pela multiplicação dos parágrafos que quebram a continuidade ininterrupta do texto, e aquela das alíneas, que entre idas e vindas à linha tornam a ordem do discurso imediatamente mais legível. Uma nova leitura das mesmas obras ou dos mesmos gêneros é assim sugerida pelos editores de então; uma leitura que fragmenta os textos em unidades separadas, e que reencontra, na articulação visual da página, as conexões intelectuais ou discursivas do raciocínio. (CHARTIER, 1999, p.18-19).

Esses índices se sofisticaram progressivamente, ampliando as pausas do olhar leitor sobre o texto, cada vez mais “aerado”, dividido em menores porções, o que autorizava e estimulava a possibilidade de suspensão temporária da leitura do texto, assim

²⁶ Entre outros autores que abordaram historicamente esse aspecto da “inserção dos brancos” nos textos e de seu impacto sobre a leitura, cf. Paul Saenger (1998), que observa as formas sofisticadas já empregadas na cultura manuscrita e definição da separação das palavras, facilitando com isso a leitura em silêncio, apenas com os olhos.

como viabilizava sua mais simples retomada. Tudo isso graças a essas subdivisões tanto editoriais e estéticas quanto semânticas e intelectuais, incorporadas a sua apresentação²⁷.

A mudança de função da prensa tradicional combinada com a invenção dos tipos móveis de Gutenberg que inauguraria a era do impresso, segundo Chartier (1999), foi a herdeira dessa ‘revolução’ de longa data, lenta e progressiva, assim como menos alardeada, na forma do livro, que remonta a sua passagem do rolo ao volumem.

A invenção de Gutenberg, embora não tenha produzido a “revolução” alegada por alguns, na produção do livro e demais objetos ou nos modos de ler, nem por isso deixou de ser decisiva na agilização do processo de reprodução dos textos, contribuindo a médio e longo prazo, em grande medida, com sua democratização. Embora ela não tenha afetado direta e prontamente a forma dos objetos da cultura escrita e seus modos de ler, ela gestou mudanças em nada negligenciáveis dos livros.

Uma delas, diz respeito ao surgimento do “livro unitário”, no final da Idade Média, entre os séculos XIV e XV, ou seja, as “obras de um autor eram mais comumente reunidas num livro impresso do que num manuscrito” (CHARTIER, 2014a, p.113). Mesmo que os leitores, antes da imprensa, já se encarregassem dessa tarefa de reunir e encadernar diferentes textos manuscritos de um mesmo autor em um único objeto, estabelecendo uma relação que hoje nos é evidente entre o objeto “livro”, os diferentes textos de uma “obra”, reunidos em função de terem sido escritos por um mesmo “autor”, não era essa a forma mais corrente do livro, ao longo da Idade Média. Isso ocorria, antes da imprensa, em uma escala bem menor, do que aquela adotada pelos livreiros-editores após a invenção de Gutenberg. Antes, conforme o historiador “a tradição dominante da era do manuscrito [...] era a miscelânea, combinando textos de gêneros, datas e autores bem diferentes” (CHARTIER, 2014a, p. 113-114).

Assim, as mudanças que se pode atribuir a esta invenção de Gutenberg quanto ao livro ou quanto ao modo de sua leitura devem ser nuançadas, uma vez que os leitores dos códices manuscritos, diante dos códices impressos, não estavam diante de um objeto desconhecido, que lhes exigisse ou lhes proporcionasse outras experiências de leitura ou outras formas de se relacionar com esse objeto portador da escrita.

²⁷ Esse processo de aeração dos textos, de inclusão de subdivisões, de sua intercalação com imagens se acentuou graças a uma série de tecnologias, e se intensificou especialmente em alguns gêneros, ao longo do tempo. Nossa escrita na atualidade é herdeira desse processo. Nos textos da mídia (jornais e revistas) essas formas de aeração são particularmente sensíveis e vem se expandindo sob o impacto das TIC’s. A esse respeito, cf. entre outros, Curcino (2006; 2011a) e Silva (2007).

Além disso, o livro impresso vai conservar, por muito tempo, uma relação de proximidade, de similitude com o livro manuscrito, e nas primeiras décadas de sua produção, o códice impresso será antes um objeto misto, resultante de práticas tanto da impressão quanto da manuscritura:

Por um lado, o livro impresso mantém-se fortemente dependente do manuscrito até por volta de 1530, imitando-lhe a paginação, as escrituras, as aparências e, sobretudo, considerando-se que ele deve ser acabado à mão: pela mão do iluminador que pinta iniciais com ornamentos ou miniaturas; a mão do corretor ou *ementador*, que acrescenta sinais de pontuação, rubricas e títulos; a mão do leitor que inscreve sobre a página, notas e indicações marginais. Por outro lado – e mais fundamentalmente –, tanto antes quanto depois de Gutenberg, o livro é um objeto composto por folhas dobradas, reunidas em cadernos colados uns aos outros. (CHARTIER, 1999, p. 96).

Os primeiros textos impressos eram então corrigidos e ilustrados manualmente, seja pelos produtores do livro, seja pelos leitores que os adquiriam. Esses primeiros livros impressos, conhecidos como “incunábulo”, resultam desse processo misto e lento de mudança das formas de produção e de reprodução dos textos, antigamente copiados à mão, para posteriormente serem produzidos na forma impressa, que progressivamente substitui a produção e reprodução manuscritas.

Houve, sem dúvida, uma abertura na escala de reprodução dos impressos, em nada negligenciável e relativamente acelerada, à medida que essas intervenções que se mantiveram à mão por algumas décadas foram elas também sendo incorporadas pela técnica do impresso.

Do impresso ao digital: uma revolução!

Tal como dito em Rosin & Curcino (2015), se a invenção da prensa e dos tipos móveis não correspondeu a uma mutação efetiva do livro, de sua forma material, nem da leitura, o mesmo não se pode dizer do processo atual em curso, ou seja, o da produção, difusão e recepção eletrônica dos textos. Esta última não altera somente a técnica de reprodução e multiplicação dos textos. Ela modifica suas estruturas, proporcionando assim uma transformação “mais radical, pois são os modos de organização, de estruturação de consulta ao suporte do escrito que se modificaram” (CHARTIER, 1999, p. 98).

O que testemunhamos hoje, segundo o historiador, pode de fato ser chamado de “revolução”, de uma revolução eletrônica, digital, virtual. Ela altera o processo de produção e reprodução dos textos, expande os seus agentes, muda as formas de circulação

e de recepção desses textos, impõe novas atitudes de quem escreve e de quem lê textos por meio das telas de diferentes dispositivos, e que é bombardeado por uma proliferação contundente de textos que chegam às mãos de forma ininterrupta e em uma relativa indistinção quanto a suas origens. Roger Chartier, há 20 anos, já observara que

[...] a revolução do texto eletrônico será, ela também, uma revolução da leitura. Ler num monitor não é o mesmo que ler num códice. Se é verdade que abre possibilidades novas e imensas, a representação eletrônica dos textos modifica totalmente a condição destes: à materialidade do livro, ela substitui a imaterialidade de textos sem lugar próprio; às relações de contiguidade estabelecidas no objeto impresso, ela opõe a livre composição de fragmentos indefinidamente manipuláveis; à apreensão imediata da totalidade da obra, viabilizada pelo objeto que a contém, ela faz suceder a navegação de muito longo curso, por arquipélagos textuais sem beira nem limites. Essas mutações comandam, inevitável e imperativamente, novas maneiras de ler, novas relações com o escrito, novas técnicas intelectuais. (CHARTIER, 1999, p. 100-101).

Os leitores se encontram, no atual cenário que vem se desenhando aceleradamente nas últimas décadas, diante de “textos sem lugar próprio”, cuja materialidade se adequa ao formato e tamanho da tela a partir da qual eles são então acessados, sem que se tenha acesso imediato a sua extensão, sem que seus formatos tradicionais, de origem, sejam prontamente reconhecidos pelos leitores, e sem que as regras e tradições de sua apropriação sejam conhecidas ou correspondidas²⁸.

Embora hoje testemunhemos a criação de uma série de índices capazes de restituir algumas das distinções institucionais e de gêneros editoriais e discursivos aos textos, que no início dessa emergência do virtual foram relativamente suspensas ou embaralhadas, pela perda de seus *layouts* originais e por seu acesso comum via “tela” em uma materialidade “eletrônica” que os homogeneizava, ainda assim, nos encontramos diante de um longo caminho a ser percorrido na restituição/clareza das formas de distinção dos textos, de seus autores, de reestruturação de suas instâncias formais de validação. E, também, da democratização do letramento digital dos leitores, de modo a lhes permitir, igualmente, o acesso de forma esclarecida e crítica aos textos que “se convidam”, que se “impõem” ao nosso olhar cotidianamente, nessas máquinas de produção e de circulação

²⁸ Textos originalmente destinados a um público específico, de um tempo ou de grupo cultural, cuja sobrevida e novas formas de circulação tenham ampliado o espectro de sua recepção junto a públicos não previstos, são inevitavelmente lidos com outras ‘chaves’ interpretativas, segundo outras expectativas e competências. Para um exemplo bastante significativo deste processo, cf. Curcino (2010b), e sua análise das mudanças na interpretação de textos literários, filosóficos ou religiosos quando de sua circulação sob outros meios, suportes e gêneros e quando de sua recepção por um público mais amplo e variado.

de textos, às quais cada vez mais estamos conectados e pelas quais acessamos constantemente textos orientados para nosso o “nosso perfil”, “nossos interesses” e “nossas competências” de leitura.

Deriva dessas transformações, ocasionadas pela revolução eletrônica dos textos e pelas novas tecnologias digitais de informação, a criação e a difusão de sites de redes sociais que diversificaram as formas de contato interpessoais e de produção e circulação de textos de diversas origens e linguagens, afetando por vezes seus sentidos, assim como as formas e as práticas de leitura e escrita.

Tal como ocorrera com a invenção de Gutenberg, o recente processo digital de produção, circulação e recepção de textos de diferentes origens, gêneros e finalidades, expandiu o acesso de textos por essa via eletrônica, intensificou a produção de alguns gêneros, e fez com que, progressivamente, diferentes grupos da sociedade, alguns destes pouco familiarizados com a leitura de certos textos²⁹, travassem contato mais frequente com eles³⁰.

Entre esses “novos” gêneros, vimos a aparente emergência e sua significativa difusão da prática de seleção de frases e de sua divulgação em repositórios digitais dedicados exclusivamente a isso, com os seus equivalentes em livros destinados à publicação de certas coleções de frases³¹. Sua novidade, no entanto, se encontra nos usos

²⁹ Tal como observado por Curcino (2020), uma grande parcela da população brasileira, usuária recente da internet e de aplicativos de difusão de textos, foi sistematicamente bombardeada por vários tipos de textos, em grande medida sob a forma de notas ou de frases curtas digitadas, como se fossem ‘notícias’ fiáveis, formulados de forma incisiva, simplista, ‘sem filtros’, muitos deles falseadores da realidade, e que mascaravam sua inverdade. Segundo a autora, “Notícias falsas circulavam junto a verdadeiras pelo mesmo meio e com o mesmo formato. Misturadas, tudo podia ser mentira, tudo podia ser verdade, ou todas aquelas mentiras poderiam ter ao menos um fundo de verdade. Notícias verdadeiras com grande potencial polêmico e de esclarecimento eram rapidamente ‘neutralizadas’, seus efeitos enfraquecidos junto à opinião pública em função da concorrência com notícias falsas, mais escandalosas e impressionantes, mais ‘provocadoras’ e pregnantas, e em grande volume, fagocitando assim a notícia verdadeira. É nesse fluxo incessante de dizeres que se gesta sua indistinção, e com ela uma espécie de cansaço que acomoda e normaliza esse fluxo, e também de indiferença quanto ao seu valor de verdade por parte de seu destinatário”.

³⁰ São emblemáticos a expansão e o uso recente, por parte de um número crescente de usuários de smartphones, de aplicativos como o WhatsApp, que se tornaram no Brasil um meio de comunicação e de produção e difusão de textos com finalidades muito distintas, sendo usado em escala inédita e com resultados inesperados para a produção e circulação de textos com finalidades e impactos decisivos inclusive no âmbito político-eleitoral. A esse respeito cf., entre outros, Chiari & Sargentini (2019); Sargentini & Carvalho (2020) e Curcino (2019).

³¹ É frequente o lançamento de livros destinados à reunião de frases de autores famosos e célebres, de diversos campos do saber, particularmente do campo literário e filósofo. Destaca-se em âmbito nacional, a publicação das coletâneas de frases de Clarice Lispector, pela editora Rocco, através da organização do curador Roberto Corrêa dos Santos que se dedicou a uma seleção, em grande parte, de frases oriundas das obras de Lispector, materializando-se em dois livros, “As palavras” (2014) e “O tempo” (2015).

e nos procedimentos de sua coleta e disponibilização, e não propriamente na técnica de leitura e de escrita que implicam.

A técnica de seleção e coleção de frases: duração e variação na história e na cultura

Entre as várias práticas de leitura e de escrita que se inscrevem na longa duração, e que em certa medida se singularizam em suas atualizações, variações, em sua condição de acontecimento, a técnica de seleção e coleção de “frases”, destacadas de textos provenientes de campos diversos (religioso, filosófico, científico, mas sobretudo do campo literário), que podem vir a circular sob a forma de outros textos com elas compostos, textos de seu mesmo campo de origem, ou de campos, contextos e finalidades muito distintos de seu uso primeiro, é de uma vitalidade ímpar.

Tal como observamos em nossa pesquisa de mestrado, ela se adequa e se reinventa valendo-se de diferentes recursos inaugurados com as novas tecnologias digitais, de modo a pulular hoje em inúmeras plataformas virtuais. Algumas dessas frases se autonomizam em relação a seu texto de origem, podendo ser a base constitutiva de outros gêneros, como as “mensagens compartilhadas” e as “mensagens em powerpoint” a que nos referimos anteriormente. Mesmo que essa técnica se mantenha, em suas linhas gerais, ela é explorada diferentemente. Esses usos empreendidos nas redes sociais não são os mesmos, nem têm os mesmos objetivos, nem são geradores dos mesmos efeitos de sentido daqueles empreendidos pelos antigos, pelos eruditos religiosos ou da escolástica na Idade Média, ou pelos humanistas ao longo dos séculos XVI ao XVIII. Embora o procedimento geral de “leitura que seleciona” e “escrita que coleciona e que reutiliza”, se assemelhe ao longo dos tempos, embora também se assemelhem os efeitos visados com a ancoragem do texto em outros que lhe antecederam e aos quais já foi conferida autoridade, não se está diante dos mesmos sujeitos, dos mesmos princípios e valores culturais, dos mesmos grupos sociais, logo dos mesmos usos e das mesmas formas de validação desses usos.

Em seu artigo “Diferentes formas de ler”, a pesquisadora Márcia Abreu, interessada em discutir os modos de ler contemporâneos, particularmente aqueles empreendidos em contexto brasileiro e suas representações, inicia sua discussão colocando em xeque um dos imaginários cristalizados sobre os modos de ler. Para a autora, prevalece um imaginário compartilhado de que “a leitura sempre se fizera como supomos que ela hoje se faz, em silêncio e solitariamente [...] que, em todas as épocas, ler implicava pensar sobre os textos e interpretá-los, exigindo habilidades [superiores à capacidade de] decifrar os sinais gráficos da escrita.” (ABREU, 2001, s/p).

Portanto, as práticas culturais, da leitura e da escrita, na longa duração e de um grupo social a outro, têm sido valorizadas diferentemente, ora por se apostar em seu potencial moralizador e civilizador dos hábitos, ora por instruir e formar seja o cristão, seja o cidadão, seja a mulher como esposa etc., ora por favorecer o espírito crítico. Conseqüentemente não são todos os modos de ler, em um mesmo período e espaço que são valorizados do mesmo modo. As práticas que se diferenciam daquelas que em um dado tempo e cultura correspondem às formas valorizadas, de prestígio, impõem a qualquer variação nos modos de ler atributos estigmatizados e desvalorizados, classificados como uma não-leitura e que por isso podem ser desconsiderados e invisibilizados.

Tal como afirma a autora, na esteira de uma série de historiadores dedicados ao livro e à leitura, nem sempre se leu do mesmo modo como em nossos dias atuais, nem sempre foram validados e eleitos os mesmos tipos de leitura, nem tampouco a mobilização de um determinado modo de ler inviabilizou outro, possibilitando sua ocorrência de forma concomitante. Assim, Abreu (2001) assevera que algumas práticas, gestos e modos de leitura de hoje “[...] pareceriam disparates completos em outras épocas”, por exemplo, a prática da leitura silenciosa que, para Santo Agostinho, “parecia prodigioso que se lesse com a língua quieta, pois ler em voz alta era a norma no século IV d.C.” que se estendeu até o século XIV, “quando muitos nobres ainda dependiam da oralização das palavras para a compreensão de um texto” (ABREU, 2001, s/p).

Desse modo, a leitura deve ser compreendida não como uma prática única, homogênea, inalterável, intocável de maneira a ser privilegiado, fomentado e valorizado apenas um modo de ler e um tipo de leitura³². Ela deve, antes, ser concebida como uma pluralidade de gestos e modos que se relacionam e convivem ao longo da história e de uma cultura a outra.

Quando nos ocupamos do estudo discursivo de enunciados destacados de autores contemporâneos brasileiros e de seu compartilhamento em páginas do Facebook, fomos levados a pensar na possibilidade de que esse destacamento e compartilhamento de “frases” de diversos campos do saber, manifestos em repositórios online de frases, com

³² Soares (2007) ao discutir a problemática dos discursos acerca dos níveis de leitura dos brasileiros, manifestos nos enunciados “brasileiros leem pouco” e “brasileiros leem mal”, esclarece que “[...] ler só é verbo intransitivo, sem complemento, enquanto seu referente forem as habilidades de decodificar palavras e frases”, a partir do momento em que se ultrapassa esse nível básico de decodificação, “ler como prática social de interação com material escrito torna-se verbo transitivo, exige complemento” (SOARES, 2007, s/p).

diferentes usos e finalidades, eram oriundos e fomentados, pelas tecnologias digitais disponíveis, como anunciamos anteriormente na Introdução deste trabalho. Contudo, conforme constatamos, essa prática reatualiza um fenômeno cujas origens remontam no tempo, variando ao longo da história em seus usos e formas, em sua validação, em suas apropriações particulares.

A técnica de seleção e coleção de frases: em suas regularidades e diferenças nas fronteiras sociais

Além da história, as diferenças sociais definem formas distintas de um grupo a outro no uso dessa técnica de leitura e de escrita baseada no princípio da leitura-seleção e da escrita-coleção. Apesar de a maior parte dos registros de seu uso se refiram ao emprego por parte de sujeitos letrados da cultura erudita, ela nem sempre foi de uso exclusivo desse grupo nesses diferentes períodos. Sua popularização, sob essas formas de seu uso na atualidade, tal como estudamos no mestrado, é herdeira de duas tradições: 1) da técnica tal como empreendida pelas elites intelectuais, ao longo da história, cujos usos se sucedem variando as formas de sua apropriação ao longo do tempo; 2) dos usos populares, que podem se diferenciar culturalmente dos usos das elites, e que simultaneamente, na longa duração, também se valeram da técnica, ou foram o público para o qual os gêneros produzidos com base nessa técnica de seleção de frases lhes foram destinados.

Como veremos, no breve panorama histórico que apresentamos adiante, em especial para os períodos mais recuados no tempo, apesar do uso dessa técnica parecer ter sido praticamente exclusivo às elites, uma vez que as próprias práticas de leitura e de escrita e os próprios objetos dessas práticas (os manuscritos e impressos, sobretudo no caso de gêneros de grande prestígio) eram de acesso muito restrito, controlado e rarefeito, isso, no entanto, não significou um alheamento total do povo, tanto em relação à leitura e à escrita³³ quanto a essa técnica e aos produtos dela resultantes.

Entre as produções destinadas ao “povo”, os almanaques, desde o século XVII, são um exemplo de produções de ampla circulação entre as pessoas simples, muitas delas analfabetas, e que entre os subgêneros explorados nessas produções anuais se valia da seleção e da distribuição de frases, em dias específicos desses almanaques organizados sob a forma de calendário. Essas frases selecionadas pelos produtores dos almanaques

³³ Sobre os leitores “populares” e sua história, cf. Chartier (2009); Lyons (1999); Ginzburg (2006); Hébrard (2004).

populares compunham uma das funções importantes desse objeto cultural; de um lado, “oferecer informações úteis”, de outro “mensagens cativantes”³⁴. Os almanaques, assim como outros gêneros que se tornaram populares, como os folhetins de informação, desde o século XVI Europeu até os dias atuais, não eram apenas lidos, no decorrer dos dias, como também suas “mensagens”, sob a forma de frases, eram fonte para reflexão, além de serem recortadas e colecionadas em cadernos manuscritos mantidos por alguns desses leitores de origem humilde³⁵.

Tendo em vista que nosso *corpus* de análise da presente pesquisa, diferentemente do que realizamos no mestrado, diz respeito a práticas de leitura e de escrita eruditas, empregadas por dois intelectuais, em nosso levantamento histórico não nos preocupamos em reconstituir ou abordar em paralelo estudos que tenham se dedicado à apropriação dessa técnica nos meios populares. No entanto, nos pareceu importante, nessa breve articulação com o que estudamos no mestrado, considerar o que há de regular de um tempo a outro e de uma cultura a outra, assim como o que há de diferenciação, no que diz respeito ao uso dessa técnica de leitura moldada de antemão pela necessidade de estar atento à certos fragmentos cuja mensagem condensa e apresenta o essencial, o fundamental, o incontornável de um texto, e pela escrita que coleciona, que organiza e que classifica em temas, que torna disponíveis esses “essenciais” que serão mobilizados nos textos orais e escritos e em cenários e situações mais formais ou banais, para validar o que é dito, para dar relevância, sentido e altivez para o que foi enunciado.

Essa prática de leitura, seleção, destacamento e adaptação de enunciados, sobretudo literários, e sua posterior utilização, na atualidade, sob a forma de postagens em redes sociais, como “textos” relativamente independentes de seu contexto, atuando como um gênero distinto e à parte daquele de que derivou, testemunha o encontro dessas duas tradições, erudita e popular. Ao citar frases literárias, indicar seu autor, essas mensagens tanto permitem a seus utilizadores de expressar um estado de espírito, um traço identitário, mas também lhes confere um certo *status*, como sendo leitores/conhecedores de obras consagradas, prática que se sabe gozar de grande valor cultural em nossa sociedade; quanto reproduzem essa lógica de ler essas frases que outros escolheram previamente por elas e para elas, e disponibilizaram de modo acessível,

³⁴ Sobre essa dupla função dos almanaques, cf. Lodovica Braidà (1996, p. 200).

³⁵ Cf. exemplo do trabalhador têxtil, Chavatte, e seu diário íntimo, da época de Luís XIV, no qual recorta e cola com frequência imagens e copia frases dos folhetins de informação que lia. (Lottin, 1979 apud Chartier, 1996, p. 88).

permitindo-lhes reempregá-las segundo os dispositivos técnicos atuais e os hábitos por eles incentivados. Nesse caso, considerando que são em sua maioria leitores jovens, muitos em idade escolar, provenientes de diferentes grupos sociais, e não exclusivamente daqueles mais humildes, o caráter “popular” de sua apropriação tem mais a ver com o seu uso massivo, amplo, assim como “leigo”, de leitor em formação.

Portanto, como já afirmamos, apesar das especificidades na reatualização dessa técnica na atualidade, e sob os auspícios das tecnologias eletrônicas, trata-se de uma prática de leitura e de escrita que remonta ao passado e a um passado de longa duração, que atravessa fronteiras culturais e que se pode observar reatualizada tanto por eruditos e intelectuais, quanto por leigos e pelas camadas populares.

Gêneros, obras e autores de onde se coletam frases, gêneros, textos e autores(?) que coletam frases

Se desde sempre a cultura escrita no Ocidente se valeu de gestos de leitura voltados para um olhar seletivo, com vistas a uma coleta de frases e suas lições, que sob a forma escrita registrava e multiplicava esses empréstimos, isso não foi feito a partir de qualquer texto nem de qualquer modo. Nem todos os textos foram eleitos como fontes privilegiadas a partir das quais se podia obter frases, assim como nem todas as apropriações dessas frases tiveram os mesmos destinos ou a mesma sorte. Alguns gêneros e alguns autores foram mais solicitados que outros. Outros, embora tenham encontrado leitores – e leitores que se apropriaram de suas frases e as registraram em outros textos – não receberam os devidos créditos ou não sobreviveram aos diferentes riscos e perigos de destruição e desaparecimento que os objetos da cultura escrita estão sujeitos³⁶. A existência de algumas obras e autores do passado, por exemplo, só pode ser constatada a partir de textos segundos, de comentários, que diferentemente dos textos originais comentados, gozaram de sobrevida, foram preservados e chegaram até nós.

Há uma certa predominância da leitura dos clássicos da literatura, sobretudo, de autores italianos da Era Moderna que serviriam de base para um dos objetivos centrais dos humanistas alemães e holandeses, tal como observa Moss (1996), na produção dos *cadernos de lugares-comuns*. Os humanistas priorizavam o ensino do latim clássico “gramaticalmente correto” que propicia o discurso erudito por meio da leitura da seleta dos “melhores autores”, codificado nas coletâneas compiladas pelos autores renomados da época. Esses “autores-compiladores” mesmo que não ocupassem a mesma hierarquia

³⁶ Sobre os riscos e perigos que esses objetos da cultura escrita enfrentam, cf. Chartier (2007) e Báez (2005).

e grau de prestígio daqueles autores dos textos consultados e selecionados, ainda sim, ocupava uma posição de prestígio, pois eram “leitores especialistas” que liam, selecionavam as frases e as agrupavam em temas e rubricas que condiziam com os valores e as questões em voga na época e que deveriam ser estudadas e analisadas, e além disso, eram responsáveis por tecer comentários cujo funcionamento se assemelhavam a “guias” para as leituras que futuramente seriam empreendidas por outros leitores.. A fonte para a obtenção dessas frases eram os textos literários de *status*, já que forneceriam além de um repositório de conhecimento e estilística, bases para composições de argumentos.

Dentre os diversos autores da época, Erasmo de Roterdã³⁷, em *De Copia*, frisa aos seus leitores a importância de se travar contato com essas obras literárias de prestígio pelo menos uma vez para que assim pudessem empreender suas próprias coletâneas de lugar-comum (Cf. MOSS, 1996). Desse modo, há a construção de uma certa hierarquia entre os diferentes tipos de “autores” – aqueles que devem ser consultados pelo seu prestígio no exercício da estilística e conteúdo; daqueles que participam dos procedimentos de seleção de enunciados e seu agrupamento em temáticas, por meio de rubricas e notas, isto é, os próprios produtores das coletâneas de lugar-comum, e por fim esses leitores a quem eram destinadas essas compilações e que deveriam também produzir as suas próprias. Esses primeiros são reconhecidos como a origem do dizer, e por essa razão, devem ser creditados como fontes autorizadas do saber e passíveis de serem citados. Já os outros até pelo uso acessório e intermediário de suas coletâneas, não são considerados autores, salvo quando se encontram entre os primeiros e já ocupa a posição autor por ter uma obra que valide tanto a sua condição de autor quanto a presença desses materiais de estudo como fazendo parte de seu acervo e obra.

O prestígio do gênero literário, particularmente das poesias, nesse primeiro momento de emergência de um programa escolar humanista, não é exclusivo por suas questões estilísticas. As questões de cunho moral, de acordo com Moss (1996), levantam a problemática da grande influência que os textos literários exerciam, principalmente nos mais jovens, e por essa razão, era necessário a adoção ou a predileção por autores e obras, no caso, escritores italianos modernos, que aliassem o estilo e a moral cristã. Nessa perspectiva, os florilégios, que versam, em sua grande maioria, sobre questões relativas à moral e à religião, são empregados como material de consulta e coexistem com os

³⁷ Teólogo e filósofo humanista neerlandês.

cadernos de lugares-comuns, por fornecer uma variedade de temas morais, bem como, coletâneas de autores clássicos, medievais e modernos.

Selecionar e colecionar fragmentos na Antiguidade

Na Antiguidade clássica grega, por volta dos séculos I e II, essa prática de coleta de “frases” era comum entre aqueles que possuíam uma certa formação leitora, o que lhes possibilitava ler e escrever, ler para escrever ou apenas ler de um certo modo, já que a tarefa de escrita era consagrada aos escribas pessoais. Ela também era fomentada como técnica filosófica de reflexão e técnica retórica de exercício da palavra. Sua importância explica o modo prioritariamente “intensivo” com que se lia os textos, e com que se valorizava a recolha e “incorporação”, ou seja, memorização de fragmentos de textos lidos.

Como tal, essa técnica de coleta, que norteava a leitura dos textos, visava a constituição de certos acervos de frases, então conhecidos como *hypomnemata*, que em sua acepção técnica “podiam ser livros de contabilidade, registros notariais, cadernos pessoais que serviam de agenda”, anotações de citações, fragmentos de obras, “exemplos e ações de que se tinha sido testemunha ou cujo relato se tinha lido, reflexões ou debates que se tinha ouvido ou que tivessem vindo à memória” (FOUCAULT, 1992, p. 134).

Segundo o filósofo, os *hypomnemata* eram por excelência cadernos de anotações que se constituíam conforme um exercício da leitura, da releitura e da meditação, etapas recomendadas como prática diária, tanto para auxílio da memória quanto para uso imediato em situações do cotidiano, de exercício público ou privado da fala, como técnica fundamental para a eloquência.

Apesar de estarem sempre “à mão” não se caracterizavam como diários íntimos, nem configuravam uma ‘narrativa de si mesmo’:

Por mais pessoais que sejam, estes *hypomnemata* não devem porém ser entendidos como diários íntimos, ou como aqueles relatos de experiências espirituais (tentações, lutas, fracassos e vitórias) que poderão ser encontrados na literatura cristã ulterior. Não constituem uma “narrativa de si mesmo”; não tem têm por objetivo trazer à luz do dia *as arcana conscientiae* cuja confissão – oral ou escrita – possui valor de purificação. O movimento que visam efetuar é inverso desse: trata-se, não de perseguir o indizível, não de relevar o que está oculto, mas, pelo contrário, de captar o já dito; reunir aquilo que se pôde ouvir ou ler, e isto com uma finalidade que não é nada menos que a constituição de si. (FOUCAULT, 1992, p. 137).

Entre os latinos essa técnica e esse hábito ficaram conhecidos como apotegmas, ou seja, as *máximas* que consistem em frases estruturalmente breves, densas de

significado moral e ético. Aristóteles (1979) caracteriza-as como uma forma de tradução, de “uma maneira de ver que não se refere a um caso particular”, podendo ser aplicadas universalmente em discursos, restringindo seu uso às “pessoas de idade”, uma vez que sua mobilização demanda experiência em relação àquilo que se diz e tal experiência só poderia ser alcançada em decorrência da maturidade adquirida com o tempo.

A produção de conhecimento e sua validação, no período Helenístico, como assinala Curtius (1957), demandava a consulta e, conseqüentemente, o apoio em autores que eram tidos como algo além de uma “fonte de saber” e um “tesouro da ciência e da filosofia de vida”, ou seja, que eram considerados como “autoridades científicas”. Desse modo, as formas de produção do conhecimento se apoiavam no emprego de frases desses autores, tal como preconizado por Quintiliano³⁸. Ele as denominava de sentenças, devido à semelhança assertiva e formal com as decisões obtidas em assembleias públicas. Ao longo do tempo, o enfoque do uso dessas frases reside na preservação do latim e na mobilização de temas morais pelos poetas.

Outros exemplos de uso dessa técnica, no mesmo período, eram chamados de *exempla*, que se assemelhavam, de certo modo, às sentenças em seu emprego. Quintiliano aconselha aos oradores que “tenha[m] à mão exemplos não só da história como também da mitologia e das lendas heroicas” (CURTIUS, 1957, p. 97), de modo que pudessem deles se valerem sempre que necessário. Sua mobilização também se tornou requisito fundamental para a produção da poesia culta. Os exemplos podem ser encontrados “na poesia platônica do século XII [...] um cânon definitivo dessas figuras. Lá elas aparecem como arquétipos, que a sabedoria divina, agregou ao processo histórico” (CURTIUS, 1957, p. 97).

Portanto, apesar desses gêneros culturais (*hypomnemata*, *máximas*, *exemplas*) se valerem de procedimentos semelhantes de leitura que seleciona e coleta frases, de escrita que sistematiza e organiza em rubricas essas frases, registrando-as em suportes distintos, eles não se caracterizam do mesmo modo, seja em seu modo de composição, seja em seus usos finais. Os *hypomnemata* são gêneros destinados à compilação de notas gerais de assuntos variados, enquanto os dois últimos, as *máximas* e *exemplas* preveem usos de “frases” para fins mais específicos, como para a produção de discursos e para sua mobilização em textos poéticos.

³⁸ Orador e professor de retórica romano.

Os “florilégios” na Idade Média: colher frases como se colhem flores

Desde então, e ao longo de todo período da Idade Média, são vários os exemplos do emprego dessas “frases” que são destacadas de textos originais e usadas com referência explícita ou não a sua origem na produção de outros textos. Essa técnica é mobilizada em diferentes gêneros e de diversas formas, seja com a finalidade didática para se ensinar técnicas de leitura e de escrita e formas adequadas de falar em público, seja para a reflexão filosófica de âmbito pessoal, seja, enfim, para a produção intelectual escrita e particularmente literária por parte de escritores, de poetas, de filósofos, de intelectuais de modo geral, na longa Idade Média.

Embora essa tradição remonte à Antiguidade, a expansão do uso dessa técnica de seleção e coleção de frases dá-se nos períodos da Idade Média e Renascença, a partir principalmente do século XII – com o gênero conhecido por *florilégios* (coletâneas de frases) –, e posteriormente no século XVI, quando o destacamento de trechos de obras lidas para figurarem em *cadernos de lugares-comuns*, de uso particular, torna-se uma prática humanista e intelectual, sistematicamente difundida, empregada, ensinada e valorizada.

Os florilégios³⁹ são compilações de frases de autores clássicos, conhecidos ordinariamente como “flores”, cuja produção era restrita ao âmbito das coleções privadas no período medieval, passando posteriormente a figurar no domínio público. Mesmo com sua circulação pública, a finalidade da produção desse objeto era para uso pessoal (Cf. HAMESSE, 2002). Essas citações no interior desse objeto eram organizadas de modo a manterem a ordem tal como apareciam nos textos-base, sendo também agrupadas conjuntamente em uma classificação por autor selecionado, assim como por tema. Quando necessário, além dos enunciados selecionados versarem sobre a moralidade, acrescentavam-se breves e pontuais notas ou indicações relativas ao assunto abordado, comumente de cunho moral. A ordem das frases, por autor, não era uma escolha feita ao acaso, já que em vários *florilegia*, adotava-se a ordem crescente de dificuldade temática, ou seja, com base no prestígio que esses “melhores autores” obtinham nessa “ordem do discurso” e “dos livros” estabelecida na sociedade da época.

Ademais, os *florilegia* também se configuravam como um material de ensino para o latim (língua do saber). Diante do acesso escasso de informações, seja de textos antigos,

³⁹ Allan (2010), afirma que tanto a organização temática quanto a estruturação desses *florilégios* assemelham-se, de certo modo, ao que conhecemos na atualidade como antologias.

seja dos próprios livros, eles se constituem como peças fundamentais na alimentação, e consequentemente, na elaboração de enciclopédias. Dentre os tesouros enciclopédicos da época, um dos exemplos de emprego dos *florilegia* para outras produções, datado da metade do século XIII, é o manuscrito enciclopédico *Speculum maius*⁴⁰ de Vicente de Beauvais⁴¹ que reúne trechos de frases obtidas do *Florilegium gallicum*⁴² sem menção a sua referência. Valendo-se dessas técnicas recorrentes na produção dos *florilegia*, Beauvais altera a ordem de aparição desses enunciados destacados em seus textos de origem. Produz ainda, outro manuscrito do mesmo tipo, intitulado *Speculum morale*⁴³, no qual apresenta uma concepção cristã da moral. Os títulos das seções são organizados sob a forma de perguntas, desenvolvendo nas seções uma descrição pormenorizada dos temas.

Assim como na Antiguidade, na Idade Média o emprego dessa técnica atua como um dispositivo de memória, ou seja, um dispositivo que contribui para a memorização desses fragmentos, para apreensão de seu valor e para seu uso sistemático em situações de fala e de escrita erudita, de reflexão filosófica para sua incorporação na vida, mas também como forma de preservação desses enunciados, ao longo do tempo.

Esses cadernos e os demais objetos citados são, por essa razão, uma fonte importante de *representação* de práticas de leitura e escrita de certas comunidades de leitores do passado, pois indiciam, em sua existência material, certas maneiras, hábitos, técnicas compartilhadas que norteavam a produção de textos, em especial no âmbito literário, como testemunham vários autores que estudaram esse objeto.

Na Renascença, a técnica humanista dos *cadernos de lugares-comuns*

A partir do século XVI, conforme Cavallo e Chartier (s/d) e Chartier (1995), em pleno Renascimento, se destacam dois objetos que atestam, por sua própria existência, um modo de ler e escrever que se vale do emprego dessa técnica de coleta e escrita de frases em cadernos, além de indicarem práticas que em geral não se considerava como próprias deste período: a “roda de livros” e os próprios “cadernos de lugares-comuns”⁴⁴.

Esses dois objetos, por sua forma material, indiciam duas representações de práticas de leitura do período, o que leva a reconsiderar as divisões históricas e culturais que alguns estudiosos da história do livro e da leitura haviam assinalado entre: 1) práticas

⁴⁰ É uma enciclopédia medieval dividida em três partes, sendo revista e alterada durante o Renascimento.

⁴¹ Frade dominicano da Idade Média.

⁴² Uma produção de 40 autores latinos do século XII, sendo uma das produções mais importantes desse gênero.

⁴³ Consiste na quarta parte do *Speculum Maius*, adicionado posteriormente.

⁴⁴ « La roue en livres » et « cahiers des lieux communs. »

de leitura eruditas e aquelas populares, e 2) a passagem, no século XVIII, entre práticas de leitura intensivas para práticas extensivas.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, Chartier (1995) relativiza essa divisão simplificada e polarizada entre leitores eruditos e leitores populares, segundo a qual estes se diferenciariam daqueles por empreenderem uma leitura mais “descontínua que desmembra os textos, descontextualiza as palavras e as frases, limita-se à literalidade do sentido” (CHARTIER, 1995, p. 189), tal como Carlo Ginzburg constatou em relação ao modo peculiar de leitura do moleiro Menocchio⁴⁵. Se essa descrição é adequada para o caso de Menocchio, inspirados nela, a extensão dessas características a todos os leitores ditos “populares”, do passado e do presente, precisa ser mais cuidadosa e prudente. Chartier (1995) nos lembra que leitores eruditos, neste mesmo período, também empreendiam um modo de ler descontínuo, fragmentado e fragmentador dos textos lidos, ou seja, a prática de leitura extensiva, tal como se pode constatar com a invenção da “roda de livros” e dos “cadernos de lugares-comuns”, nos séculos XVI e XVII respectivamente. Logo, ler de modo fragmentado e fragmentando os textos lidos não era um atributo exclusivo de leitores populares, pouco familiarizados com as práticas intensivas de leitura atribuídas aos leitores eruditos.

Grafton (1997), ao caracterizar o leitor humanista, assevera que este “por vezes, lia de modo informal, como fazemos hoje”, no entanto, por outras, lia de modo formal, o que demandava que estivesse “com a pena na mão, escrevendo conforme avançava no texto”. Essa informalidade e formalidade estava associada aos tipos de textos selecionados, aqueles que era para leituras de “entretenimento” não demandavam gestos próprios, por exemplo, de estar sempre com papel e caneta à mão. Havia, desse modo, uma certa relação entre o ato de ler e escrever, quando de leituras formais, de modo que e “o escrever, no fim das contas, era em si mesmo uma forma de leitura, uma homenagem feita letra a letra ao poder do texto original.” (GRAFTON, 1997, p. 34-35). A cópia, ou seja, o ato de anotar, não se restringia apenas à seleção e à transcrição dos trechos selecionados, muitas das vezes, os leitores humanistas também copiavam textos inteiros, daqueles que editariam posteriormente, e do quais o acesso era limitado e restrito.

⁴⁵ Em *O queijo e os vermes* Ginzburg, analisa o processo do moleiro Menocchio que é acusado pela Inquisição por realizar leituras, apropriações e interpretações “não autorizadas” e heterodoxas dos textos religiosos. O historiador não apenas descreve os detalhes do processo sofrido pelo moleiro, mas também apresenta, por meio de um método indiciário as apropriações, isto é, os modos de ler que eram empreendidos por esse sujeito (Cf. GINZBURG, 2006).

Na segunda metade do século XVIII, historiadores afirmaram ter havido uma mudança significativa nas maneiras de ler, relativa à passagem de uma prática de leitura “intensiva”, baseada no contato com “um corpus limitado e fechado de textos, lidos e relidos, memorizados e recitados, ouvidos e conhecidos de cor, transmitidos de geração em geração” (CHARTIER, 1999, p. 99), comumente exercida em relação à leitura de textos religiosos e sagrados, para uma prática de leitura “extensiva” que consistiria em um consumo mais amplo, variado e rápido de livros, devido à expansão da produção e distribuição do livro em sociedade e à laicização e variação de seu conteúdo. Esse modo extensivo de ler, a partir de então demandaria do leitor outra postura, diante de uma ampliação da circulação dos textos, bem como dos títulos e dos gêneros então produzidos, que fomentaram, portanto, um modo de ler mais rápido, sem constantes retornos, de modo a viabilizar a leitura desse acervo cada vez mais amplo, disponível e variado de textos.

No entanto, considerando que as práticas de leitura e escrita não são simplesmente substituídas ou desaparecem ao longo da história, nem são exclusivas a um grupo social, Roger Chartier nos lembra que os limites (temporais ou culturais) não são tão cerrados ou limítrofes, e que não é incomum defrontar-se com leitores “extensivos” em tempos de leitura prioritariamente “intensiva”, nem com leitores “populares” que compartilham as mesmas práticas com leitores “eruditos”.



Figura 1: A Roda de livros (1588) concebida pelo engenheiro italiano Agostino Ramelli (1531-1600)

Ambos objetos, a “roda de livros” e o “caderno de lugares comuns” testemunham que leitores de períodos anteriores ao séculos XVIII já empreendiam uma leitura de tipo extensiva, ou seja, familiarizada com a consulta a vários textos simultaneamente. Esses leitores liam, confrontavam, comparavam, anotavam fragmentos de textos distintos do que liam e sobre os quais faziam anotações que permitia a recuperação mais fácil de certas passagens, graças a sua transcrição e/ou indexação em um caderno, organizado por temas, segundo rubricas, que atua como um instrumento capaz de facilitar a lembrança e a localização de certas passagens de obras lidas ou consultadas, e contribuindo para a escrita de novos textos e para a argumentação oral de seus produtores.

Ao discutir sobre a consolidação da pedagogia humanista nos séculos XVI e XVII, Blair⁴⁶ (2012), ressalta que no primeiro momento da atuação dos educadores humanistas, particularmente no cenário italiano, era restrito à tutoria de jovens de famílias patricias. Dentre as estratégias de ensino empregadas, era incentivado constantemente aos alunos a imitação do latim de Cícero⁴⁷, já que este era considerado como o modelo ideal de autor. Os professores deveriam instruir seus alunos “a copiar as melhores passagens dos textos antigos lidos para facilitar sua imitação e domínio da literatura”⁴⁸ (BLAIR, 2012, p.08, *tradução nossa*), além de ser um material para consulta quando da produção de suas próprias composições e cartas. Esse modelo retórico, recorrentemente difundido e empregado pelos humanistas, fora amplamente seguido, de modo que “a partir da década de 1420 a administração papal, por exemplo, só contratou secretários capazes de escrever cartas no melhor estilo humanista”⁴⁹ (BLAIR, 2012, p. 06-07, *tradução nossa*).

Desse modo, as escolas italianas do começo do século XVI e também o norte dos Alpes, nas figuras de Erasmo de Roterdã e Guilherme Budé⁵⁰ passaram a ensinar essa técnica e fomentar a prática dos cadernos de lugares-comuns, sendo notoriamente reconhecidos por terem “desenvolvido o ensino do latim humanista, do grego e do hebreu, estabelecendo respectivamente o colégio trilingue em Lovaina [na Bélgica] e os leitores reais em Paris”⁵¹ (BLAIR, 2012, p. 07, *tradução nossa*). A autora ressalta ainda que a

⁴⁶ É historiadora americana e professora na Universidade de Harvard, especialista em História Cultural e Intelectual da Idade Moderna Europeia, com ênfase no contexto francês.

⁴⁷ Orador e filósofo romano.

⁴⁸ « de recopier les meilleurs passages des textes anciens qu'ils lisaient, pour faciliter leur imitation et la maîtrise de la littérature ancienne » (BLAIR, 2012, p.08).

⁴⁹ « à partir des années 1420 l'administration pontificale, par exemple, n'embauchait que des secrétaires capables de rédiger des lettres dans le meilleur style humaniste » (BLAIR, 2012, p.06-07).

⁵⁰ Erudito e humanista francês.

⁵¹ “développé l'enseignement du latin humaniste, du grec et de l'hébreu, en établissant respectivement le collège trilingue à Louvain et les lecteurs royaux à Paris » (BLAIR, 2012, p. 07).

escolha do grego e hebreu não era meramente por seu prestígio, como acontecia com a língua latina, mas sobretudo, por seu caráter religioso.

A escolha do latim, manifesto na aliança entre ensino e religião não era exclusividade da Renascença. Na Idade Média, as escolas já empregavam técnicas de memorização e replicação de frases, como a memorização de textos de gramática e produção de “composições artificiais que ilustram os pontos principais”⁵² que incentivam exercícios dos conhecimentos por meio de leitura de “textos religiosos e breves extratos de autores antigos”⁵³ (BLAIR, 2012, p. 07, *tradução nossa*). Para a autora, os humanistas, diferentemente, forneciam a seus alunos textos do latim clássico que era considerado como ideal, dentre eles, os textos de Cícero, Virgílio⁵⁴ e Horácio⁵⁵, cabendo ao professor o comentário desses textos de modo a enfatizar a gramática, a retórica e a dialética⁵⁶, aliado a explicação de nomes próprios e das figuras de estilo, por exemplo.

Para Blair (2012) a pedagogia humanista se difundiu amplamente no contexto escolar sendo que cerca de 40 colégios ou academias foram fundadas no contexto europeu. As razões, para a autora, não se limitam a questões oriundas de crescimento demográfico, pois a formação humanista foi amplamente requisitada aos postos administrativos e políticos em criação⁵⁷, e além disso, cenário religioso também propiciou um terreno para sua expansão:

Além das diferenças teológicas que motivaram essas novas fundações, essas escolas se pareciam fortemente ao nível do ensino secundário, dedicado ao estudo do latim de acordo com os princípios humanistas, e até mesmo no ensino de filosofia. Assim, várias novas escolas de diferentes denominações adotaram a mesma inovação de agrupar as crianças por nível de idade e experiência – uma inovação que encontramos na década de 1540 no colégio de Guiana em Bordéus (de tendência reformada), nos colégios Jesuítas da Contrarreforma, bem como da Academia de Estrasburgo, fundada por Jean Sturm (1507-1589) sob a influência de [Martin] Bucer, mas que passou ao luteranismo após algumas décadas⁵⁸. (BLAIR, 2012, p. 09-10, *tradução nossa*).

⁵² « des compositions artificielles qui en illustraient les points principaux » (BLAIR, 2012, p. 07).

⁵³ « textes religieux et de brefs extraits d'auteurs anciens » (BLAIR, 2012, p. 07).

⁵⁴ Poeta romano clássico.

⁵⁵ Poeta romano lírico e satírico.

⁵⁶ Para Aristóteles, “a teoria da argumentação à dialética” é compreendida “como a arte de raciocinar a partir de opiniões geralmente aceitas” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 05).

⁵⁷ Discutiremos a constituição dos colégios humanistas e particularmente dos jesuítas que são fortemente influenciados pelos primeiros nos próximos capítulos.

⁵⁸ « Par-delà les différences théologiques qui ont motivé ces nouvelles fondations, ces écoles se ressemblaient fortement au niveau de l'enseignement secondaire, consacré à l'étude du latin selon les

Entre outras técnicas, essa prática humanista e erudita sinalizava, conforme o historiador, para uma certa “ansiedade das sociedades da primeira modernidade diante do excesso de livros e da desordem do discurso” (CHARTIER, 2011b, p. 33), que lhes exigia, portanto, a criação ou difusão de técnicas que permitissem controlar/organizar/hierarquizar esse excesso tais como a organização de antologias “[...] das obras mais importantes de um determinado gênero; [e a compilação de] coletâneas de trechos de livros segundo a técnica humanista dos lugares comuns; [...]” (CHARTIER, 2011b, p. 33).

A ansiedade da perda, mas também do excesso, acompanha e responde às mudanças nas concepções da “escrita”, da “obra” e sobretudo do “autor” e isso ao longo de toda a história da cultura escrita. Tal como observado por Chartier (2014a), essas ansiedades são responsáveis tanto pela preocupação em se reunir e constituir, em sua sonhada totalidade e uma desejada homogeneidade, a obra de um autor; quanto também pelo seu processo oposto, “de disseminar obras sob a forma de citações ou extratos” (CHARTIER, 2014a, p. 33).

Se por um lado, as notas, fragmentos e extratos são o ponto de partida para a construção de um texto; por outro este se torna o ponto de partida para as notas, fragmentos e extratos que circularão, muitas vezes à revelia do conjunto do texto e da intenção de seu autor. Essa constatação ajuda a compreender como a cultura escrita tem sido “ampla e duravelmente construída com base em coletâneas de trechos, antologias de lugares-comuns (no sentido nobre dessa palavra na Renascença) e *morceaux choisis* [coletâneas]” (CHARTIER, 2014a, p.124), ou seja, da técnica de leitura e de escrita baseada na identificação, escolha, registro, coleção e uso de notas, de fragmentos de textos para a composição da totalidade de outros textos, orais ou escritos, dos mesmos gêneros daqueles de onde foram retiradas as frases ou em gêneros distantes formal e tematicamente.

No século XVII, no início do declínio dos cadernos de lugares-comuns, John Locke⁵⁹, mantinha ele mesmo um caderno de lugares-comuns, já que no período em que viveu, as práticas acadêmicas eram ainda atreladas ao hábito de colecionar enunciados.

principes humanistes, et même au niveau de l'enseignement de la philosophie. Ainsi plusieurs nouvelles écoles de confessions différentes adoptèrent la même innovation de grouper les enfants par niveau d'âge et d'expérience — innovation que l'on trouve dans les années 1540 au collège de Guyenne à Bordeaux (de tendance réformée), dans les collèges jésuites issus de la Contre-Réforme, ainsi qu'à l'académie de Strasbourg, fondée par Jean Sturm (1507-1589) sous l'influence de Bucer, mais qui passa au luthéranisme après quelques décennies » (BLAIR, 2012, p. 09-10).

⁵⁹ Filósofo inglês do século XVII e XVIII.

Ele desenvolveu um método/técnica única para a coleta e organização desses enunciados, publicando em 1685, o “*Méthode nouvelle de dresser des recueils*”, posteriormente traduzido para o inglês. Nesse livro, Locke apresenta um método, pautado na criação de um índice, para a criação dos cadernos de lugares-comuns, visando facilitar e organizar as informações ali depositadas. Para tal, deveriam reservar, nos cadernos, as páginas iniciais com folhas em branco para a elaboração de um índice, que serviria como “entradas” (palavras-chave, lugares, temas sobre o assunto em questão) que permitiriam sua recuperação. A proposição de Locke, assemelha-se, em certa medida, à organização dos índices remissivos dos livros da atualidade pelo menos se considerarmos ideia de uma forma de recuperação.

The INDEX.	
l a	l a
le 4.	l c
A li	F li
l o	l o
l u	l u
l a	l a
l e	l e
B li	G li
l o	l o
l u	l u
l a	l a
l e	l e 20. 22.
C li	H li
l o 18. 24.	l o
l u	l u
l a	l a
l e	l e
D li	I li
l o	l o
l u	l u
l a	l a
l e	l e
E li 2. 14.	L li
l o	l o
l u	l u

Figura 2: O índice de John Locke. Disponível em: < <https://fs.blog/2014/07/john-locke-common-place-book/> >

Para a composição desse índice, Locke aconselhou seus leitores a tomarem “duas páginas opositoras de uma página-dupla e as dividirem horizontalmente em 25 linhas e verticalmente em 4 colunas”⁶⁰ de modo a totalizar 100 espaços. Além disso, “cada grupo

⁶⁰ “[...] the two opposing pages of a double-page and divide them horizontally into 25 lines and vertically into 4 columns” (STOLBERG, 2014, p. 452).

de 5 linhas em cada uma das 4 colunas era destinado a uma das 20 letras do alfabeto viz”⁶¹, isto é, do alfabeto binário para aqueles cabeçalhos que começassem com tais letras. “Para K, J/Y e V/W as letras C, I e U deveriam ser usadas como equivalentes. Cabeçalhos começando com a mesma letra foram mais distinguidos de acordo com a primeira vogal após a letra inicial através do uso das cinco linhas dentro de cada um dos 20 campos”⁶². Assim, as “entradas em ‘Confessio’, por exemplo, um termo que começa com um ‘C’ seguido por um ‘o’ seria indexado – apenas com o número da página e sem escrever efetivamente ‘Confessio’ – no campo reservado para as palavras ‘C’ e, dentro deste campo, na quarta, a linha ‘o’”⁶³ (STOLBERG, 2014, p. 452-453, *tradução nossa*).

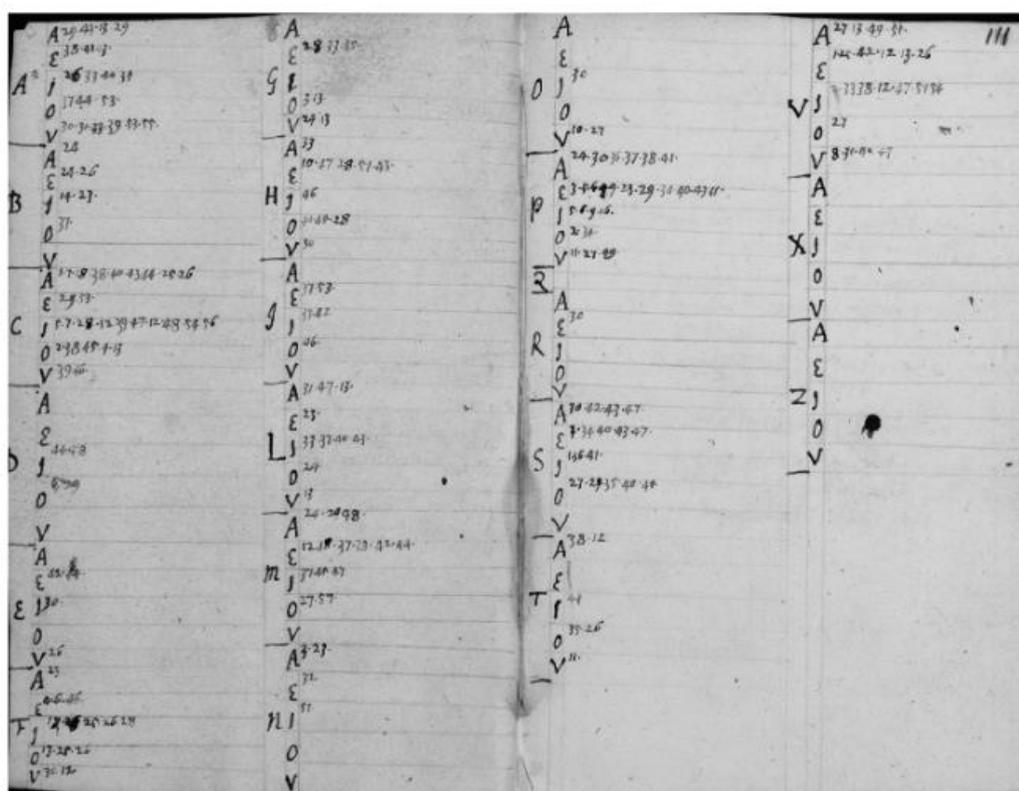


Figura 2: Exemplo de índice em um dos livros de lugares-comuns de John Locke, baseado em seu “novo método”. Disponível em: < https://www.medizingeschichte.uni-wuerzburg.de/locke_early_science_and_medicine.pdf >. Acesso em: 20 set. 2020

⁶¹ “Each group of 5 lines in each of the 4 columns was devoted to one of 20 letters of the alphabet viz” (STOLBERG, 2014, p. 452).

⁶² “For K, J/Y and V/W the letters C, I and U were to be used as equivalentes. Headings starting with the same letter were further distinguished according to the first vowel after the initial letter by using the five lines within each of the 20 fields” (STOLBERG, 2014, p. 453).

⁶³ “Entries on “Confessio,” for example, a term which started with a “C” followed by an “o” would be indexed – just with the page number and without actually writing “Confessio” – in the field reserved for C-words and, within that field, in the fourth, the o-line” (STOLBERG, 2014, p. 453).

Embora empregada sistematicamente no período humanista, não era qualquer emprego dessa técnica que dispunha irrestritamente de prestígio. Havia textos que eram considerados demasiado importantes para serem recortados e sobretudo disponibilizados em partes em função dos usos erráticos, ingênuos e mesmo mal intencionados dos fragmentos.

Além de se dedicar aos estudos dos cadernos de lugar-comum para chegar a um método para a sistematização e recuperação facilitada das frases, Locke também discutiu questões relativas à seleção de frases e textos e suas possíveis aforizações independentes, particularmente de seu emprego nos textos religiosos. Para ele, a aforização poderia ocasionar uma leitura fragmentada que culminaria numa leitura “errônea” e “equivocada” do texto sagrado. Sua aversão pode ser exemplificada na sua discussão acerca das epístolas de Paulo, em que afirma: “não apenas o vulgo toma os versículos por aforismos distintos ao lê-los, mesmo os homens de maior saber, perdem muito da forma e do poder de sua coerência e da luz que deles se desprende” (LOCKE *apud* CHARTIER, 1999, p. 19).

O historiador Roger Chartier (1999) observa que para Locke os efeitos dessa divisão e dos destacamentos textuais poderiam ser desastrosos a ponto de se “autorizar”, com essas divisões, quaisquer interpretações desses enunciados uma vez retirados de seu contexto, propiciando “a cada seita ou partido religioso fundar a sua legitimidade sobre os fragmentos da Escritura que mais lhe pareçam confortáveis” (CHARTIER, 1999, p. 19).

No século XVIII, mesmo com o declínio dessa prática e técnica dos cadernos de lugar-comum, eles ainda eram “[...]feitos e usados [...] por um número considerável de leitores ingleses”⁶⁴ (ALLAN, 2010, *s/p*, *tradução nossa*). Segundo Allan⁶⁵ (2010), é preciso refletir sobre as mudanças que vieram com século XVIII no âmbito literário e intelectual, e como essas influenciaram o desenvolvimento tanto dos argumentos quanto das ideias sobre o papel da prática estruturada de coletâneas de notas. Ademais, para o autor, a variedade e o aumento considerável dos tipos de publicação, tais como enciclopédias, antologias, dicionários, entre outros, foram um fator de peso para esse declínio, tornando a prática das coletâneas de lugares-comuns redundantes, já que esses

⁶⁴ “[...]to be made and used, as we have already begun to see, by considerable numbers of English readers.” (ALLAN, 2010, *s/p*).

⁶⁵ É professor sênior em História escocesa na Universidade de St. Andrews no Reino Unido.

novos objetos propiciavam o estudo da gramática, da etimologia e forneciam “trechos de poemas” comuns que antes era feitos por meio dos cadernos.

Como exemplo desses usos após o declínio da técnica, no contexto inglês, destacamos Thomas Birch – historiador e secretário da *Royal Society* em 1750 que é caracterizado, por Allan (2010), como um homem do “[...] início do Iluminismo que se prendeu às práticas convencionais [de produção de cadernos de lugar-comum] enquanto simultaneamente experimentou com temas e técnicas que ainda iriam caracterizar a tomada de notas do Inglês mesmo no início do século XIX”⁶⁶ (ALLAN, 2010, s/p, *tradução nossa*). Além de Birch, que se valeu da técnica de coleta de frases tal como empreendida na Renascença, acrescentando, as práticas e os discursos da época do Iluminismo que subjazem o ler e escrever, temos seu contemporâneo, Samuel Whichcote – relojoeiro, que igualmente empregou a técnica das coletâneas de lugar-comum. Ambos, se valeram dessa técnica e prática de diferentes maneiras:

Embora marcado por títulos humanistas tradicionais, como “Beatitudo”, “Prudentia” e “Vox”, ele [Birch] empregou isto para transcrever materiais biográficos, organizados em suas próprias categorias, sobre figuras mais recentes como Francesco Guicciardini e o bispo de Ely, Peter Gunning. Whichcote, também, habilidosamente fundiu um novo com um antigo. Empregando outro caderno de notas usado com títulos familiares em Latim – “Blanditiae”, “Beneficium”, “Bellum” e afins – ele adicionou notas nos seus interessantes quintessencialmente modernos, incluindo raízes quadradas, pêndulos, senos, tangentes e a mecânica das alavancas, não intencionalmente provando que as coletâneas de lugares-comuns poderiam de fato se conectar simpaticamente com as preocupações modistas da era de Newton⁶⁷. (Allan, 2010, s/p, *tradução nossa*).

Desse modo, as mudanças do século XVIII no âmbito literário e intelectual, não culminaram no desaparecimento imediato das coletâneas de lugar-comum e de seu emprego como forma de leitura e escrita, mesmo que outros objetos, tais como o “dilúvio” de enciclopédias e antologias tenham tomado o seu lugar. Para Allan (2010), esses

⁶⁶ “[...]the early Enlightenment who clung to conventional commonplacing practices whilst simultaneously experimenting with subjects and techniques that would still characterize English note-taking even in the early nineteenth century” (ALLAN, 2010, s/p).

⁶⁷ “[...] Although marked up with traditional humanist heading, such as ‘Beatitudo’, ‘Prudentia’ and ‘Vox’, he employed it to transcribe biographical materials, sorted into his own categories, about more recent figures such as Francesco Guicciardini and the Bishop of Ely, Peter Gunning[...]. Whichcote, too, skilfully melded new with old. Utilising another hand-me-down notebook with familiar Latin titles – ‘Blanditiae’, ‘Beneficium’, ‘Bellum’ and such like – he added notes on his own quintessentially modern interests, including square roots, pendulums, sines, tangents and the mechanics of levers, unwittingly proving that common-placing could indeed connect sympathetically with the modish preoccupations of the age of Newton” (ALLAN, 2010, s/p).

objetos, contrariamente, podem atestar uma aplicabilidade, até mesmo contínua, das “prioridades intelectuais distintas [e] acima de tudo, a busca de maior compreensão através da preservação e organização sistemática de cada fragmento de conhecimento disponível – com o qual essa forma particular de fazer anotações havia muito sido associada”⁶⁸ (ALLAN, 2010, s/p, *tradução nossa*). Além disso, para o autor, ainda não é possível compreender como essa “sobrecarga de informação” propiciada pelo aumento da produção desses objetos poderia diminuir “o interesse dos leitores nos livros de lugares-comum” quando isto não aconteceu durante os dois séculos anteriores, no auge dessa descoberta.

Assim como na Idade Moderna, a era contemporânea vai se valer dessa técnica, não do mesmo modo, nem com a mesma legitimidade do período anterior. Ela também não será exercida em relação a qualquer gênero, e os objetos derivados do emprego da técnica não necessariamente disporão do mesmo valor que seus antepassados. Sua valorização ou recusa, relaciona-se diretamente com as mudanças ocorridas nas concepções de “obra” e de “autor”, e dos atributos que lhes foram sendo cobrados, a partir de então: singularidade, novidade, criatividade, por exemplo.

Herdeiros da técnica humanista: intelectuais e seus cadernos de notas do século XIX e XX

Houve um tempo em que os leitores mantinham livros de lugares-comuns (*commonplace books*). Sempre que encontravam uma passagem interessante, **copiavam o trecho num caderno**, sob um título apropriado, acrescentando **observações sobre a vida cotidiana**. [...] Esse hábito se espalhou por toda a Inglaterra do início da era moderna, tanto entre os leitores comuns quanto entre autores conhecidos, como Francis Bacon, Ben Jonson, John Milton e John Locke. [...] Ao contrário dos leitores modernos, que acompanham o fluxo de uma narrativa do início ao fim (a menos que tenham “nascido digitais” e cliquem em textos exibidos por máquinas), os ingleses do início ao fim da era moderna **liam de forma intermitente, pulando de um livro para outro. Dividiam os textos em fragmentos, que agrupavam em novos padrões ao transcrevê-los em seções diferentes de seus cadernos**. Então reliam o que tinham copiado e recombinaavam os padrões à medida que adicionavam mais excertos. (DARNTON, 2010, p.164-165, **grifo nosso**).

Darnton (2010) afirma que, concomitantemente à atividade leitora, os leitores ingleses que se valiam da técnica de seleção de frases para composição de cadernos de

⁶⁸ “[...] intellectual priorities – above all the pursuit of greater understanding through the preservation and systematic organization of every scrap of available knowledge – with which this particular form of note-taking had long been associated[...].” (ALLAN, 2010, s/p).

lugares-comuns empreendiam a escrita, e com ela podiam reler, em seus cadernos, os trechos selecionados acrescentando quando necessário novos excertos. Esses leitores da Era Moderna exerciam um “esforço contínuo de compreender as coisas, pois o mundo era cheio de sinais” (DARNTON, 2010, p. 169) e era por meio do ato de ler, tomar notas e reler era possível compreender esse mundo. Ler e selecionar excertos, anotando-os em um caderno permitia a “produção” de um conhecimento personalizado, materializado em um livro pessoal.

Segundo Darnton (2010), o ápice final da “era do livro de lugares-comuns” foi ao final da Renascença, entretanto, perdura nos séculos seguintes de modo que é possível encontrar exemplos de seu emprego em cadernos do século XX. Como testemunho do uso sistemático dessa técnica no período da Renascença, alguns livros de lugares-comuns de diferentes autores foram preservados e podem ser consultados hoje, inclusive sob a forma digital. Entre esses livros⁶⁹, o historiador cita o de Geoffrey Madan intitulado “*Geoffrey Madan’s Notebook*” publicado em 1981 pela *Oxford University Press*.

Em seu caderno, Madan, ex-combatente da Primeira Guerra Mundial, descreve o mundo em que vive de modo análogo do destilador de vinhos que busca a obtenção de sua essência. Esse modo de produção escrita de descrição do mundo assemelha-se com o método erasmiano de destilação⁷⁰, conforme constata Darnton (2010). Madan se vale da criação de um próprio conjunto de rubricas para classificar e organizar seu material disposto no caderno, tal como orientava Erasmo de Roterdã. Entretanto, o historiador assinala que o conjunto de rubricas⁷¹ selecionados eram aplicáveis a um universo social diferente daquele que Madan se inscrevia, já que eram de um humanista cristão datado do século XVI e não de um “homem com intensa vida social nas décadas de 1920 e 1930”, sendo assim, uma diferença gritante de universos. (DARNTON, 2010, p.165). Ademais, o livro de Madan é um ótimo exemplo, de acordo com o historiador, de uma certa visão de mundo de um homem de sua época, em que os comentários não são ao acaso, as frases

⁶⁹ Esses cadernos faziam parte dos acervos bibliográficos de figuras importantes e por essa razão foram impressos, ganhando assim ampla circulação. Darnton (2010) assevera que muitas vezes esses cadernos eram entendidos como uma forma de compreensão das vivências desses sujeitos e modo como compreendiam aquilo que liam.

⁷⁰ Erasmo de Roterdã, como apresentamos anteriormente, orientava que os leitores consultassem modelos impressos dessa técnica de destaque de enunciados, o seu exemplar de *De copia* ou um professor local.

⁷¹ Entre o conjunto de rubricas, destacam-se “Viniana” dedicada aos assuntos relativos ao vinho e a “Academica” para as “piadas internas, expressas sem delongas com um sotaque de Eton-Oxford”, e não necessariamente à enunciados de cunho acadêmico ou de estudo. Contudo, no livro de Madan é repleto de citações e “*bons mots*” organizados de modo a transmitir uma “visão de mundo coerente [...] imbuída do sabor de sua época” (DARNTON, 2010, p. 165-168).

circulam sem notas ou explicações que a justifiquem, apenas se justapõem “comentários pinçados de leituras e conversas” (DARNTON, 2010, p. 168).

Outro exemplo interessante apresentado por Darnton (2010) são os livros de lugares-comuns de Thomas Jefferson. Gilbert Chinard⁷², editor da primeira publicação desses livros, em 1928, afirma que Jefferson durante o período de seus quinze aos trinta anos copiou frases em folhas dobradas de papel almaço diversas frases e trechos de livros e autores. Posteriormente, as reuniu, selecionando aquelas que o interessavam, em um total de 123 páginas, encadernando-as de modo a passar a citá-las quando necessário, sem o acréscimo de novos trechos ou comentários. Aliás, pode-se estabelecer uma certa distinção nesse mesmo objeto entre “dois livros”, o primeiro de lugares-comuns de cunho “literário” e o segundo de lugares-comuns “jurídicos” que era amplamente mobilizado no trabalho que realizava como advogado e político. O historiador anuncia que dos “407 verbetes, 339 são citações de poesia” e que além disso, Jefferson optava por citar “romances seguros e clássicos”, aqueles amplamente conhecidos e estudados no período escolar

sob a orientação do reverendo James Maury, e como aluno do College of William and Mary: **Homero, Eurípedes, Horácio, Virgílio e Ovídio** – mas nunca **Platão**, que desprezava. **Seu Cícero não era o orador, mas o moralista lúgubre** das *Tusculanae disputationes*. Seus poetas britânicos incluíam favoritos da época, como Edward Young e James Thomson, além de Shakespeare, Milton e Pope. Mas os poemas que selecionava eram menos previsíveis que sua escolha de poetas. Por exemplo: tratava *Hudibras*, uma paródia de poemas heroicos escrita por Samuel Butler, como fonte de princípios morais, ao contrário de outros nativos da Virgínia, que a utilizavam para ridicularizar o puritanismo ianque. Jefferson, aliás, não exibe senso de humor algum em todo o seu livro de lugares-comuns. (DARNTON, 2010, p.164-165, grifo nosso).

De modo geral, a composição desses cadernos respondia a uma forma de ensino a que se foi exposto, como apoio na arte da argumentação, como forma de embelezamento de textos, como fomento da reflexão e também como forma de constituir um certo *ethos* erudito, quando da citação dessas frases dos cadernos. Contudo, mesmo diante de uma aparente naturalização dessa técnica e dos seus objetos, sua mobilização, em pleno século XX, era também alvo de críticas.

⁷² Darnton (2010) propõe uma discussão crítica acerca do modo como o editor interpretou esses cadernos de lugares-comuns de Thomas Jefferson. Para Gilbert Chinard esse objeto “era a chave que destrancaria a personalidade impenetrável de Jefferson, bem como sua visão de mundo” (DARNTON, 2010, p. 169), entretanto, o historiador assevera que esses objetos dizem respeito ao modo como liam e não à compreensão que faziam dos textos.

E no Brasil? Breve panorama de uma pedagogia nacional da seleção e uso de frases:

No Brasil, os exemplos que registram o uso sistemático e antigo dessa prática de coleção de frases como forma peculiar de apropriação dos textos lidos encontram-se, sobretudo, na tradição de ensino da Retórica, no século XVI e XVII, no âmbito da educação formal, em que se pode destacar o método de ensino jesuítico conhecido como *Ratio Studiorum*, relativo ao Plano de Estudos da Companhia de Jesus. Foi o método de ensino que pautou tanto a organização quanto a atividade dos numerosos colégios jesuíticos espalhados nos mais diferentes países, tendo como proposta central, por meio da educação, a integração harmônica entre população (súditos) e corpo político do Estado. Seu lema centrava-se na “subordinação livre”, interessada ao “bem comum” e que colocava a educação como agente do “tornar mais homem”. Hansen (2007), afirma que esse lema contemplaria as três faculdades

que, segundo a filosofia escolástica, definem a pessoa humana: a memória, a vontade e a inteligência. Ao fazê-lo, deve ensinar-lhes o autocontrole, visando a harmonia dos apetites individuais e a amizade do restante do corpo político do Estado. Por outras palavras, é “mais homem” quem aprende a agir segundo a *recta ratio agibilium* e a *recta ratio factibilium* da Escolástica, a reta razão das coisas agíveis e a reta razão das coisas factíveis, visando o “bem comum” da concordância e da paz do todo do Estado. (HANSEN, 2007, p. 25).

Conforme o especialista em Retórica jesuítica no Brasil, a presença da disciplina retórica no ensino do século XVI, acontecia de modo modesto, respaldado pelo emprego da arte de escrever cartas (*ars dictaminis*). Após o Concílio de Trento, passou a ser incorporada como uma das principais disciplinas do método jesuítico até o final do século XVIII, estendendo-se no Brasil até a segunda metade do século XIX, como consta no currículo do Colégio Pedro II⁷³.

No plano de ensino jesuítico, de 1599, a Retórica é responsável pelos “preceitos”, “estilo” e “erudição” que resumem e normalizam a essência de toda educação. Retomam-se os estudos das autoridades antigas, como as obras de Cícero, *Partições oratórias* e *De oratore*, a *Instituição oratória* de Quintiliano, entre outros, para servirem como modelos e preceitos de eloquência (cf. HANSEN, 2007).

No *Ratio Studiorum*, particularmente no que diz respeito às regras do professor de Retórica, incentiva-se a mobilização dos textos de Cícero como modelo de estudo. Dentre as atividades propostas, no item “exercícios para a sala de aula”, instrui-se a proposição

⁷³ Cf. Medeiros, 2019.

de atividades aos alunos, enquanto o professor realiza a correção de tarefas. Dentre outras atividades, eles são orientados a compilar frases “mais elegantes” da lição de Cícero. Desse modo, os alunos aprendem sistematicamente a exercer a prática de seleção de ‘frases’, de anotações em cadernos específicos como forma de conhecê-las, memorizá-las, empregá-las nas conversações cotidianas e, sobretudo, na escrita e na exposição oral de textos em situações públicas de interlocução. Assim, a incorporação dessa técnica visava tanto o seu uso em âmbito privado e espontâneo quanto era mobilizada de forma pública e institucional, como uma forma de instrução escolar e de estudo de textos (cf. LEONEL, 1952).

Desde a sistematização da Retórica, na Antiguidade, como conjunto de técnicas de uso da palavra oral e escrita, e de sua adoção como norte para o ensino da língua na tradição religiosa e posteriormente laica de toda a sociedade ocidental, a técnica de seleção de frases de autores célebres, em função de seu valor moral, estético ou de revelação de uma verdade é diversa e continuamente ensinada assim como aprendida no Ocidente, e especificamente no Brasil, do século XVII até a segunda metade do século XX.

A remanência dos discursos acerca dessa concepção do fazer autoral e da importância de um acervo de rastros de seu processo de produção encontra-se manifesto em várias práticas letradas e entre elas nos usos desses cadernos de notas, de lugar-comum, de recolha de enunciados. Não apenas entre escritores literários, outros artistas e intelectuais de campos diversos também se valeram dessa técnica e desse objeto cultural. Fora do campo literário esses objetos são menos comuns, mais raros de se encontrar, por seu uso mais particular e pela falta de tradição de sua preservação que condena ao silenciamento de sua existência histórica.

Buscamos na constituição do *corpus* da presente tese, certos indícios da realização dessa prática entre escritores da cultura letrada nacional. Foi por meio dos acervos de grandes figuras públicas brasileiras, tais como Rui Barbosa (Fundação Casa de Rui Barbosa) e Florestan Fernandes (Fundo Florestan Fernandes/DeCORE/UFSCar), que acedemos a esses objetos, isto é, aos cadernos de notas desses dois intelectuais, respectivamente, do século XIX e XX, e de seus manuscritos sistematizados nesses acervos para sua consulta *in loco* ou em plataformas digitais.

Ambos exemplificam, com suas notas, o apelo frequente a essa técnica de leitura e de escrita que atravessou as eras, sem com isso ter passado incólume por elas. Já não estamos diante do uso sistemático, externalizado, ensinado, aprendido e seguido como

metodologia valorizada e respeitada para a produção de novos textos. No entanto, ela persiste em suas linhas gerais, nos ecos de seu funcionamento. Ela se encontra nas notas menos sistematizadas de Rui Barbosa, que apela para vários gêneros, autores e línguas. Ela se encontra cuidadosamente mobilizada nos cadernos organizados da escrita institucional, acadêmica de Florestan Fernandes, de textos de gêneros mais homogêneos, de autores como ele, ligados à Academia, cujos excertos em língua estrangeira recolhidos, além de mais extensos, são prontamente traduzidos e por vezes comentados.

CAPÍTULO 2

OS LUGARES-COMUNS: UM PANORAMA HISTÓRICO DA TÉCNICA MNEMÔNICA DOS “TOPOI/LOCI” À TÉCNICA DAS COLETÂNEAS HUMANISTAS

Como dissemos, quando nos ocupamos do estudo discursivo de enunciados destacados de autores contemporâneos brasileiros que eram compartilhados em páginas do *Facebook*, fomos levados a pensar na possibilidade de que esse destacamento e compartilhamento de “frases” provenientes de repositórios *online* resultavam e eram fomentados pelas tecnologias digitais disponíveis. Contudo, constatamos que essa prática reatualizava um fenômeno cujas origens remontavam à Antiguidade clássica, ainda que de modo distinto e variado quanto a seus usos e formas de registro, quanto a sua validação e em suas apropriações singulares.

Tendo em vista esses ecos históricos de longa data, suas variações no tempo e no espaço, nos dedicamos, nesta tese, conforme já anunciado, a apreender o funcionamento dessa técnica em um objeto e em um contexto histórico e cultural bem específicos: com a análise de cadernos de notas de intelectuais brasileiros do século XIX e XX. Diferentemente dos usos a que se destinam as frases no *Facebook*, aquelas que constituem esses cadernos estão legadas a compor textos de produção e circulação mais restritas, institucionalizadas e legitimadas socioculturalmente. Sobre elas não recai o mesmo tipo de crítica do que em relação às primeiras, sendo sua coleta e uso reconhecidos e valorizados, e os objetos que as reúnem são conservados.

As frases que compõem esses cadernos de notas de intelectuais, embora equivalham às frases usadas nas páginas de usuários do *Facebook*, quanto às semelhanças no processo técnico de que se derivam (leitura de textos, seleção de algumas de suas frases, coleção dessas frases para usos diversos), de algumas de suas finalidades (ilustrar, valorizar, reforçar ou comprovar posições, embelezar outros textos), e dos efeitos de sentido que produzem (de erudição, de prestígio, de verdade de ancoragem em uma tradição legítima), ainda assim não gozam do mesmo prestígio, não são nem serão valorizadas da mesma forma, segundo a “ordem dos discursos” e a “ordem dos livros” que regem nossas relações com a cultura escrita e letrada.

Embora, do ponto de vista histórico, essas coletas de frases expressas nas folhas e nos cadernos de notas desses e de outros intelectuais no mesmo período, sejam os antepassados mais próximos historicamente desses usos atuais dos repositórios de frases

na internet, do ponto de vista cultural estamos diante de uma descontinuidade a ser descrita. Esta última não implica sempre a leitura do texto, em sua totalidade, que dá origem à frase destacada, nem implica um conhecimento e uma identificação extensiva de quem a emprega em relação à obra e a seu autor que produziram a frase. Seu uso pode ser meramente fruto do acaso do encontro da frase nas “navegações” sem rota que por vezes são feitas diante das telas, e da disponibilidade técnica, a um clique, nessas páginas de repositórios. O interesse e uso da frase pode, portanto, a identificação com o que ela enuncia pode resultar mais do reconhecimento da beleza, da importância, da adequação do que foi dito, do que propriamente da origem institucional da frase, sob a forma de um livro, da obra e do autor. Ainda que essa apropriação do fragmento pelo fragmento também possa ter se dado em outros tempos da história e por adultos e intelectuais, é a mudança de escala e de desenvolvimento técnico de seu acesso que parece ser o que nos faz ver diferenças e distâncias, rupturas e mudanças, onde poderia haver continuidades.

É em busca das continuidades e descontinuidades, dessa “leitura-coleta” e dessa “escrita-coleção” exercidas ao longo da história e em particular na contemporaneidade, que nos dedicamos nesta tese a analisar um de seus usos, uma parte de sua história, um período e um contexto bem peculiar, a partir de objetos, gêneros e autores pontuais. A análise dessas notas em folhas e cadernos de dois intelectuais brasileiros, herdeiros do exercício mais institucionalizado, seja por que foram expostos ao ensino mais sistemático dessa técnica nas escolas brasileiras no final do século XIX e começo do XX, seja por que seu emprego é uma exigência da rotina de trabalho em um campo, para a produção dos gêneros a que se destinam e exercido por sujeitos legitimados para o uso também legitimado dessa técnica.

Seus usos no século XIX e XX ecoam heranças de outros tempos e práticas. Eles são, em grande medida, herdeiros da técnica humanista das coletâneas de lugares-comuns, na Renascença, e essa, em grande medida, da técnica retórica dos *topoi/loci*, ou seja, dos “lugares”⁷⁴, na Antiguidade. Por essa razão, nos dedicamos de modo particular neste capítulo às considerações e reconstituições históricas do exercício dessa prática, tal como

⁷⁴ Os “*topoi*” ou “*loci*” são respectivamente os termos grego e latino traduzidos na tradição francesa como “*lieux*” e para o português como “lugares”. Em geral são usados no plural, mas é possível encontrá-los no singular como no grego “*topos*”, ou no latim “*locus*”, traduzidos como “lugar”. Eles equivalem de modo geral, ignoradas algumas nuances em suas definições por diferentes autores ao longo do tempo, a certas fórmulas, certas premissas gerais compartilhadas, certos princípios de raciocínio que regulam a produção de argumentos verossímeis, e que podem ser convocados, de acordo com as necessidades de argumentação, que por sua vez variam de um campo enunciativo a outro. Os “lugares” atuam como matriz semântica, como um ‘molde’ discursivo para argumentar.

abordadas por reconhecidos especialistas dedicados a seu estudo, da Antiguidade ao Renascimento europeu.

Dentre as pesquisas que se dedicaram ao estudo da prática de destacamento de frases e mais especificamente à técnica dos lugares-comuns, nos apoiamos em alguns estudos que se tornaram referência no tema, a saber, as pesquisas desenvolvidas pela estudiosa Ann Moss, em especial em seu livro “*Les recueils de lieux communs – apprendre à penser à la renaissance*” (2002)⁷⁵, no qual empreende um estudo de cunho histórico da prática de composição dessa técnica, da Antiguidade ao século XVII, priorizando o contexto europeu. Também nos valem das considerações desenvolvidas por Francis Goyet, em seu livro “*Le sublime du lieu commun*” (1996)⁷⁶, no qual também aborda e contextualiza a técnica retórica dos lugares-comuns no Renascimento. Também recorreremos aos estudos de Ann Blair acerca dos “*commonplace books*”⁷⁷, em diálogo com os dois anteriores, e que assim como eles abordou de modo detido as origens históricas e culturais dos cadernos de lugares-comuns. Assim, apresentamos aqui, de modo mais detido, um panorama histórico geral de usos e apropriações da técnica conhecida por “lugares comuns”.

Antecedentes históricos da técnica de seleção de frases: as “coletâneas de lugares comuns”

O emprego do termo “coletâneas de lugares-comuns”, tais como ficaram conhecidos a técnica e o objeto dela resultante, só ocorre no século XVI, com os humanistas na Renascença. Contudo, o termo “lugares-comuns” foi, até este momento da história, amplamente mobilizado, em uma polissemia de sentidos e usos. Goyet (1996), em seu trabalho *Le sublime du “lieu commun”*, aborda os usos variados das técnicas de emprego de “lugares-comuns”, de modo a restringir sua temporalidade entre o período 1515 a 1650, remontando e comparando à arte da descoberta de argumentos (*inventio*), própria da Retórica, à época da Antiguidade.

Tanto o termo “lugares” quanto o termo “lugares-comuns” são compreendidos como parte “integrante da *inventio*, que se reduz frequentemente a uma “tópica”, isto é, uma descrição de diversos “lugares” ou *topoi*, no qual se podem encontrar seus

⁷⁵ Cujo título original, em inglês, é “Printed Commonplace-Books and the Structuring of Renaissance Thought” (1996).

⁷⁶ Cf Goyet (1996).

⁷⁷ Cf. Blair (2000; 2012).

argumentos”⁷⁸ (GOYET, 1996, p. 7, *tradução nossa*). Contudo, o autor reitera haver, além desses dois termos, uma ampla gama de acepções que remetem ao mesmo procedimento e que não são unificadas pela tradição retórica. Essas acepções relativas ao emprego dos “lugares” podem ser divididas em três tipos gerais. O primeiro é compreendido de modo geral e amplo e corresponde aos “desenvolvimentos oratórios sobre um tema geral”⁷⁹. O segundo, nomeia um “cabeçalho de rubricas em qualquer catálogo”⁸⁰. Finalmente, o terceiro, diz respeito aos “lugares” de argumentação tradicionais do campo da retórica (GOYET, 1996, p. 58, *tradução nossa*).

O uso dos “lugares-comuns” como uma espécie de “cabeçalho de rubricas” é uma invenção do século XVI. Anteriormente ao período esse período, a menção aos termos “lugares” (*topoi*) ou “lugares-comuns” (*koinoi topoi*) aparece nos autores gregos mais antigos⁸¹, como Aristóteles, registradas em seus trabalhos, como em seu livro a *Retórica*. Na concepção aristotélica (e também na ciceroniana), os “lugares-comuns” podem ser associados a três coisas: “[...] à composição escrita, assim como ao discurso oral; ao discurso cujo propósito é o de homenagear ou criticar alguém de quem se fala [...]; e a uma capacidade letrada de discursar tanto a favor quanto contra qualquer assunto dado”⁸² (MOSS, 2002, p.21, *tradução nossa*). Assim, seu tratado de retórica versava sobre a construção de um método de argumentação que propiciasse elementos que garantissem a possibilidade de falar de tudo, valendo-se de premissas prováveis.

Reconstituímos, neste item, um breve panorama histórico dos usos e recomendações de uso dessa técnica de leitura e de escrita que será bastante conhecida como a técnica de “lugar-comum” pelo uso extensivo e valorativo que lhe foi dado pelos humanistas no século XVI, na Renascença, mas que fora usada e nomeada diferentemente nos períodos anteriores. Com base no amplo e bem fundamentado histórico realizado por Moss (2002), nos dedicamos nosso próximo item a sintetizar esse panorama, relativo à Antiguidade Tardia, à Idade Média e ao Renascimento.

⁷⁸ [...] prenante de l'*inventio*, qui se réduit souvent à une « Topique », c'est-à-dire à une description des divers lieux ou *topoi* où l'on peut trouver ses arguments » (GOYET, 1996, p. 7).

⁷⁹ «[...] développements oratoires sur une thème général » (GOYET, 1996, p. 58).

⁸⁰ «[...] des têtes de rubrique, dans quelque catalogue que ce soit » (GOYET, 1996, p.58).

⁸¹ De acordo com Pietra (1987) a paternidade do conceito de “lugar-comum” deve ser atribuída a Protágoras.

⁸² « [...] la composition écrite au moins autant que le discours; le discours dont le but est l'éloge ou le blâme de ce dont il parle [...]; et un aptitude de lettré à discours aussi bien pour ou contre n'importe quel sujet donné » (MOSS, 2002, p.21, *tradução nossa*).

“Lugares” e “Lugares-comuns” na Antiguidade e na Antiguidade Tardia

Os estudos aristotélicos que introduzirão de modo mais sistemático o tema e o emprego da técnica retórica dos “lugares” vão ser tardiamente estudados na Europa Ocidental. Segundo Moss (2002), a entrada desses estudos nos cursos foi bastante tumultuada, o que restringiu o acesso aos *Tópicos*⁸³ de Aristóteles nos programas universitários apenas ao século XIII, ainda assim na esteira dos estudos finais da *Lógica nova*, de modo a associar os estudos dos *topoi*⁸⁴ à lógica:

A própria Retórica parece ter tido uma audiência mais restrita do que as obras de Aristóteles sobre a lógica, pelo menos até meados do século XVI. E, enquanto as *Tópicas* foram incluídas no programa de lógica das universidades medievais, a Retórica, introduzida no final do século XIII, na tradução latina, teve maiores chances de se encontrar associada às obras de Aristóteles sobre ética e política⁸⁵. (MOSS, 2002, p. 23, tradução nossa).

O emprego do “lugar-comum” é definido por Aristóteles como uma estratégia de condução de um raciocínio argumentativo a partir de modelos e de processos de descoberta de argumentos. Esse processo consistiria no estudo da definição, da propriedade, do gênero, do acidente, no levantamento e emprego de “lugares”, ou seja, de *topoi* adequados e mobilizáveis na argumentação⁸⁶. Segundo Perelman e Tyteca

⁸³ Os *Tópicos* de Aristóteles é uma das seis obras que compõem o *Organon*. Em *Tópicos*, Aristóteles dedicou-se a caracterizar os argumentos *dialéticos*, os relacionando com os argumentos *apodíticos* ou demonstrativos, com os argumentos *erísticos* e com as *pseudoconclusões*. Pode-se dizer que a diferenciação entre os argumentos *dialéticos* (os da *tópica*) dos *apodíticos*, de acordo com Atienza (2000), se dá, pois “partem do simplesmente provável ou verossímil, e não de proposições primeiras ou verdadeiras. Quanto ao mais, contudo, as conclusões dialéticas são iguais às apodíticas e, ao contrário das erísticas e das pseudoconclusões formalmente corretas. A diferença essencial reside, pois na natureza das premissas, que no caso dos argumentos dialéticos são *endoxa*, isto é, proposições que parecem verdadeiras a todos ou ao mais sábios, e dentre estes também a todos ou à maior parte, ou aos mais conhecidos ou famosos”. Assim, o autor afirma que Aristóteles se ocupa também “da descoberta das premissas, da identificação do sentido das palavras, da descoberta de gêneros e espécies e da descoberta de analogias” (ATIENZA, 2000, p. 63-64).

⁸⁴ Aristóteles compreende os *topoi* como os argumentos disponíveis em materiais já dados, isto é, oriundos dos conhecimentos partilhados entre os sujeitos, recuperados pelos seus usos e suas leituras. Esses lugares eram classificados em lugares próprios (*loci proprii; ídion tópoi*), “aqueles específicos de uma ciência particular” e lugares-comuns (*loci communes; koinoi tópoi*) que podem ser empregados “em qualquer campo discursivo” (FIORIN, 2015, p. 94)

⁸⁵ « La Rhétorique elle-même semble avoir eu une audience plus restreinte que les œuvres d’Aristote sur la logique, du moins jusqu’au milieu du seizième siècle. Et, tandis que les Topiques étaient incluses dans le programme de logique des universités médiévales, la Rhétorique, introduite à la fin du treizième siècle, en traduction latine, avait plus de chances de se trouver associée aux œuvres d’Aristote sur l’éthique et le politique » (MOSS, 2002, p. 23).

⁸⁶ São exemplos de *topoi*, ou de “lugares”, o “lugar” da quantidade (quando algo é preferível a outro em função da quantidade); o lugar da qualidade (quando algo é considerado melhor do que outro em função de seu caráter único, raro, exclusivo); o lugar da pessoa (quando se explora em relação a uma pessoa características que lhe seriam constitutivas, próprias, e que gozam de valor em uma sociedade, como sua dignidade, seu mérito, sua importância). A esse respeito, cf. Perelman e Tyteca (1996); Fiorin (2015).

(1996), os “lugares” era primitivamente caracterizados por uma certa generalidade que permitia seu emprego em diversas situações. Essa “degenerescência da retórica”, bem como “a falta de interesse dos lógicos pelos estudos dos lugares-comuns” culminou naquilo que os autores classificaram como uma “consequência imprevista [...] de desenvolvimentos oratórios contra o luxo, a luxúria, a preguiça, etc., os exercícios escolares fizeram repetir até a náusea, fossem qualificados de lugares-comuns” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 94-95). Ademais, esses “lugares”, podiam ser compreendidos como proposições prováveis que não são necessárias, mas são de conhecimento geral. Essa concepção aristotélica difere-se das propostas de parte da elite erudita, que continuou influenciando alguns estudos acerca dos “lugares” à época. Essas elites compreendiam o argumento como sendo as conclusões aceitas por todos, cabendo ao grupo erudito ser responsável pela validação e pela condução dos argumentos.

Os “lugares-comuns” visam estabelecer e certificar que um termo é sempre empregado no mesmo sentido, que nós não recorremos a sua homonímia e para criar sinônimos, que nós não lhe atribuímos uma extensão abusiva que, por exemplo, se um predicado é afirmado ou negado universalmente acerca de um tema, ele é aceitável em todas as suas ocorrências⁸⁷. (PIETRA, 1987, p. 97, *tradução nossa*).

Dentre as obras analisadas por Moss (2002) nesse período, o trabalho de Cícero em *Tópica* merece destaque, uma vez que se dedicou, na esteira de Aristóteles, a conceber a noção de “lugares”, empregada na “arte do discurso”, na Retórica, particularmente, na judiciária. Para ele, o “lugar” se constitui como “uma fórmula”, que se oferece para organizar a fala com finalidade argumentativa, com vistas a convencer o auditório. Por isso, ele se dedica, em grande parte de sua obra, à enumeração e à definição desses processos de argumentação. Para a autora, essas definições dos processos de argumentação intitulados de “sedes” são muito mais claras e simples do que aquelas propostas por Aristóteles (proposições prováveis), garantindo assim, seu espaço de importância na história dos “lugares”.

Goyet (1996), acrescenta ainda que nessa lógica da retórica judiciária, o gênero “lugares-comuns” é mobilizado para “provocar uma indignação em relação a um fato ou para advertir e estar vigilante em relação à piedade”⁸⁸ (GOYET, 1996, p.89, *tradução*

⁸⁷ « Les lieux communs visent à établir et vérifier qu’un terme est toujours pris dans le même sens, qu’on n’a pas joué de son homonymie et fait fonctionner des synonymes, qu’on ne lui a pas attribué une extension abusive, que, par exemple, si un prédicat est affirmé ou nié universellement d’un sujet, il est valable dans tous le cas » (PIETRA, 1987, p. 97).

⁸⁸ “[...] provoquer l’indignation contre un fait, ou pour mettre en garde contre la pitié » (GOYET, 1996, p.89).

nossa). Desse modo, eles são passíveis de transformar um discurso “puramente” judiciário em algo que poderíamos caracterizar como um discurso político.

Um tipo de “lugar”, citado nas obras de Cícero, amplamente reconhecido na Idade Média⁸⁹, corresponde ao do “testemunho por citação”⁹⁰, isto é, citações retiradas de dizeres ou de escritos de especialistas respeitados nos mais diversos domínios, como oradores, filósofos, poetas e historiadores. Segundo Moss (2002), a própria coleta desses enunciados implica, por si mesma, um processo de reflexão, diferenciando-se dos “lugares” de Aristóteles que são, antes, a base da dedução para empreender a argumentação, pautando-se em discursos de sábios e de homens célebres. Assim, na concepção aristotélica, a mobilização de “lugares” se vale de *auctoritas* para a construção da argumentação a partir de suas opiniões.

Diferentemente, para Cícero, em *Tópica*, “[...] as opiniões específicas de autores respeitados tornaram-se, por auto-validação, elementos constitutivos, lugares de prova numa dada argumentação”⁹¹ (MOSS, 2002, p. 25, *tradução nossa*). Nesse caso, os usos e apoio em autores equivalem a um mecanismo de auto validação dos argumentos. A definição dos “lugares”, tanto por Aristóteles quanto por Cícero, consistia em técnicas e estratégias que propiciassem qualidades à constituição do bom orador. Assim, os *topoi* exerciam, ao mesmo tempo, i) um papel orientador do processo de raciocínio dialético universalmente aplicáveis, ii) pontos específicos para assuntos úteis à Retórica, e iii) proposições que constroem premissas dos diferentes domínios de saberes (Cf. MOSS, 2002, p. 24).

A coleta desses “lugares” pressupunha por parte do orador uma postura moral, um uso com função moralizante, assim como o domínio de técnicas de memorização, já que “sem aptidão para memorizar, o orador em ação poderia se perder no labirinto de lugares de argumentação que havia planejado em seu escritório”⁹² (MOSS, 2002, p. 28, *tradução nossa*). Desse modo, “a aprendizagem da memorização” estava intrinsecamente ligada ao aprendizado da elocução por meio de técnicas que possibilitariam o domínio de mecanismos mnemônicos, sendo *Rhetorique Ad Herennium*⁹³, uma das obras atribuídas

⁸⁹ Segundo Moss (2002) pelo intermédio de Boécio.

⁹⁰ *Témoignage par citation* (cf. MOSS, 2002).

⁹¹ « [...] les opinions spécifiques d’auteurs respectés sont devenues, par auto-validation, des éléments constitutifs, des lieux de preuve dans une telle argumentation » (MOSS, 2002, p. 25).

⁹² « sans aptitude à mémoriser, l’orateur en pleine action risquait de se perdre dans le dédale de lieux d’argumentation dont il avait dressé la carte dans son cabinet » (MOSS, 2002, p. 28).

⁹³ É uma obra que versa sobre a teoria retórica e a memória atribuindo aos “loci” uma função retórica ou de persuasão clara. Sua autoria é desconhecida, sendo atribuída a Cícero apenas no século XV pelos humanistas Lorezendo Valla e Raphael Regius (cf. MOSS, 2002).

a Cícero, a fonte amplamente reconhecida e de grande importância para o desenvolvimento dos sistemas de “memória artificial”, nos quais, segundo a autora, a noção de “lugares” se torna crucial:

Essa ideia de disposição dos *loci* em um espaço físico se encontra em grande parte dos escritos do século XVI, quando esses escritos tomam a forma de catálogos de objetos a serem revisados. Por outro lado, não se adequa muito bem às listas de lugares nas coletâneas de lugares comuns⁹⁴. (MOSS, 2002, p. 29, tradução nossa).

Não apenas a noção de *loci*⁹⁵, deve ser mobilizada para a constituição da memória artificial. Ela demanda a relação com a “imagem” que é compreendida por Cícero como as formas e as marcas daquilo que é desejável lembrar. Nesse contexto, *loci* é um objeto pré-definido na natureza, passível de ser memorizado de modo natural, como a imagem de um cavalo ou uma casa, por exemplo. Assim, a cada vez que é necessário memorizar um discurso ou algo próximo a esse gênero, deve-se estabelecer essa combinação entre *loci* e imagens de maneira a produzir uma associação de memória (cf. MOSS, 2002). Ademais, essa relação pode ser compreendida pela metáfora apresentada segundo a qual “os lugares assemelham-se muito a tábuas de cera ou rolos de papiro; as imagens, a letras: a disposição e colocação das imagens, à escrita; a pronúncia, à leitura”⁹⁶ (Cícero *apud* MOSS, 2002, p. 29, tradução nossa).

Apesar da concepção de memória perpassar os autores das coletâneas de lugares-comuns, no século XVI, ela não se configura tal como apresentada por Cícero, e sua designação dos “lugares” como “loci”. Para os humanistas, sua concepção dos “lugares”, e não de *loci*, que se restringiria a espaço físico, se caracteriza como tudo aquilo que deve ser lembrado e, conseqüentemente, deve ser armazenado. Assim, uma questão crucial para a prática humanista é “exercitar” e “nutrir” a memória.

Outra dimensão que merece destaque na obra *Ad Herennium*, tida como uma das heranças fundamentais para os humanistas, é a preocupação com a maneira segundo a qual os “lugares” devem ser ordenados (cf. MOSS, 2002, p. 29). Essa preocupação

⁹⁴ « Cette idée de la disposition des *loci* dans un espace physique se retrouve dans une grande partie des écrits du seizième siècle lorsqu'ils prennent la forme de catalogues d'objets à passer en revue. En revanche elle ne convient pas très bien aux listes de lieux dans les recueils de lieux communs » (MOSS, 2002, p. 29).

⁹⁵ O termo « loci » representa em latim os “lugares”, sendo empregado por Cícero que, como assevera Moss (2002), o mobiliza, em última instância, a partir de uma ideia de “lugares” de argumentação que é derivada das *Tópicos* de Aristóteles, no entanto, distintamente pois é “através de palavras que codificam o conceito de lugar e fornecem uma fórmula para falar dele” (MOSS, 2002, p. 24)

⁹⁶ « les lieux sont exactement comme des tablettes de cire ou des feuilles de papier, les images comme des lettres, l'agencement et la disposition des images comme l'écriture, et leur mise en œuvre dans le discours comme la lecture » (CÍCERO *apud* MOSS, 2002, p. 29).

perpassa os escritores clássicos e compiladores das coleções impressas. Estes últimos, ora valiam-se da ordenação entre associações de ideias, ora empreendiam uma ordem alfabética mais ou menos estrita.

Talvez um dos grandes contribuidores para a elaboração dos cadernos de lugar-comum, tal como concebidos pelos humanistas, seja Quintiliano. Sua obra *Instituição Oratória* elaborada, por volta de 150 anos após o *corpus* de Cícero, é um tratado de educação oratória no qual combina pedagogia e retórica. Moss (2002) reitera que à época de Quintiliano havia uma variedade de manuais de retórica, livros teóricos, modelos de coleta de discursos e de “lugares-comuns” à disposição.

Uma das heranças mais marcantes desse período legada aos humanistas é o sentido de “lugar comum”, que já possuía uma carga de “moralidade” quando do ensino de Retórica no currículo educacional (na prática judiciária romana) na redescoberta de Quintiliano. Com ela herdaram não somente o sentido do termo, mas também o vocabulário, os exemplos já existentes e empregados nos seus exercícios escolares, além da crítica à “memória artificial”. Para Quintiliano, o melhor método mnemônico é a cópia (ou reescrita) das citações selecionadas e extraídas dos livros de filósofos e poetas, dos ditos de pessoas renomadas, de provérbios, isto é, o exercício de seleção e cópia por si mesmo e sua posterior inserção em textos de produção própria:

Citar uma fonte qualificada era, como já vimos na *Tópica* de Cícero, uma linha de argumentação aceitável, uma *auctoritas*⁹⁷. Além disso, a inserção de citações, especialmente em versos, mostra sua cultura e entretém seu público lhes oferecendo um prazer poético [...] Quintiliano recomenda aos seus alunos que memorizem tais *loci* (entendidos como passagens para citar como *auctoritates*). Isso será para eles um exercício de memória, formador do estilo por imitação dos melhores autores, graças a um processo de osmose inconsciente, que lhes proporcionará um tesouro de palavras, de modelos de estruturas de frases e de expressões figuradas e lhes permitirá adquirir um verdadeiro talento de citação⁹⁸. (MOSS, 2002, p. 33, *tradução nossa*).

⁹⁷ *Auctoritas* é compreendida no seio da retórica, como uma forma de autorização dos enunciados. Hansen (1992) caracteriza como “a norma verossímil de discursos propostos como tradição escalonada em gêneros e formas retórico-poéticas específicas, concebidos em Roma como “clássicos”. Ademais, a palavra *auctor* era tomada como “fiador” e “proprietário” (Cf. HANSEN, 1992, p. 22-29). Chartier (2014), afirma também que escritores da Antiguidade ou membros de uma tradição Cristã, se enquadravam nessa categoria. (Cf. CHARTIER, 2014)

⁹⁸ « Citer une source accréditée était, comme nous l’avons déjà vu dans le *Topica* de Cicéron, une ligne d’argumentation acceptable, une *auctoritas*. Qui plus est, l’insertion de citations, tout particulièrement en vers, montre votre culture et divertit votre auditoire en lui offrant un plaisir poétique [...] Quintilien recommande à ses élèves d’apprendre par cœur tels *loci* (pris dans le sens de passages à citer comme *auctoritates*). Ce sera pour eux un exercice de la mémoire, formateur du style par imitation des meilleurs

Assim, apesar de fornecer um “exemplo paradigmático” de um dos temas que se tornou amplamente reconhecido durante a Renascença, como o mal-uso dos lugares-comuns⁹⁹, Quintiliano não desenvolve seu método, ou seja, não proporciona diretrizes acerca do modo de seleção e extração, de sua conservação e posterior utilização dos enunciados eleitos.

Outra referência dos humanistas, quanto aos “lugares-comuns” é Sêneca, que aproximadamente 50 anos antes de Quintiliano, como afirma Moss (2002), analisou este processo de seleção e reprodução de excertos, ora descrevendo-os, ora prescrevendo-os de maneira a focar particularmente, no uso de metáforas: “um dos traços marcantes das coletâneas de lugares-comuns no início da era moderna, está ligado a um código linguístico composto por um certo número de metáforas fundamentais”¹⁰⁰ (MOSS, 2002, p. 34, *tradução nossa*). Assim, é por meio de metáforas que Sêneca reitera a necessidade de “imitar as abelhas” como procedimento para a recolha de enunciados:

Nós deveríamos imitar as abelhas, escreve ele, e deveríamos guardar em compartimentos separados tudo o que coletamos em nossas várias leituras, porque aquilo que conservamos separadamente mantém-se melhor. Depois, executando todos os recursos do nosso próprio talento, nós deveríamos misturar todos variados néctares que experimentamos, a fim de transformá-los em uma doce substância homogênea, de modo que, mesmo que os componentes de onde provêm sejam reconhecíveis, ela aparecerá absolutamente diferente do que eram em seu estado original¹⁰¹. (SÊNECA *apud* MOSS, 2002, p. 35, *tradução nossa*).

Dentre as metáforas mobilizadas por Sêneca a mais conhecida e amplamente utilizada por diversos autores posteriores, e até mesmo seus contemporâneos, foi essa da comparação com o processo de fabricação do mel. Realizado pelas abelhas, esse processo

auteurs, grâce à un processus d’osmose inconsciente, qui leur fournira tout un trésor de mots, de modèles de structures de phrases et d’expressions figurées et leur permettra d’acquérir un véritable talent de la citation » (MOSS, 2002, p. 33).

⁹⁹ A concepção de “lugar” para Quintiliano se difere da proposta por Aristóteles e Cícero. Se para Aristóteles o conceito de “lugar” significava antes é compreendido como os argumentos disponíveis em materiais já dados e para Cícero equivaleria a uma fonte, ou melhor, uma “sede” da argumentação, “*argumentorum domicilia*”, uma base na qual podem ser encontrados os argumentos, Para Quintiliano, apoiado em grande medida na definição ciceroniana, essa “sede”, ou seja, esses “lugares” significa também, “onde as possibilidades de argumentação aguardam ser descobertas e de onde devem ser extraídas”, de modo que para ele os “lugares” são tomados como predicados de pessoas ou de coisas. (MOSS, 2002, p.31).

¹⁰⁰ « l’un des traits marquants de recueil de lieux communs au début de l’ère moderne, c’est qu’il est lié à un code langagier composé d’un certain nombre de métaphores fondamentales » (MOSS, 2002, p. 34).

¹⁰¹ « [...] nous devrions imiter les abeilles, écrit-il, et devrions garder dans des compartiments séparés tout ce que nous avons recueilli dans nos diverses lectures, car ce que l’on conserve séparément se garde mieux. Puis, mettant en œuvre toutes les ressources du talent qui nous est propre, nous devrions mêler tous les nectars variés que nous avons goûtés, afin de les changer en une douce substance homogène, de telle manière que, même si les composants dont elle est issue sont reconnaissables, elle apparaisse tout à fait différente de ce qu’ils étaient en leur état original » (SÊNECA *apud* MOSS, 2002, p. 35).

se inicia na seleção das melhores flores e, portanto, do melhor material, neste caso do pólen, que após sua recolha é estruturado em alvéolos onde conjuntamente fabricam um “produto final”, o mel. Ao reiterar a necessidade de imitarmos as abelhas, Sêneca compara as etapas do processo de fabricação do mel à recolha dos enunciados, começando por sua seleção, sendo que os melhores textos devem ser eleitos para que após a sua recolha e junção em cadernos, o produto final seja de qualidade e atenda ao objetivo daquele que a ela recorre.

Outra metáfora por ele empregada compara esse processo de seleção, destaque, adaptação e reagrupação de frases ao sistema digestivo humano. Da mesma forma que o alimento em nosso corpo, para transformar-se nos nutrientes a serem absorvidos necessários ao nosso desenvolvimento e sustentação, fica durante um período como uma massa inerte, demandando que os processos de transformação aconteçam, o mesmo ocorre com as frases, isto é, com o conteúdo selecionado dos grandes textos. É necessário que sejam digeridos e assimilados, caso contrário, como afirma Moss (2002) apoiada nas considerações de Sêneca, nossa memória pode absorver alguns dos conteúdos selecionados, e conseqüentemente crescer, entretanto, nossas capacidades naturais não podem fazer o mesmo.

Para Aristóteles, especificamente, os “*topoi*” são do campo da dialética e correspondem aos argumentos mobilizados nas proposições de opiniões já consolidadas em um determinado campo, guiando o raciocínio num processo lógico que estabelece relação com aquilo que se visa argumentar. Assim, caracterizam-se como “lugares conhecidos dos quais esses argumentos podem ser retirados” (SARTORELLI, 2012, p. 256). Já em Cícero, esses tópicos ou “*loci*” são *sedes* de argumentação que se caracterizam como “os lugares em que os argumentos são encontrados” (SARTORELLI, 2012, p. 257). Seus *Tópicos* constitui um método que propicia “a descoberta dos argumentos” que vai além da dialética, centralizando-se na retórica judiciária.

De maneira a se aproximar da concepção de *tópicos* de Cícero, Quintiliano também se vale da relação entre os “lugares” e as “imagens”. Para o autor a recordação do espaço físico, com suas devidas especificidades, possibilitam a mobilização das imagens que “serão associadas ao discurso que se deseja lembrar” (LIMA, 2016, s/p). Esses lugares podem ser divididos em “memória para coisas” que se referem às informações, argumentos, ideais ou relativos à coisa em si, e em “memória para palavras” voltando-se às palavras específicas e às imagens relacionadas. Desse modo, a organização

do discurso demanda lembrar “imagens que representariam cada palavra de uma oração, de um período, de um discurso” (LIMA, 2016, s/p).

Diferentemente de Quintiliano, Sêneca não mobiliza em suas composições metafóricas, nem na posição de leitor nem na posição de escritor o termo “locus”, caro para a retórica e a dialética. Seus trabalhos configuram-se como uma escrita com finalidade privada, não se dedicando, portanto, a estabelecer um tratado sobre a arte pública da retórica. Moss (2002) afirma que “a ligação entre [o emprego de uma metáfora sobre o método de coleta das frases] e a teoria dos lugares teria provavelmente parecido extremamente tênue aos contemporâneos de Quintiliano e de Sêneca”¹⁰² sendo crucial para o entendimento dos “lugares-comuns” na Renascença (MOSS, 2002, p. 36, *tradução nossa*).

Heranças, diálogos e usos dos “lugares” da Antiguidade ao longo da Antiguidade Tardia e da Idade Média

É ao escritor romano Macróbio (séc. IV)¹⁰³, ao longo de toda Idade Média e no começo da Renascença, que é atribuída a reformulação mais conhecida da metáfora das abelhas de Sêneca, apresentada no prefácio da obra do romano intitulada *Saturnalia*. Esse material não é tido nem como um tratado de retórica, nem como uma carta particular, tendo sido escrito por “um pequeno grupo de amigos com gostos semelhantes, uma elite culta, que troca informações eruditas e toma nota do que é digno de ser lembrado”¹⁰⁴ (MOSS, 2002, p. 37, *tradução nossa*).

Ademais, há diferenças entre as propostas de Sêneca e Macróbio, mesmo que este venha a beber naquela fonte. Um exemplo é a maneira como este opta pela ordenação de seu material, a recolha sem distinção das fontes utilizadas, de períodos históricos e temas. Diante dessa constatação, Moss (2002) acrescenta que, considerando as anotações empreendidas após a leitura de Virgílio por Macróbio, pode-se vislumbrá-lo no papel de compilador e de “*passer de savoir*”¹⁰⁵. Ele realizava esse processo de compilação de modo relativamente aleatório, se comparado aos retóricos, anotando em folhas, de modo a se lembrar do que leu e a facilitar consultas posteriores.

¹⁰² « le lien entre ce passage et la théorie des lieux aurait probablement semblé extrêmement ténu aux contemporains de Quintilien et de Sénèque » (MOSS, 2002, p. 36).

¹⁰³ É escritor, filósofo e filólogo romano que exerceu grande influência na Idade Média principalmente na tradição filosófica grega pagã.

¹⁰⁴ « un petit groupe d’amis aux goûts semblables, une élite cultivée, qui échange des informations érudites et prend note de ce qui est digne d’être retenu » (MOSS, 2002, p. 37, *tradução nossa*).

¹⁰⁵ Compreendemos « *passer de savoir* » como « transmissor de conhecimento ».

Para o próprio Macróbio, sua obra não deveria ser considerada como um exercício de estilo, conforme descreve Moss (2002), mas antes como uma coleção de “coisas” do passado que por razões diversas merecem ser conhecidas, e por isso devem ser expressas da forma mais adequada quanto possível, seja em sua forma original, preservando da melhor maneira a história do conceito mobilizado, seja reformulado, por meio de paráfrases, mas ainda assim com a maior clareza possível.

Assim, desejando a validação de seu método, Macróbio recorre, em suas próprias instruções, ao empréstimo das palavras de Sêneca: “devemos imitar as abelhas”. Ele não cita o autor dessa metáfora, e a intercala com paráfrases que objetivam esclarecer o pensamento de seu autor, adicionando ao texto original um comentário interpretativo, conforme constatou Moss (2002):

significativamente, as abelhas de Macróbio fazem sua colheita nas flores, elas reúnem e ordenam, mas a produção de mel, que para Sêneca era o propósito de sua atividade, é omitida de todas as formas [por Macróbio], marginalizada na transcrição incompleta que ele dá do original. [...] O que interessa a Macróbio é a relação com o conjunto das partes reunidas, não o problema do modo segundo o qual o novo autor deve se comportar para se apropriar de seus empréstimos¹⁰⁶. (MOSS, 2002, p 38, *tradução nossa*).

Dessa maneira, Macróbio, diferentemente dos retóricos, que se valiam explicitamente, como método de suas produções, da técnica dos lugares-comuns, não é tão sistemático como eles na explicitação dessa fonte e dessa técnica na sua escrita, embora dela se valha regularmente, tal como se pode constatar com os usos que fez da metáfora das abelhas, que é tão cara aos autores dos lugares-comuns (cf. MOSS, 2002).

Essas coleções de citações, diferentemente do que eram para Cícero e Quintiliano – ferramentas para reforço do discurso retórico, variações e formação estilísticas –, são para Macróbio uma forma de revisitação do passado, de modelagem da memória, bem como uma maneira de empreender uma reconstrução cultural pautada na ordem dos objetos do passado, que o colocam, como afirma Moss (2002) na posição de seu guardião. Ademais, essas coleções de citações empreendidas por Macróbio são ainda formas de estruturar o universo das coisas lidas e de se desenvolver intelectualmente, e atuam na

¹⁰⁶ « de manière significative, les abeilles de Macrobe font leur récolte dans les fleurs, elles réunissent et ordonnent, mais la production de miel, qui pour Sénèque était le but de leur activité, est omise ou, à tout le moins, marginalisée dans la transcription incomplète qu’il donne de l’original. [...] Ce qui intéresse Macrobe c’est la relation au tous des parties réunies, non le problème de la manière dont le nouvel auteur doit s’y prendre pour s’approprier ses emprunts » (MOSS, 2002, p. 38).

recuperação e na conservação, mesmo que de modo precário, de uma “ideologia em processo de desaparecimento” (MOSS, 2002, p. 40).

Moss (2002) destacam outros autores, tal como Macróbio (370-430), outros autores no século seguinte, como Boécio (480-524)¹⁰⁷, também se preocuparam com a ordenação e a conservação do conhecimento intelectual da Antiguidade, na Antiguidade tardia. Dentre suas obras, a autora destaca os comentários que o autor fez da *Tópica* de Cícero, em seu livro *De differentiis topicis*, no qual apresentou uma síntese das teorias tópicas de Aristóteles e Cícero, estabelecendo uma relação entre o entendimento dos “lugares” na prática da Lógica e na Retórica. Boécio volta-se ao conceito de “locus” apenas para mobilizá-lo como um mecanismo no fornecimento de uma evidência para argumentação. Diferenciando-se de outros autores, não se vale dos *auctoritas*, já que para ele essa era uma linha fraca de argumentação. Esse seu ponto de vista lhe exigiu, na escrita de suas obras, a fabricação de exemplos de proposições para sua análise, de modo a não recorrer a citações ilustrativas de fontes outras, diversas daquelas de seus próprios textos filosóficos de base (Cf. MOSS, 2002).

Séculos depois, o pensador francês João de Salisbury¹⁰⁸, na metade do século XII, se inspira nas metáforas e nos trabalhos de Macróbio, que ele reconhece como um autor que em sua obra associou a linguagem aristotélica e a metafórica florida de Sêneca (Cf. MOSS, 2002), empregando uma “linguagem de digestão cultural”, como assevera Moss (2002). Ao reconhecer esse modo singular de apropriação dos textos, empreendido por Macróbio, Salisbury afirma que “certos alimentos, diz ele, podem ser digeridos com lucro, outros são rejeitados com muita energia, outros são adequados para homens de forte constituição e outros são lucrativos para os fracos”¹⁰⁹ (MOSS, 2002, p. 45, *tradução nossa*). Comparando alimentos a livros, o autor francês afirma que estes não se destinam a todos da mesma maneira. Para Salisbury, há conteúdos que apenas homens de “espírito de bem” serão capazes de reconhecer, selecionar e se afastar do que não é edificante para a moral.

A fim de prevenir a exposição ao “perigo”, o autor aconselha que é muito mais prudente ler livros e escritores católicos do que ficar exposto à literatura pagã, recomendando sua leitura apenas para aqueles cuja fé é consolidada. Ele afirma também

¹⁰⁷ Filósofo, poeta e teólogo romano.

¹⁰⁸ Atuou em diversos cargos na Igreja Católica, como bispo de Chartres no século XII.

¹⁰⁹ « certains aliments, dit-il, peuvent être digérés avec profit, d'autres sont rejetés avec beaucoup d'énergie, certains conviennent aux hommes de forte constitution et d'autres sont profitables aux faibles » (MOSS, 2002, p. 45).

que é “o estudo aplicado de livros específicos que torna alguém realmente sábio, e é o cuidado que se toma na escolha dos melhores que torna alguém realmente virtuoso”¹¹⁰ (SALISBURY *apud* MOSS, 2002, p. 45, *tradução nossa*).

Assim, ao citar a metáfora de Sêneca sobre as abelhas, ele o faz incluindo uma forte censura moral, de modo a recomendar que os textos sejam ordenados de acordo com os modelos e a moral cristã, evidenciando assim sua característica de leitor atento “capaz de reconhecer no texto de Macróbio tanto o novo produto quanto as partes que o compõem, exatamente como o próprio Macróbio imaginou que seu leitor deveria fazer”¹¹¹ (MOSS, 2002, p. 46, *tradução nossa*).

A concepção de “lugares” da Antiguidade, tal como foi problematizada na Antiguidade tardia por Boécio, foi retomada por São Tomás de Aquino¹¹² (séc. XIII), que se valeu da sua sistematização da dialética e da retórica. Para tanto, ele precisa justificar e adequar essa apropriação ao paradigma medieval, e por isso religioso, do debate lógico. Embora reconheça, da mesma forma como os teólogos escolásticos, a diferença da citação bíblica daquelas de outras obras, e a considere um modo de argumentação teológico amplamente válido e eficaz e considere a Escritura Religiosa como um modo de registro de revelação divina em que a religião cristã se funda, para se valer das ideias e técnicas dos filósofos pagãos, ele então precisa defender que esses filósofos podiam alcançar o conhecimento da verdade, mesmo sendo pagãos, e não dispondo portanto da sabedoria advinda da “revelação divina”, porque eram providos de uma “razão natural”. Isso o autorizava a citá-los legitimamente como “testemunhos da verdade”, desde que se tome algumas precauções. Suas citações demandam classificações distintas, devendo ser consideradas como probabilidades, e não como verdades cristãs, já que “citações da Bíblia tinham força lógica, status de verdade ao qual nenhum outro texto citado poderia ter reivindicado antes”¹¹³ (MOSS, 2002, p.50, *tradução nossa*).

Dos ecos da técnica Antiga aos seus objetos Medievais: os *Livros de horas* e os *Florilegium*

¹¹⁰ « l'étude appliquée de livres particuliers qui rend vraiment savant et le soin que l'on met à choisir les meilleurs qui rend vraiment vertueux » (SALISBURY *apud* MOSS, 2002, p. 45).

¹¹¹ « capable de reconnaître dans le texte de Macrobie à la fois le produit nouveau et les parties qui le composent, exactement comme Macrobie lui-même envisageait que devait le faire son lecteur » (MOSS, 2002, p. 46).

¹¹² Frade católico italiano da Idade Média.

¹¹³ « des citations de la Bible avaient force logique, statut de vérité auxquels aucun autre texte cité n'aurait jamais pu prétendre auparavant » (MOSS, 2002, p.50).

Moss (2002) empreende esse panorama histórico das apropriações do conceito de “lugares”, herdado dos Antigos, e mobilizado ao longo da Antiguidade Tardia, da alta e baixa Idade Média, assim como dos usos desse princípio ou técnica de coleta de frases, no mesmo período, de modo a situar a herança legada aos educadores e escritores do século XVI, a partir da qual esses eruditos formularam e realizaram suas “coletâneas de lugares-comuns”.

Para a autora, a noção de “lugar-comum” pauta-se numa espécie de amálgama entre: i) as noções clássicas de “lugares”, particularmente desenvolvidas por Quintiliano; ii) as noções medievais de “lugares”, que recorreram à restauração da Retórica antiga e da Lógica antiga, mobilizadas e revistas pelos escolásticos; e iii) os modelos de imitação dos escritores clássicos.

Mesmo antes do século XVI há uma abundância de exemplos da prática de recolher e ordenar excertos. [...] a pré-história da coletânea de lugares-comuns não formará uma narrativa linear, pois teremos de intercalá-la com informações a serem buscadas na história da publicação desses mesmos livros medievais nos primeiros quinze anos antes da era da impressão. É possível distinguir, a partir disso, quais deles estavam disponíveis no mercado, precisamente no período em que a coleção de lugares comuns estava adquirindo sua forma e função características. Considerando aqueles entre nossos textos medievais que sobreviveram graças à imprensa, por quanto tempo e de que forma, podemos entrever quais são os pontos em relação aos quais os hábitos mentais medievais se mantiveram, do final do século XV até o século XVI, assim como os pontos de ruptura, segundo os quais a cultura na qual se formou o contexto da coleção de lugares-comuns foi definida pela rejeição, incompreensão ou reescrita do testemunho de seu passado¹¹⁴. (MOSS, 2002, p. 51-52, *tradução nossa*).

O período da Idade Média é fortemente marcado pelo teor moral e religioso que perpassam as práticas cotidianas e, conseqüentemente as práticas de leitura e escrita. As citações, os usos dos *auctoritates*, particularmente os bíblicos, propiciam àqueles que os empregavam um capital intelectual de valor. Dois objetos destacam-se nessa cultura de citações: *os livros de hora* e *os florilégios*. Esses primeiros consistem em pequenos livros

¹¹⁴ « Dès avant le seizième siècle il y a abondance d'exemples de la pratique consistant à rassembler et à ordonner des extraits. [...] la préhistoire du recueil de lieux communs ne formera pas un récit linéaire, parce que nous devrons l'entrecouper d'informations à rechercher dans l'histoire de la publication de ces mêmes livres médiévaux dans les quinze premières années de l'ère de l'imprimerie. Il est possible de deviner à partir de cela lesquels d'entre eux étaient accessibles sur le marché, précisément dans la période où le recueil de lieux communs était en train d'acquiescer sa forme et sa fonction caractéristiques. En prenant en considération ceux de nos textes médiévaux qui ont survécu grâce à l'imprimerie, pendant combien de temps et sous quelle forme, nous pouvons entrevoir quels sont les points sur lesquels les habitudes mentales médiévales se sont prolongées à la fin du quinzième et jusqu'au seizième siècle, ainsi que les points de rupture, où la culture qui devait former le contexte du recueil de lieux communs s'est définie par le rejet, l'incompréhension ou la réécriture du témoignage de son passé » (MOSS, 2002, p.51-52).

de orações cuja produção iniciou-se no século XIII, sendo utilizados por leigos para a prática de sua devoção de cunho privado. Composto por trechos da Bíblia (evangelhos, preces, salmos, litanias e missas para dias sagrados), indicava as preces e as devoções mais adequadas a cada período do dia e de acordo com as estações do ano (dias santos e celebrações religiosas), sendo frequentemente personalizados com iluminuras. Além disso, “eram objetos de luxo, portáteis e geralmente escritos com caracteres latinos ou góticos, exemplificando a crescente produção de livros para leitores leigos instruídos, inclusive mulheres” (Cf. LYONS, 2011), circulando entre aqueles que possuíam posses para encomendá-los.



Figura 3 Interior de um “Livro de Horas”. Disponível em: < https://www.snpcultura.org/biblioteca_nacional_expo_e_livros_de_horas.html >. Acesso em: 04 set. 2019

Anteriormente, a partir do século XII, outras importantes compilações de frases destacadas de autores clássicos surgem, conhecidas ordinariamente como “flores”. São designadas de diversas formas, como: *flores philosophorum*, *flores auctorum* ou

*Florilegia*¹¹⁵ ou *Flores*. Em geral, estabelecem fortes ligações com os textos religiosos. Ademais, os *florilegia* medievais que, começaram como coleções privadas, ganharam o domínio público:

Como a futura coleção de lugares comuns, o florilegium tinha um status ambivalente e uma função em um contexto ao mesmo tempo privado e público. [...] No caso das compilações medievais, particularmente aquelas chamadas *Florilegium gallicum* e *Florilegium angelicum*, o grande número de manuscritos sobreviventes dos séculos XII, XIII, XIV e XV atestam a sua condição de documentos públicos [...]. O *Florilegium gallicum* continha excertos de uma quarentena de autores antigos, prosadores e poetas; o *Florilegium angelicum* continha extratos de cerca de metade desse número de autores, todos prosadores, e incluía entre eles um pequeno número de autores do começo da era cristã.¹¹⁶ (MOSS, 2002, p. 54-56, *tradução nossa*).

As citações dos florilégios eram organizadas de modo a manter a ordem em que apareciam nos textos base, reproduzindo dos originais também, uma classificação por autores selecionados. Quando necessário, além dos enunciados selecionados versarem sobre a moralidade, acrescentava-se breves e pontuais colocações ou indicações relativas ao assunto abordado, comumente também de cunho moral. Contudo, a ordem de autores proposta não era uma escolha ao acaso. Havia uma relação em alguns florilégios, de ordem crescente de dificuldade temática.

Isso dá a essas compilações uma dimensão bem pública e as coloca no mesmo nível que o de um programa de introdução ao ensino da língua e dos modelos de pensamento da cultura escrita, programa que, embora de maneira alguma universal, teria sido aceito de modo bastante generalizado. Isso também sugere que os textos desses programas de ensino fossem provavelmente apresentados aos alunos sob a forma de trechos, possivelmente acompanhados por uma breve nota moral, mais ou menos como se eles formassem um texto contínuo. Isso estaria inteiramente de acordo com a prática escolar que dispunha de uma variedade de livros didáticos elementares que parecem ter sido pouco a pouco padronizados no início do século XV, se não antes, e que devem

¹¹⁵ Termo utilizado para se referir a uma coleção de flores.

¹¹⁶ « Comme le futur recueil de lieux communs, le *florilegium* avait un statut ambivalent et avait une fonction dans un contexte à la fois privé et public. [...] Dans le cas de compilations médiévales, en particulier celles qu'on appelait *Florilegium gallicum* et *Florilegium angelicum*, le grand nombre de manuscrits des douzième, treizième, quatorzième et même quinzisième siècles qui ont survécu en atteste le statut de documents publics [...]. Le *Florilegium gallicum* contenait des extraits d'une quarantaine d'auteurs anciens, prosateurs et poètes; le *Florilegium angelicum* contenait des extraits d'à peu près la moitié de ce nombre d'auteurs, tous prosateurs, et incluait parmi eux un petit nombre d'auteur des débuts de l'ère chrétienne » (MOSS, 2002, p.54-56).

ter perdurado muito mais tempo do que o florilégio¹¹⁷. (MOSS, 2002, p. 56-57, tradução nossa).

Esses florilégios configuravam-se, portanto, como um material de ensino para o latim (língua do saber). Além disso, diante do acesso escasso de informações, seja de textos antigos, seja dos próprios livros, eles se constituem como peças fundamentais na alimentação, e conseqüentemente, na elaboração de enciclopédias. Moss (2002) ressalta ainda que, o primeiro contato dos jovens alunos com o latim no contexto escolar era por meio de diversos exercícios de repetições, bem como de cópia de frases retiradas de compilações textuais de cunho moral edificante. Para a autora essas compilações elaboradas durante esse período visavam apresentar uma mensagem implícita de que o latim era o meio pelo qual se podia ascender à instrução¹¹⁸.

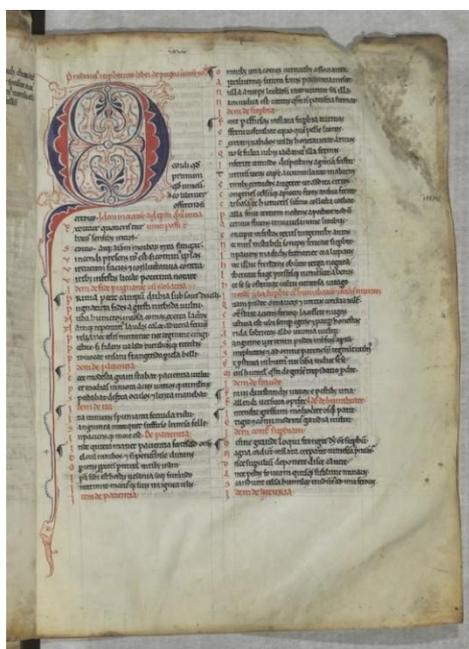


Figura 4: Página do *Florilegium gallicum*¹¹⁹. Disponível em: < <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b52500967c/f5.image> >. Acesso em: 04 set. 2019

¹¹⁷ « Cela donne à ces compilations une dimension très publique et les place au même rang qu'un programme d'initiation à la langue et aux modèles de pensée de la culture écrite qui, bien qu'en aucune manière universel, aurait été assez généralement accepté. Cela laisse aussi à penser que les textes au programme, étaient peut-être présentés aux élèves sous forme d'extraits, éventuellement accompagnés d'une brève notice morale, et plus ou moins comme s'ils formaient un texte continu. Cela aurait été tout à fait conforme à la pratique scolaire qu'impliquait la poignée de manuels élémentaires qui semblent s'être à peu près standardisés dès le début du quinzième siècle, sinon plus tôt, et qui devaient perdurer bien plus longtemps que les *florilegia* » (MOSS, 2002, p. 56-57).

¹¹⁸ Em uma parte da Europa Ocidental, particularmente na Itália, outra breve compilação ficou conhecida sob o nome de *Auctores octo morales* que “eram reimpressos frequentemente para uso escolar” (MOSS, 2002, p. 58, tradução nossa). Esse objeto compunha-se da reunião de oito autores consagrados à época, e era empregado nas aulas de gramática, língua e literatura.

¹¹⁹ Conforme a descrição disponibilizada pela própria Biblioteca Nacional da França (BnF) esse documento é uma compilação de autores clássicos, tais como: Boécio, Cícero, Quintiliano, Sêneca, Macróbio, entre outros.

Dentre os tesouros enciclopédicos da época, um dos exemplos de emprego dos florilégios para outras produções, datado da metade do século XIII, é o manuscrito enciclopédico *Speculum maius* de Vicente de Beauvais. Ele reúne trechos de frases obtidas do *Florilegium gallicum*¹²⁰ sem menção a sua referência. Valendo-se das mesmas técnicas mobilizadas por Macróbio e Jean de Salisbury, Vicente de Beauvais altera a ordem de aparição desses enunciados destacados em seus textos de origem. Produz ainda, outro manuscrito do mesmo tipo, intitulado *Speculum morale*, no qual apresenta uma concepção cristã da moral, acrescentando ao *Speculum maius*. Os títulos das seções são organizados sob a forma de perguntas. Nessas seções se desenvolve uma descrição pormenorizada dos temas. Ele também revisita os “lugares” de argumentação a partir de Cícero e Boécio. Assim, as citações que compõem esses objetos são consideradas como *auctoritates* que são mobilizadas para validar um argumento.

O *Speculum maius*, como muitas outras fontes de informação medievais, teve várias impressões antes de 1500, em diversos centros da Alemanha [...] bem como em Paris e Veneza. Em meados dos anos 1490 foi visivelmente percebido como não vendável e não foi republicado durante um século antes de ser retirado do esquecimento, como aconteceu com muitos outros textos medievais, graças ao entusiasmo das ordens religiosas posteriores à Contra-reforma.¹²¹ (MOSS, 2002, p.61, tradução nossa).

Outros materiais, que também se valiam de citações são amplamente reimpressos no fim do século XVI. Entre eles destaca-se *Sophologium* de Jacobus Magnus, que organizava suas divisões por temáticas religiosas e se dirigia a certos setores da sociedade. Esse material era apresentado em capítulos a partir de uma divisão mais ou menos analítica em que cada entrada se pautava no assunto a ser tratado que, de acordo com a necessidade, era subdividido em espécies, causas e efeitos. Diferentemente dos outros objetos produzidos no período, a impressão dos *Sophologium* também se realiza nas línguas vernaculares, no francês e inglês, contemplando, desse modo, o público que não necessariamente conhecia o latim.

¹²⁰ A Figura 4 apresenta o exemplar que Vicente de Beauvais provavelmente consultou em Paris, antes de 1244 para a produção do *Speculum maius*.

¹²¹ « Le *Speculum maius*, comme bon nombre d'autres sources d'information médiévales, connut plusieurs impressions avant 1500, dans divers centres d'Allemagne [...] ainsi qu'à Paris et à Venise, mais après le milieu des années 1490 il fut visiblement perçu comme invendable et ne fut plus republié pendant un siècle avant d'être tiré de l'oubli, comme ce fut le cas maint autre texte médiéval, grâce à l'enthousiasme des ordres religieux qui suivit la Contre-réforme » (MOSS, 2002, p. 61).

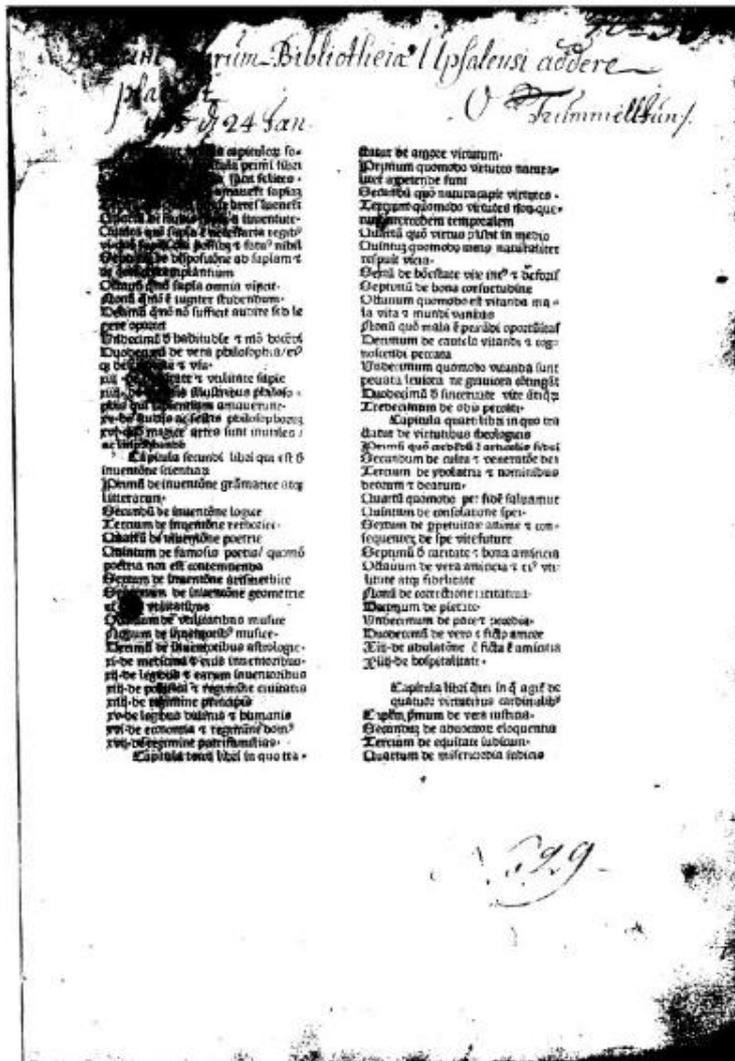


Figura 5: Trecho do *Sophologium*. Disponível em: < <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k53186j/f4.item> >. Acesso em: 01 nov. 2020

Como exemplo dessas alterações empreendidas nos modos de organização e finalidade da recolha de enunciados, tais como a circulação dessas obras em línguas diferentes daquela em que foram retiradas as citações, em geral originalmente escritas em latim, e à despeito da língua “oficial” dos “lugares” ser o latim, Moss (2002) destaca o compêndio realizado por Montagnone¹²², cujo centro de interesse abarcava a ciência da condução moral.

¹²² Geremia de Montagnone foi juízo e autor italiano no início do século XIV.

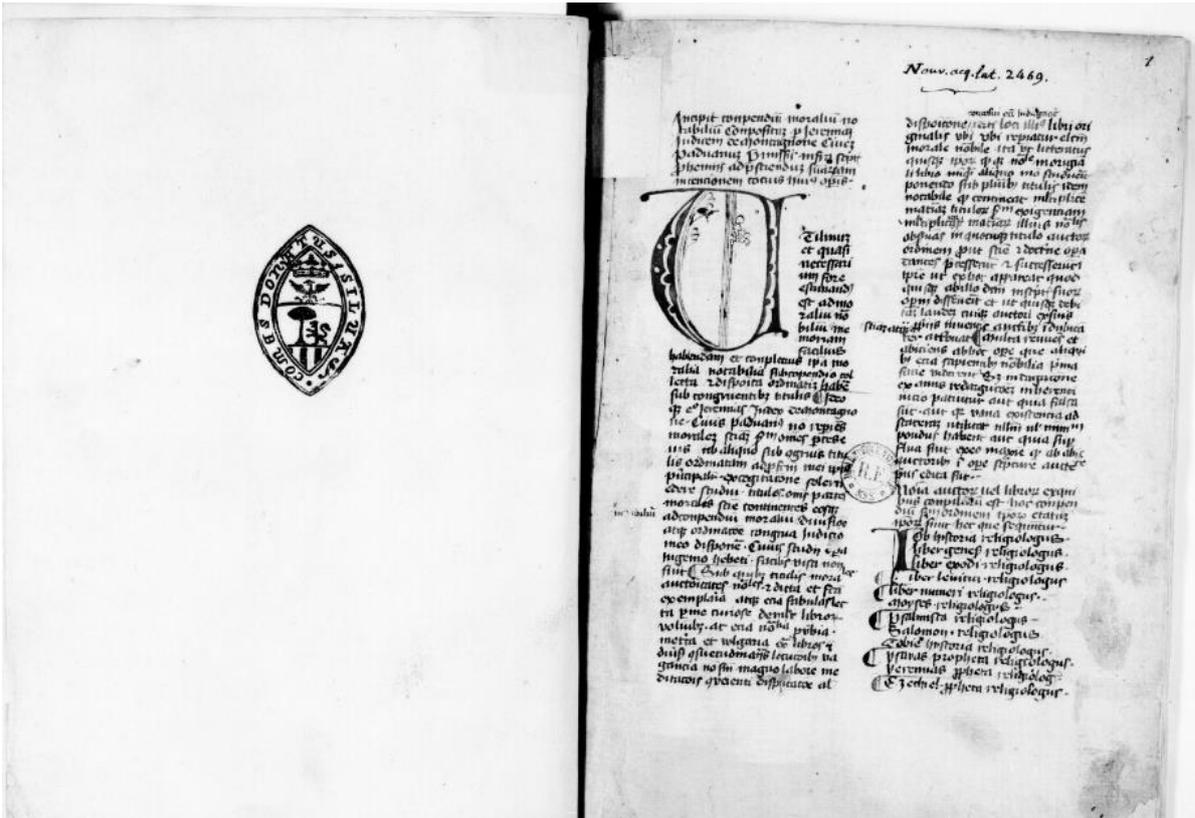


Figura 6: Trecho do *Compendium moralium notabilium*. Disponível em: <
<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b10036097h?rk=21459;2>>. Acesso em: 01 nov. 2020

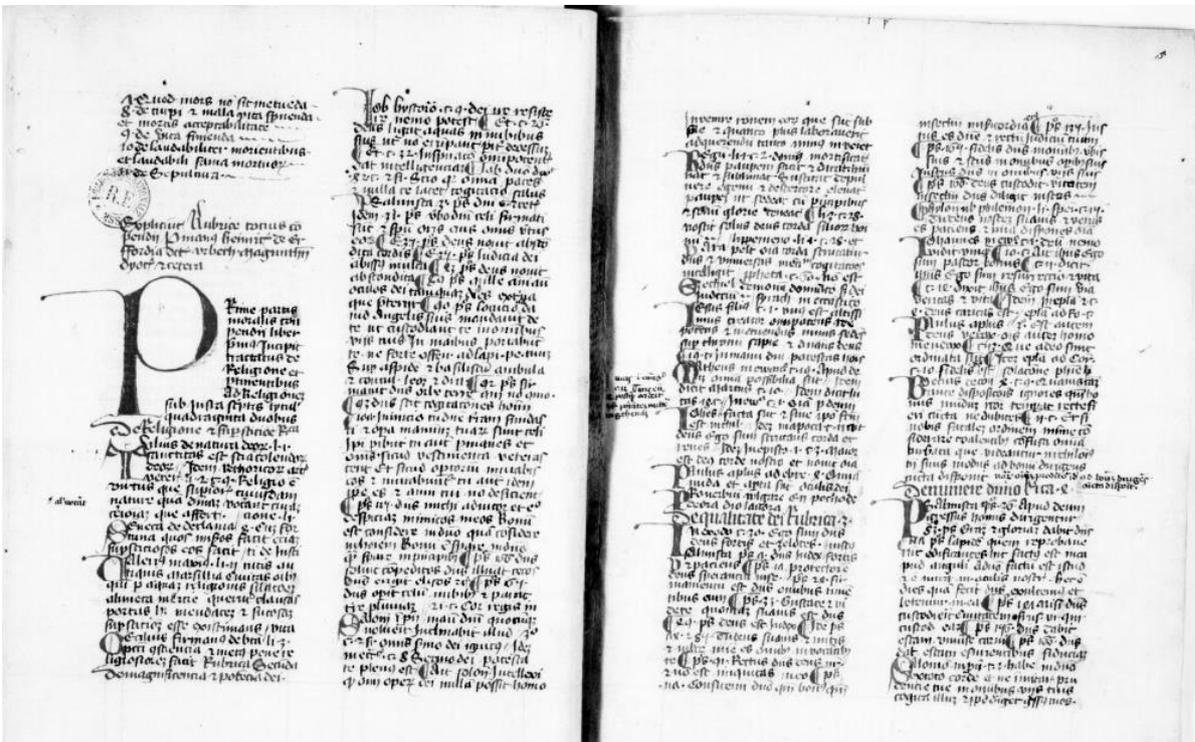


Figura 7: Trecho do *Compendium moralium notabilium*. Disponível em: <
<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b10036097h?rk=21459;2>>. Acesso em: 01 nov. 2020

A autora ressalta que “do ponto de vista da história das coletâneas de lugares comuns, a compilação de Montagnone constitui”¹²³ um testemunho de uma evolução em curso. Para ela, a organização tal como proposta pelas enciclopédias previam que os trechos destacados figurassem em capítulos, posteriormente subdivididos por razões temáticas o que, no entanto, distanciava-se da tendência estabelecida pelos *florilegia*, isto é, de reagrupamento das passagens de acordo com a ordem original das obras consultadas. Assim, “Montagnone reivindica a originalidade de oferecer um *florilegium* composto de acordo com um sistema coordenado de perguntas [...] e agrupa seus extratos em ordem cronológica sob rubricas correlacionadas”¹²⁴ (MOSS, 2002, p. 72-73, tradução nossa), questionando e alterando as maneiras de referenciar e de reagrupar os trechos destacados.

Montagnone produziu um *florilegium* moralmente orientado propondo extratos, na maior parte literários, classificados sistematicamente sob rubricas gerais e, pelo menos na versão impressa, segundo um índice alfabético dos temas tratados. Ele preenche os critérios que teriam levado os editores do século XVI a conceder-lhe o nome de coletânea de lugares-comuns¹²⁵. (MOSS, 2002, p.74, tradução nossa).

É somente com a Renascença italiana que a coletânea de lugares-comuns, tal como ficou conhecida, emerge. Sua expansão deu novo fôlego ao latim. Os humanistas fizeram dessa técnica e das obras que dela derivam, um modo de se ensinar, tanto latim quanto as lições morais do que era enunciado. Os humanistas dedicam-se à utilização dessa técnica como uma ferramenta universal, no século XVI, como instrumento pedagógico, suporte para os estudos, para a produção de enciclopédias etc. impondo a todas as profissões subsidiadas pela palavra, o seu uso, de maneira a auxiliar na memorização, na abundância oratória e conseqüentemente em sua expansão erudita como técnica.

Após emprendermos um panorama, nos termos de Ann Moss (2002), “pré-histórico” da técnica humanista de recolha de frases e dos cadernos de lugares-comuns, nos dedicamos, a seguir a abordar propriamente essa técnica humanista, particularmente em sua emergência no contexto italiano, alemão e francês, estudados pela autora.

¹²³ « du point de vue de l’histoire des recueils de lieux communs, la compilation de Montagnone constitue » (MOSS, 2002, p. 72).

¹²⁴ « Montagnone revendique l’originalité d’offrir un *florilegium* composé selon un système co-ordonnat des questions [...] et groupe ses extrait en ordre chronologique sous des rubriques en corrélation » (MOSS, 2002, p. 73).

¹²⁵ « Montagnone a produit un *florilegium* moralement orienté proposant des extraits pour la plupart littéraires rangés systématiquement sous des rubriques générales et, du moins dans la version imprimée, selon un index alphabétique des sujets traités. Il remplit les critères qui auraient conduit les éditeurs du seizième siècle à lui accorder le nom de recueil de lieux communs » (MOSS, 2002, p.74, tradução nossa).

Posteriormente, vamos retornar a seu “berço”, de maneira a exemplificar seu emprego por parte de grandes nomes, seu uso didático para formação em contexto escolar, sua consolidação como prática de erudição e, finalmente, seu declínio anunciado, no século XVII.

As coletâneas de lugares-comuns na Renascença: a prática humanista de coleta de enunciados

A pesquisadora Ann Moss (2002) considera como berço do nascimento da prática humanista das coletâneas de lugares-comuns três países do continente europeu, a Alemanha, a França e a Itália. Com base em seu estudo, levantamos brevemente características principais do contexto histórico de sua emergência, que influenciaram as práticas de leitura e de escrita da época, bem como o modo de construção do pensamento nesse período. Particularmente, para os italianos a mobilização dessa prática e técnica de recolha de enunciados forneceu os pilares para a renovação do latim por meio da cópia dos textos antigos e sua imitação. Desse modo, apresentamos algumas figuras ilustres do início do período humanístico e a forma como se valiam dessa prática e técnica para usos particulares, bem como sua mobilização com fins pedagógicos.

Técnica humanista dos “lugares-comuns” no Renascimento alemão, francês e italiano

Como mencionamos ao longo de nossos capítulos iniciais, os humanistas alemães e também os holandeses, do século XV e XVI, se valeram da literatura clássica italiana da Era Moderna para a produção de seus cadernos de lugares-comuns, dado que uma das características desse período, era a priorização do ensino de latim clássico e gramaticalmente correto ensinado nos colégios italianos da época.

Para os humanistas, a gramática do bom uso repousava na implementação desse uso pelos "melhores autores". Potencialmente isto conferia aos textos literários um status melhor do que tinham tido no programa medieval e encorajava o seu comentário linguístico, retórico e histórico em grande escala¹²⁶. (MOSS, 2002, p. 150, *tradução nossa*).

¹²⁶ « Pour les humanistes la grammaire du bon usage reposait sur la mise en œuvre d'un tel usage par les "meilleurs auteurs". Potentiellement cela conférait aux textes littéraires un meilleur statut qu'ils n'avaient jamais eu dans le programme médiéval et en encourageait le commentaire linguistique, rhétorique et historique à grande échelle » (MOSS, 2002, p.150)

É recorrente que os humanistas da época, recorressem e se apoiassem nos materiais e métodos empregados pelos italianos. Moss (2002) destaca, sobretudo, nessa primeira fase de introdução de um programa humanista de ensino na Alemanha, o teólogo e pedagogo, Jakob Wimpfeling, que emprega, “numa versão especificamente nórdica do programa humanista em gestação”, uma combinação da Igreja, do universo escolar, da retórica da pregação, da resistência escolástica e “tutoria secular sobre o modelo latino” (MOSS, 2002, p.151)¹²⁷. Da mesma maneira que os autores humanistas nórdicos, Wimpfeling, alinha suas ideias sobre linguagem com as dos italianos, sugerindo que a gramática italiana seja mobilizada, uma vez que é culta e embasa os textos clássicos. Ademais, aconselha o emprego de autores italianos modernos, os quais produzem suas obras em latim, como uma forma de garantir a combinação de “estilo de qualidade” com uma moral cristã.

É em sua obra *Adolescentia*, sobre a educação intelectual e moral da juventude, que Wimpfeling emprega as citações não como uma mera ilustração, mas como uma espécie de guia para seu uso. Segundo a autora, na abertura de sua obra, Wimpfeling expõe de modo preliminar os princípios que governam uma boa educação moral”, concretizado pelo emprego e uso de citações, de modo que esta obra passa então a ser uma verdadeira coletânea de notas de temas morais, oriundos de autores clássicos em uma seleta da Idade Média e Moderna, sendo estes últimos em maior número. Desse modo, evidencia-se o latim, ou melhor, o “bom latim” que é “ele mesmo um veículo de uma boa educação moral”¹²⁸ (MOSS, 2002, p. 152, *tradução nossa*). Ainda nessa obra, o autor introduz uma espécie de *florilegium*, a partir de frases retiradas da poesia de Ovídio e também de trechos de outros autores, como Sêneca. Para a pesquisadora, a mobilização dos florilégios demonstra, pelo menos nas escolas da Idade Média tardia, uma forma de auxílio “na aquisição do latim em níveis de progressão de dificuldade linguística”. Além disso, segundo Wimpfeling,

não podemos [...] permitir que a juventude leia toda a obra de Ovídio, mas os trechos lhe serão benéficos, especialmente entre aqueles que têm relação sobre a conduta moral e aqueles que eles encontrarão citados em obras religiosas ou em notas de textos legais [...] Como que para mostrar pelo exemplo a maneira bem como o material dos *florilegia* modelos, Wimpfeling apresenta seus diversos grupos de extratos de acordo com métodos diferentes que já sabemos eram correntemente de

¹²⁷ « [...] duquel une version spécifiquement nordique du programme humaniste était en gestation [...] tutorat séculier sur le modèle italien » (MOSS, 2002, p. 151).

¹²⁸ « [...] le bon latin est en lui-même le véhicule d’une bonne éducation morale » (MOSS, 2002, p. 152).

uso: os extratos de Ovídio, sem atribuição, mas cada um precedido por um título [...]; as passagens de Provérbios, Eclesiastes e Eclesiásticos, sem títulos, e na ordem em que aparecem na Bíblia, com referências a capítulos; as máximas de Sêneca [...], sem títulos ou referências, colocadas em ordem alfabética da palavra inicial de cada uma. A lição implícita desse *florilegium* é que as máximas morais tiradas de Ovídio, Sêneca e da Bíblia são compatíveis e que o *florilegium* é o gênero que fornece os meios para demonstrar sua compatibilidade. Em seus últimos anos, Wimpfeling ainda recomendava *florilegium* como um meio de filtrar a cultura clássica para uso nas escolas do norte¹²⁹. (MOSS, 2002, p. 152-153, *tradução nossa*).

Heinrich Bebel, humanista, poeta e professor de poesia e retórica em Tubinga, cidade alemã, também é uma figura que se destaca durante esse período, diferenciando-se, de certo modo, das estratégias e dos ideais de Wimpfeling. Enquanto para Wimpfeling, a moral cristã deveria fazer parte do ensino e portanto, a leitura da Bíblia e sua citação era recomendada, para Bebel, essa leitura não era necessária, além de ser vista como uma ameaça a manutenção da eloquência de seus alunos, ele considerava os autores pagãos como superiores aos cristãos. Para ele, o estilo culto e a familiaridade com técnicas e procedimentos retóricos, e logo sua aquisição, é muito mais vantajosa aos alunos e os homens cultos da época.

Outros autores valeram-se dessa técnica da coleta de frases e de produções que visam tanto a orientação da produção de coletâneas quanto um repertório a ser consultado, como Herman van der Beeke¹³⁰, contemporâneo de Wimpfeling e Bebel, Beeke, publicou “*Orationes familiares et elegantissimes ex omnibus publii Ovidii formate*” (1510) que fornecia uma variedade de exemplos “curtos de frases sentenciosas modeladas pelo Ovídio¹³¹, com notas elementares sobre a gramática e o vocabulário”¹³² (MOSS, 2002, p. 155, *tradução nossa*). De modo geral, suas publicações seguiam o mesmo padrão, de

¹²⁹ On ne peut [...] permettre à la jeunesse de lire l'ouvre intégrale d'Ovide, mais des extraits lui seront profitables, en particulier ceux qui ont une portée sur la conduite morale et ceux qu'elle retrouvera cités dans des ouvrages religieux ou dans les notes à des textes juridiques [...] Comme pour montrer par l'exemple la manière aussi bien que la matière des florilegia modèles, Wimpfeling présente ses divers groupes d'extraits selon différentes méthodes dont nous savons déjà qu'elles étaient couramment en usage: les extraits d'Ovide, sans attribution, mais chacun précédé d'un titre [...]; les passages des Proverbes, de l'Ecclésiaste et de l'Ecclésiastique, sans titres, et dans l'ordre où ils apparaissent dans la Bible, avec références aux chapitres; les maximes de Sénèque [...], sans titres ni références, placées dans l'ordre alphabétique du mot initial de chacune. la leçon implicite de ce florilegium c'est que les maximes morales tirées d'Ovide, de Sénèque et de la Bible sont compatibles et que le florilegium est le genre qui fournit le moyen de démontrer leur compatibilité. Dans ses dernières années, Wimpfeling recommandait encore le florilegium comme moyen de filtrer la culture classique à l'usage des écoles du nord (MOSS, 2002, p. 152-153).

¹³⁰ Herman Van der Beeke ou Hermannus Torrentinus foi um gramático holandês que viveu durante os séculos XV e XVI, auge da técnica humanista das coletâneas de lugares-comuns.

¹³¹ Poeta romano da Antiguidade.

¹³² « [...] courtes phrases sentencieuses modelées sur Ovide, avec des notes élémentaires sur la grammaire et le vocabulaire » (MOSS, 2002, p. 155).

fornecer uma lista de citações oriundas de suas leituras tanto de textos clássicos quanto dos comentários dos mesmos.

O desenvolvimento da técnica humanista de “lugares-comuns” no contexto europeu, como vimos, foi sempre influenciada pelos humanistas italianos. Na França, segundo Moss (2002), mesmo que a gramática latina e a literatura clássica italiana fossem uma espécie de modelo a ser empregado, é possível “encontrar edições de textos e comentários [...] que são revistos e desenvolvidos pelos eruditos locais”¹³³ (MOSS, 2002, p. 161, *tradução nossa*).

Dentre esses eruditos, destacamos Josse Bade¹³⁴, editor em Lyon, que publicou, em 1492, *Silvae Morales*, uma obra de doze volumes, composta de trechos longos de poetas. Cada um dos dozes volumes era identificado com títulos que permitiam conhecer a temática a ser abordada, por exemplo, no que diz respeito a moral e os vícios “os vícios para se ter cuidado”. Ademais, o prefácio dessa obra, como descreve a autora, abordava as questões morais concernentes à juventude, de modo a assegurar que a boa moral fosse garantida tal como era pontuado pelos humanistas alemães. No entanto, é acrescido “trechos com longos comentários que não apenas explicam o vocabulário e os pontos gramaticais”, mas também explora da poesia clássica latina, objetivando estabelecer uma “rede de citações análogas” que são conectadas “com passagens em que mostra uma sensibilidade para a visão estética desses poetas antigos”¹³⁵ (MOSS, 2002, p. 162, *tradução nossa*).

De modo análogo aos humanistas alemães, os franceses, também recorrem à produção e à leitura de florilégios. Symphorien Champier, redator em Lyon, acrescenta diversas citações ao florilégio, *De triplici disciplina* (1508), que apresenta nas primeiras partes uma reunião de textos neo-platonitas que, de certo modo, estabelecem relação com a doutrina cristã. Segundo Moss (2002, p. 163, *tradução*) “essa obra implementa de maneira simples um outro aspecto do pensamento neo-platônico italiano: a assimilação da poesia e da filosofia em uma *teologia poética*”¹³⁶. De modo geral, os humanistas

¹³³ « [...] se trouve les éditions de textes et les commentaires [...] mais revus et développés par les érudits locaux » (MOSS, 2002, p. 161).

¹³⁴ Conhecido também como Jodocus Badius, é um gramático e pedagogo flamengo, atuação no universo da impressão como editor e revisor de textos, tendo a sua própria gráfica em Paris.

¹³⁵ « [...] ses extraits de longs commentaires qui non seulement expliquent vocabulaire et points de grammaire [...] tisser des réseaux de citations analogues [...] par des passages où il fait montre d'une sensibilité à la vision esthétique de ses poètes anciens » (MOSS, 2002, p. 162).

¹³⁶ « ce même ouvrage met en œuvre de manière similaire un autre aspect de la pensée néo-platonicienne italienne : l'assimilation de la poésie et de la philosophie dans une *theologia poetica* » (MOSS, 2002, p. 163).

franceses inserem em suas obras e compilações os temas do programa humanista italiano, como as questões morais, por exemplo, relacionando-as com a poesia.

A Itália é vista, segundo Moss (2002) não apenas como a fonte material para consulta e produção de um modelo humanista de ensino, que recorre às coletâneas de lugares-comuns para a exploração dos temas morais, filosóficos e poéticos, mas sobretudo, como “um mercado para as coleções de citações na primeira década do século XVI”¹³⁷ (MOSS, 2002, p. 166, *tradução nossa*), de modo que os editores franceses delas se beneficiaram selecionando as compilações para a publicação nos anos seguintes. Particularmente, o interesse era maior pelos florilégios usados na Itália e não necessariamente produzidos pelos italianos. Esses florilégios, segundo Moss (2002), foram amplamente usados na França em razão de uma retórica do “discurso abundante” por serem destacáveis, eles fornecem recursos e podem ser organizados em razão da fácil consulta e acesso. No entanto, o que não fica claro, nos florilégios italianos e, portanto, a razão pelas quais são exportados, é “demonstrar como converter essa abundância em produção textual. [Assim], os florilégios italianos continham flores em abundância, mas é nas terras do norte que abundavam as abelhas capazes de fertilizá-las”¹³⁸ (MOSS, 2002, p. 173, *tradução nossa*).

No contexto do Renascimento que proliferam os livros de referências, sendo que as coletâneas de lugares-comuns são um dos tipos dessas variações de livros de referências, conjuntamente com as enciclopédias, por exemplo. Se considerarmos o período embrionário dessas coletâneas, tomaremos como seu nível mais rudimentar, o ensino de gramática aliado ao ensino religioso que tem como base pontos de referência da retórica e da pregação. Além disso,

as enciclopédias e as coleções de informações eruditas que começaram a proliferar na Itália no mesmo período, nos primeiros vinte anos do século XVI, tiveram com a coletânea lugares comuns um ancestral comum: era o hábito de tomar notas que se originou em todas as primeiras escolas humanistas italianas. No entanto, o contexto imediato no qual as enciclopédias e as coletâneas se desenvolveram foi o comentário sobre textos clássicos, em particular *enarratio* e *emendatio*

¹³⁷ « [...] un marché pour les recueils de citations dans la première décennie du seizième siècle » (MOSS, 2002, p. 166).

¹³⁸ les florilegia en usage en Italie à peu de chose près dans la première décennie du seizième siècle et qui étaient presque immédiatement exportés vers la France sont en liaison très étroite avec un rhétorique de "la parole abondante". Elles la déloient, la ressource et l'organisent en vue d'une consultation et d'un accès faciles. En revanche ce qu'ils ne font pas clairement c'est la démonstration de la manière de convertir cette abondance en production textuelle. Les florilegia italiens renfermaient abondance de fleurs mais c'est dans le pays du Nord qu'abondaient les abeilles capables de les fertiliser

que formavam a maior parte da atividade das classes de gramática mais avançadas nas escolas humanistas, bem como enormes quantidades de comentários produzidos por eruditos humanistas no final do século XV e no início do século XVI. Tais comentários reuniam em torno de cada linha do texto comentado um vasto aparato de referências explicativas e expressões afins retiradas de autores antigos de forma a permitir uma leitura linguística e textualmente correta (*lectio*) de seu autor plenamente inserida em seu contexto histórico ¹³⁹. (MOSS, 2002, p. 173-174, *tradução nossa*).

Se por um lado, observamos como os humanistas selecionaram as obras e os temas que seriam abordados em sua filosofia de ensino, por outro, nos interessamos nas formas de produção dos objetos livros e como sua materialidade influenciava os modos de ler humanistas. Grafton (1999), ao caracterizar o leitor humanista dos séculos XV e XVI, demonstra as diferenças tanto do objeto físico, no caso, o livro quanto na sua historicidade uma vez que a maneira como os humanistas da Renascença lia “[era] diferentes do ponto de vista emocional as formas de atenção que aportavam ao ato de ler” (GRAFTON, 1999, p. 06).

Como forma de ilustrar esses modos, Grafton (1999) comenta os modos de ler do filósofo Nicolau Maquiavel, que se caracteriza como leitor de dois tipos de livros. O primeiro, eram as edições in-oitavo de clássicos latinos e de *volgare* cuja impressão era feita em caracteres itálicos, de modo a permitir a condensação de textos completos “em algumas poucas centenas de páginas em formato pequeno”. Ademais, as edições continham prefácios e, alguma delas, ilustrações, no entanto, sem comentários. Para o autor, esse formato de livro era utilizado pelo filósofo de maneira semelhante a que fazemos hoje: de maneira fruitiva, que nos acompanha a nossa ida à praia no verão, já que é “um meio portátil para fugir de todos os tipos de problemas. Elas serviam de estímulo, não para o pensando, mas para o devaneio – entretenimentos nos quais o leitor poderia se deixar perder” (GRAFTON, 1999, p. 06).

¹³⁹ Les encyclopédias et recueils d'informations érudites qui commencèrent à proliférer en Italie à la même période, dans les vingt premières années du seizième siècle, avaient avec le recueil de lieux communs un ancêtre commun: c'était l'habitude de prendre des notes qui avait pris naissance dans les toutes premières écoles humanistes italiennes. Cependant, le contexte immédiat dans lequel se développèrent encyclopédies et recueils était le commentaire des textes classiques, en particulier l'enarratio et l'emendatio qui formaient la majeure partie de l'activité des classes de grammaire les plus avancées dans les écoles humanistes ainsi que des quantités énormes de commentaires produits par des humanistes érudits à la fin du quinzième et au début du seizième siècle. De tels commentaires rassemblaient autour de chaque ligne du texte commenté un vaste appareil de références explicatives et d'expressions connexes tirées d'auteurs anciens de manière à permettre une lecture linguistiquement et textuellement correcte (*lectio*) de leur auteur pleinement replacé dans son contexte historique.

O segundo tipo era descrito por Maquiavel por meio de alegorias, personificando os autores e as personagens como “grandes homens que se dignam a lhe digerir a palavra no seu escritório, embora não chegue a dizer seus nomes” (GRAFTON, 1999, p. 06). Assim, esses livros não são portatis e nem se colocam numa leitura de entretenimento, demandam práticas e técnicas de específicas e sistemáticas de leitura, os autores selecionados frequentam um rol de autores que devem ser lidos, relidos, citados e parafraseados. Dentre eles, inclui filósofos reconhecidos e renomados, como Cícero e uma certa predominância de historiadores. Grafton (1999) remonta essa lista de autores lidos por Maquiavel através dos textos por Maquiavel como O príncipe e outros. Se não, tomava notas de sua leitura, como os humanistas do começo da Renascença, Maquiavel empreendia essas leituras do segundo tipo de maneira rigorosa, sem distração, colocando “perguntas específicas [tentando] obter respostas definidas”. Logo, essa forma de ler está associada com a leitura formal e informal, que divide os textos de modo a demandar diferentes gestos de leitura, como discutimos brevemente no Capítulo I.

Os humanistas empreenderam uma verdadeira transformação na experiência da leitura de modo uniforme e poderoso, como assevera Grafton (1999). Eles “manifestavam por escrito suas reações sobre a qualidade literária e filosófica dos textos”, por meio de notas nas margens dos textos lidos, estabelecendo um diálogo-debate que eram “discussões bastante articuladas” (GRAFTON, 1999, p. 36). Ademais, segundo o autor, essas anotações não se restringiam às margens dos livros, mas estendiam às folhas em branco dos livros lidos. Esses exemplares de livros lidos e comentados, por meio dessa técnica de comentários e tomada de notas, formavam um “exemplar de registro único do próprio desenvolvimento intelectual” e também dos círculos literários que esses leitores frequentavam. Era possível ainda que “bibliotecas inteiras de tais anotações tenham sido sistematicamente colecionadas [...] não para fins de publicações, mas como referência comum para integrantes do seu círculo” (GRAFTON, 1999, p. 37).

O leitor humanista, além dos gestos de leitura e da técnica de coleta de enunciados, e anotações marginais, também recorria a objetos que auxiliassem na leitura, já que estavam sempre diante de uma quantidade significativa de informações que buscavam e confrontavam, por meio de fontes diversas, poderia ser valer de objetos, tais como a *roda de leitura*, que apresentamos anteriormente. Esse objeto auxilia nessa tarefa de leitura formal, permitindo que se consultasse as páginas do livro de maneira lenta e que parasse no lugar desejado, movendo “os livros colocados em pequenas estantes rotativas” (GRAFTON, 1999, p. 37).

Usos dos “lugares comuns” no contexto escolar: ler, copiar e (re)copiar

No contexto escolar de emprego da prática de coletâneas de lugares-comuns, no século XVI, a reunião de prescrições sobre a composição dessas coletâneas como forma de organizar e sistematizar o saber, propiciou a criação de diversos materiais e manuais, como *De ratione studii* (ou Plano de estudos ou Método para estudar) de Erasmo de Roterdã, publicado em 1511. Este método de estudo era um modelo “pautado essencialmente nos autores clássicos [que] tinha como principal objetivo o desenvolvimento de duas das cinco tarefas atribuídas aos oradores antigos: a *inventio* e a *elocutio*”, a primeira relaciona-se à capacidade de “descobrir as coisas verdadeiras ou verossímeis que tornem a causa provável [...] conceito traduzido como invenção de argumentos” e a segunda é “onde se [manifesta] todos o esplendor da arte da palavra”, ou seja, a construção de um bom orador (PINTO, 2009, p. 29-30). Ademais esse material sintetizava os ideais humanistas da época, sendo influenciado por outros que também foram produzidos nesse período. Esses materiais guiaram o modelo de ensino e

a sua presença [das prescrições sobre as coletâneas de lugares-comuns] nestes manuais, juntamente com outros exemplos de boa utilização pedagógica, remete-nos para o ambiente escolar onde os rapazes eram levados a pensar de acordo a um modo determinado pelo instrumento que utilizavam, na ocorrência de seu acervo de lugares comuns, a fim de explorar o material que lhes foi designado para a tarefa de estudar, guardar na memória e saber encontrar para reaproveitá-lo¹⁴⁰. (MOSS, 2002, p. 231, *tradução nossa*).

Em seu manual, Erasmo, equilibrava a abordagem do *inventio* com o *elocutio*, tal como era feitos nos tratados artigos, e ainda, nos moldes do *De oratore* de Cícero. Particularmente no *De ratione*, Erasmo, enfatiza a importância do ensino de gramática, do grego e do latim, às crianças, dado que essas línguas estavam em “quase tudo que merecia ser conhecido” e também por sua proximidade e semelhança, o que facilitava o ensino de forma conjunta. Para “ele, é fundamental que o aluno cultive e assimile os rudimentos das duas, seja através de um preceptor, seja através da escolha dos melhores autores, que ele espera que sejam pouco numerosos, porém bem escolhidos” (PINTO, 2009, p. 33).

¹⁴⁰ « Leur présence dans ces manuels, en compagnie d’autres exemples de bon usage en matière d’éducation, nous ramène à l’environnement scolaire où les jeunes garçons étaient conduits à penser selon un mode déterminé par l’instrument qu’ils utilisaient, en l’occurrence leur recueil de lieux communs, afin d’explorer le matériau qu’on leur assignait pour tâche d’étudier, de garder en mémoire et de savoir retrouver en vue de le réutiliser » (MOSS, 2002, p. 231).

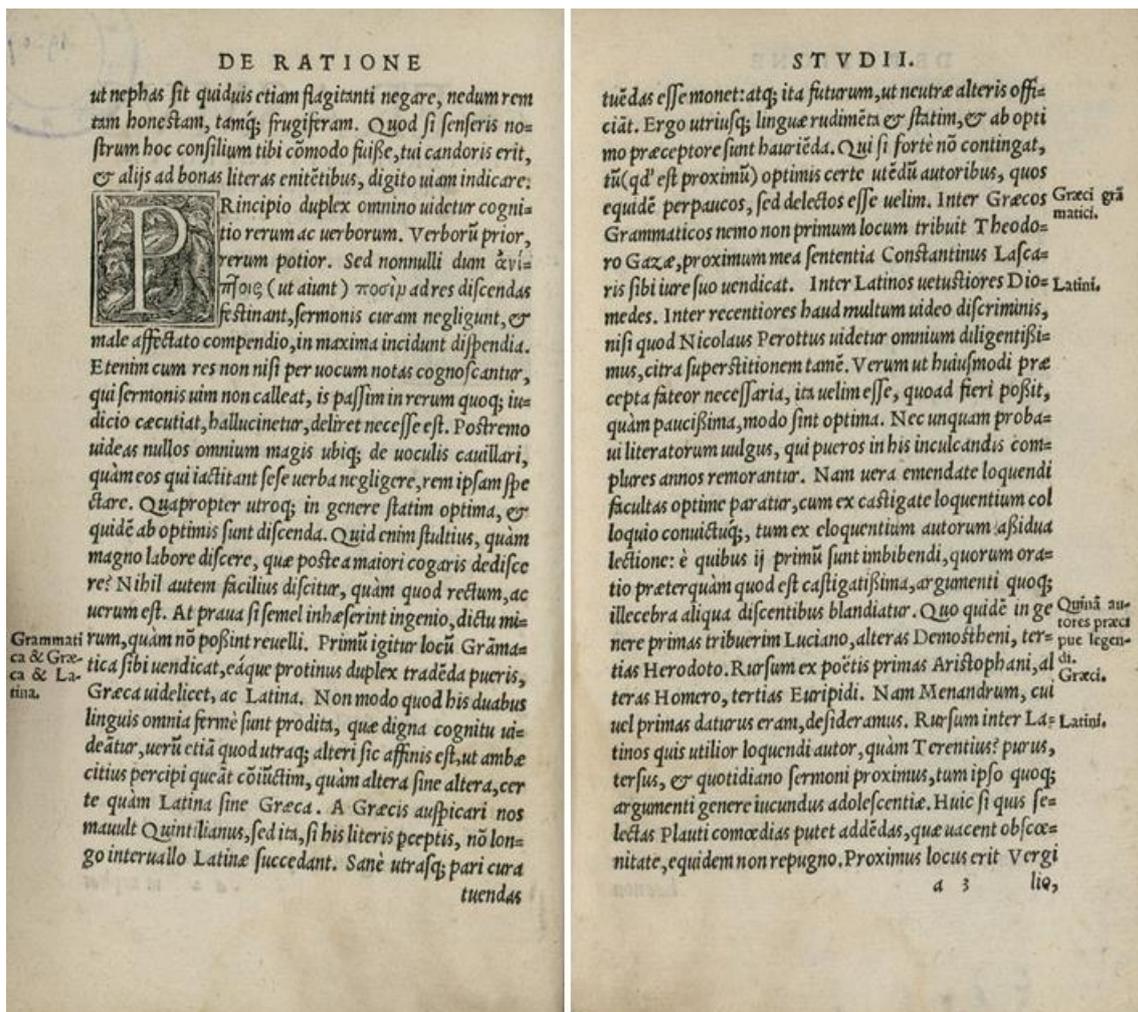


Figura 8: Trecho do *De Ratione studii* de Erasmo. Disponível em: < <http://www.bvh.univ-tours.fr/Consult/consult.asp?numtable=B372615206%5F19367%5F1&numfiche=345&mode=3&ecran=0&offset=8> >. Acesso em: 01 nov. 2020

Orientava ainda, no seu material, aos alunos que realizassem uma leitura estritamente cuidadosa dos expoentes da cultura clássica que objetivava, “educar os homens a serem artífices de sua própria humanidade” (PINTO, 2009, p. 36). Esse contato com os textos

não se afirmava apenas enquanto escola de moral universalmente humana, mas sobretudo, porque propiciava simultaneamente o conhecimento histórico do mundo antigo em todos os seus aspectos, assim como uma aquisição mais precisa de um manancial de exemplos, de expressões de palavras e de ornatos que funcionariam como um rico acervo de que o orador poderia servir-se em seus discursos. (PINTO, 2009, p. 36).

Desse modo, para propiciar essa construção do ser, por meio da leitura dos textos, Erasmo apresentava os manuais que era necessários ao aprendizado nessa proposta humanista, situando e contextualizando o autor de cada estudo em questão. Para ele, a

aquisição do bem falar, ou seja, do *elocutio*, é adquirido não somente pela vivência com aqueles dotados dessa aptidão, mas também pela leitura dos autores eloquentes. Pinto (2009), ao analisar o manual de estudos de Erasmo, ressalta que na escolha dos autores que compõe esse material passava pelo crivo intelectual, e sobretudo, pelo crivo da moralidade, evitando selecionar autores que tratassem, por exemplo, de temas obscenos à época. Essa moralidade não é de ordem religiosa, pois é recorrente nesse material, a ausência da seleção de autores cristãos. Para a autora, o *De Ratione Studii* é

um manual que dialoga e se opõe diretamente à estra tradição absolutamente restritiva, se comparada com o amplo saber pregado pela pedagogia humanista. Face a este tipo de ensino que era ministrado com base em compilações que reuniam, sem critério, fragmentos de autores de todo tipo, sem nenhuma atenção para o estilo e os ornamentos do texto nem das palavras, sem, enfim, uma concepção que valorizasse a linguagem enquanto criação humana, Erasmo estabelecia novas bases para o saber onde o domínio da variação das formas e dos exemplos nos escritos antigos é fundamental num contexto ideológico que privilegia a formação de julgamentos críticos e ativos socialmente. (PINTO, 2009, p. 38).

No manual de Erasmo, os alunos são convidados a conhecer as questões iniciais da retórica por meio do estudo das figuras de estilo e dos tipos de discurso materializados nas listas de autores fornecidos e seus fragmentos (há indicações de autores para que sejam imitados), e nos exercícios propostos. Os conhecimentos de língua, gramática e dos exemplos provenientes dos autores clássicos, na concepção de Erasmo, proporcionam aos alunos “liberdade de formular seu pensamento com facilidade e exatidão”, diferenciando-se daqueles “que não tiveram o devido cuidado com as palavras [e, portanto] passariam uma impressão de verbalismo”. *De Ratione Studii*, segundo a autora, é um material que se ocupou de “evidenciar a importância da variação dos autores clássicos, a compreensão do significado das obras através do entendimento de algumas figuras de retórica e do exercício constante, preocupando-se, sobretudo, com a formação do espírito dos seus alunos” (PINTO, 2009, p. 46).

As preocupações linguísticas presentes no manual de Erasmo e adicionalmente em outros da aquisição do latim, têm um papel crucial na influência que as coletâneas de lugares-comuns ocupam no âmbito educacional, como assevera Moss (2002). Essa técnica de recolha de enunciados, isto é, de textos-intermediários, estimula a composição de outros textos sejam eles orais, sejam eles escritos. Além disso, para Moss (2002), o papel das coletâneas não se restringe às formas de composição e às preocupações linguísticas, ele também desenvolve um papel central na recepção dos textos.

A invenção da prensa, como vimos no Capítulo I, não configurou uma revolução na leitura e nos seus modos de ler, do mesmo modo que não modificou a tecnologia das coletâneas no que diz respeito aos modos de arquivo desses conhecimentos, das referências cruzadas de pesquisa, ao contrário, possibilitou um amplo acesso aos textos dos autores renomados (Cf. MOSS, 2002). Desse modo, no contexto escolar,

o estudante renascentista constantemente usava sua coleção de lugares-comuns como uma grade interpretativa para sua própria leitura de textos, ou ele a aplicava sob ditado de seu professor enquanto lia os textos em sala de aula. [...] A coleção de lugares-comuns estava em vias de se tornar um paradigma para a análise dos textos lidos: tratava-se ou de distribuir os componentes do texto sob rubricas prontas, ou de encontrar, no trecho estudado, estratégias de argumentação e desenvolvimento determinadas pelos “lugares” dialéticos e retóricos que o aluno aprendeu a utilizar com o auxílio do material fornecido pelo seu caderno¹⁴¹. (MOSS, 2002, p. 234-235, *tradução nossa*).

De modo sistematizado, as coletâneas de lugares-comuns foram empregadas nos programas escolares dos colégios europeus da Contrarreforma e nos colégios Jesuítas (estendido aos colégios jesuítas espalhados em outros países, como no Brasil). Moss (2002) destaca um dos primeiros programas de ensino específicos, de ampla influência, empregado na escola municipal luterana, elaborado por Johannes Sturm (Jean Sturm)¹⁴², intitulado *De literarum ludis recte aperiendis* de 1538. Nas instruções das etapas a serem contempladas no ensino, não há instruções específicas e diretas para a coleta de enunciados e para a produção de coletâneas, no entanto, nas etapas descritas no programa era solicitado ao aluno a repetição oral, o que pressupunha, a memorização de frases. Já nos exercícios de escrita contavam com um “livro-modelo” que fornecia tanto expressões materiais quanto linguísticas e os meios de encontrar essas frases.

No ensino específico por faixa etárias, nas classes de ensino, do sexto ano (por volta dos nove-dez anos), os alunos se familiarizavam “com uma boa quantidade de Cícero, de Virgílio e trechos de quaisquer outros poetas”, e deveriam possuir “três cadernos distintos” para poder “desmembrar” as passagens selecionadas das obras em questão, particularmente de Cícero, que possibilitavam a construção de “exemplos de

¹⁴¹ « [...] l'écolier de la Renaissance utilisait constamment son recueil de lieux communs comme grille interprétative servant à sa propre lecture des textes, ou bien il l'appliquait sous la dictée de son maître pendant la lecture des textes qui se faisait en classe. [...] Le recueil de lieux communs était en passe de devenir un paradigme pour l'analyse des textes lus : il s'agissait soit de distribuer les composantes du texte sous des rubriques toutes faites, soit de retrouver, dans le passage étudié, des stratégies d'argumentation et de développement déterminées par les « lieux » dialectiques et rhétoriques dont l'écolier apprenait le maniement à l'aide de matériau fourni par son carnet » (MOSS, 2002, p. 234-235).

¹⁴² Pedagogo e erudito do século XVI.

procedimentos de demonstração, períodos bem elaborados e figuras de retórica”. Esses exemplos deveriam ser memorizados, no entanto, os cadernos “poderiam ser utilizados diretamente para extrair citações para imitar e se encaixar nos ensaios de escrita do próprio aluno” (MOSS, 2002, p. 253, *tradução nossa*).

O sucessor de Sturm, na escola de Estrasburgo, Melchior Junius¹⁴³, era também entusiasta da promoção das coletâneas de lugares-comuns como estratégia de ensino. De modo análogo a proposição de Sturm, Junius não fornecia, ou melhor, não sugeria aos seus alunos coletâneas de lugares-comuns impressas, contudo, não proibia, recomendava parcimônia para compreender “as estruturas de referência específicas para rubricas utilizadas”¹⁴⁴ nesses objetos (MOSS, 2002, p. 261, *tradução nossa*). Ademais, incentivava a produção de coletâneas próprias dos alunos por meio da consulta de “referências apropriadas” disponíveis na biblioteca, ou seja, as coletâneas de lugares-comuns eram empregadas como um método e uma ferramenta para aquisição do conhecimento. Ele fornecia as instruções para a construção desse objeto, como as rubricas gerais que deveriam compor as coletâneas: Ética; Política; Economia doméstica; e História e “no interior dessas divisões por disciplinas, as subseções constituídas por agrupamentos de temas ligados por afinidades ou oposições devem ser organizadas de acordo com uma ordem sugerida pela leitura de ‘autores autorizados’”¹⁴⁵ (MOSS, 2002, p. 262, *tradução nossa*).

Para Moss (2002), as orientações de Junius provam que as coletâneas de lugares-comuns ainda eram utilizadas no fim do século XVI, como um dos principais métodos de ensino, particularmente, o programa de Sturm. Além disso, sua influência não se restringiu ao contexto local de Estrasburgo, de modo que os programas de ensino foram mobilizados em todas as instituições escolares luteranas, como na Inglaterra e nas áreas francófonas influenciando nos programas de ensino protestantes (no contexto francês, a influência de Sturm antecedente ao final do século XVI, quando foi professor em Paris).

Como vimos as coletâneas de lugares-comuns exerceram um papel central como arsenal pedagógico nos colégios protestantes, o que não é diferente nos colégios católicos, particularmente, os jesuíticos. Assim, abordaremos as considerações acerca das prescrições e dos usos das coletâneas de lugar-comum no contexto escolar no Capítulo

¹⁴³ Retórico humanista alemão.

¹⁴⁴ « [...] le cadre de référence propre aux rubriques qu'ils utilisent » (MOSS, 2002, p. 261).

¹⁴⁵ « a l'intérieur de ces divisions par disciplines, des sous-sections consistant en des groupements de thèmes reliés par affinités ou oppositions doivent être agencés selon un ordre suggéré par la lecture des "auteurs approuvés" » (MOSS, 2002, p. 262).

III, particularmente quando apresentamos as características do método de ensino jesuítico, comum aos diversos colégios jesuíticos espalhados nos diversos países. No entanto, antes de adentrarmos particularmente no método de ensino jesuítico, devemos nos voltar para um ponto importante na longa duração dessa técnica de leitura com fins específicos para a recolha de enunciados e seu agrupamento sob temas e rubricas que permitiriam tanto a sua consulta posterior quanto o seu emprego em textos orais e/ou escritos. Se o século XV e XVI fora considerado como o auge das coletâneas de notas dos lugares-comuns, como atestado pelos diversos autores, por suas publicações e seu ensino sistematizado por meio dos programas escolares, o fim do século XVII fora marcado pelo seu declínio.

A análise empreendida por Moss (2002), limitou-se às coletâneas de lugares-comuns impressas, que no auge da técnica foram recorrentemente impressas e empregadas. Há uma coexistência entre as coletâneas de lugares-comuns impressas e os cadernos de lugares-comuns manuscritos, mesmo que a invenção da prensa tenha permitido o aumento na circulação desses objetos. Como vimos, no âmbito escolar fora sistematicamente motivado não apenas à consulta as coletâneas, mas sobretudo o incentivo a produções próprias, e conseqüentemente manuscritas, desses objetos. A produção das coletâneas impressas, como assevera Carole Dornier (2008) – ao discutir a tradição das coletâneas de lugares-comuns e sua relação com a produção empreendida por Montesquieu –, permitiu a transformação do gênero “em vastas compilações enciclopédicas”¹⁴⁶ (DORNIER, 2008, p. 811, *tradução nossa*).

As transformações que tanto a técnica quanto os objetos que dela resultam sofreram ao longo do tempo afetaram consideravelmente as práticas de leitura e escrita mobilizadas. Se antes no contexto escolar, as coletâneas eram intrinsecamente associadas às questões retóricas, agora elas são exportadas para fora da escola, compondo a “bagagem cultural” e essencial dos homens letrados. Essas coletâneas, desse modo, acabam perdendo o lugar central que tinham nos programas escolares. Além disso, elas começam a ser compreendidas como objetos de trabalhos dos “homens de estudos” ou “letrados”, restringindo-se, de certo modo, a essas profissões que demandam o exercício da fala pública e daqueles que vivem de escrever de vários sujeitos.

As citações que compunham esses cadernos, antes empreendidas em língua latina, já que eram um recurso tanto para aquisição de conhecimento linguístico e retóricos

¹⁴⁶ « [...] genre en vastes compilations encyclopédiques » (DORNIER, 2008, p. 811).

quanto para o conhecimento de modo geral, eram concomitantemente eram produzidas nas línguas vernaculares.

Em grande parte da primeira metade do século XVII, [...] a história da progressiva libertação do francês dessa dependência do latim que caracterizava as produções escritas da cultura francesa escritas no universo bilíngue de a elite culta do século XVI. Em todas as áreas do empreendimento intelectual, na gramática, na literatura, na filosofia, é possível identificar os sinais de uma língua nacional tomando conscientemente sua autonomia e vincular isso à preocupação do período de conhecimento e afirmação. de qualquer um¹⁴⁷. (MOSS, 2002, p. 426, *tradução nossa*).

Além dessas questões de língua, que não se restringem apenas a seu aspecto linguístico, mas também social, histórico e cultural, levantou-se problemáticas quando a autoridade das frases que compunham as coletâneas. Como vimos, era aconselhado a produção dos cadernos desde o início de seus estudos nos anos iniciais, e uma parte dos autores renomados da época, na longa duração, poderiam perder seu prestígio ou até mesmo a rubrica sob a qual se agrupava determinado enunciado não seria mais empregada para aquela situação. Assim, de certo modo, atribuiu-se às coletâneas uma certa atemporalidade em que não se considera que essas frases estão inscritas na história e estão sujeitas as ordens que regulam as condições de circulação e validação dos saberes.

A técnica da recolha de lugares-comuns, tal como fora apresentada ao longo desse capítulo, fora pontual e apresentou características específicas quanto ao seu uso, seja nas questões relativas aos temas abordados, seja nos gêneros preferidos, seja na língua de sua produção, seja nas obras e autores que deveriam ser consultados.

¹⁴⁷ Dans une large première moitié du XVIIème siècle, [...] l’histoire de la libération progressive du français par rapport à cette dépendance du latin qui caractérisait les productions écrites de la culture française rédigées dans l’univers bilingue de l’élite érudite du XVIème siècle. Dans tous les domaines de l’entreprise intellectuelle, en grammaire, en littérature, en philosophie, il est possible de repérer les signes d’une langue nationale prenant consciemment son autonomie et de relier ceci à la préoccupation de la période pour la connaissance et l’affirmation de soit (MOSS, 2002, p. 426)

CAPÍTULO 3

COLETA DE FRASES À BRASILEIRA: A APROPRIAÇÃO DESSA TÉCNICA HUMANISTA POR NOSSO INTELLECTUAIS

É sob o domínio do ensino jesuítico que encontramos, em terras brasileiras, dados, menções e outros indícios quanto ao uso da técnica e prática de coletâneas de lugares-comuns, uma vez que eles eram os principais responsáveis pela educação no país, ao longo de aproximadamente dois séculos durante o período colonial. A condição de colônia de Portugal demandava do Brasil atender às necessidades da metrópole, impossibilitando dessa forma, sua autonomia política e econômica, e conseqüentemente impedindo-o de decidir seu próprio futuro. A sustentação desse sistema de governo se dava por meio da produção escravocrata, em um primeiro momento imposta aos indígenas que aqui viviam e, posteriormente, com a importação de mão de obra de africanos escravizados. Aos olhos dos jesuítas, esse sistema de exploração de mão de obra indígena contradizia os preceitos civilizacionais de base cristã, razão pela qual, entre várias outras, eles serão destituídos na segunda metade do século XVIII, pelo marquês de Pombal, de sua função na colônia, de onde seriam expulsos.

Quanto ao modelo de educação proposto pelos jesuítas, através da Companhia de Jesus, e seus colégios instalados desde sua chegada no Brasil em 1549, objetivava a formação de um “padrão” de homem que correspondesse aos princípios escolásticos da aliança entre razão e fé. Os jesuítas e sua tradição pedagógica, suas missões, representavam um forte aliado na difusão da fé cristã e dos princípios da Igreja Católica em resposta à emergência da Reforma Protestante, e de sua expansão. É por meio de procedimentos de catequização, graças às missões, inicialmente empreendidas ao longo da costa brasileira e posteriormente em direção ao interior, e da educação formal de homens brancos e índios, que se garantia a expansão e a manutenção da fé católica, fundamental para o poder monárquico da época (a Coroa de Portugal) e para o papado, em seu projeto expansionista junto ao Novo Mundo, para o qual se investiram do compromisso de levar a tríade “lei-rei-fé”.

Fundada em 1534, em Paris, por Inácio de Loyola, a Companhia de Jesus caracteriza-se como uma ordem religiosa oriunda do processo de Reforma da Igreja Católica, sobressaindo-se a outros movimentos religiosos da época por seu caráter, como já mencionamos, educacional e missionário, sustentado por dois instrumentos: Colégio e *Ratio Studiorum* (plano de ensino da Companhia).

Em 1556, com a morte de Loyola, como afirma Costa (2007), existiam cerca de 35 colégios em pleno funcionamento e 40 em vias de estabelecimento, contando com 1000 membros em 110 casas e 13 províncias, evidenciando o alcance que a Companhia estabeleceu durante seus anos de atuação nos mais diversos lugares do mundo.

Assim, descreveremos brevemente, a seguir, alguns princípios do funcionamento dos colégios jesuíticos, considerados como centros de administração da Companhia, e do funcionamento do método de ensino em que se apoia toda a pedagogia jesuíta, de modo a nos concentrarmos especificamente nos usos pedagógicos da técnica das coletâneas de lugares-comuns, no Brasil.

O ensino jesuítico: os colégios e o método de ensino *Ratio Studiorum*

É na década de 40 do século XVI que os jesuítas iniciam sua empreitada nos colégios (cf. COSTA, 2007), restringindo-a, num primeiro momento, apenas à formação de futuros padres da Companhia e, em um segundo momento, abrindo suas portas a alunos externos. Seus primeiros colégios foram instalados em Portugal. Dado o grande sucesso da empreitada, outros foram abertos, sempre mediados por seu fundador, Inácio de Loyola.

O espaço desses colégios não se restringia apenas à ministração de aulas, mas também era tido como centro administrativo da vida jesuítica e das terras de missão. Mobilizando assuntos complexos acerca da religião cristã no ensino e no aprendizado da leitura e da escrita, os colégios propiciaram o fortalecimento de um “instrumento” eficaz da “nova cruzada”, já que o ensino de crianças e jovens facilitava, segundo Loyola, “o aprendizado das coisas cristãs”, alterando em seu devido tempo os “erros” que caracterizavam determinadas culturas e seus povos.

A influência dos jesuítas começa logo que desembarcaram no Brasil, em 1549. Para Leite (1928) esse período pode ser caracterizado como um projeto de expansão, em que escolas foram abertas voltadas ao ler e escrever e outras atividades foram incentivadas como a catequese, a instrução de obras sociais e a colonização. Os jesuítas ocuparam a função de “primeiros mestres do Brasil”, fundando seu primeiro colégio, “Colégio dos Meninos de Jesus, em 1550, em Salvador.

A instrução do ler e escrever subsidia toda a pedagogia jesuíta tendo como plano de fundo a doutrinação cristã. As escolas eram ferramentas de propagação de valores culturais, que se iniciava na educação da criança para que ela levasse esses ideais e valores ao seio familiar, atingindo assim, os adultos. Shigunov Neto e Maciel (2008), ao

elencarem algumas características do ensino jesuítico no período colonial, ressaltam que a Companhia de Jesus objetivava, no cerne de sua fundação, a formação de “exercícios de soldados da Igreja Católica”, considerando sua emergência como uma forma de controlar os valores preconizados pela Reforma Protestante, e além disso, para combater a heresia e realizar a conversão dos pagãos.

Para que os objetivos jesuíticos fossem alcançados era necessária “uma reciclagem intelectual e científica para combater os vícios e os pecados e purificá-los contra o mal” (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008, p. 172), tendo como papel principal, na sociedade portuguesa e se estendendo de certo modo às colônias portuguesas,

pois cabia a eles propiciar as condições necessárias para educar os grupos sociais menos favorecidos da população. [...] no início de suas atividades [o ensino jesuítico] não era um ensino para todos e sim para uma pequena parcela da população, pois destinava-se exclusivamente a ensinar os “ignorantes” a ler e escrever. (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008, p. 172).

No Brasil, a influência jesuítica na educação não perdurou apenas nos 210 anos que aqui ficaram. Até em função da extensão de sua atuação é possível encontrar indícios e resquícios em menores ou maiores graus na educação brasileira, particularmente no que diz respeito a questões de cunho religioso, já que a política colonizadora se pautava nesses princípios. Estes colégios visavam, nas terras de missão, empreender um papel educativo, além de se caracterizarem como um centro administrativo que irradiava uma determinada cultura, validada e reconhecida pela igreja perpassando seus princípios e dogmas nas formas de ensino.

Nos colégios da Companhia, particularmente os de Portugal, como o Real Colégio das Artes, entregue para a administração dos jesuítas em 1555, tiveram, de fato, **uma inspiração humanista no que toca à valorização da forma antiga, que se baseava no aprendizado clássico do latim e do grego**. Aquele colégio, por exemplo, mesmo depois da administração jesuítica, teve uma forte inspiração no movimento chamado *modus parisiensis*, ou seja, na forma como os colégios de Paris entendiam o estudo das chamadas Artes [...]. Este método de estudo compôs, junto com outros, estudados atentamente pelos padres da Companhia de Jesus, os fundamentos teórico-pedagógicos do *Ratio Studiorum*, sendo, no testemunho de historiadores dos jesuítas, o mais importante, principalmente pelas coincidências existentes. (COSTA, 2007, s/p, **grifos nossos**).

É particularmente em seu método de ensino, *Ratio Studiorum* (*Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*) ou Plano de Estudos da Companhia de Jesus, que encontramos os procedimentos educacionais por eles mobilizados. Estabelecendo-se como um manual

prático, lançado oficialmente em 1599, o *Ratio Studiorum*, como ficou conhecido, apresenta métodos de ensino, orientações ao professor quanto à organização do plano de aula, guia de conteúdos ministrados e as atividades a serem desenvolvidas, e orienta quanto à postura a ser adotada por professores e alunos, subsidiando toda a prática de ensino jesuítico.

Este manual é o resultado de quase 50 anos de experiências (e versões) desenvolvidas em diferentes Colégios, em todas as províncias jesuíticas. Costa (2007) afirma que a primeira utilização do *modus parisiensis* foi na tentativa de estabelecimento de um regulamento pedagógico em seu Colégio clássico, em Sicília, o Colégio de Messina em 1548. Nesse momento, optou-se por seguir à risca as orientações, de modo a empregá-las na organização das aulas, “matéria de ‘repetições, disputas, interrogações e declamações’” (FRANCA *apud* COSTA, 2007, s/p). Somente em 1599, após diversas reuniões e apontamentos ao longo do período, é aprovada e publicada uma versão definitiva do *Ratio atque Institutio Studiorum* que deveria vigorar em todos os colégios da Companhia de Jesus. Em terras brasileiras, a implementação dos estudos seguiu o formalismo pedagógico que visava sanar a problemática moral dos países colonizados por meio da apresentação dos valores cristãos europeus.

Nas primeiras versões da *Ratio*, em 1561, era proposto um programa de ensino do discurso formal que evidenciava a importância dos “lugares de argumentação” na retórica e dialética. Já na versão de 1591, algumas alterações são empreendidas como a troca da obra *Tópica* de Cícero pela *Institutio oratoria* de Quintiliano, o que para Moss (2002, p. 297, *nossa tradução*) se justificava pela presença nesses livros de “de tipos argumentos muito relacionados com os procedimentos judiciais, mas muito úteis [...] no quadro das disputas religiosas”¹⁴⁸. Ademais, para a autora o que poderia se caracterizar como “uma falta de entusiasmo pela dialética” manifestas pelos jesuítas tem uma relação com uma tradição dos humanistas italianos “em grande medida, esta tradição era compatível com o comentário sobre os textos latinos, em uma base bastante ampla e com um método bastante flexível, como Erasmus recomenda e pratica no *De ratione studii*”¹⁴⁹ (MOSS, 2002, p. 297, *tradução nossa*).

¹⁴⁸ « [...] des types d’arguments très liés aux procédures judiciaires, mais très utile pour [...] le cadre des disputes religieuses » (MOSS, 2002, p. 297).

¹⁴⁹ « Dans une large mesure, cette tradition était compatible avec le commentaire des textes latins, sur une base assez large et avec une méthode assez souple, tel qu’Erasmus le recommande et le pratique dans le *De ratione studii* » (MOSS, 2002, p. 297).

A proposta dividia-se em dois graus: “o inferior (correspondente ao nosso ensino médio) e o superior (universitário)” (ROSÁRIO; MELO, 2015, p. 385). No primeiro, o ensino voltava-se à gramática, às humanidades e à retórica, já no superior ao estudo filosófico e teológico. No Brasil, essa divisão, particularmente, sofreu adaptações, estruturando-se em quatro grades de ensino nas modalidades sucessivas e propedêuticas: i) elementar (voltado ao ensino da leitura, da escrita e do contar, bem como da explanação da doutrina católica), ii) humanidades (ministrado em latim, voltado ao ensino de gramática, retórica, e humanidades), iii) artes (dedicado à lógica, à física, à matemática, à ética e à metafísica, compreendidas as ciências naturais e filosofia), e iv) teologia. Diante das necessidades específicas das missões em território brasileiro, o ensino de línguas grega e hebraica foi substituído pelo tupi-guarani.

Dentre os 17 colégios jesuítas no Brasil colônia, todos, além dos seminários, tinham cursos elementares, boa parte oferecia curso de humanidades e apenas 8 tinham cursos de artes e teologia. Os cursos de humanidade e de artes eram destinados a formar padres e a elite dirigente local de dependência. Além disso o curso de artes preparava para o ingresso nos cursos profissionais da Universidade de Coimbra. Cursos estes que formavam médicos, cânones e advogados, uma elite de doutores que comandaram a política brasileira. Apesar da educação estar nas mãos dos religiosos, os colégios eram públicos porque sua atividade era subsidiada pelo Estado. Para manter a dependência da colônia, o Rei de Portugal proibiu a criação de universidades no Brasil. (ROSÁRIO; MELO, 2015, p. 385-386).

Dessa forma, a prática de ensino jesuítico propunha a combinação de um viés humanístico conjuntamente com um viés científico, nos estudos, de modo a formar cidadãos aptos a pensar e escrever, uma vez que a formação tida como ideal versava sobre a possibilidade de combinação do “desenvolvimento das capacidades para o exercício da virtude” (TOYSHIMA; MONTAGNOLI; COSTA, 2012, p. 03).

Nas atividades propostas no “Método pedagógico” dos jesuítas, dentre os diversos tópicos concernentes as regras orientadas ao professor, voltamo-nos especificamente ao capítulo “Regras de professor de humanidades”. Neste, no item “1. Grau” apresenta-se o objeto das aulas ministradas nas disciplinas de humanidades, sendo que estas devem voltar-se, conforme determinado pela gramática, ao terreno da eloquência. Para isso, é necessário retornar aos conhecimentos da língua, da erudição e de uma introdução breve aos princípios da Retórica:

Para conhecimento da língua, que consiste principalmente na propriedade e riqueza das palavras, **explique-se, nas lições quotidianas, dos oradores exclusivamente Cícero, e, de regra, escolham-se seus livros de filosofia moral; dos historiadores, Cesar, Salústio, Lívio, Curtius e outros semelhantes; dos poetas, principalmente Virgílio [...] odes seletas de Horácio e também elegias, epigramas e outras composições de poetas ilustres [...].** Conhecimentos eruditos sejam ministrados com parcimônia para estimular às vezes e recrear a inteligência, não para impedir a atenção à língua. Dos preceitos de retórica dê-se no segundo semestre um breve resumo de Cipriano Soares [...] **poderão tomar-se algumas das suas orações mais fáceis [...]** Da língua grega pertence a esta aula a parte que constitui propriamente a sintaxe; **procure-se também que os alunos entendam regularmente os autores e aprendam escrever alguma cousa em grego.** (FRANCA, 1952, s/p, grifos nossos).

Neste excerto, vemos a menção a técnicas e a práticas que visam à construção de um conhecimento científico e moral por meio de seleções de autores consagrados que permitiam a compreensão de sua obra e a possibilidade de desenvolvimento da modalidade escrita em uma segunda língua. No entanto, é nos conteúdos apresentados para as aulas, nos itens de “divisão de tempo” que se previa, antes do início das aulas, a recitação de algum trecho decorado de Cícero e a correção de exercícios, contando também com a recitação, por parte dos alunos, de trechos decorados de poetas ou autores gregos, para o que se recomendava o emprego da técnica humanista da coleta de frases.

No item “método de corrigir os exercícios” é proposta a utilização dessa técnica para que possam indicar as faltas cometidas nessa atividade e a proposição de sua reescrita. Comumente, alguns exercícios eram corrigidos por outros professores, e posteriormente reavaliados pelo professor da disciplina durante o período de aula. Assim, no *Ratio Studiorum*, há um item destinado a outros exercícios que podem ser aplicados aos alunos de modo a não demandar atenção do professor a outras questões que não sejam a correção. Intitulado “Exercícios durante a correção”, este item compreende trabalhos escritos, dentre os quais os alunos podiam “colher frases dos trechos explicados e variá-las de muitas maneiras” de modo a empreender uma compilação de frases “mais elegantes” da lição de Cícero. Além disso, também se pedia a criação de versos e até mesmo a imitação de trechos.

Conseqüentemente os alunos aprendem sistematicamente a exercer a prática de seleção de “frases”, de anotação em cadernos específicos, como forma de conhecê-las, memorizá-las, empregá-las nas conversações cotidianas e, sobretudo, na escrita e na exposição oral de textos em situações públicas de interlocução. Assim, a incorporação

dessa técnica significava tanto o seu uso em âmbito privado e espontâneo, quanto forma de instrução escolar e de estudo de textos.

Desde a sistematização da Retórica, na Antiguidade, como conjunto de técnicas de uso da palavra oral e escrita, e de sua adoção como norte para o ensino da língua na tradição religiosa e posteriormente laica de toda a sociedade ocidental, a técnica de seleção, coleção e imitação de frases de autores célebres, em função de seu valor moral, estético, de revelação de uma verdade etc., é diversa e sistematicamente ensinada assim como aprendida no Ocidente, e especificamente no Brasil, do século XVII até a segunda metade do século XX.

O ensino no Brasil após a expulsão dos jesuítas: a instauração do Colégio Dom Pedro II

Durante o período imperial, em Portugal, Marques de Pombal assume o cargo de ministro da Fazenda no ano de 1750 e como atuação política visa a realização de diversas reformas de cunho administrativo e educacional. Nesse período e anteriormente a ele, a educação portuguesa e de suas colônias estava sob o controle e a orientação da Companhia de Jesus, e a partir da instauração das reformas, passa a ser responsabilidade da Coroa Portuguesa. Assim, em 28 de junho de 1759, Pombal determina que seja destruída a

organização da educação jesuítica e sua metodologia de ensino, tanto no Brasil quanto em Portugal; instituição de aulas de gramática latina, de grego e de retórica; criação do cargo de ‘diretor de estudos’ – pretendia-se que fosse um órgão administrativo de orientação e fiscalização do ensino; introdução das aulas régias – aulas isoladas que substituíram o curso secundário de humanidades criado pelo jesuítas; realização de concurso para escolha de professores para ministrarem as aulas régias; aprovação e instituição das aulas de comércio. (MACIEL; NETO, 2006, p. 470).

Essa reforma educacional tem inspiração nos ideais iluministas da época em que se substitui a metodologia eclesiástica empreendida pelos jesuítas por um pensamento pedagógico em que a escola deve ser pública e laica (cf. MACIEL; NETO, 2006). De acordo com os autores, o ideal iluminista acredita que uma nova sociedade só será alcançada por meio da Educação. Mesmo que a pedagogia jesuítica tenha servido as necessidades decorrentes do processo de colonização, ela “não consegue atender aos interesses dos Estados Modernos em formação. Surge, então, a ideia de Educação pública sob o controle dos Estados Modernos”, ocasionando na ineficácia dos objetos e projetos jesuíticos a essa nova sociedade em transformação (MACIEL; NETO, 2006, p. 471).

A partir de 1771, no Brasil, foram criadas 17 aulas de ler e escrever, no entanto, houve demora na instituição de escolas com cursos graduados e sistematizados, acontecendo apenas em 1776, como pontua Maciel e Neto (2006). Uma das razões para esse atraso, pode ser justificada, segundo os autores, pela tentativa no atraso do desenvolvimento educacional e de instrução pública na colônia brasileira, o que visava inibir o espírito nacionalista e uma possível emancipação. Nesse momento de transição, houve a sistematização de propostas a serem seguidas, como as apresentadas por Luís Antonio Verney na obra “O verdadeiro método de estudar”, composto por 16 cartas publicadas entre 1746 a 1747. Nela eram apresentada “uma análise sobre problemas do ensino português ministrado, até então, pela metodologia dos jesuítas” fornecendo, além disso, “orientações de como proceder para adequá-los e torná-los condizentes com a nova realidade” (MACIEL; NETO, 2006, p. 473).

Dentre as disciplinas propostas no plano de estudos, temos a gramática, o latim, a manutenção da retórica, a filosofia, a medicina, o direito, a teologia e um apêndice sobre o “estudo das mulheres”. Esse plano atravessa os níveis inferiores e superiores de ensino, propondo uma popularização e alcance das escolas a todos, por meio de escolas públicas e também pelo acesso à universidade por parte de toda comunidade e seus membros (mesmo que não estejam no meio acadêmico).

Em 1837, foi fundado, no Rio de Janeiro, o Colégio Dom Pedro II, instituição de ensino oficial no país que serviu como um padrão de escola secundária tanto para instituições públicas quanto privadas até meados do século XX (Cf. RAZZINI, 2000). Seu corpo docente era composto pelos intelectuais brasileiros de renome, homens de letras e ciências, sendo, segundo Barbosa (1888 *apud* ACÍZELO DE SOUZA, 1999), constantemente fiscalizados, além de suas nomeações serem realizadas pelo Imperador. Ofertava o curso completo que outorgava o grau em Bacharel em Letras e possibilitava a entrada em qualquer curso superior, como assevera, Razzini (2000). Ademais, seu alunado era composto pela elite brasileira e dali muitos ocuparam cargos políticos e se tornaram escritores renomados:

a formação intelectual básica necessária para um burocrata ou um político (base à qual ele provavelmente adicionaria o bacharelado na faculdade de direito de Recife ou na de São Paulo). O colégio fornecia também a cultura humanística exigida de um cavalheiro europeu. [...] O colégio buscou sua inspiração e seu currículo na educação clássica francesa. Desde o início, a preferência recaiu sobre línguas e literaturas antigas e modernas, religião, história, filosofia e retórica, em detrimento

da matemática e das ciências naturais. (NEEDELL, 1993 *apud* RAZZINI, 2000, p. 31).

O currículo do Colégio Pedro II era baseado em um modelo humanista europeu, particularmente o francês, em que a formação clássica era a escolhida, valorizando assim, disciplinas que englobassem o estudo do latim e de sua literatura. Segundo Mayer (s/d), o domínio do latim era considerado como um pré-requisito para adentrar às classes sociais superiores, de modo que “a concepção dominante era a de que apenas o estudo dos textos clássicos poderia fornecer a essa elite as normas e os modelos de ação heroica, serviço público civil e perspectiva nobre” (MAYER, s/d, *apud* RAZZINI, 2000, p. 31-32).

Razzini (2000) ao analisar o currículo do Colégio Pedro II, evidencia o destaque que o latim e as disciplinas clássicas (grego, retórica e filosofia) tinham, em 1838, sendo que a carga horária somada ocupava 52% do currículo de modo que 25% era destinado apenas o ensino de latim. Em 1841, há uma diminuição significativa da carga horária destinada às disciplinas de Gramática Nacional, Retórica e Latim, o que para a pesquisadora pode ser justificado, talvez, pela “abreviação do curso secundário, que de oito passara para sete anos”. Ademais,

Tal civilização [...], supervalorizava a formação clássica, bem representada no currículo do Pedro II, sobretudo pela hegemonia do latim, que ocupou entre 17% e 25% da carga horária total do curso do Colégio Pedro II até 1869. A preponderância do latim era reforçada pelo fato de que o ensino das línguas modernas se fazia pautado na gramática latina. Desta forma, parece lícito considerar que, neste período, o ensino de língua portuguesa estava mais dependente do ensino de latim do que estaria posteriormente. Sua subordinação talvez justificasse a acumulação das cadeiras de Português e de Latim no primeiro ano, pelo mesmo professor, durante mais de trinta anos (de 1838 a 1869), e também explicasse a denominação "Gramática Geral e Gramática Nacional" no currículo de português em 1841. (RANZINI, 2000, p. 37).

Os estudos de português, em 1850 e 1851, restringiram-se ao primeiro ano, enquanto os estudos de retórica e poética eram ministrados nos dois últimos anos de curso. Na abordagem dos conteúdos de retórica e de poética “eram baseados nos gêneros definidos por Aristóteles (e depois sistematizados por Quintiliano), ressaltando, de um lado, o estudo dos tropos e figuras retóricas, e de outro, a epopeia” (RANZINI, 2000, p. 41). Já em 1855, inclui-se, no ensino de português e retórica, “Leitura e Recitação de Português” que segundo a autora, “[...] implicava no uso de textos de autores nacionais, o que de fato acabou acontecendo em 1856, com a regulamentação dos compêndios,

quando foram indicadas obras de Antonio Vieira, Souza Caldas e a seleta de Barker” (RANZINI, 2000, p. 42).

No currículo de 1870, nas aulas de português é indicado “a leitura em voz alta, clara e pausada, com as devidas inflexões, de modo que a pronúncia seja perfeita e guarde-se pontuação”, além de incentivar a recitação, por parte do aluno, “de um trecho depois de bem explicado e compreendido por ocasião da leitura”. Desse modo, as orientações propostas nos currículos do Colégio Pedro II, nesse período, se assemelham às orientações presentes no Plano de estudo da Companhia de Jesus, em meados do século XVI e XVII.

A apropriação da técnica de coletas de frases pelos intelectuais tupiniquins

A leitura enquanto prática raramente deixa marcas e rastros diretos, consistentes, em grande volume de sua realização, seja em silêncio ou em voz alta, seja individual ou coletivamente. Abreu (1999) afirma que apesar de sabermos com “alguma precisão” aquilo que era lido no passado, os modos de ler continuam, em sua maioria, desconhecidos. Entre as formas de acesso mobilizadas por historiadores e demais estudiosos das práticas do passado, como a leitura, é sua representação direta ou indireta por meio de pinturas, obras literárias, prefácios, cartas de leitores, testemunhos diretos em biografias, diários e correspondências que representam e indiciam práticas de leitura exercidas ou idealizadas em uma dada cultura e em determinada época.

Com base nessas fontes tradicionais, nem todos os públicos leitores, e suas práticas podiam ser descritos. Os leitores populares foram durante muito tempo negligenciados pelos historiadores, entre outras razões, pela falta de documentos diretos e massivos a partir dos quais se pudesse depreender e descrever, ao longo da história, se pessoas de origem humilde, das camadas populares aprenderam a ler, tinham acesso aos textos, a quais textos e objetos culturais, e como liam. São bastante recentes os estudos históricos que se dedicaram a tratar das práticas de leitura populares. Foi preciso haver uma conversão do olhar e dos princípios historiográficos, de modo a incorporar novas fontes e novos objetos, assim como novas formas de explorar essas fontes e objetos, para se poder depreender indícios relativos a essas práticas exercidas por esses sujeitos.

Chartier (2011) ao realizar um estudo de cunho histórico da coleção de livros intitulados *Bibliothèque Bleue* (biblioteca azul/livrinhos azuis) produzidas pelos editores de Troyes a partir do fim do século XVI, e que eram destinados a um público mais amplo de leitores populares, nos coloca diante, senão das práticas efetivas dos leitores desse

segmento editorial, com certeza das representações compartilhadas pelos editores-livreiros, em sua maioria pertencentes às camadas letradas da população, e que basearam a produção dos livros dessa coleção nas impressões que faziam acerca das competências desse público.

Na constituição dos títulos dessa coleção, os editores pareciam “buscar em textos já editados os que lhes parecem convir ao grande público a que eles visam, que lhes parecem compatíveis com as expectativas ou capacidades da clientela que atingem” (CHARTIER, 2004, p. 263). A fórmula editorial encontrada por esses editores para atingir esse público amplo e popular, consistiu, além da seleção de certos textos, gêneros e autores, que encontraram no passado, um relativo sucesso, a submissão desses textos a uma série de alterações em sua forma, tais como o recorte de partes e capítulos, a inserção de subdivisões com a multiplicação de capítulos e subcapítulos, a inserção de retomadas e resumos. Todas essas modificações tinham por base as *representações* que esses editores compartilhavam acerca dos leitores “populares” da época, entre elas a de que se tratavam de leitores sem fôlego para a leitura de textos extensos, sem tempo ou com pequenos intervalos de repouso entre as atividades diversas que deviam realizar para sua sobrevivência, o que justificava os cortes e as subdivisões constantes dos textos que lhes eram propostos.

Essas alterações empreendidas, no texto integral, por esses editores visavam a aproximação com as práticas de leitura que esses editores imaginavam ser aquelas da grande massa de leitores populares a qual se destinavam esses textos, incluídos na *Bibliothèque Bleue*. Originalmente, os textos que constituíram o acervo de títulos dessa coleção, não tinham sido produzidos nem destinados para esse público. Assim, as modificações empreendidas por esses editores nos textos originais, por vezes, ao invés de tornar esses textos mais legíveis para esse público, os transformavam em narrativas lacunares, de mais difícil compreensão.

Além desse tipo de fonte, e com o devido cuidado em entender que esses indícios na forma material desses textos não correspondiam às práticas propriamente populares de leitura, mas sim às representações que os editores faziam de suas competências e interesses, outras fontes passaram a compor o rol daquelas que poderiam dar acesso a essas práticas desconhecidas. Entre elas, se recorreu às anotações, conhecidas como marginalias, expressas nas margens em branco das manchas do texto nos livros, ou então aos grifos e sublinhados nesses textos. Buscou-se, também, as biografias e autobiografias de trânsfugas de classe, assim como seus diários. Desse conjunto, também fazem parte os

cadernos de notas e de citações, que leitores de diferentes grupos, e com diferentes finalidades, legaram aos historiadores, e nos quais se pode depreender indícios do que leram, por que leram, como leram, ou seja, é possível depreender seus modos de *apropriação* dos textos.

Outra fonte histórica importante para se levantar as práticas de leitura do passado, em especial dos leitores letrados, são os tratados sobre a leitura¹⁵⁰, que, segundo Abreu (1999), prescrevem “os modos de ler que lançam alguma luz, se não sobre as práticas efetivamente realizadas, ao menos sobre o que se esperava como leitura adequada” (ABREU, 1999, p. 214). Apesar de produzidos em contexto europeu, esses tratados eram enviados ao Brasil, particularmente ao Rio de Janeiro, nos séculos XVIII e início do XIX, e eram comercializados e adquiridos por preconizarem a leitura de obras, os modos de ler e as razões para se ler, seja como um meio para a formação do estilo de escrita, seja como uma maneira de instrução, seja ainda, e até mesmo, como um modo de diversão.

A leitura voltada para o divertimento só será abordada por esses tratados quando é necessário alertar “para os perigos que correm aqueles que a ela se dedicam” (ABREU, 1999, p. 214). Assim, neles há a preocupação em indicar obras a serem lidas e a maneira correta de lê-las. Essas maneiras de ler estabelecem uma forte ligação com a produção textual, uma vez que visam incorporar um estilo a ser seguido e a aquisição de conhecimento:

num primeiro nível mais básico, a escrita é auxiliar da leitura: é preciso tomar notas enquanto se lê. [...] Deve-se ter um caderno com duas colunas; na primeira, anota-se a máxima ou o pensamento extraído do livro que se lê, na segunda dá-se um título ao trecho de forma a indicar o tema abordado. Só se pode fazer bem esse trabalho se cada trecho for lido relido e se se meditar sobre ele. Finda essa primeira etapa, é preciso reler as anotações e agrupar todos os trechos que dizem respeito a um mesmo tema. O processo de leitura ainda não está concluído, pois resta uma última etapa: a memorização das anotações subdivididas por temas. Nesse sistema, que remonta às práticas renascentistas de leitura e escrita, [...] essas atividades não têm uma finalidade em si, pois são etapas para memorização de conhecimentos, finalidade essencial em comunidades orais que se imagina abandonada quando se tem a possibilidade de registrar os conteúdos no papel.

Em um segundo nível, a leitura (aí incluídas meditação, anotação e memorização) é a fonte de modelos a serem imitados no momento da escrita. Para tanto, importa ter contato apenas com os melhores autores, nos quais se deve observar sobretudo a estruturação dos textos, tendo

¹⁵⁰ Abreu (1999) mobiliza para sua análise os tratados “Discours sur la manière d’utiliser ses lectures” de Biron e “Traité sur la manière de lire les auteurs avec utilité” de Bardou-Duhamel.

pouca relevância com os temas desenvolvidos pelos autores. (ABREU, 1999, p. 219).

Essas recomendações de leitura, e conseqüentemente de escrita das Belas Letras no Brasil colonial, expressas nos tratados de leitura europeus produzidos nos séculos XVIII e XIX, aproximam-se daquelas que orientavam a produção dos cadernos de lugares-comuns da Renascença. Elas também se assemelham às instruções existentes no manual de ensino jesuítico¹⁵¹ e que vigorou como método no período colonial, do século XVI à segunda metade do século XVIII. Após sua expulsão, a tradição do ensino de princípios da retórica clássica ainda se mantém no Brasil, tal como se pode constatar pelos planos de ensino do Colégio Pedro II, até a segunda metade do século XX.

Esses tratados do século XVIII e XIX produzidos na Europa, como bem demonstrou Abreu (1999), atravessaram o atlântico e encontraram público no Brasil. Eles indiciam a força da tradição retórica e das técnicas de leitura e de escrita concernentes ao destacamento de frases, de sua seleção, registro, coleção, classificação em temas, memorização e uso na produção de textos orais ou escritos, com finalidades pessoais ou públicas.

É ao final do século XVIII e início do século XIX que a importação e publicação desses tratados se torna escassa, embora não sejam totalmente abolidas. Sua rarefação tem a ver com a competição de um outro objeto, com o florescimento de “publicações de histórias literárias” que selecionam, hierarquizam e propõem “modelos de avaliação para os textos literários. Essas obras aproximam-se fortemente dos tratados, pois destinam-se à ‘formação do gosto’”, além de estabelecerem “um modelo de excelência com o qual são comparadas as diversas produções literárias” (ABREU, 1999, p. 225).

O apagamento dessa técnica de recolha de enunciados no ensino de leitura em terras tupiniquins, posteriormente ao período citado, não inviabiliza que seus ecos sejam manifestos em objetos presentes nos acervos de literatos e intelectuais brasileiros contemporâneos. Os cadernos de notas de dois intelectuais brasileiros do século XIX e XX comprovam isso, tal como apresentamos em nossa análise. São vários os exemplos

¹⁵¹ Com a orientação de memorizar as frases de Cícero e variá-las de muitas maneiras durante outras atividades previstas, isto é, “o tema de composição não deve ser ditado de improviso, mas preparado e quase sempre escrito, quanto possível seja dirigido para a imitação de Cícero” (FRANCA, 1952, s/p) que se destinavam não apenas aos alunos que deveriam explicá-las de acordo com as regras da gramática e retórica, mas também aos professores que eram orientados a dar subsídios suficientes a essas explicações, o que permitia e levava a um certo modo de apropriar-se desses textos de Cícero, realizando uma leitura para a memorização e mobilização dessas frases em outros contextos de modo a evidenciar um certo domínio de uma determinada cultura e saber.

equivalentes a esses cadernos que se podem localizar em diferentes acervos de escritores, intelectuais e políticos brasileiros entre a segunda metade do século XIX, e ao longo de todo século XX.

Apresentamos, a seguir, um resumo biográfico da vida e obra dos intelectuais cujas notas, em folhas e em cadernos, compõem nosso *corpus*, acompanhado de informações sobre seus acervos, para então nos dedicarmos à análise propriamente de suas notas que compõem seus cadernos, referentes às frases destacadas de outros textos, e que nos fornecem exemplos da técnica relativa a seleção, coleção e classificação de frases, como práticas eruditas de leitura e escrita empreendidas entre os séculos XIX e XX em terras brasileiras.

Antes, porém, apresentamos uma reflexão histórica e cultural sobre a prática de constituição desses acervos e de conservação dessas notas, em folhas e cadernos, que apesar de sua função subsidiária, secundária, de seus gêneros e suportes provisórios, ainda assim foram preservados, conservados e catalogados entre os objetos culturais de relevo que devem fazer parte do legado de um intelectual, do legado de um autor.

Cadernos de nota: do lixo à dignidade dos acervos

O historiador também nos lembra que nem sempre esse tipo de material compôs os acervos conservados da obra de um autor. Do ponto de vista histórico, o interesse em salvaguardar esse tipo de material é relativamente recente. Composto de folhas ou de cadernos contendo notas breves, manuscritas, por vezes plurais tematicamente, incompreensíveis quanto ao tipo de articulação possível de que seriam a fonte, ele hoje integra os acervos desses e de outros autores porque adquiriu uma função, um papel fundamental. Sua manutenção atesta, tanto por parte de seus escritores quanto daqueles que se tornaram responsáveis por sua posterior guarda, organização, preservação, digitalização e divulgação, o reconhecimento da importância desse material como índice fundamental de aferição da autenticidade da autoria das obras posteriormente produzidas, assim como índice do processo de que resultou essas obras.

A conservação dessas notas, durante muito tempo consideradas descartáveis, o lugar cativo que, hoje em dia, ocupam na composição dos acervos de autores, faz parte da história que nos legou a concepção de “obra”, de “escrita” e de “autor” que hoje compartilhamos. O que era antes apenas uma etapa provisória, um meio ou ferramenta no processo de escrita, um esboço ou rascunho sem valor, ganha um estatuto novo, e com ele o direito (e mesmo a obrigação) de ser mantido. Com essa manutenção, podemos

observar a partilha de uma mesma representação da “autoria”, de uma mesma compreensão do que representa a “função autor” na contemporaneidade, ligada entre outras características ao fetiche da “mão do autor”, conforme expressão adotada por Chartier (2014a, p. 139).

De modo geral, a conservação desses objetos que atestam a mobilização dessa técnica de leitura e escrita, assim como de outros objetos e textos de um autor, relaciona-se à própria emergência da concepção e prática de constituição de “acervos” de autores. E como defendido por este historiador, as concepções contemporâneas de “autor” e de “obra” se auto constituem, estão diretamente interligadas e são interdependentes, assim como a de “acervo” ou “arquivo”.

Segundo Chartier (2014a), a partir da segunda metade do século XVIII, se multiplica, no contexto Europeu, a formação de arquivos literários, de acervos, junto a instituições universitárias ou bibliotecas, com uma diferença importante: a de que “esses arquivos literários modernos colecionam e preservam documentos que não foram anteriormente levados em consideração pelos arquivos tradicionais. [Ademais, esses arquivos modernos, tal como se apresentam, foram concebidos e] preservados por editores e escritores.” (2014a, p. 130).

Essa preservação de uma série de documentos, primários, não considerados relevantes uma vez cumprida sua função de esboços e rascunhos, e por isso imediatamente descartados – como as notas para a produção de um texto, as versões manuscritas de um texto, as cópias do editor, manuscritas ou impressas, corrigidas à mão pelo autor, ou por outros atores desse processo, antes da versão definitiva a ser impressa e vendida – responde a uma valorização progressiva desses indícios, dado que adquirem o poder de conferir à escrita sua autenticidade e de indiciar seja a espontaneidade e genialidade de uma escrita de um gênio inspirado que escreve em fluxo contínuo, seja o trabalho árduo, dedicado, intenso, de idas e vindas na melhoria da forma, nas mãos de um artesão cioso da perfeição, de um ourives que escreve em filigrana.

Antes do século XVIII é possível encontrar, de maneira rarefeita, certas cópias manuscritas “originais” de obras que foram publicadas posteriormente, seja na sua versão manuscrita final, seja na sua versão impressa. Alguns desses “originais” que restaram para que deles se pudesse contar sua história, como explica Chartier (2014a), são na verdade “originais escribais”, ou seja, equivalem a versão produzida por escritores profissionais, para quem os autores outorgavam a tarefa de fazer uma “cópia passada a

limpo”, manuscrita, de seu texto original, e que seria a versão enviada para o censor ou para o editor e o impressor.

Após essas intervenções textuais feitas pelo copista, pelo censor, pelo editor de cópia e pelos compositores, o manuscrito assinado perdia toda a importância. Além disso, depois da impressão do texto, a cópia do impressor compartilhava o mesmo destino e era geralmente destruída ou reciclada. (CHARTIER, 2014a, p. 138).

Portanto, para o historiador, a “constituição de arquivos literários não pode ser separada da construção de categorias filosóficas, estéticas e jurídicas que definiam um novo regime para a composição, publicação e apropriação de textos – particularmente os literários” (2014a, p. 139). É no início do século XVIII que se vai estabelecer e consolidar algumas características a partir de então atribuídas a autoria e ao autor, como a individualidade, singularidade e originalidade de sua escrita, da qual portanto era o único proprietário, ou seja, aquele que deveria deter a propriedade literária, direito perpétuo de que ele, apenas ele, poderia dispor, transferindo sua propriedade a um editor.

Diante dessa nova concepção da propriedade literária, do texto como propriedade individual resultante do gênio de seu autor, tornava-se fundamental a autenticação do que era publicado e reproduzido como sendo de fato obra da mão do autor a quem o texto era atribuído. “O manuscrito assinado tornou-se, assim o signo exterior e visível do gênio interior e invisível do escritor para todos aqueles que não eram capazes de visitá-lo e conhecê-lo.” (p. 142).

Portanto, não se trata de coincidência a emergência histórica, no século XVIII, da montagem desses arquivos. Ao contrário, ela indicia a consolidação da concepção de “autor” tal como a compartilhamos hoje: de ser a fonte originária e original dos textos que produz, que advém de seu gênio e de sua singularidade, que embasa a construção de seu direito legal sobre a obra, ou seja, o copyright, cuja origem remonta a esse período. Assim, os próprios autores, mas também seus editores, iniciaram um processo de coleção de suas cartas, mesmo as de conteúdo meramente econômico e pragmático, de coleção de suas anotações triviais, de seus diários e cadernos de notas, enfim, de todos os traços materiais que se relacionam direta ou indiretamente à produção de suas obras e à construção de sua autoridade e status de autor.

Desde então, duas mudanças foram progressivamente se estabelecendo. A primeira relativa à necessidade de autenticar a atribuição de autoria de um texto, multiplicando com isso as normas, meios e procedimentos com essa finalidade. A

preservação de cadernos de notas subsidiários da escrita dos textos e das versões iniciais desses textos, até sua publicação emerge em resposta a essa necessidade. Derivada dessa primeira mudança, a incorporação por parte dos próprios autores, de seus editores e de seus leitores da importância da constituição de seu arquivo literário, onde devem estar presentes e preservadas todas as formas escritas antes descartadas, mas agora testemunhas da gestão e parto de uma obra.

Com isso, os próprios autores assumem, ao longo de sua vida, a tarefa de preservação de seus rascunhos, de suas anotações dispersas, de diversos documentos que podem vir a compor seu arquivo e contribuir para uma eventual construção e consolidação de sua autoridade, prestígio, e talvez riqueza¹⁵², como autor, tornando-se com isso “arquivistas” de si mesmos.

Da escrita privada para o acesso público: Rui Barbosa e Florestan Fernandes e seus arquivos

Embora não sejam autores literários, mesmo eventualmente tendo também dedicado suas penas à tarefa, como sujeitos do século XIX e XX, suas práticas de leitura e escrita, assim como suas formas de apresentação social de si como escritores respondem histórica e culturalmente às representações que compartilham sobre o que é ser um autor, produzir uma obra, constituir um arquivo/acervo de sua produção e de seu legado intelectual e político.

Da política às letras (e vice-versa): Rui Barbosa e seu acervo na “Fundação Casa de Rui Barbosa”

De origem de família portuguesa, Rui Barbosa de Oliveira nasceu em 5 de novembro de 1849 em Salvador, Bahia. Desde criança, único varão da família, destacou-se por sua inteligência ímpar o que levou seu pai, o médico João José Barbosa, ao notar sua facilidade para a oratória, a cuidar de sua iniciação escolar em casa apresentando noções de eloquência e incentivando a boa elocução, bem como a empostação da voz e a simulação de atitudes que deveriam ser tomadas diante da tribuna (Cf. LACOMBE, 1978). Posteriormente, em idade escolar, confiou sua educação ao maior educador da Bahia na época, Dr. Abílio de César Borges – Barão de Macaúbas, em seu colégio

¹⁵² Um exemplo emblemático desse fetichismo da mão do autor é o caso de James Joyce e sua versão manuscrita “original” de *Ulisses* que, conforme descrito por Chartier (2014a, p. 144), foi produzida justamente para vir a ser “um objeto que poderia ser vendido a um colecionador e cujo valor residia em ser um original autoral escrito à mão”.

particular, Ginásio Baiano. No colégio, Rui Barbosa foi destaque, em seu discurso de comemoração por sua “elocução perfeita, ressaltando as palavras dominantes das frases” (LACOMBE, 1978, p. 5).

O avanço no curso secundário fora propiciado por seu brilhantismo escolar, finalizando-o antes dos prazos normais estabelecidos. Desse modo, aos quinze anos já havia terminado os cursos preparatórios, contudo, o ingresso nas escolas superiores estabelecia uma idade mínima de dezesseis anos. Para não impedir sua progressão formal nos estudos, segundo Lacombe (1978), muitos, dentre eles sacerdotes, o aconselharam, e à sua família, a emitir um atestado de batismo falso, de maneira a possibilitar seu ingresso precoce, dado seu desempenho notável. No entanto, seu pai fora categórico em não permitir essa atitude, o que Lacombe (1978) atribui à origem humilde da família: “não há de começar tua vida por uma mentira. Ficarás um ano aperfeiçoando o teu alemão e o teu piano” (LACOMBE, 1978, p. 5).

Nesse ano, digamos, preparatório, Rui Barbosa pode se dedicar à revisão das generalidades do curso de humanidades, relendo os livros essenciais para seu ingresso nas escolas superiores. O autor enfatiza um dos hábitos recorrentes de Barbosa que, desde a época escolar, empreendia, a partir da leitura dos clássicos e de juristas, a realização de “pequenos apontamentos de leitura em cadernos, caprichosamente organizados, na excelente caligrafia de que se orgulhava” (LACOMBE, 1978, p. 5).

Posteriormente a esse período, Barbosa ingressa na Faculdade de Direito de Recife em 1866. À época, só havia duas faculdades de direito, a de Recife e a de São Paulo. Longe de casa, viveu alguns anos com monges de São Bento em Olinda, mudando-se, mais tarde para uma pensão inglesa em Recife. Em 1868, transferiu-se para a Faculdade de São Paulo, valendo-se da Guia de Transferência das certidões dos cursos que já havia realizado na Faculdade de Recife. Lacombe (1978) ressalta que durante o período em que Rui Barbosa cursou direito em Recife, que ele teria se envolvido com associações acadêmicas abolicionistas, o que justificaria sua solicitação de transferência. Dada a escassez de documentos desse período, Lacombe (1978) afirma não ser possível confirmar de fato esse aspecto biográfico. A transferência para São Paulo foi fundamentada, formalmente, em função de um desentendimento de nota com um professor, o que o impediria de almejar o doutoramento. Assim, duas soluções eram possíveis: refazer o curso em Recife ou se transferir para São Paulo. Dessa forma, Barbosa, aconselhado por seu pai, optou pela transferência.

O primeiro discurso político de Rui Barbosa é pronunciado em São Paulo em 13 de agosto de 1868¹⁵³, nas manifestações estudantis favoráveis ao seu mestre, José Bonifácio, jurista, publicista, orador, estadista e poeta, ao retornar da Corte após a derrocada de seu partido.

Sua progressiva adesão à política não advém apenas da influência de seu professor e mestre. Ela é também uma herança de seu pai que, anos antes, na impossibilidade de se dedicar à carreira no campo do direito, em função da ausência de faculdades próximas, optou pelo curso de medicina da Faculdade de Medicina na Bahia. Dedicou-se pouco à medicina, servindo, em 1837, durante a Sabinada, no gabinete do Governo Revolucionário. Posteriormente filiou-se ao Partido Liberal Baiano, escreveu na imprensa partidária, foi deputado provincial, deputado geral, além de Diretor de Instrução Pública da Bahia.

Lacombe (1978) enfatiza o excelente desempenho acadêmico de Rui Barbosa cujos trabalhos foram selecionados para publicação e figuram no arquivo da Faculdade, propiciando a sua fama entre os colegas. Dos colegas, destaca alguns dos grandes nomes: Joaquim Nabuco, Castro Alves (que morou, por um tempo, na mesma república de Barbosa), Rodrigues Alves, Afonso Pena e Juca Paranhos. Muitos deles dirigiam jornais estudantis, como *Tribuna Acadêmica* (Rodrigues Alves e Afonso Pena) e não acadêmicos, como *O Ipiranga*, de Salvador, e *Radical Paulistano*. Esse cenário propiciou a atuação de Barbosa no jornalismo político e acadêmico.

À época, como frisa o autor, fervilhavam os movimentos liberal-radical, em reação ao domínio conservador. Ademais, o curso de direito não propiciava apenas a formação acadêmica, mas também uma formação para vida política: “fundavam-se Clubes Radicais [de difusão do] programa manifesto ousado e redigido por Nabuco de Araújo [...]. Havia sociedades ostensivas: O *Ateneu Paulistano*, de que Rui foi feito presidente em sucessão a Joaquim Nabuco”, outras sociedades secretas que se pautavam no estilo alemão, uma franco-maçônica em que Rui Barbosa também foi admitido e ocupou a posição de orador, tendo todas elas o mesmo fio condutor: a abolição da escravidão (LACOMBE, 1978, p. 9-10).

Em meados de 1870 antecipa sua formatura de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais por motivos de saúde e retorna à Bahia. Ali dedica-se à advocacia e ao jornalismo no *Diário da Bahia*, no qual trabalhou por sete anos. Filiou-se ao Partido Liberal Baiano,

¹⁵³ Simbolicamente comemorado em 1918 (Cf. LACOMBE, 1978).

por forte influência paterna (Cf. LACOMBE, 1978). Nesse período se aproximou de Rodolfo Dantas com quem dividiu as atividades da advocacia e do jornalismo mediante suas afinidades políticas.

Pouco a pouco a política foi empolgando o jovem bacharel. Aos artigos juntaram-se os comícios, ora no teatro, ora na praça pública, ora em casas de família, em pequenos círculos nos quais se mantinha o fogo dos ideais liberais. Particularmente num grande *meeting* em favor da eleição direta, no qual foi lido um memorial do Partido Liberal Baiano, em cuja redação ele colaborara, Rui produziu um discurso que causou sensação. (LACOMBE, 1978, p. 12).

Com o falecimento de seu pai, foi à Corte, instalada então no Rio de Janeiro, contactando os parentes distantes de modo a obter recursos financeiros para a realização de seu matrimônio com Maria Augusta Viana Bandeira. Nessa estada, trabalhou no escritório do famoso advogado, visconde de Sousa Carvalho e pronunciou um discurso no Grande Oriente do Vale dos Beneditinos acerca do conflito entre o Estado e a Igreja, defendendo a separação entre os dois. Nesse período, traduziu e prefaciou o livro de I. von Doellinger, *O Papa e o concílio*, cuja versão original havia figurado no índice dos livros proibidos pela Igreja. Assim, temendo possíveis retaliações da Igreja, retorna à Bahia para realizar o casamento com Maria Augusta Viana Bandeira.

Com a queda do governo conservador, em 1878 na Bahia, o Partido Liberal Baiano assume o poder, com maioria na Assembleia local. Neste mesmo ano, Rui Barbosa é eleito para a Assembleia Estadual. Ocupou, então, o cargo de deputado, e retornou à Corte para defender questões levantadas por seu partido, que propunha uma reforma constitucional. Sua fama de orador e jornalista se espalhou por todo partido.

A erudição de seus discursos possibilitou seu reconhecimento como grande parlamentar. Esses discursos partiam de uma minuciosa elaboração, compreendendo sumários dos temas a serem explorados em ordem de exposição, além de remissões e citações de autores célebres copiadas de próprio punho por Barbosa.

Foi relator, a convite do ministro Rodolfo Dantas, da reforma do ensino secundário e superior elaborada pelo conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho. Lacombe (1978) lembra a dedicação de Rui Barbosa que desenvolveu por quatro anos uma pesquisa completa “sobre o estado da instrução no país e sobre os meios de resolvê-lo”, seguida da pesquisa, posterior, acerca dos “meios de recuperação, financeiros, políticos e pedagógicos” (LACOMBE, 1978, p. 25). A reforma educacional, tal como proposta por Barbosa, compreende a escola como “elemento transformador” social de um país, o que

se alia aos preceitos de seu partido, que toma a liberdade da educação como norte. Esse trabalho rendeu à Rui Barbosa o título de conselheiro, em 1884, pelo Imperador da época, Dom Pedro II.

Apesar do grande destaque público que recebeu com a reforma escolar e com seu título de Conselheiro, Lacombe (1978) enfatiza que a reeleição de Rui Barbosa, ao cargo de deputado, foi conturbada por razões de ordem religiosa, dadas as suas colocações anticlericais, além de sua proposta de secularização dos cemitérios, o que lhe rendeu, portanto, a atribuição de “ateu e inimigo da religião”.

Neste segundo momento, Rui Barbosa “peça notável em nossa bibliografia do abolicionismo” (LACOMBE, 1978, p. 30) foi o responsável pela elaboração da Lei dos Sexagenários (promulgada em 1885)¹⁵⁴, que garantia a liberdade aos escravos de 60 anos ou mais, pautando-se na lei de 7 de novembro de 1831 que extinguiu o tráfico negreiro.

Esse projeto, em função particularmente das modificações realizadas por Nabuco e pelo Conselheiro Saraiva, promoveu uma cisão no Partido Liberal, de modo que apenas uma das três grandes reformas propostas, realizou-se. Lacombe (1978) assevera que nesse período de 1885 a 1889 vive-se um refluxo do poder conservador, do que decorre a dissolução da Câmara, impedindo a reeleição de Rui Barbosa. Este retorna, portanto, ao exercício da advocacia, juntamente com Rodolfo Dantas sem, contudo, afastar-se do cenário político. Durante dois anos realiza uma série de conferências com temáticas abolicionistas.

Em 1889, Barbosa torna-se redator chefe do *Diário de notícias* encabeçando as críticas ao governo imperial em vigência na época. Palha (1954, p. 24) afirma que Rui Barbosa “sem ter sido um republicano foi, no entretanto, o homem que fêz a República” em função de suas críticas severas ao modelo de governo vigente e à ausência de possibilidade de proposição de reformas que visassem o bem da população geral. No dia 15 de novembro, quando se instala o Governo Provisório, encabeçado por Marechal Deodoro da Fonseca, Barbosa figura em duas pastas, a da Fazenda e a da Justiça (passando esta segunda a Campos Sales) o que caracterizou sua aproximação ao Partido Republicano, além de ocupar a posição de vice chefe do governo. Ele fora fundamental para a elaboração da Constituição de 1891, escrevendo-a de próprio punho (cf. PALHA,

¹⁵⁴ Com a queda do Partido Liberal, a lei proposta pelo Conselheiro Saraiva, visava a libertação dos escravos apenas com 65 anos, o que na época, considerando a expectativa de vida era tida como uma “ironia macabra”. Ademais, afrouxou as exigências de comprovação da procedência dos escravos, ocasionando a manutenção de escravos irregulares. Rui Barbosa atacou veementemente esse projeto.

1954), e em sua atuação como ministro da Fazenda, que objetivou o incentivo à industrialização do país, pautada nos créditos livres e na emissão de papel-moeda, protagonizando assim, a Crise do Encilhamento.

Barbosa sempre levou sua atuação política pautada na ética de sua formação como jurista. Assim, quando da renúncia de Marechal Deodoro da Fonseca, posteriormente ao golpe de Estado de novembro de 1891, Marechal Floriano Peixoto assumiu o poder, continuando no cargo mais tempo do que lhe era permitido de modo a inviabilizar as regras estabelecidas pela então recente Constituição, o que Rui Barbosa considerou um ultraje às leis estabelecidas, ocasionando sua renúncia como senador do Estado da Bahia em 1893 (cf. PENHA, 1954).

Neste mesmo ano, durante a Revolta Armada, e concomitantemente com a revolução federalista no Rio Grande do Sul, fora acusado de ser o líder do movimento (sem, contudo, ter participado), tendo de se exilar na Argentina, particularmente em Buenos Aires, e, em seguida, em Londres na Inglaterra. Para Lacombe (1978) os dois anos de exílio propiciaram a Rui Barbosa uma nova visão da política brasileira e de sua diversidade, manifesta nas *Cartas de Inglaterra*, “uma compilação dos artigos que escreveu para o *Jornal do Comércio* [...]. Constituem uma série de ensaios em que, pela primeira vez, tenta rever suas posições filosóficas e políticas” (LACOMBRE, 1978, p. 42).

Com o fim da ditadura florianista, Rui Barbosa retorna ao Brasil mediante a eleição de Prudente de Moraes ao cargo de Presidente da República (cf. PENHA, 1954). Nesse período continua exercendo seu papel de defensor das leis e da igualdade, valendo-se das ferramentas que tinha em mãos, o jornalismo e sua formação jurídica. Durante o início do governo de Campos Sales, funda o jornal *A Imprensa* que objetivava a discussão dos “[...] problemas nacionais, ora serena, ora violenta. Ora doutrinando ora com arremessos de vulcão. A chama do ideal brilhava nas suas colunas intrépidas, e Rui [Barbosa] era o guardião daquela chama gloriosa” (PENHA, 1954, p. 59-60). Seu jornalismo dava visibilidade às injustiças que acometiam o país sem, contudo, colocar-se como uma voz de “ódio” aos políticos. O jornal finalizou suas atividades em março de 1901.

Rui Barbosa conquista sua projeção internacional com sua participação, na figura de chefe da embaixada brasileira, na II Conferência de Paz realizada em Haia a pedido do ministro das Relações Exteriores da época, Barão de Rio Branco. Lacombe (1978) relembra a ausência do Brasil na primeira conferência realizada em 1899, e para a qual

apenas algumas nações foram convidadas. O país justificou sua ausência “alegando [...] que não compreendia a exclusão das demais repúblicas sul-americanas do convite” (LACOMBE, 1978, p. 45). A participação de Rui Barbosa, nesse segundo momento, fora ovacionada, aumentando seu prestígio político:

Todo o mundo civilizado ouviu a revelação de seu gênio. Ele afirmou vitoriosamente a tese da igualdade jurídica de todos os povos, sustentando-se galhardamente, com os aplausos unânimes da consciência humana. O nosso embaixador crescia de vulto e foi proclamado uma das maiores figuras mentais da terra. [...] Vencedor em toda a linha na Conferência, esmagando a arrogância dos representantes das chamadas “grandes potências”, Rui Barbosa regressa à pátria, que o recebe com homenagens triunfais. (PENHA, 1954, p. 66-69).

Sua participação na II Conferência de Haia ressalta sua qualidade na realização de conferências e discursos, além de suas produções jornalísticas, conferindo-lhe o estatuto de um homem das letras, de um literato. Em 1908, após a morte de Machado de Assis, assume a presidência da recém-criada Academia Brasileira de Letras (ABL) fundada em 1897. Anteriormente a essa data, a Academia houve duas tentativas de formação, como assevera Cunha (2014), que antecederam a bem-sucedida empreitada que elegeu por unanimidade Machado de Assis como seu primeiro presidente, a primeira em 1889 e a segunda em 1896, ambas realizadas por Medeiros e Albuquerque e Lúcio de Mendonça.

Segundo Cunha (2014), a precariedade era um traço recorrente na ABL, que vivia de doações e demandava a partilha de suas despesas com os membros, além de não possuir sede própria. É em 1905 que o espaço para realização das atividades da Academia é doado pelo governo, nomeado “Silogeu Brasileiro”. A gestão de Rui Barbosa, conhecido como o “Águia de Haia”¹⁵⁵ como presidente da academia dura até 1919.

Em 1909 candidata-se à Presidência da República iniciando, como ficou conhecida, a “Campanha Civilista”, e oposição a Marechal Hermes da Fonseca. De acordo com Penha (1954) em decorrência de “fraude e mentira eleitorais [...] Rui Barbosa, realmente eleito nas sessões onde de fato houve votação, teve seus direitos sacrificados. Um Congresso encurralado pelas injunções, sob a pressão [...] reconheceu o Marechal Hermes da Fonseca” (PENHA, 1957. p. 73-74). Em 1913 é indicado pelo Partido Republicano a concorrer à Presidência, mas recusa o convite redigindo um manifesto, que para Penha (1954, p. 79) pode ser consagrado como “um dos maiores documentos

¹⁵⁵ Em decorrência de sua participação notória na Conferência de Paz de Haia em 1907.

políticos da história republicana”. Aos 60 anos de idade, candidata-se novamente à Presidência em 1919 concorrendo com Epitácio Pessoa:

Como observou seu grande companheiro de jornada que foi João Mangabeira, os resultados eram surpreendentes como demonstração da possibilidade da salvação da democracia pelo voto. Sem termos ainda o voto secreto, nem o voto feminino, com os simples aperfeiçoamentos a pouco e pouco introduzidos no velho sistema eleitoral, Rui vencera nas grandes cidades, nos centros intelectuais, no eleitorado categorizado. Fora derrotado pelo eleitorado maciço do interior, conduzido pelos coronéis aos currais. (LACOMBE, 1978, p. 59).

Epitácio Pessoa, eleito presidente em 1919, diante da publicação do manifesto de Rui Barbosa, reconhecendo a vitória do seu adversário, convida-o para chefiar a delegação do Brasil na Liga das Nações. Contudo, as convicções políticas de Rui Barbosa, como em toda sua carreira política, exerceram um papel fundamental levando-o à recusa do convite.

É acometido nos fins de 1922 por uma forte pneumonia, da qual se recuperou e continuou seu trabalho de escrita de conferências. Em 1º de março de 1923, faleceu em Petrópolis no Rio de Janeiro, sendo seus restos mortais sepultados, posteriormente em 1949, na galeria subterrânea do Palácio da Justiça – Fórum Rui Barbosa, em Salvador, Bahia. Lacombe (1978) descreve com delicadeza de detalhes a comoção que percorreu o país:

a notícia correu célere por todo o país. Não havia ainda o rádio. Mas no mesmo dia, pelo telégrafo ou pelo telefone, em toda parte houve um choque. Os teatros e cinemas não funcionaram. Os trens se encheram de admiradores que vinham assistir ao enterro. O corpo foi embalsamado, conduzido ao Rio de trem e exposto ao público no saguão da Biblioteca Nacional. Um decreto do Governo concedeu-lhe as honras de chefe de Estado. Autoridades, corpo diplomático, desfilaram diante dos restos da grande voz popular. E sobretudo o povo. O povo que não faltara aos seus comícios encheu as ruas. Uma multidão acompanhou-o até o cemitério de São João Batista, onde ficou depositado na capela até que se terminasse um túmulo mandado fazer pela família. Para aí foi tempos depois transportado. (LACOMBE, 1978, p. 65).

Rui Barbosa, para muitos de seus estudiosos é tido como um homem à frente de seu tempo, seja pelas funções que desempenhou: jurista, advogado, político, diplomata, escritor, filólogo, jornalista, tradutor e orador, seja por seus pensamentos e ações como a elaboração da reforma educacional e a condução de uma lei abolicionista. Suas produções e sua história encontram-se na Fundação Casa de Rui Barbosa (1996), situada no mesmo imóvel que habitou de 1895 a 1923 na cidade do Rio de Janeiro.

Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)

A Fundação Casa de Rui Barbosa é atualmente uma instituição federal ligada ao Ministério da Cultura, que objetiva a manutenção e a difusão do Museu Casa de Rui Barbosa e de seu jardim histórico tido como espaço de preservação da memória nacional. Também é responsável pela manutenção e divulgação da produção intelectual de Rui Barbosa, disponibilizando meio de consulta a livros e documentos relativos à vida e obra deste intelectual e político, conforme apresentado na página inicial de seu site¹⁵⁶. Essa infraestrutura propicia o desenvolvimento de estudos e pesquisas dos mais diversos campos do saber, assim como a formação de pesquisadores e de tecnologia. Ademais, configura-se como espaço de convivência aberto a sociedade com atividades de dança, música, literatura, teatro e cinema.

A Fundação, que objetiva a promoção da vida e obra de Rui Barbosa, divide-se em quatro setores de custódia, o Museu Casa de Rui Barbosa, o Arquivo Histórico e Institucional, a Biblioteca, o Arquivo-Museu da Literatura Brasileira gestados pelo Centro de Memória e Informação (CMI). O processo de aquisição de sua residência, mobiliário, biblioteca, arquivo e a propriedade intelectual de sua obra, inicia-se em 1924, um ano após sua morte, pelo governo brasileiro, autorizado pelo decreto nº 4.789, em 1928. A inauguração propriamente dita e sua abertura à visitação ocorre em 1930 pelo então Presidente Washington Luís.

Mello (1997) informa, no entanto, que à época o arquivo que compunha o museu não estava organizado, o que levou grande parte da documentação a ficar alocada sob a guarda da Biblioteca Nacional, como medida preventiva de segurança do “Governo brasileiro, para que não se perdessem nem se estragassem” (MELLO, 1997, p. 22). Apenas em 1932 esses documentos têm como destino a Casa de Rui Barbosa.

No ano de 1938, a propriedade da Casa é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) dado seu valor histórico e arquitetônico (Cf. PESSOA, 2013). Em 1996, a Casa muda o seu estatuto para Fundação, o que permite maior autonomia financeira, e passa a ser intitulada Fundação Casa de Rui Barbosa.

Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB)

O Museu Casa de Rui Barbosa conta com 1400 peças de mobiliário e objetos, sendo o primeiro museu-casa público do país. A construção, detalhada minuciosamente

¹⁵⁶ Disponível em: < <http://www.casaruibarbosa.gov.br/index.php> >

por Pessoa (2013), é suntuosa, “composta por dois corpos interligados por passadiço” contando com “construções de serviço, banheiro, antiga cavalaria, quarto do forno, galinheiro e canil”. O primeiro edifício que compõe a casa é um sobrado “parcial e porão, com elementos neoclássicos, como o telhado em platibanda e fachada decorada com pilastras de fuste canelado e capitel ornado, frontão triangular e arquitrave trabalhada” com o número 1850. A Casa também é composta de um jardim histórico que mantém sua estrutura de 1870 com: “caramanchões, pontes, lagos em forma de rio, cascatas e quiosque” (PESSOA, 2013, p. 87). Em 1893, Rui Barbosa passa a viver no imóvel realizando reformas a fim de modernizar as instalações, acrescentando o cultivo de rosas.



Figura 9: Jardim social da Casa de Rui Barbosa. Disponível em: < http://www.casaruibarbosa.gov.br/geral.php?ID_S=307&ID_M=982 > Acesso em: 01 nov. 2020

O acervo do MCRB conta com os espólios de Rui Barbosa (1924) e Maria Augusta Rui Barbosa (1948) adquiridos por meio de leilões, compras ou doações de amigos e familiares totalizando cerca de 1550 objetos registrados em dois livros A e B de tomo distintos. Os objetos presentes, em sua maioria, são peças de mobiliário, bem como itens pessoais, decorativos, iluminação, pinturas, esculturas, litogravuras, utensílios de

cozinha, instrumento musical. Já o acervo bibliográfico é composto de 30 mil volumes mantidos em seu local original na Sala Constituição. O museu é dividido em 18 Salas de acordo com os acontecimentos importantes na vida pessoal, profissional e política de Rui Barbosa, a saber, as salas Haia; Habeas Corpus; Maria Augusta; Pró-Aliados; Federação; Buenos Aires; Civilista; Constituição; Casamento Civil; Código Civil; Abolição; Instrução Pública; Estado de Sítio; João Barbosa; Bahia; Questão Religiosa; Queda Império; e Dreyfus.

Arquivo Histórico e Institucional

A construção do MCRB é possível, segundo Mello (1997), pelo hábito de Rui Barbosa de “guardar tudo” propiciando assim uma série de documentos “importantes, como cópias e originais de seus trabalhos, a sua produção intelectual”. Além da quantidade e da conservação dos documentos que ele legou, eles também são bastante variados, tendo em vista sua atuação, ao longo da vida, como “advogado, político, jurista, parlamentar, jornalista, diplomata [frentes em relação às quais preservou] até pequenos pedaços de papéis com anotações e bilhetinhos e rabiscos dos filhos” (MELLO, 1997, p.17).

Outros documentos são incorporados ao acervo graças à Américo Jacobino Lacombe, então diretor da Casa, que obteve por meio de compra na Livraria Quaresma, os originais da Constituição da República de 1891 com a assinatura dos membros do Governo Provisório, o Projeto da Constituição com as anotações e emendas de Barbosa e o texto final da Constituição escrito à mão por Barbosa. Em junho de 1939, com o falecimento de Alfredo Rui Barbosa (filho) são doados novos documentos. Lacombe também doa as cartas trocadas entre seu avô Antônio de Araújo Ferreira Jacobina e Rui Barbosa.

Nos arquivos da Fundação¹⁵⁷ podemos encontrar 60.000 documentos disponíveis *online* por meio da Base de Dados Referencial SophiA¹⁵⁸, tais como cartas, petições, recibos, documentos de identidade, cadernos de notas, notas, entre outros pertencentes a

¹⁵⁷ Dentre os arquivos existentes na FCRB, encontra-se arquivos e coleções literárias digitalizadas ou não de Carlos Drummond de Andrade; Clarice Lispector; Cruz e Souza; Gonzaga Duque; Heitor Modesto; Lúcio de Mendonça; Luís Martins; Nestor Vitor; Rubem Braga; Salvador de Mendonça; Machado de Assis, bem como arquivos históricos digitais: Rui Barbosa; Ubaldino do Amaral; José Antunes R. de Oliveira Catramby e Eduardo Prado. Além disso, a coleção da Biblioteca São Clemente Digital. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=6>

¹⁵⁸ A Fundação fornece um repositório digital dos documentos pertencentes ao acervo, intitulado Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais (RUBI) de 2016.

Rui Barbosa cuja separação ocorre em 11 séries: i) **correspondência geral - CG** (45.000 documentos); ii) **ministério da fazenda - MF** (gestão de 15/11/1889 a 21/01/1891); iii) **causas jurídicas - CJ**; iv) **produção intelectual - PI** (discursos, poemas e artigos); v) **documentos pessoais - DP**; vi) **série 2ª Conferência de Paz em Haia - CH** (ata de sessões, discursos, correspondência referentes à participação de Rui Barbosa como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em 1907); vii) **embaixada a Buenos Aires - BA** (discursos e correspondência); viii) **iconografia - IC** (fotografias, caricaturas, estampas e desenhos); ix) **cartografia - C**; x) **miscelânea - M** (panfletos, prospectos); e xi) **documentação complementar - DC** (documentos posteriores a seu falecimento).

A partir dos documentos existentes distribuídos e organizados nessas séries, selecionamos três cadernos de notas situados na série **Produção intelectual**, composta de 44 documentos no total, nos quais se mesclam cadernos de notas, conferências e discursos e os rascunhos dos mesmos. De modo geral, esses “cadernos” são uma mescla de notas esparsas agrupadas posteriormente à sua produção, provavelmente, pelos curadores dos acervos, mas também outros materiais organizados e enumerados pelo próprio Rui Barbosa.

Entre da sociologia à política (e vice-versa): Florestan Fernandes e seu acervo (Fundo Florestan Fernandes)

Dentre os grandes nomes da sociologia brasileira, Florestan Fernandes, com mais de cinquenta anos de atuação acadêmica, merece destaque não somente por seu desempenho, de modo a estabelecer um padrão de exercício intelectual, mas por seu papel institucional na consolidação desse campo de estudo como disciplina acadêmica (cf. FERNANDES, 2014).

Nascido em meados dos anos de 1920, em São Paulo, filho de mãe imigrante portuguesa, analfabeta e trabalhadora doméstica em casas de família, o jovem menino fora exposto ao convívio com uma certa burguesia paulista cafeeira. Dada a mudança de emprego de sua mãe, de empregada doméstica para “passadeira” autônoma, isso o levou a exercer atividades renumeradas para contribuir com a renda familiar, tais como biscates em barbearias e comércios e posteriormente como engraxate. Com a piora da situação financeira familiar, fora obrigado a abandonar os estudos, tendo apenas seguido três anos do ensino elementar.

Os mais diversos estudiosos, sejam do campo da sociologia, sejam aqueles que se dedicam à descrição de sua trajetória de vida, são categóricos ao afirmar que os anos

iniciais da vida de Fernandes devem ser tomados como fatores a serem considerados no desenvolvimento de sua trajetória acadêmica.

Heloísa Fernandes¹⁵⁹, socióloga e professora aposentada da Universidade de São Paulo, descreve certos elementos que perpassam a formação escolar de Florestan Fernandes. Mesmo tendo abandonando, por um período, seus estudos, ele sempre foi cercado por livros provenientes de doações. Ademais, para a professora, o contato de Florestan Fernandes com a burguesia, nos anos iniciais, propicia uma certa formação cultural e erudita, uma vez que “os patrões foram seus padrinhos de batismo e, graças a estes acasos que marcam alguns destinos, o menino conheceu o estilo de vida da elite urbana, onde a patroa falava francês e tocava piano”. A professora também o caracteriza como “cria da casa”, como eram conhecidas as crianças negras “adotadas” à época por essas famílias brancas da elite paulistana (século XX), que viviam e trabalhavam e suas casas. Isso teria afetado significativamente o horizonte cultural de Florestan Fernandes.

A criança *cria da casa* rompeu o horizonte do analfabetismo da mãe, ganhou curiosidade, amor aos livros[...] e um intenso desejo de “ser gente”. Como aquele tenente negro que ele mesmo entrevistou, sabia que precisaria estudar freneticamente, tornar-se um autodidata, ocupar as bibliotecas públicas todo o tempo disponível, ler tudo que lhe caísse nas mãos, pois “se outros podiam passar sem saber muito, ele (...), dificilmente passaria se não soubesse tudo, tudo”. (FERNANDES, 2014, p. 34).

Os acontecimentos de sua vida, tais como a experiência da distância entre diferentes horizontes culturais e econômicos, e a necessidade de abandono precoce dos estudos, frente à situação financeira de sua família, são marcas que se fazem presentes nas temáticas eleitas para a realização de seus estudos e pesquisas em sua vida adulta e como intelectual, relativas à exclusão, à violência e ao preconceito. O retorno aos estudos formais acontece apenas aos dezessete anos, no curso de “Madureza Formal” (atualmente conhecido sob nome de *supletivo*), realizado em três anos. Esse retorno constitui as condições, segundo Fernandes (2014), para que seu pai pudesse então disputar uma vaga no ensino superior público.

Desse modo, em 1941, ingressa no curso de Ciências Sociais e Políticas da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, o que lhe possibilita acesso ao “mundo dos letrados” e ao quadro de formação de uma elite dirigente, graduando-se em 1944.

¹⁵⁹ Filha de Florestan Fernandes, seguiu a carreira do pai, se tornando professora na área de atuação da sociologia.

Em 1945 torna-se professor assistente de Fernando Azevedo, do Departamento de Sociologia e Antropologia, na Cadeira de Sociologia II, até 1954. Tornou-se colega de Antonio Candido, que ocupava a Cadeira de Sociologia I. Nesse período realizava concomitantemente seu mestrado em Antropologia, intitulado “A organização social dos Tupinambá” (1947) pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, para o qual foi preciso empreender pesquisas de campo e consolidar uma base bibliográfica norte-americana. Obteve ainda duas titulações posteriores, doutorado em Sociologia, cuja tese foi intitulada “A função social da guerra na sociedade tupinambá” (1951), e Livre-docência cujo trabalho foi intitulado “Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia” (1953)¹⁶⁰. De 1954 a 1964 assume a Cadeira de Sociologia I na FFCL/USP, e posteriormente, em 1964, a cátedra do professor Roger Bastide, com quem trabalhou desde 1950 em pesquisas acerca das relações raciais no Brasil¹⁶¹.

Dentre os trabalhos desenvolvidos por Bastide e Florestan Fernandes, destaca-se a pesquisa fomentada financeiramente pela Unesco acerca da sociedade escravocrata brasileira, com foco no preconceito sofrido pelos negros em São Paulo. A pesquisa ganhou dimensões grandiosas pela metodologia e análise sociológica, até então inovadoras, propostas pelos dois pesquisadores, de modo a deslocar o negro da condição de “objeto” de estudo para participar como “sujeito”, no espaço da Universidade.

Para Lima (2014), Florestan Fernandes pode ser considerado como “um ponto fora da curva”, seja por sua origem social, e posterior ascensão à elite intelectual brasileira, seja por ser, diferentemente dos demais professores de sociologia, um sociólogo de formação. Ademais, Fernandes (2014) afirma que é a partir desse período que se iniciam as produções acadêmicas de grande prestígio de Florestan Fernandes enquadrando-se naquilo que poderia ser classificado como “sociologia profissional”, uma vez que se volta “à teoria e ao método como a recuperação do debate com os autores clássicos e contemporâneos [...] e o aspecto crítico da disciplina” (LIMA, 2014, p. 58). Dentre suas atuações acadêmicas destaca-se, a coordenação, de 1955 a 1969, do grupo de sociólogos, conhecidos como “Escola Paulista de Sociologia”, do qual participaram, entre outros, Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e 34º presidente da República Federativa do Brasil, entre 1995 a 2003.

¹⁶⁰ Seu trabalho de livre-docência resultou no livro “O método de interpretação funcionalista na Sociologia”.

¹⁶¹ Em 1985, em decorrência da extinção do regime de cátedras, recebe o título honorífico de professor emérito.

Em 1959, Fernandes participa ativamente da Campanha em Defesa da Escola Pública, em companhia de outros intelectuais de peso, tais como Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Roque Spencer e Laerte Ramos, que objetivavam a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em tramitação no Congresso Nacional da época. Cerqueira (2004) afirma que dentre as formas de divulgação desse projeto, que contava com palestras, debates e entrevistas, Florestan Fernandes encontrou-se com o então presidente João Goulart na tentativa de obter seu apoio e a possibilidade de veto, caso o projeto concorrente e opositivo do deputado Carlos Lacerda “[...] elaborado com um grupo de educadores leigos e católicos, ligados ao ensino privado e confessional” (CERQUEIRA, 2004, p. 75) fosse selecionado.

Essa sua atuação política é marcada por sua condição de militante, já iniciada com sua aproximação do Partido Comunista em meados de 1942 e 1943. É apenas com o Partido Socialista Revolucionário (PSR)¹⁶², corrente trotskista, que o sociólogo encontra espaço para suas ideias de cunho político. Contudo, como Cerqueira (2004) assevera, a participação política ativa de Florestan Fernandes foi mais acentuada no início e no fim de sua carreira, o que lhe possibilitou atuar de modo mais intenso no meio acadêmico, sem se alienar dos acontecimentos a sua volta.

O período de 1964 altera profundamente sua carreira consolidada como sociólogo e seu título catedrático na Universidade de São Paulo. Com a instauração da ditadura militar e com o rompimento com as formas de democracia vigentes, Fernandes marcou sua condição de opositor a qualquer forma de atentado à democracia, investindo suas forças na “defesa da democracia, da autonomia universitária e da dignidade intelectual” (FERNANDES, 2014, p. 38). Esse cenário provoca nas universidades uma cisão entre direita e esquerda, e a partir de um inquérito policial-militar, a sua prisão por alguns dias durante setembro.

Em 1965, aconselhado por amigos, visando a sua segurança, leciona pelo período de um ano na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Retorna ao Brasil em 1966, mantendo sua posição de defensor da democracia. Em 1969, é cassado e aposentado compulsoriamente pela ditadura, bem como, outros célebres intelectuais da época. Ainda nesse período, exila-se no Canadá e leciona na Universidade de Toronto no cargo de

¹⁶² Em 1943, em função de suas colaborações com jornais paulistanos, como *O Estado de S. Paulo*, pode travar contato com Hermínio Sacchetta, líder do movimento trotskista, quando foi então convidado a integrar o Partido Socialista Revolucionário (PSR) de que fez parte por sete anos. Desliga-se, em 1950, para dedicar-se à carreira universitária.

professor titular. De acordo com Fernandes (2014), o exílio “se transforma num período de vida dramático, que prepara a eclosão do novo” na produção acadêmica de Florestan Fernandes, da qual “dois textos dão testemunho da ruptura”. O primeiro, intitulado “Sociólogos: os novos mandarins?” (1969), é produzido em sua chegada ao Canadá, explorando sua condição de sociólogo e socialista. O segundo, “A geração perdida”, é escrito em seu retorno ao país de origem, sendo caracterizado pela autora como “duro, pesado, doloroso [...] no centro do seu discurso já não está a sociologia, mas o povo” (FERNANDES, 2014, p. 39).

Em 1972, retorna às terras brasileiras, mas é obrigado a se manter como prisioneiro isolado em sua casa, ou “gaiola de ouro”, como afirma Fernandes (2014). Produz, neste novo “exílio”, mantido até 1977, a terceira parte de “A revolução burguesa no Brasil” (1975), “Circuito fechado” (1976), “Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana” (1979), “O que é revolução” (1981), entre outras. Esses acontecimentos propiciaram, segundo a autora, a junção do socialista e do sociólogo em um mesmo texto. Bárbara Freitag (2005), socióloga e professora da Universidade de Brasília, identifica aquilo que caracteriza como uma “ruptura epistemológica” na produção de Florestan Fernandes, o que permite dividir sua obra em duas fases, a primeira do “acadêmico-reformista”, dedicada ao debate e à reflexão teórica da Sociologia, e a segunda do “político-revolucionário”, que coincide com o momento de promulgação do AI-5 e sua aposentadoria compulsória, dedicada ao confronto político, à crítica severa do autoritarismo e à reflexão sobre as possibilidades de mudança sociopolítica da vida do povo brasileiro.

É somente em 1980, com o avanço da oposição à ditadura e de uma certa flexibilização do regime, que Florestan Fernandes retoma algumas de suas atividades acadêmicas, dentre elas, cursos de Pós-Graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, local que, segundo Lima (2014), acolhe muitos dos intelectuais e professores aposentados compulsoriamente pelo regime ditatorial. Consolida-se também como articulista, em diversos meios, em que se destaca sua coluna semanal no jornal *Folha de S. Paulo*, publicada pelo período de seis anos (1989 a 1995), na qual se empenhava “[...] em divulgar sob todas as formas a seu alcance, a causa da defesa de uma escola pública de qualidade acessível a todos os brasileiros” (SAVIANI, 1996, p. 71). Ademais,

ao se afastar da função de docente na Universidade, Florestan Fernandes a ampliou, passando a ser mais propriamente publicista e político, enquanto colaborador frequente de importantes jornais de

circulação nacional (Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil), retomando uma atividade que já desenvolvia desde estudante universitário (especialmente em O Estado de S. Paulo e Folha da Manhã). Seus artigos conjugam sempre horizonte político transformador e inconformista com reflexão e análise crítica, conseguindo um alcance efetivamente formador e em larga escala. (CARDOSO, 1995, p. 8).

Esse cenário possibilitou sua candidatura como deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte de 1986. Eleito para o mandato de 1986-1990 com 50.024 votos, o quarto deputado mais votado do partido, assumiu como compromissos, como assinala Fernandes (2014, p.), “a campanha de defesa da escola pública e os movimentos pelas reformas de base”, além de combater as diferenças econômicas, sociais e políticas, propiciando assim, “a construção de uma democracia da maioria”. Eleito para um segundo mandato, de 1991 a 1994, com 27.676 votos, questiona, segundo Fernandes (2014) “os rumos [do] partido [...] e temeu que o PT se tornasse semelhante aos ‘partidos social-democráticos, que se identificam com um “socialismo de coabitação’, instrumental para a reforma capitalista do capitalismo” (FERNANDES, 1991 *apud* FERNANDES, 2014, p. 41).

Acometido por uma Hepatite do tipo C, em decorrência de uma transfusão de sangue contaminado, com a qual conviveu por 20 anos, falece em 1995 após uma cirurgia de transplante de fígado. Martins (1996) pontua que a morte física de Florestan também revive outra morte, aquela da ordem da memória, isto é, ela “nos fala de uma deliberada falta de continuidade institucional, na própria Universidade de São Paulo, da tradição de trabalho científico de que ele foi certamente o grande protagonista entre nós” (MARTINS, 1996, p. 40).

Fundo Florestan Fernandes (FFF/UFSCar)

Após a morte do sociólogo, em 1996, a Universidade Federal de São Carlos adquiriu sua biblioteca pessoal que conta com mais de 12 mil livros, arquivos de documentos e objetos pessoais. Cósia (2012) afirma que o então reitor da UFSCar, Prof. Dr. Newton Lima Neto, a fim de prestar homenagem ao célebre sociólogo, batiza o recém construído teatro da universidade de “Teatro Florestan Fernandes”. Ademais, a família de Fernandes prestigiou a inauguração e pode também conhecer outras instalações, como a recente Biblioteca Comunitária (BCo/UFSCar). A autora enfatiza que ficaram sensibilizados particularmente com a Sala de Coleções Especiais situada no 5º piso da biblioteca. Assim, iniciaram-se as negociações com a instituição de maneira que hoje esse material subdivide-se no Fundo Florestan Fernandes (FFF/UFSCar), no Mini-Museu

Florestan Fernandes e na Coleção Florestan Fernandes, que integram o DeCORE (Departamento de Coleções de Obras Raras e Especiais).

Uma equipe de bibliotecários, juntamente com o Prof. Dr. João Roberto Martins Filho (do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar) foi até o apartamento onde estava alocada a biblioteca particular do sociólogo e realizou um estudo sobre [sua] organização. [...] As obras foram embaladas em caixas e enumeradas de modo que a montagem e a reorganização no DeCORE mantivessem a mesma localização dos livros nas estantes, conforme deixada por Florestan Fernandes. Além das obras foram trazidas também as estantes de madeira onde Florestan mantinha os seus livros. (OLIVEIRA; REIS, 2015, p. 178-179).

O DeCORE possui oito coleções: i) **Coleção Florestan Fernandes** (contém 10.252 exemplares divididos em quatro salas distribuídos conforme suas temáticas, 1) filosofia, antropologia, psicologia, economia, marxismo, capitalismo, história, artes; 2) sociologia nas américas; 3) sociologia no Brasil; 4) literatura e periódicos); ii) **Florestan Fernandes – Distrito Federal** (5.055 livros do gabinete em Brasília – deputado federal); iii) **Luís Martins** (3.737 exemplares, primeira coleção adquirida); iv) **Henrique Luiz Alves** (6.659 exemplares de Literatura Brasileira); v) **Ficção Científica** (acervo pertencente ao professor Luiz Cardoso Sampaio, contando com 3.064 exemplares); vi) **Brasileira** (552 exemplares sobre viagens, geografia e história do Brasil); vii) **Revista Ilustração Brasileira** (229 exemplares de 1920 a 1958); e a recém adquirida viii) **Luiz Carlos Prestes** (doada pela historiadora Anita Leocádia Prestes – em processo de inventário e aguardo de processamento técnico).

O arquivo pessoal de Florestan Fernandes reúne 30.000 páginas de documentos pessoais e profissionais do sociólogo, tais como: manuscritos, fichas manuscritas, cadernos, cadernetas de pesquisa, fotografias, entrevistas, artigos publicados, prefácios, correspondências, campanha eleitoral. Esses documentos estão divididos em seis séries: i) **vida pessoal - (notação VP)**; ii) **vida acadêmica – (notação VA)**; iii) **vida política – (notação PO)**; iv) **produção intelectual – (notação PI)**; v) **produção intelectual de terceiros – (notação PIT)** e v) **homenagens póstumas – (notação HP)**¹⁶³.

A consulta desses materiais é realizada presencialmente no próprio DeCORE/UFSCar mediante agendamento prévio, limitada a cópia de 10 documentos digitalizados por pesquisa. Nem todos os materiais estão processados e disponíveis para consulta, pois não foram ainda tratados, descritos, catalogados e digitalizados. Em uma

¹⁶³ Elaborado pelo DeCORE (BCo-UFSCar).

de nossas visitas guiadas, pudemos percorrer a sala de armazenamento, onde verificamos a existência de uma quantidade significativa de documentos da série “produção intelectual” (alocadas em pastas e caixas), contendo provavelmente outros cadernos de notas, fichas e anotações, ainda sem categorização. Esse material fica armazenado no arquivo deslizante, e só estará passível de consulta, tanto ao público quanto aos pesquisadores, após passar pelos procedimentos internos descritos anteriormente.

Dentre os diferentes materiais disponibilizados neste acervo, selecionamos, para a composição de nosso *corpus* três cadernos/fichas de Florestan Fernandes, a saber, i) Fichas manuscritas sobre a História da Literatura – Langlois, sob a rubrica “folhas manuscritas”, contendo 22 páginas; ii) Nôtas sobre aculturação – “cadernos de notas” com 20 páginas; e iii) Caderno III, também sob a rubrica “cadernos de notas” com 185 páginas, todos da série **Produção intelectual**, os quais analisamos no Capítulo V.

Museu Florestan Fernandes

Além da biblioteca pessoal de Florestan Fernandes e seus documentos, a Biblioteca Comunitária (BCo/UFSCar) recebeu também seus objetos pessoais doados pela família, com vistas à composição do *Museu Florestan Fernandes*. Atualmente o museu conta com 79 objetos, mais 54 outros, localizados no espaço do Fundo Florestan Fernandes. Dentre os diversos objetos, destacamos o seu fichário em madeira utilizado para o armazenamento de suas fichas manuscritas, com notas de suas leituras.

Esse objeto é bastante simbólico de uma prática de leitura e escrita erudita e acadêmica, amplamente mobilizada pelo sociólogo: da leitura dos mais variados livros e textos e seu registro e organização por meio de notas em cadernos e fichas manuscritas que posteriormente seriam consultadas para usos acadêmicos como orientações para aulas e/ou produções textuais.



Figura 10: Móvel para o armazenamento das fichas manuscritas. Imagem registrada pelo DeCORE (BCo-UFSCar). Fonte: CEPÊNDA; MAZUCATO. Florestan Fernandes, 20 anos depois - um exercício de memória, 2015, p. 191

Segundo Nascimento (2016) em artigo dedicado à reflexão sobre o papel das tecnologias digitais nas formas de pensar e de produzir ciência, em especial na sociologia, e de como os sociólogos, assim como outros pesquisadores, têm se tornado “acadêmicos digitalizados”, com impacto sobre a própria disciplina, o autor lembra um traço próprio dos procedimentos de pesquisa de Florestan Fernandes. Segundo ele:

muitos intelectuais comentam o modo como a capacidade intelectual de Florestan Fernandes estaria associada ao famoso "gavetão" ou fichário de madeira que ele possuía em sua residência na Rua Nebraska no bairro de Brooklin em São Paulo (Sereza, 2005, p. 55-56). O "gavetão" era uma grande quantidade de fichas de cartolina escritas à mão e organizadas segundo temas e autores numa época em que, como sugere Fernando Henrique Cardoso, “a ciência era feita com papel, lápis e caneta”(ib., p. 56). Florestan passava horas reescrevendo, organizando e fazendo buscas neste grande fichário para a montagem de aulas e escrita de artigos”. (NASCIMENTO, 2016, p. 229-230).

Além disso, outros objetos pertencentes ao seu acervo, como os livros de sua biblioteca pessoal, que contam com anotações em suas marginalias¹⁶⁴, com grifos e riscos do sociólogo, são eles também, em conjunto com esse mobiliário, com suas fichas, outros objetos que representam esse modo de ler e de escrever mobilizado por Florestan Fernandes próprios do que se considera ser comum aos modos de ler de intelectuais da

¹⁶⁴ Para ver imagens de algumas páginas de livros com suas anotações, cf. Cepêda & Mazucatto (2015), p. 189.

época, mas sobretudo próprios de um intelectual exigente consigo mesmo, que tem uma consciência aguda e prematura, reforçada ao longo da vida, da necessidade constante de ter de se afirmar nesse lugar, para o qual, na condição de trãnsfuga de classe, ele ocupou sem necessariamente ter sido convidado.

CAPÍTULO 4

LER, SELECIONAR, DESTACAR E COMENTAR: A COMPOSIÇÃO DOS CADERNOS DE NOTAS DE RUI BARBOSA E FLORESTAN FERNANDES

A produção intelectual de Rui Barbosa e Florestan Fernandes é intensa e grandiosa. Ambos nos legaram, em seu acervo, um volume considerável de textos de diferentes ordens, como livros e discursos, em sua versão final pública, bem como materiais intermediários, de uso privado, cuja importância reside em seu papel de chave interpretativa dos processos de criação desses intelectuais. Objetos estes que se materializam em rascunhos, anotações esparsas, recortes e colagens, cadernos, discursos e rascunhos de artigos, isto é, anotações onde se inscreve “a mão do autor”.

Além de folhas encadernadas, e de cadernos, na acepção física da palavra, esse acervo dos materiais intermediários, destinados inicialmente a uma função privada, ao menos no que consta acerca de Florestan Fernandes, continham também anotações sob a forma de fichas manuscritas comumente mobilizadas nas práticas de leitura e escrita de homens letrados da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX.

Esses materiais, composto de anotações são, para pesquisadores de diferentes áreas, o que de mais importante se encontra em seus acervos. Em relação ao Fundo Florestan Fernandes, a primeira diretora da Biblioteca Comunitária da UFSCar, Lourdes de Souza Moraes, reafirma a relevância dessas anotações em entrevista ao jornal de Folha de S. Paulo dizendo que “o valor da coleção adquirida pela universidade não está em obras raras”, mas na anotações do intelectual, seja nas marginalias dos livros que leu, seja nas fichas de leitura e demais escritos, que permitem aceder a aspectos da trajetória intelectual desse reconhecido sociólogo brasileiro¹⁶⁵.

Quanto ao uso de fichas, Florestan Fernandes foi um usuário rigoroso, sistemático e altamente organizado na manutenção de suas coleções de fichas. Além de seu famoso fichário de madeira, ele nos legou “milhares de fichamentos realizados [...] sobre as obras lidas e trabalhadas ao longo de sua própria produção intelectual” (CEPÊDA; MAZUCATO, 2015, p. 10).

Se de um lado, Florestan caracteriza-se como leitor metódico e sistemático, que empreende anotações de tudo que consome, de outro, Rui Barbosa, coloca-se como um

¹⁶⁵ Sobre esse e outros aspectos quando da inauguração do Fundo Florestan Fernandes, cf. reportagem local intitulada “UFSCar inaugura hoje a Sala Florestan”, publicada em 9 de agosto de 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/8/09/brasil/31.html>. Consulta em: 20 de Junho de 2019.

leitor de grandes bibliotecas, sendo que a grandeza de sua biblioteca é indiscutivelmente o que impressiona. Barbosa levou à risca à ideia de os livros serem sua “ferramenta de operário que ele foi a vida inteira, operário com as suas dez horas de trabalho”, como pontua Pires (1949, p. 10). Proporcionalmente ao tamanho dela, ao número gigantesco de volumes que adquiriu ao longo da vida, e para a qual dispensava uma catalogação, pois dizia saber localizar facilmente qualquer livro de que necessitasse entre os seus 600.000 livros, ele deixou relativamente poucas notas de suas leituras (cerca de 16 volumes de folhas de papel almaço, encadernados).



Figura 11: Rui Barbosa em sua Biblioteca. Disponível em: <
<http://apresentacao.cdcampanhacivilistaferb.com.br/SALACC.html>> Acesso em: 1 de nov. 2020

Com uma produção escrita extensiva (de textos fins) e os indícios de erudição descritos pelos estudiosos da vida de Rui Barbosa, era de se esperar a diversidade e a quantidade significativa de objetos que atestassem sua consulta a diversas livros e documentos, materializados, por exemplo, por meio de fichas manuscritas. Contudo, Pires (1949) ressalta de maneira sistemática a excelente memória que Barbosa possuía, levando-o a inexistência da catalogação de sua grandiosa biblioteca: “o seu catálogo era a sua memória, que ele tinha fora do comum, e dela se vangloriava” (PIRES, 1949, p. 26). Além disso, o autor é incisivo ao afirmar a inexistência das anotações mesmo que algumas

figuras políticas importantes da época atribuíssem a competência erudita de Barbosa a prática das anotações de suas leituras. De acordo com Pires (1949), Rui Barbosa fazia um uso pouco significativo do recurso das fichas de leitura, sendo os registros dessas práticas empreendido de modo.

[...] muito rudimentar, muito incipiente, e que nada representa diante da colossal massa bibliográfica, de que se utilizou em todo o curso da sua vida. Dele nos ficaram dezesseis volumes de formato de papel almaço, encadernados em pano preto, e nos quais, sem muita ordem e unidade, organizou uns ensaios de bibliografia, inscrevendo no alto das páginas os assuntos, e indicando a seguir os lugares em que estavam eles estudados em livros e revistas. As indicações são feitas conforme as matérias estão tratadas de modo geral nas obras e nos periódicos, e não têm absolutamente aquele cunho de registo de anotações de leituras, tomadas às vezes até incidentalmente em páginas em que o tema é diverso. (PIRES, 1949, p. 28)

Essas anotações, sob diferentes formatos, desempenham uma função de cunho mais profissional. Elas norteiam a produção escrita, destinada em especial no caso de Rui Barbosa aos discursos orais, e no caso de Florestan Fernandes aos artigos e livros acadêmicos. Essas notas dão notícia de algumas de suas leituras e (releituras) de textos que poderiam vir a ser posteriormente retomados e comentados na produção de outros textos.

O uso dessas fichas, segundo Maingueneau (2014), implica no abandono das cadernetas de notas. Essas fichas propiciavam um uso mais maleável, uma vez que se poderia incluir seções e fichas sobre um tema de cada seção, cumulativamente, ou seja, já “que se pode classificar [as seções de fichas] segundo diversos critérios e enriquecer indefinidamente [com novas fichas] no correr dos anos” (MAINGUENEAU, 2014, p. 92). Além disso, como pontua o linguista, em sua análise das fichas de Étiemble, professor universitário de literatura comparada da Paris-Sorbonne, o emprego delas vale-se da escolha dos autores citados de acordo com o que se espera ser compatível e que poderá vir a ser citado por um homem de letras, um homem letrado, no período entre guerras.

Qualquer que seja a modalidade dessa prática – escolar, mundana, profissional –, encontramos num mundo de humanidades: a cultura se nutre dos grandes textos, que são recortados em aforizações. Quem pretende mostrar o *ethos* de um verdadeiro autor deve, ao mesmo tempo, inserir aforizações buscadas nesse *thesaurus* partilhado e produzir por sua vez sobreasseverações que sejam convertíveis por outros em aforizações. (MAINGUENEAU, 2014, p. 93-94)

Tal como observamos, a seleta de frases que compõem tanto as fichas, as folhas, quanto os cadernos de notas de Rui Barbosas e de Florestan Fernandes se diferencia daquelas das coletâneas de lugares-comuns, que perduraram para além do Renascimento, porque estas se valem de citações mais genéricas de teor moralizante e aquelas estão destinadas para fins acadêmicos ou profissionais.

No caso dos cadernos de notas desses dois intelectuais, as frases selecionadas e registradas nesses gêneros e suportes específicos têm como função não um uso exclusivamente privado, nem se compõem de frases genéricas e moralizantes embora possa haver a ocorrência de alguma. Elas são selecionadas e colecionadas por fornecerem um modelo de como enunciar, uma inspiração quanto ao que enunciar e por atuarem como citações diretas, com funções argumentativas diversas, em artigos, conferências ou discursos públicos por eles realizados.

Nossa análise dos cadernos de notas de Rui Barbosa e Florestan Fernandes visou descrever semelhanças e diferenças no emprego dessa técnica de leitura e de escrita, que consiste na seleção, destacamento, registro, coleção, classificação e organização de citações em folhas avulsas, encadernadas, em cadernos de notas e em fichas manuscritas. Observamos em que medida essa técnica, manifesta no *corpus* coletado, remonta e atualiza procedimentos comuns à técnica das coletâneas de lugares-comuns da Renascença, que por sua vez é herdeira da técnica retórica dos “lugares” da Antiguidade Clássica. No caso dos intelectuais e eruditos, esses registros indiciam certas maneiras como liam, como constantemente liam e reliam os textos consultados, selecionavam frases que por sua potencialidade pudessem ser destacadas, agrupadas em cadernos ou fichas, que então pudessem ser consultados, posteriormente, para a produção de outros textos, sejam orais, sejam escritos.

Do conjunto de notas, em diferentes formatos, optamos por nos deter em uma amostra que contemplasse a especificidade, proporcional, do tipo de material de cada acervo relativos as anotações de leitura:

Tabela 1: Os cadernos de notas dos intelectuais Rui Barbosa e Florestan Fernandes

CADERNOS DE NOTAS					
Autor	Título	Nomenclatura	Páginas	Acervo	Consulta
Rui Barbosa	Notas (31) de Rui Barbosa	Notas	165	Fundação Casa de Rui Barbosa	<i>Online</i>
	Notas (31) de Rui Barbosa	Notas	115	Fundação Casa de Rui Barbosa	<i>Online</i>
	Notas (31) de Rui Barbosa	Notas	246	Fundação Casa de Rui Barbosa	<i>Online</i>
Florestan Fernandes	Fichas manuscritas sobre História da Literatura – Langlois	Folhas manuscritas	22	Fundo Florestan Fernandes	<i>In loco</i>
	Nôtas sobre aculturação	Cadernos de notas	20	Fundo Florestan Fernandes	<i>In loco</i>
	Caderno III	Cadernos de notas	185	Fundo Florestan Fernandes	<i>In loco</i>

Para guiar nossa análise, nos orientamos pelos seguintes parâmetros: 1) qual a extensão em geral que são enunciados: as frases mobilizadas para a produção do discurso oral seriam mais curtas do que aquelas destinadas aos textos escritos para o público acadêmico? 2) o tipo de público da produção fim: isso determinaria as escolhas das frases, seu tamanho, sua origem, seu léxico, sua classificação nesse caderno? 3) o tipo de gênero da produção fim: isso determinaria o tipo de frase selecionada? 4) o tipo de texto origem selecionado na leitura, de modo dirigido em função dos planos, projetos e buscas determinadas, específicas para produção de uma obra.

Destacar para discursar: os cadernos de notas de Rui Barbosa

Rui Barbosa é conhecido como alguém “que a todos os prazeres da vida antepunha o da leitura” e o mesmo se pode dizer da escrita, visto que ele deixou uma obra de extensão formidável. Sua produção intelectual, durante sua carreira de jurista, jornalista

e homem político, demandava uma produção escrita extensiva (e também de leitura), tais como i) artigos de temas que abarcavam questões sociais, educacionais e econômicas para jornais com sua contribuição periódica, como no Diário da Bahia e no Jornal do Comércio (Rio de Janeiro); ii) conferências e discursos na posição de aluno da Faculdade de Direito da Bahia, e posteriormente, de São Paulo; iii) discursos em movimentos políticos e de sociedades ostensivas da época, durante e após a obtenção do título de bacharel em direito. Barbosa era conhecido, desde sua iniciação acadêmica, como um excelente orador, o que culminou na sua escolha, anos depois, para representar a embaixada brasileira na II Conferência de Paz realizada em Haia pelo então ministro das Relações Exteriores da época, Barão de Rio Branco.

No acervo disponibilizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, na pasta “produção intelectual”, encontramos os arquivos que correspondem a produção escrita de Barbosa. A descrição do caderno, “notas (31) – arquivo PI 14/1” contendo 165 páginas, contempla a reunião de notas diversas, abarcando também os arquivos PI 14/2 (115 páginas), PI 14/3 (147 páginas) e PI 14/4 (246 páginas), como indicado pela Fundação:

notas sobre a abolição do elemento servil (doc.1/1); notas para elaboração da Constituição de 1891 (doc.2/1); notas para elaboração de lei sobre imprensa (doc.3/1); notas para elaboração de discurso no Senado sobre a pacificação do Rio Grande do Sul (doc.4/1); notas para elaboração de discurso no Senado sobre a anistia aos participantes de movimentos políticos ocorridos em Alagoas e Goiás (doc.5/1); notas para elaboração de artigos no Jornal do Comércio, intitulados "Cartas de Inglaterra" (doc.6/1); notas para elaboração de discurso, não pronunciado, sobre o período de seu exílio (doc.7/1); notas para elaboração de artigos no Jornal do Comércio sobre impostos interestaduais, em resposta a Amaro Cavalcante (doc.8/1); notas para elaboração de artigo no jornal Correio de Notícias sobre jacobinismo e terrorismo (doc.9/1); notas para elaboração de artigos no jornal A Imprensa sobre a Doutrina Monroe (doc.10/1); notas para elaboração de artigos no jornal A Imprensa sobre divórcio (doc.11/1); notas para elaboração de artigos em jornal (doc.12/1); notas para elaboração de artigo defendendo-se de acusações feitas por Dunshee de Abranches no jornal O Dia, em artigos intitulados "Atos e Atas do Governo Provisório" (doc.13/1); notas para elaboração de discurso pronunciado no Colégio Anchieta, por ocasião da formatura dos Bacharéis em Ciências e Letras, da qual era paraninfo (doc.14/1); notas para elaboração de artigo no jornal Diário de Notícias, intitulado "O Direito da Minoria e o Exemplo Americano" (doc.15/1); notas em discurso de Urbano Santos extraído do jornal, sobre o Caso Satélite (doc.16/1); notas para elaboração de discurso no Senado sobre conflitos políticos em Pernambuco (doc.17/2); notas em diversos recortes de jornais sobre conflitos políticos na Bahia (doc.18/2); notas provavelmente utilizadas

em seus estudos para entrevista dada ao jornal O Imparcial sobre desincompatibilização de ministros, em função das eleições presidenciais (doc.19/2); notas para elaboração de discurso no Senado sobre o caso de cunhagem de moedas no exterior durante o governo do Marechal Hermes, envolvendo Ministros de Estados e o próprio Marechal (doc.20/2); notas para elaboração de discurso no Senado sobre o bombardeio de Manaus (doc.21/2); notas para elaboração de discurso no Senado sobre a intervenção no Amazonas em resposta ao discurso de Senador João Luís Alves (doc.22/2); notas para elaboração de discurso no Senado sobre o casamento do Marechal Hermes (doc.23/2); notas para elaboração de discurso no Senado sobre o Estado de Sítio (doc.24/2); notas para elaboração de conferência no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, por ocasião de sua posse como presidente daquele órgão, intitulada "O Supremo Tribunal Federal na Constituição Brasileira" (doc.25/2); notas para elaboração de discurso no Senado sobre o Caso Satélite, em resposta a Pinheiro Machado e Antonio Azeredo (doc.26/2); notas a propósito de um artigo de Gil Vidal no Correio da Manhã daquele dia, intitulado "Revisão ou Revolução"(doc.27/2); notas para elaboração de conferência, no Teatro Municipal, sobre a obra científica de Oswaldo Cruz, por ocasião da sessão cívica de 28 de maio de 1917 (doc.28/2); notas para elaboração de discurso no Senado sobre a Primeira Guerra Mundial, intitulado "Revogação da Neutralidade" (29/3); notas para elaboração de discurso no Senado sobre os acontecimentos políticos na Bahia durante o governo de Antonio Ferrão Moniz de Aragão (doc.30/3); e notas para elaboração de diversos trabalhos sobre o governo do Marechal Hermes (doc.31/4).

Notamos que a descrição do documento, não coincide necessariamente com a ordem ou com a temática presente nos arquivos, já que, de modo recorrente, em um mesmo arquivo há uma reunião de folhas esparsas que são agrupadas em um mesmo documento, algo que é frequente no acervo de Rui Barbosa. Nas figuras abaixo, as folhas esparsas fazem parte do documento “notas (31) – arquivo PI 14/1” que totaliza 165 páginas e data de 1887.

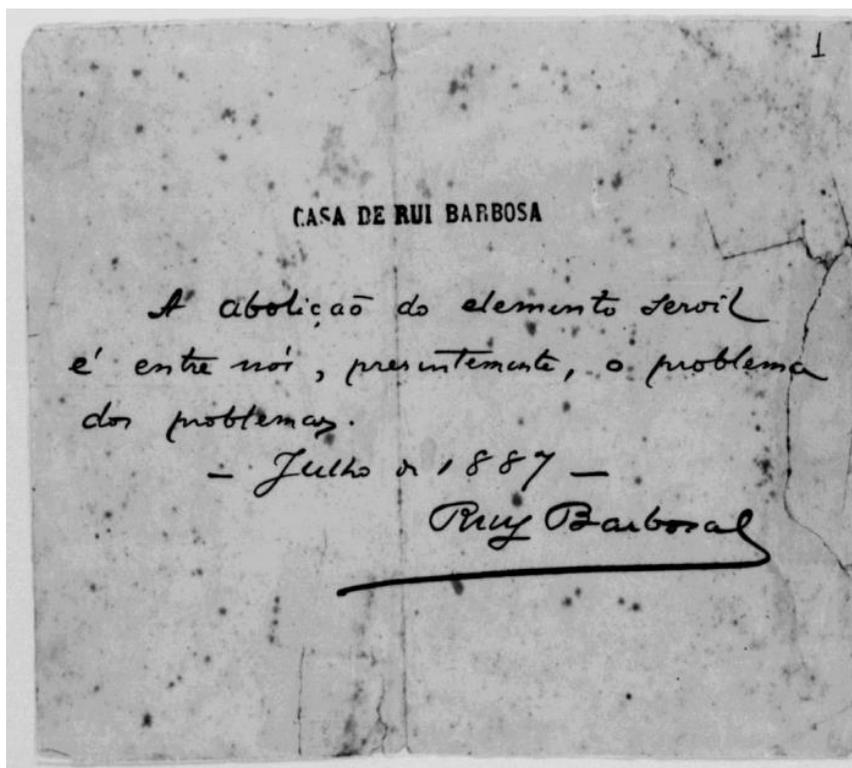


Figura 12: página 1 do caderno “notas (31) – arquivo PI 14/1”. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&pagfis=61828>> . Acesso em 30 set. 2020

A abolição do elemento servil é entre nós, presentemente, o problema dos problemas
Julho 1889
Ruy Barbosa

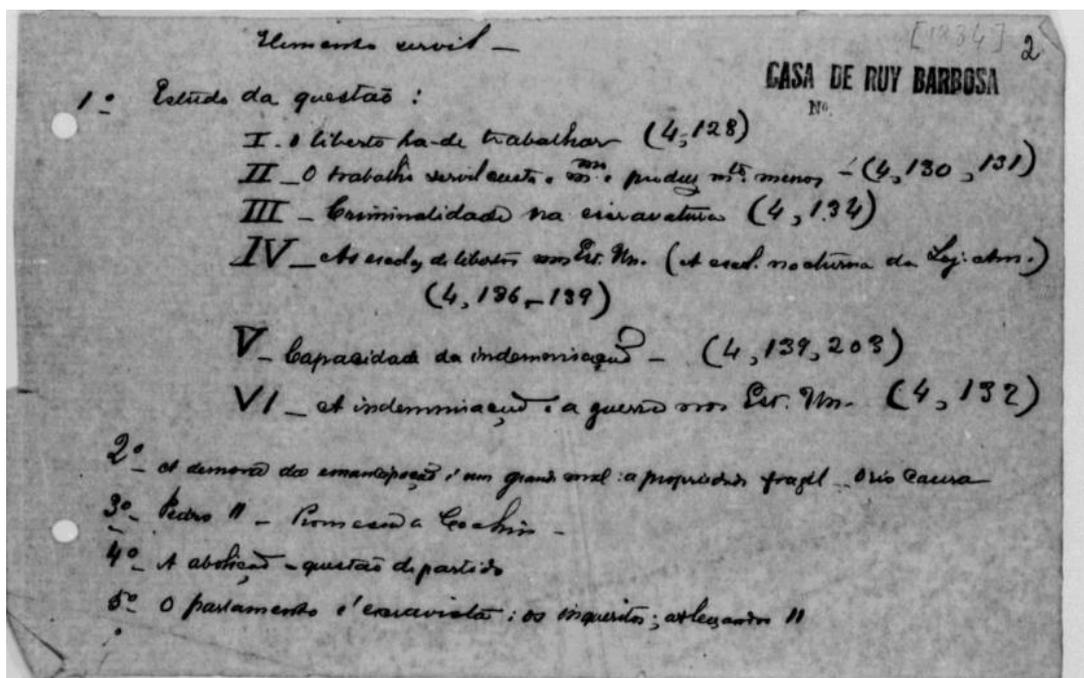


Figura 13: página 2 do caderno “notas (31) – arquivo PI 14/1”. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&pagfis=61828>> . Acesso em 30 set. 2020

- Elemento servil
- 1º Estudo da questão:
- I – o liberto ha-de trabalhar (4-128)
- II – o trabalho servil custa [o mesmo] e produz [muito] menos (4, 130, 131)
- III – Criminalidade na assinatura (4, 134)
- IV – As escolas de libertos [incompreensível] (a escola noturna da [incompreensível] (4, 136 – 139)
- V – Capacidade da [indenização] (4, 139, 203)
- VI – A [incompreensível] e a guerra nos [Estados Unidos] (4,132)
- 2º A demora na emancipação: um grande [mal] a propriedade frágil [incompreensível]
- 3º Pedro II – [incompreensível]
- 4º A abolição – questões de partidos
- 5º O parlamento é escravista: os [incompreensível]; [incompreensível]

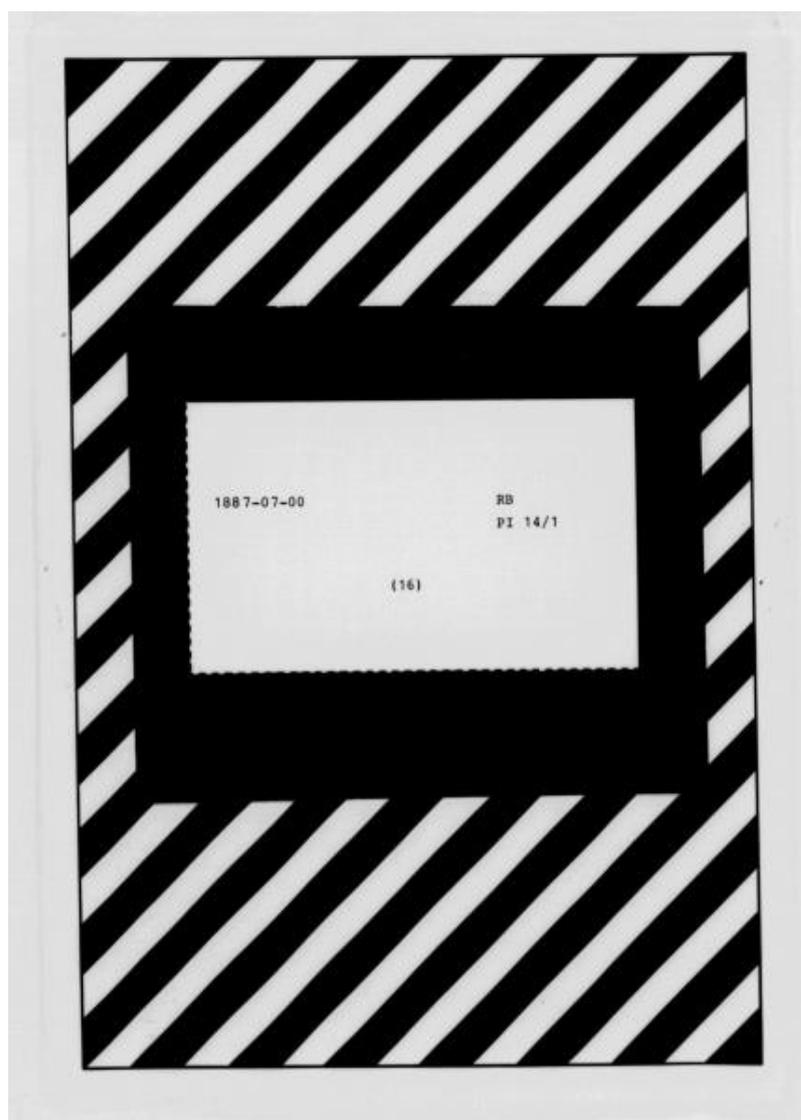


Figura 14: página 1 do caderno “notas (31) – arquivo PI 14/1”. Disponível em: <
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&pagfis=61828>> . Acesso em 30 set.
2020

Após a capa que identifica todos os materiais disponíveis no acervo, anunciando o número do documento, o ano e outras informações de recuperação do próprio acervo, na primeira página, nos é apresentado, o que seria a folha de rosto do caderno, uma frase de Rui Barbosa que aparenta ser uma epígrafe, pois além da assinatura do próprio autor, parece mimetizar o tema abordado nas páginas subsequentes sobre a abolição da escravidão. Diferentemente do formato e do tamanho das demais folhas que compõem os documentos de Rui Barbosa, selecionados para análise, neste, as oito páginas iniciais são folhas menores que o formato A4, se assemelham ao tamanho de folhas comumente empregadas na produção de fichas manuscritas cujo formato é de 5x8cm. Além disso, são paginadas à caneta pelo próprio autor no canto superior da folha, o que permitiria ser consultada na sequência das demais fichas que compõem o acervo do autor.

Apesar de não apresentar citações em si, esta página é composta da enumeração de temas e da indicação de páginas de outros textos lidos – estratégia recorrente no material de Rui Barbosa – que versam sobre essa temática como é apresentado pelos números entre parênteses na enumeração do primeiro ponto. Além disso, há outra enumeração composta agora por algarismos romanos (de I a VI) que podem remeter a capítulos dos livros das páginas indicadas em parênteses. Nas partes seguintes da enumeração, Barbosa apresenta frases curtas que podem ser compreendidas como palavras-chaves ou frases sintéticas que resumem os principais pontos abordados nos textos lidos sejam livros, artigos, notícias da época e leis da época, já que ele constantemente, como veremos, lê e relê esses tipos de textos, confrontando as informações existentes nesses textos para a produção de seus discursos e/ou artigos a serem publicados em jornais, por exemplo.

A temática abordada nesse conjunto de folhas agrupadas, ou melhor, nessas fichas, já que se assemelham às fichas manuscritas que eram armazenadas em móveis de madeira com diversas gavetas como seus compartimentos, de modo que sempre necessário era possível a sua consulta (no capítulo anterior, vimos que este móvel fazia parte da biblioteca de Florestan Fernandes, dado o fato de que ele produzia de forma constante diversas fichas), é comum aos trabalhos de Rui Barbosa, uma vez que este envolvido em questões polêmicas com a “queima dos arquivos”¹⁶⁶ sobre a abolição da escravidão e também é reconhecido por suas ideais abolicionistas – que devem considerar que Rui

¹⁶⁶ A esse respeito Cf. LACOMBE, A. J. **Rui Barbosa e a queima dos arquivos** /por/ Américo Jacobina Lacombe, Eduardo Silva e Francisco de Assis Barbosa. Brasília, Ministério da Justiça: Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

Barbosa era um homem de seu tempo e suas ideias se alinham ou transgrediam os discursos que circulavam na época.

Na página subsequente do arquivo, que trazemos a título de ilustração, há uma continuidade de uma espécie de lista dos pontos principais sobre o tema e estabelecem uma relação com o título central “o elemento servil”. Há anotações nas margens dessa página, das quais algumas delas não podem ser lidas, dado ao tamanho da letra, menor para caber no espaço limitado e as margens que no processo de digitalização do material deixaram com sombra. É interessante observar que nesse material, ao final da página, são acrescentados diversos nomes, possivelmente de autores e indicações de páginas para a consulta. Há riscos que impossibilitam até mesmo a leitura dos nomes, o que evidencia que este material havia sido produzido para uma consulta posterior, uma espécie de “lista de checagem” após a produção do texto-final. Além dos riscos que se relacionaram com essa consulta posterior e checagem das informações, há outros elementos gráficos como “setas” que chamariam a atenção para frases específicas ou indicações de referências a serem consultadas. Essas listas de consulta são bastante frequentes na produção bibliográfica de Barbosa e são até mesmo datilografadas (possivelmente por um assistente ou pelo próprio Rui Barbosa) posteriormente e acrescentadas a esse material. Nesse caderno, das 165 páginas, aproximadamente 48% delas são compostas de indicações de leitura (títulos, páginas e breves citações) que estão sempre rasuradas como uma espécie de “checklist” de sua (re)consulta.

recorreria a técnicas do campo jurídico, “nas suas centenas de escritos forenses, é muito raro, é raríssimo, encontrar uma [produção textual] onde não abundem as citações de autores”.

Outros temas são apresentados nas rubricas desse material, como “Amnista, acção dos amnistiados em 1895, contra a amnista restricta [sic]” na página 18 do documento e “Jacobinismo e terrorismo” na página 67. Por um lado, essa quebra “brusca” de temática, bem como os diferentes tipos de papéis e formatos empregados na construção desses cadernos pode indiciar que essas folhas foram reunidas posteriormente em blocos de cadernos que nos é apresentado no acervo de Barbosa. Esse agrupamento pode tanto ter sido realizado pelo próprio autor quanto pelos curadores do acervo. Por outro lado, essa mesma “quebra” pode evidenciar o próprio modo como Rui Barbosa travava contato com textos diversos, lendo e confrontando muitos textos (livros e jornais) dado ao cargo que ocupou no cenário político, sua atuação jornalística, sua formação enquanto advogado, enfim o papel de intelectual de seu tempo.

Diferentemente, na página 09 do arquivo, há uma alteração no formato da página para o tamanho A4. Se antes eram apresentadas frases curtas e breves indicações de leitura com número de páginas e nomes de autores sem indicações dos títulos das obras ou textos consultados, agora o texto é corrido, com poucas citações, mas que estabelecem uma ligação entre si. Na página que abre essa alteração de formato das páginas, e consequentemente de documentos reunidos, há o título “ideias para uma lei de imprensa”. Não somente a alteração de formato é empreendida, mas também a temática, antes sobre questões relativas à escravidão e agora dizem respeito a uma atividade particular de sua atuação política, alicerçada na atuação jurídica, a proposição de uma lei. Transcrevemos dois trechos da imagem abaixo:

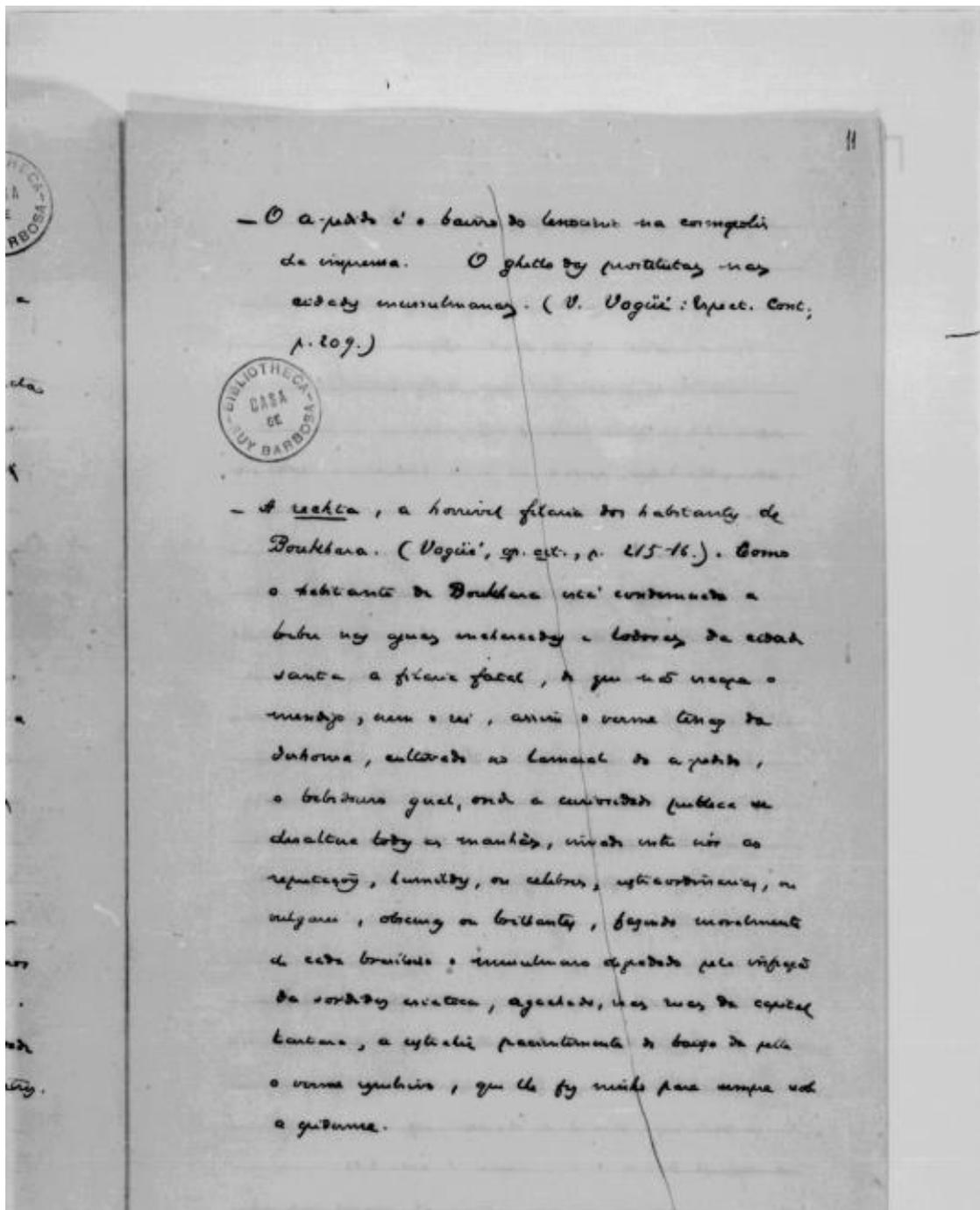


Figura 16: página 11 do caderno “notas (31) – arquivo PI 14/1”. Disponível em: <
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&pagfis=61828>> . Acesso em 30 set.
2020

_ O [a-pedido] é o bairro do [incompreensível] na [incompreensível] da imprensa. O ghetto ou prostitutas nas cidades [muçulmanas]. (V. Vogüé: Espeet. Cont; p. 209.)

_ A reehta, a horrivel filaria dos habitantes de Boukhara (Vogüé, op cit., p. 215-66.).

Nos dois trechos apresentados, há uma referência tal como empreendemos na produção de nossos textos que permite recuperar e reconhecer que se trata de um

comentário de um outro texto. As indicações de referência variam frequentemente, por vezes, quando estão no corpo do texto, são indicadas apenas por nome do autor e página. Já quando estão esparsas, sem conexão com o restante do texto, indicam o título do livro.

Essas estratégias empregadas por Rui Barbosa nos dão indícios dos modos de apropriação dos textos lidos por ele e suas maneiras de ler: um leitor letrado, que recorre a anotar e comentar tudo que lê. Além das estratégias supracitadas, encontramos nesse material trechos longos de textos-intermediários (com emprego de diversas abreviaturas, que indicaria a necessidade de não interromper o fluxo de pensamento do autor, rasuras e acréscimos de palavras por meio de símbolos e outros elementos, indiciando uma leitura e releitura no material produzido) e até mesmo de rascunhos de textos-fins, isto é, aqueles que seriam publicados ou ganhariam vida numa performance oratória, por exemplo.

O caderno de notas intitulado “notas (31) – arquivo PI 14/2”, contendo 115 páginas abarca um conjunto de folhas que, provavelmente foram agrupadas conjuntamente pelos curadores do acervo, devido às diferenças de registro (ora escrito à caneta, ora à lápis) e a inserção de paginação manual.

Além disso, a inexistência de uma folha de rosto com as informações fornecidas pelo próprio autor, tais como título, temática, data e assinatura, nos fornecem indícios para sustentar a hipótese de que esse material foi reunido posteriormente e agrupado sob uma temática comum, seja por um secretário que auxiliava Rui Barbosa em sua carreira, seja pela própria esposa que ficou responsável por seu espólio, seja pelos curadores da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Conforme as informações fornecidas pelo próprio acervo, esse caderno compreende “notas para elaboração de discurso pronunciado no Colégio Anchieta, por ocasião da formatura dos Bacharéis em Ciências e Letras, da qual era paraninfo (doc.14/1)”, contudo o arquivo que selecionamos para nosso *corpus* é o documento 14/2 em que não há descrição fornecida pelo próprio acervo de sua origem ou finalidade. Nosso interesse por esse documento, se dá pelas diferentes estratégias de recolha de citações empreendidas por Rui Barbosa, que mesclam lista de textos a serem lidos, citações recolhidas, recortes de jornais comentados pelo próprio autor (cerca de 30% do material) e páginas datilografadas que sinalizam para versões de seus discursos e conferências.

A página que abre o arquivo contém as informações de recuperação do acervo: 1887-07-00 RB PI 14/2 (13). Não há a data específica de produção desse material, no entanto, a nota apresentada pelo próprio autor na página 01 pode situar sua escrita no

período posterior ao ano de 1911. Intitulada de “O caso Hayes em 1876-7”, Rui Barbosa empreende uma breve descrição do que se encontrará nas páginas que seguem:

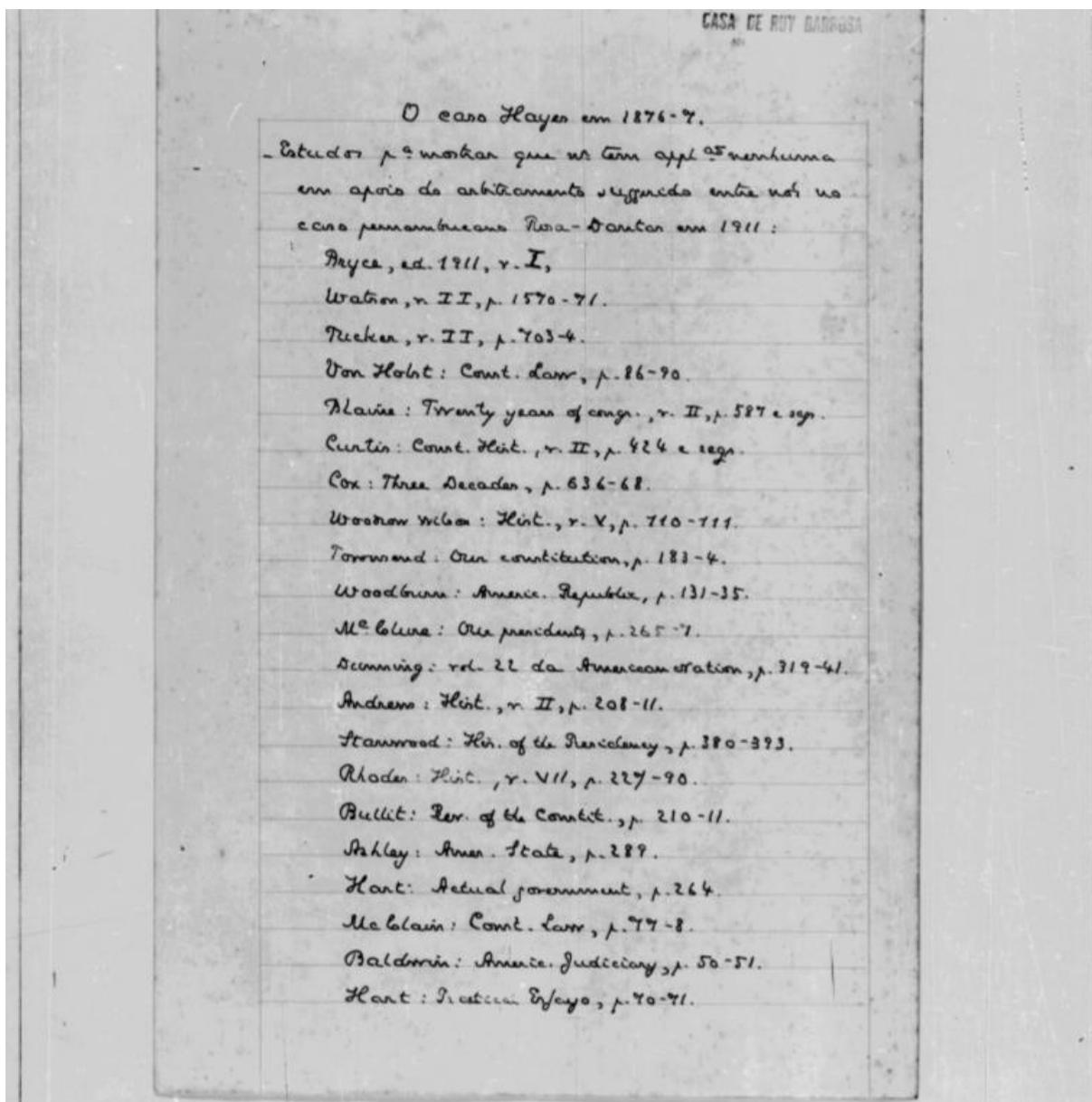


Figura 16: página 1 do caderno “notas (31) – arquivo PI 14/2”. Disponível em: <
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&pagfis=61997>> . Acesso em 22 set.
2019

Estudos para mostrar que não tem aplicação nenhuma esse apoio do arbitramento sugerido entre nós no caso pernambucano Rosa-Dantas em 1911:

O caso Hayes, que abre esse documento, faz referência à derrota por voto popular, em 1876, do então candidato republicano, Rutherford B. Hayes, à presidência dos Estados Unidos da América do Norte. Diante desse cenário, a vitória lhe foi concedida por meio de uma comissão de republicanos que lhe eram favoráveis, através da contestação dos

resultados em três estados americanos. Após realizar a breve descrição acerca da diferença entre o caso Hayes e Rosa Dantas (de 1911), Barbosa lista referências bibliográficas (estendendo até a página 02) que podem ser mobilizadas para a compreensão de suas diferenças.

Este exemplo não evidencia a mobilização propriamente dita da prática de seleção de frases e sua posterior utilização nesses cadernos, mas nos fornecem indícios das leituras empreendidas ou dos autores e títulos que ele sabia que tratavam do tema em questão. Diferentemente de estarmos diante de uma lista de livros efetivamente lidos, nos encontramos diante de *representações* das práticas de leitura condizentes com aquelas de homens letrados e políticos à época. Além de uma variedade de fontes, ele também indica com precisão onde localizar as discussões concernentes ao tema afim de encontrar argumentos e dados necessários para a sustentação de suas hipóteses, seja para produções orais, seja para produções escritas.

Subsequente à página 03, são apresentados os comentários e as citações que situam a importância dos autores mencionados na lista: “Todos os autores que deste [argumento] se ocupam, são a tal respeito acordes, assentindo todos em que não pode haver assembleia deliberante, antes de constituída a sua meza [sic]”. Na página 04, o autor apresenta algumas citações em língua portuguesa e francesa, que transcrevemos abaixo.

O mesmo accentua Eugene Pierre, no seu Tratado de Direito Político Eleitoral e Parlamentar, edição de 1902, pg. 470, n.º 432, estabelecendo que a camara só esta constituída, quando acaba de eleger todos os membros da sua meza, e só dali em diante é que « elle peut agir », isto é, só então pode começar a exercer as suas funções.

Mais emphaticamente ainda o professor Osban, no seu tratado, ainda incompleto, sobre O direito constitucional da Belgica, tomo II, pg. 480, nos diz:

« O que caracteriza a sessão parlamentar, é a existência da meza. Ce qui caractérise la session, c'est l'existence du bureau. »

A estas autoridades juntarei duas obras recentissimas, desta anno, o compendio de Moreau (Précis élémentaire de droit constitutionnel) e o tratado meyorital de Léon Duquít (Traité de droit constitutionnel).

Diz Moreau, professor deste ramo

2

Figura 17: página 04 do caderno “notas (31) – arquivo PI 14/2”. Disponível em: <
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&pagfis=61997> > . Acesso em 22 set.
2019

O mesmo accentua Eugene Pierre, no seu Tratado de Direito Político Eleitoral e Parlamentar, edição de 1902, pg. 470, n.º 432, estabelecendo que a camara só esta constituída, quando acaba de eleger todos os membros de sua meza, e só dali em diante é que “elle peut agir”, isto é, só então começa a exercer as suas funções.

Mais emphaticamente ainda o professor Osban, no seu tratado, ainda incompleto sobre O direito constitucional da Belgica, tomo II, pg. 480, nos diz:

“o que caracteriza a sessão parlamentar, é a existência da meza. Ce qui characterise la session, c’est l’existence du bureau”

A essas autoridades juntarei duas obras recentíssimas, desse ano, o compendio de Moreau (Précis élément de droit constitutionnel) e tratado magistral de Léon Brigueit (Traité de droit constitutionnel)

Diz Moreau, professor desse ramo

Nesta página, diferentemente da primeira, observamos que Barbosa se vale do emprego de citações que não estão dispostas isoladamente, mas se articulam de tal forma que visam à construção e à sustentação das argumentações possíveis em relação ao tema em questão. O autor se vale das obras consultadas e citadas anteriormente para recolher enunciados relativos a esse assunto específico, o caso Hayes, objetivando estabelecer uma relação com o caso brasileiro Rosa Dantas para aproximá-los em alguns aspectos ou, para distanciá-los em outros.

O modo como Rui Barbosa ordena essas citações, não de forma isolada, mas acompanhada de comentários que organizam, contextualizam e complementam logicamente o que é dito, já sob a forma provisória de uma totalidade que virá a ser um texto. As citações não se apresentam, portanto, isoladas, reunidas sob rubricas ou temas, como em geral as coletâneas de lugares-comuns se constituíam prioritariamente. Com essa forma de anotar as citações, Barbosa indicia textual esboço prévio de um texto que demanda a articulação de cada citação umas com as outras, além de construir relações argumentativas que almejam defender, sustentar ou refutar um ponto de vista. Vejamos mais um exemplo desse emprego na página subsequente de nosso *corpus*:

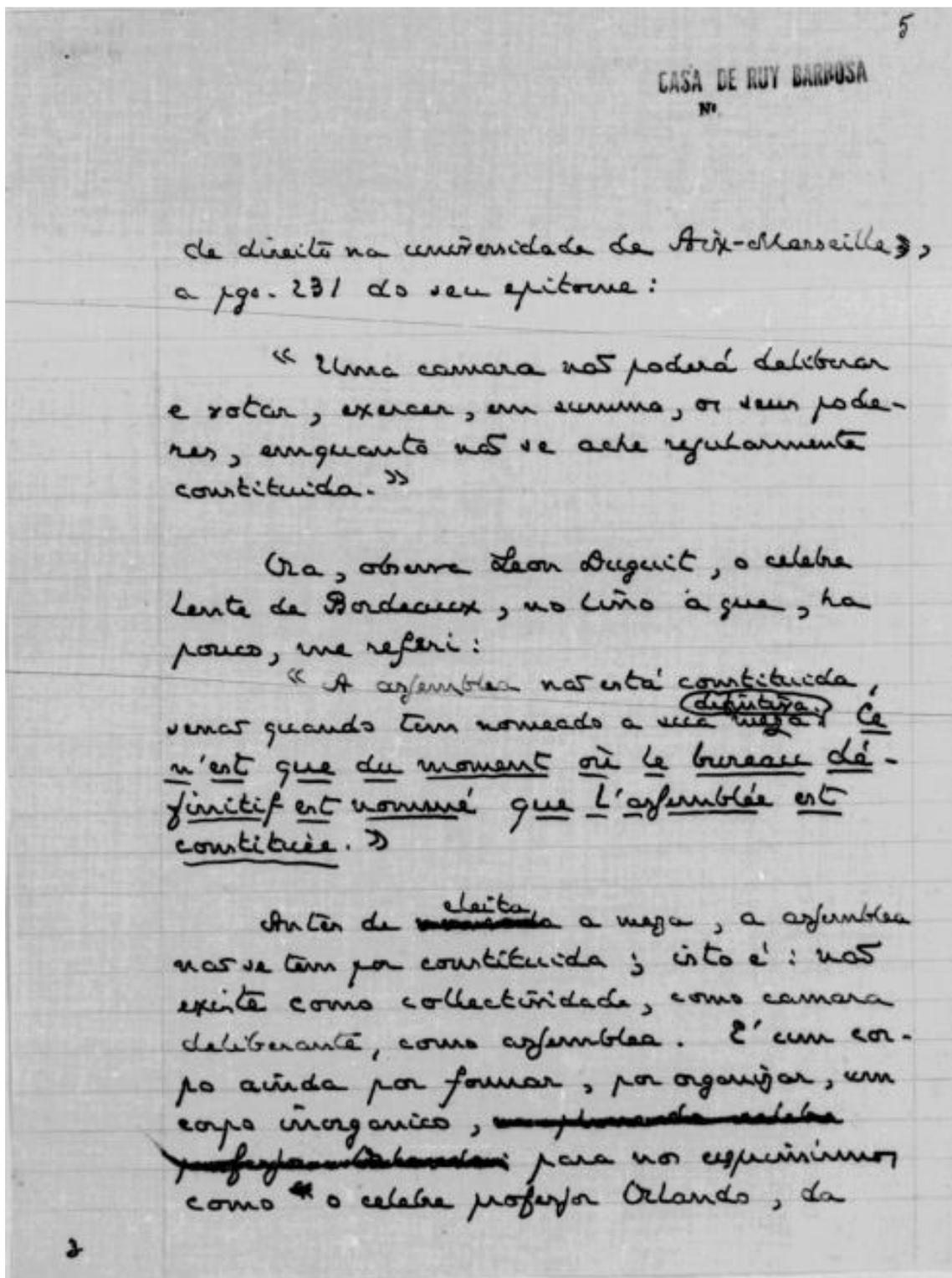


Figura 18: página 05 do caderno “notas (31) – arquivo PI 14/2”. Disponível em: <
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&pagfis=61997>> . Acesso em 22 set.
2019

de direito na Universidade de Aux-Marseilles, a pgs. 231 de seu epitome:

“Uma camara não poderá deliberar e votar, exercer, [em] [inteligível], os teus poderes, enquanto não se ache regularmente constituída”

Ora, observa Leon Duguit, o celebre [Levite] de Bordeaux, o livro a que, ha pouco, me referi:

“A assembleia não está constituída, senão quando tem nomeado a essa meza [inteligível]:
Ce n'est que du moment où le bureau définitif est nommé que l'assemblée est constituée”

Antes de eleita a meza, a assembleia não se tem por constituída; isto é: não existe como collectividade, como camara deliberante, como assembleia. É um corpo ainda por formar, por organizar, sem corpo inorganico, [rascuras] para nos [inteligível] como “o celebre professor Orlando, da

Na figura acima, verificamos a construção de uma linha de argumentação pautada nas citações selecionadas para compor, nesse momento, o texto intermediário, e futuramente, o texto fim. No mais, diferentemente do que é recorrente nas notas de Barbosa – do emprego das citações em língua original do autor citado –, ele empreende, no exemplo acima, uma espécie de tradução/versão da citação selecionada, no caso do renomado jurista francês, Leon Duguit. Uma das razões possíveis para que essa tradução ocorra, é de que Barbosa a mobilizará como sustentação para seu argumento, isto é argumento de autoridade, “elemento também fundamental, da sua técnica de advogar [...] Apelo frequente e sistemático. Nas suas centenas de escritos forenses, é muito raro, [...] encontrar uma onde não abundem as citações de autores” (NOGUEIRA *apud* DE SENNA, 2002, p. 06).

Perelman & Tyteca, ao caracterizarem os elementos e as abordagens que compõe a Nova Retórica, apresentam um tipo de argumento recorrente quando da construção de textos argumentativos que visam o convencimento e persuasão de um determinado assunto sob a ótica de um ponto de vista. Dentre os diversos tipos de argumentos empregados, muitos deles influenciados pelo prestígio, o argumento de autoridade se apresenta como um desses que mobiliza esse fator na construção argumentativa. Para os outros, o argumento por autoridade é “totalmente condicionado pelo prestígio” e recorre-se aos “atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 348).

Não é qualquer sujeito que esta na condição de prestígio em que seu falar é reconhecido e válido dentro de um campo de saber e comunidade discursiva, ou seja, “uma mesma autoridade é valorizada ou desvalorizada conforme coincida ou não a opinião dos oradores” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 350). Para os diversos campos dos saberes, há uma gradação na construção e validação dessa autoridade.

Os cadernos são compostos de dois tipos de notas; aquelas reunidas em uma coletânea de vários temas, autores e gêneros; e aquelas mais específicas, relativas a casos, e que parecem ter sido coletadas simultaneamente à necessidade de produção de um texto. Elas já compõem, portanto, um pré-texto, que, como tal, não equivale à versão ou destino final das frases.

Outras leituras e estratégias de recolha de citações são mobilizadas por Rui Barbosa, dessa vez, manifestos sob a forma de recortes de jornais da época em que são selecionadas reportagens e artigos específicos. Das 115 páginas que compõem, notas (31) – arquivo PI 14/2, aproximadamente 30% (33 páginas) contém de recortes de jornal, com marcas de leitura (grifos, aspas e comentários). Após essa primeira seleção, esses textos são recortados e colados em uma folha A4, acrescidos de títulos e informações referenciais de maneira a situá-los num conjunto dos demais textos publicados no jornal. Além desse primeiro destacamento, o autor grifa e acrescenta aspas em determinadas passagens textuais, empreendendo a sinalização de potenciais frases a serem destacadas e que poderão ser mobilizadas para outros fins. Em alguns desses recortes são empreendidos comentários e notas que visam orientar o seu uso.

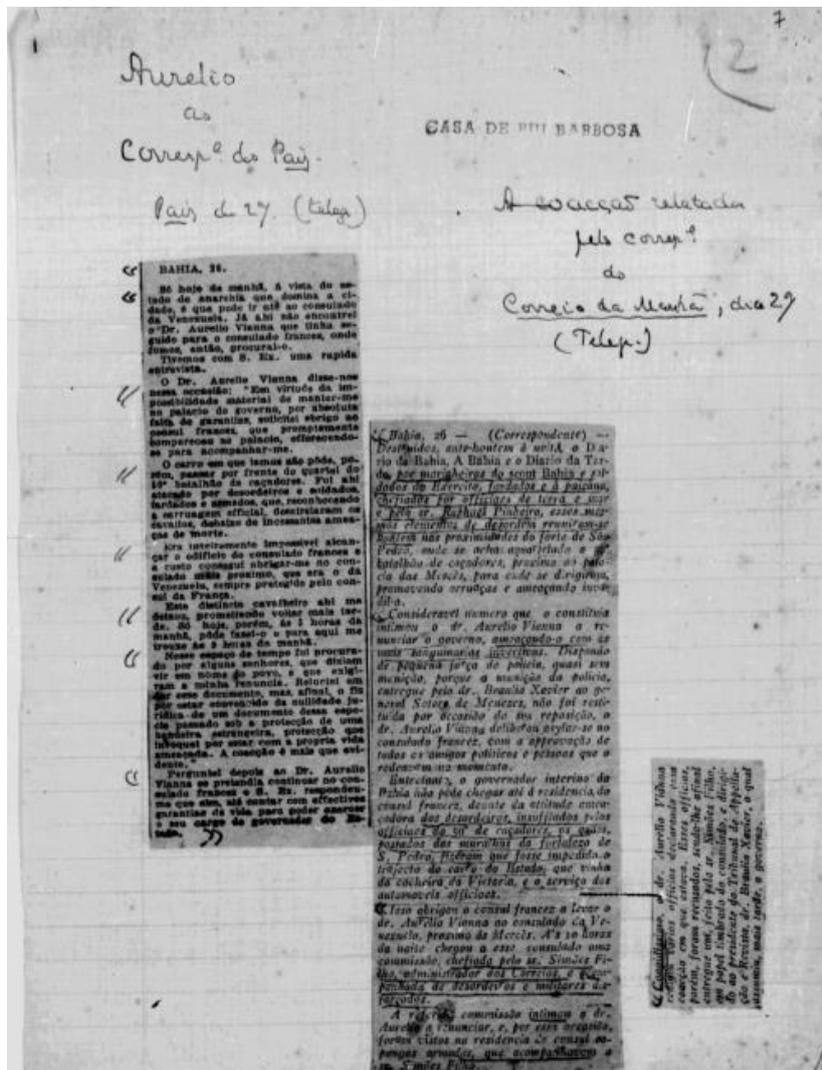


Figura 19: página 04 do caderno “notas (31) – arquivo PI 14/2”. Disponível em: <
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&pagfis=61997>> . Acesso em 22 set.
 2019

Aurelio as correspondências do País.

Pais [de] 29 (telegrama)

A coacção relatada pelo correspondente do Correio da Manhã, dia 29 (telegrama)

Essa estratégia dos recortes de jornais e sua colagem em cadernos se assemelha às diversas práticas de leitura e escrita que François Mitterrand, ex-presidente francês (de 1981 a 1995), se valeu no “Journal pour Anne”, diário íntimo escrito no período de 1964 a 1950 para seu amor “clandestino”, Anne Pinget. Composto de 22 páginas, a sua numeração fora empreendida pela destinatária desse material, Anne Pinget. Há outras marcas, como títulos e comentários com tons críticos acerca da sociedade da época, bem como os recortes de fotografias, publicidades, desenhos e artigos de jornal e rascunhos de futuros discursos, que foram realizados por Mitterrand.

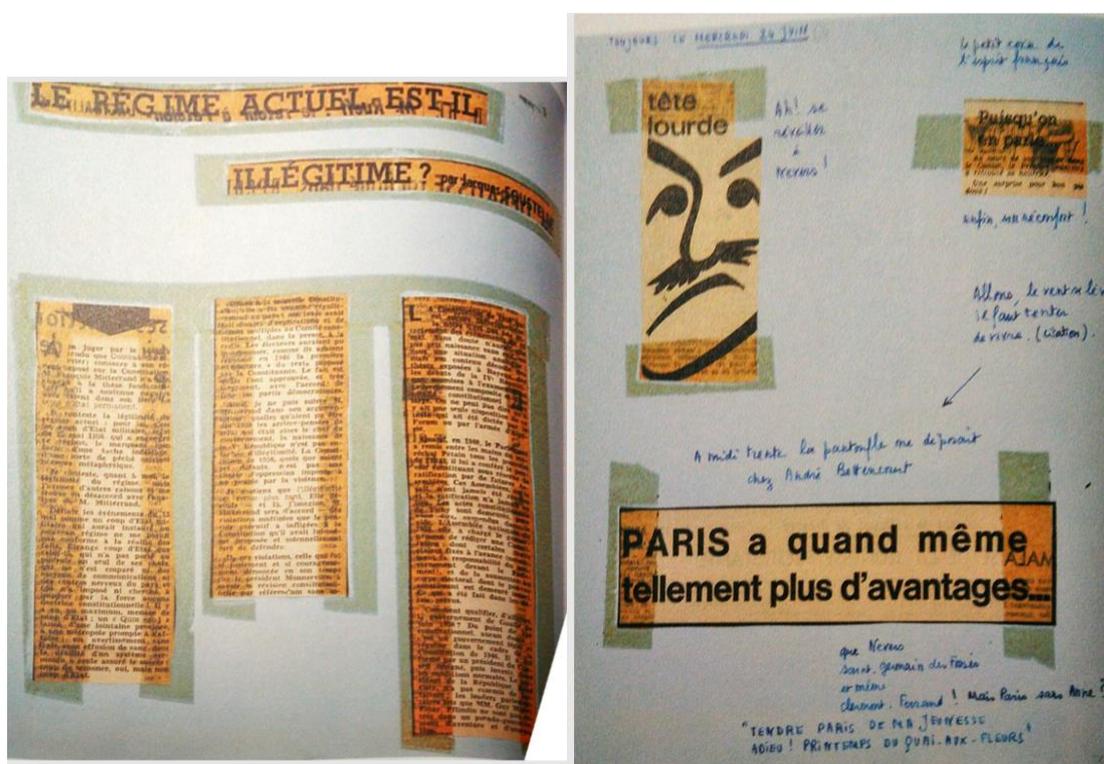


Figura 20: excertos da diário "Journal Pour Anne" consultado *in-loco* na Bibliothèque Nationale de France (Bnf), em Paris, França no período de agosto de 2018

Podemos observar, uma certa predileção pelos recortes de jornais como enunciados e imagens de modo a construir um texto integral. Esse tipo de uso, ou seja, o emprego de enunciados e comentários manuscritos, aliado às citações, por exemplo de Paul Valéry et Louis Aragon – empregadas largamente ao longo do diário escrito por Mitterrand –, são de uma certa maneira próximos da prática dos cadernos de notas em que os comentários e citações auxiliam na configuração de um dispositivo de memória,

reflexão e consulta posterior. Entretanto, ao contrário dos cadernos, o diário íntimo é uma escrita sobre si e um texto final, que visa uma circulação restrita, no caso, entre Mitterrand e Pingeot. Ele indica também os indícios de uma prática de leitura e de escrita que faz parte de nosso cotidiano, mesmo que não ensinada e cultivada na escola.

Barbosa (ou seu assistente/secretário) datilógrafa os recortes de jornal, acrescento suas observações (notas e comentários). Essa estratégia pode indicar que este material faz parte um texto intermediário e que há uma produção de um texto-final seja para circular sob a forma escrita para os jornais que escrevem seja para circular sobre a forma oral em seus discursos em seu ofício político.

Encontramos ainda outro tipo de seleção de enunciados no caderno de notas (31) de Rui Barbosa, composto pela apresentação de diversos enunciados sem acréscimos de rubricas, temáticas ou títulos, sempre referenciados pela autoria e a página da obra correspondente. Essa prática de coleta de enunciados esparsos, sem o estabelecimento de textos que os liguem e situem, indicia seu provável uso em discursos orais que demandam o emprego de frases de efeito para causar impacto no público-ouvinte, como estratégia de argumentação.

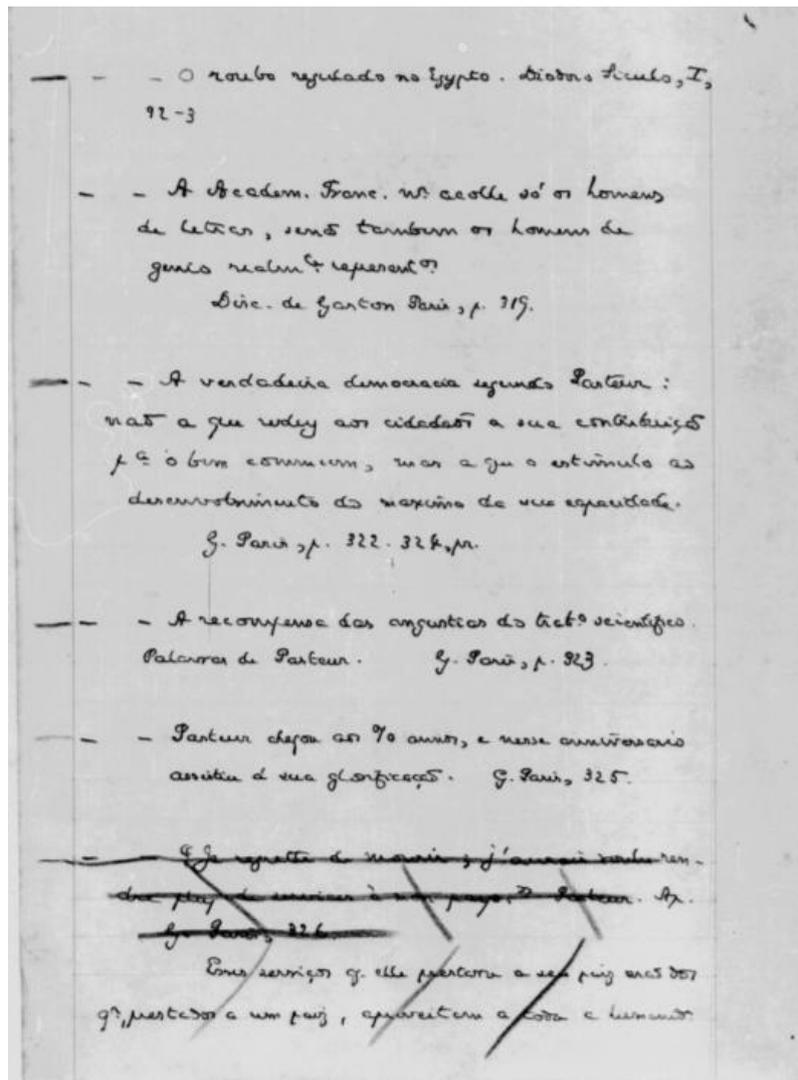


Figura 20: página 04 do caderno “notas (31) – arquivo PI 14/2”. Disponível em: <

<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&pagfis=61997> > . Acesso em 22 set. 2019

- o roubo rejeitado no Egypto. Diodoro Título I, 92-3
 - A Academia Francesa não acolhe só os homens de Letras, senão também os homens de genio realmente representativos. Discurso de Gaston Paris, p. 319
 - A verdadeira democracia segundo Pasteur não a que [incompreensível] aos cidadãos a sua contribuição para o bem comum, mas a que o estimula ao desenvolvimento do máximo de sua capacidade” Gaston, p. 322. 324, [incompreensível]
 - A recompensa das angustias do tratamento científico. Palavras de Pasteur G. Paris, p. 323
 - Pasteur chegou aos [70] anos, e nesse aniversário assistiu à sua glorificação” G. Paris, 325
 - “Je regrette de mourir, j’aurais voulu rendre plus de services à mon pays” [incompreensível] G. Paris, 326
- Esses serviços que ele prestava a seu país [são] dos que, prestados a um país, aproveitam a a cada humano.

Intitulado de “Discurso O.C” (da página 111 a 113), esse bloco de notas compreende citações que foram possivelmente mobilizadas para a produção do discurso mencionado, e todas as frases citadas foram retiradas do “Discours de réception de Gaston

Paris”¹⁶⁷, escritor e erudito francês. Esse discurso foi pronunciado em 1897 na academia francesa na posse da cadeira de Louis Pasteur após sua morte. Comumente, este gênero demanda, quando da ocupação de uma cadeira, que o empossado deva homenagear, em seu discurso, seu antecessor.

Nesse exemplo, em especial, o jurista seleciona apenas os enunciados presentes nesse discurso, optando por vezes em traduzir as frases que originalmente se encontram em língua francesa. A única frase que é mantida na língua de origem é a citação que Gaston Paris retira do próprio Louis Pasteur em sua última nota para a Academia de Ciências. Além disso, a presença de riscos e tachados nos fornecem indícios de que essas notas são um objeto de consulta frequente, ou ao menos a elas o autor se voltou em mais de uma circunstância, de modo a refletir sobre possíveis variações ou decisões já tomadas. Reformuladas, elas fornecem àquele que delas se vale recursos argumentativos para situações discursivas diárias.

Destacar para escrever: os cadernos de notas de Florestan Fernandes

A produção intelectual de Florestan Fernandes, e conseqüentemente, seus cadernos de notas, diferem-se quanto a algumas das estratégias e dos procedimentos de recolha, de conservação e de produção de textos finais mobilizados por Rui Barbosa. A produção de Fernandes, devido a sua atuação como professor de sociologia na Universidade de São Paulo e em outras universidades no exterior, demandava determinadas práticas de leitura e de escrita, como a leitura intensiva de determinados textos, em alguns momentos, e da leitura extensiva em outros, bem como a necessidade de anotar os conteúdos desenvolvidos nesses textos por meio de fichas de leitura e cadernos de notas que auxiliavam na produção de textos-fim, como artigos e livros.

O caderno de notas intitulado “Nôtas sobre aculturação” (sem data), que ao contrário do exemplo anterior, tem as anotações empreendidas agrupadas em um caderno de capa dura (e não folhas esparsas), enumerado (40 páginas) e intitulado, pelo próprio autor. Este caderno destina-se, particularmente, como sugere o título, à recolha de enunciados teóricos acerca do conceito de cultura, aculturação e transculturação. Além disso, são sempre acompanhadas das indicações bibliográficas de cada texto citado, ao início de cada tópico, bem como de indicadores de citação, como aspas e número de páginas.

¹⁶⁷ Disponível em: <http://www.academie-francaise.fr/discours-de-reception-de-gaston-paris>. Acesso em: 11 set. 2019

Esse caderno mostra que a escolha das frases, e antes dela, a escolha do que ler foi determinada pelo objetivo do texto-fim, do seu gênero e de sua circulação.

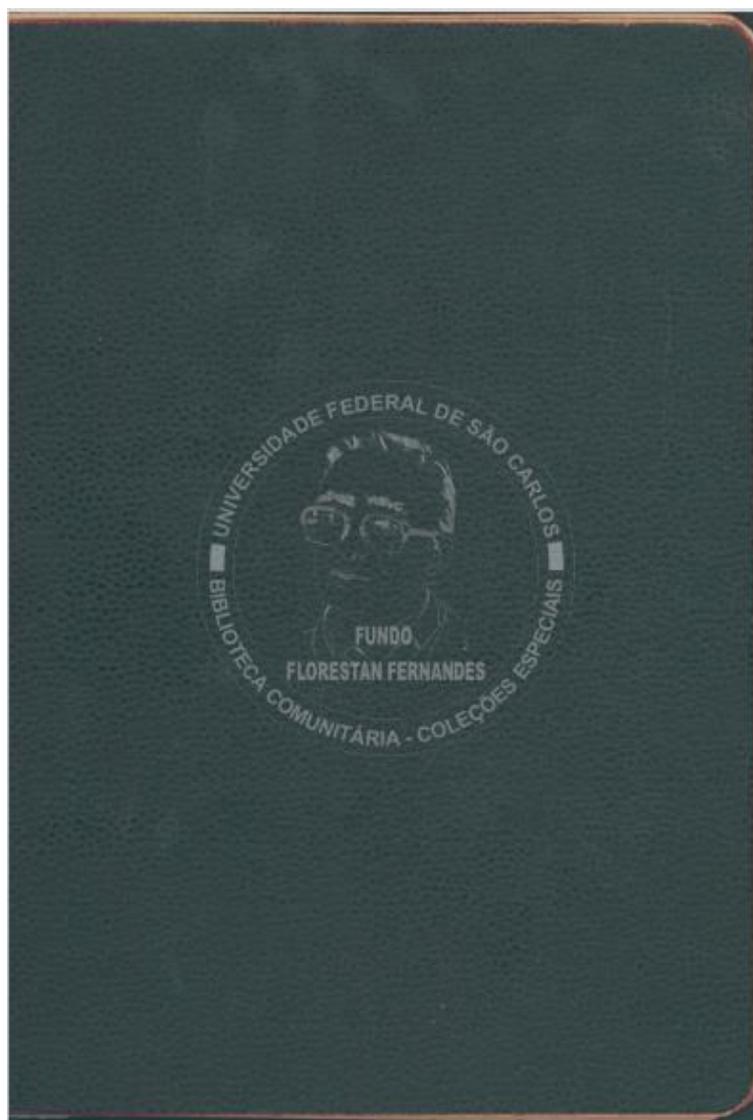


Figura 21: capa do caderno “Nôtas sobre aculturação” (marca d’água inserida pelo acervo). Consulta in-loco no FFF do DeCORE BCo-UFSCar

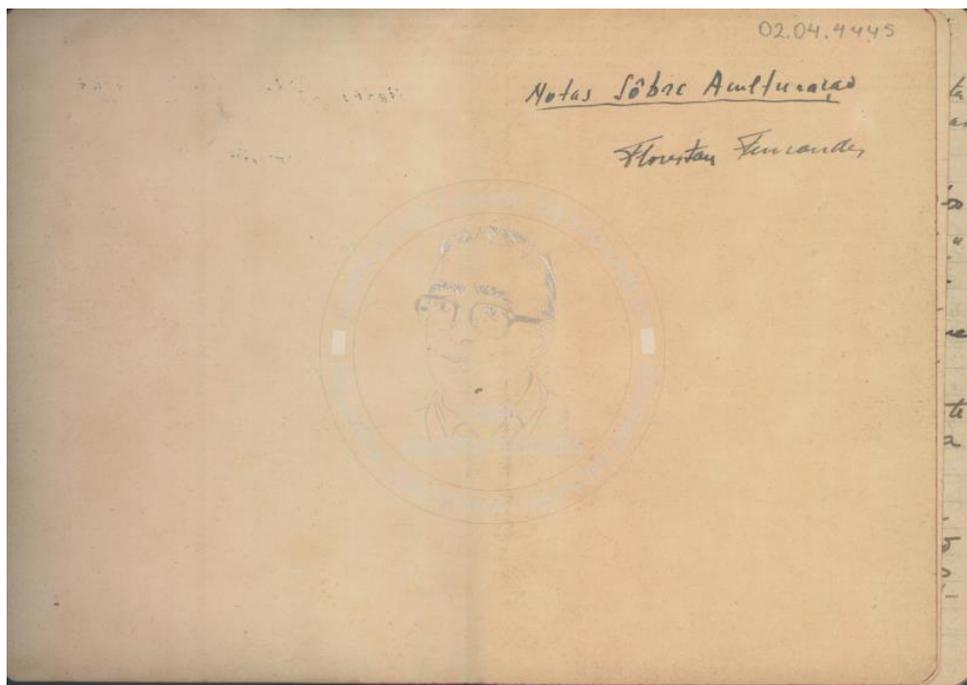


Figura 22: página de rosto assinada por Florestan Fernandes. Consulta in-loco no FFF do DeCORE BCo-UFSCar

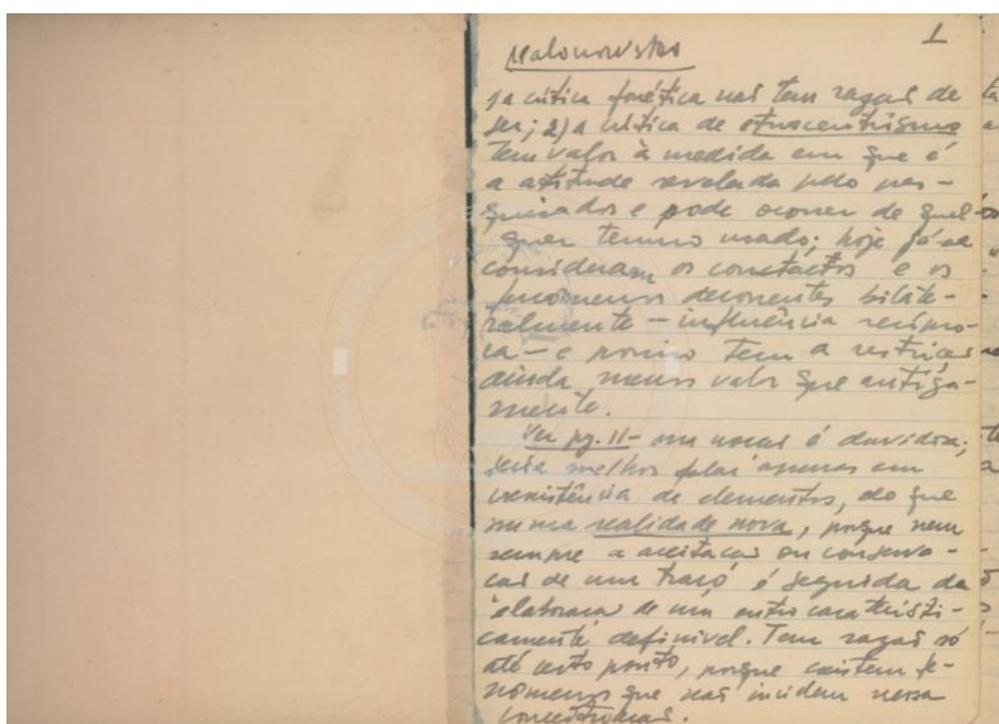


Figura 23: página 01 do caderno “Nôtas sobre aculturação”. Consulta in-loco no FFF do DeCORE BCo-UFSCar

Malinowski

- 1) a crítica fonética não tem razão de ser;
- 2) a crítica de etnocentrismo tem valor à medida em que é a atitude revelada pelo pesquisador e pode ocorrer de qualquer termo usado; hoje já se consideram os contactos e os fenômenos decorrentes bilateralmente – influência recíproca – e mais [incompreensível] tem a restrição ainda menos valor que antigamente.

Ver pg. 11 – uma noção é duvidosa; desta melhor falar apenas em coexistência de elementos, do que numa realidade nova, porque nem sempre a aceitação ou condenação de um traço é seguida da elaboração a uma outra caracteristicamente disponível. Tem razão só até certo ponto, porque coexistem fenômenos que não incidem nessa concentração.

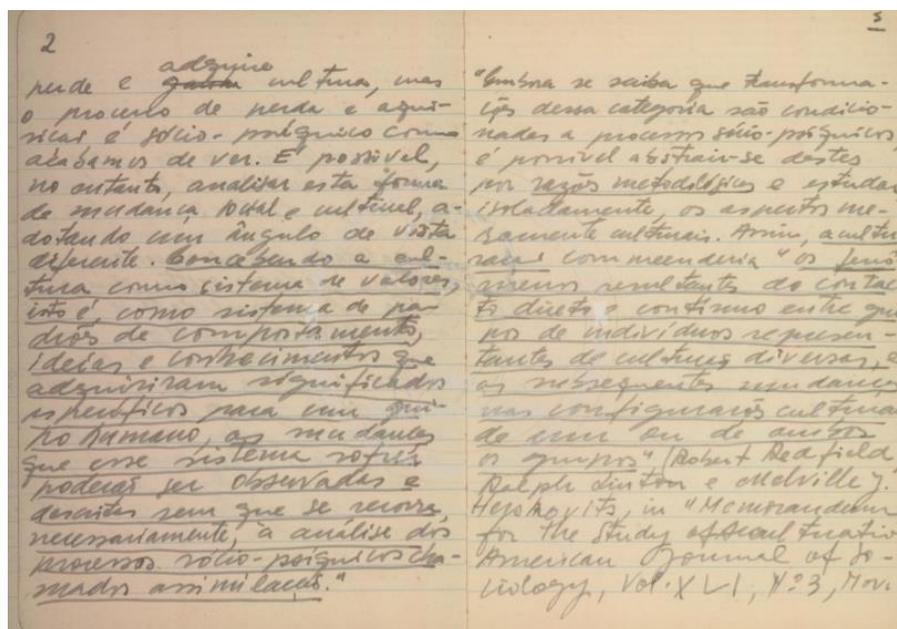


Figura 24: página 01 do caderno “Notas sobre aculturação”. Consulta in-loco no FFF do DeCORE BCo-UFSCar

perde e adquire cultura, mas o processo de perda e aquisição é sócio-psíquico como acabamos de ver. É possível, no entanto, analisar essa forma de mudança total e cultural, adotando o ângulo de vista diferente. Concebendo a cultura, como sistema de valores, isto é, como sistema de padrões de comportamento, ideais e conhecimentos que adquiriram significados [as políticas] para um grupo humano, as mudanças que esse sistema sofre poderão ser observadas e descritas sem que se recorra, necessariamente, à análise dos processos sócio-psíquicos chamados assimilação” Embora se saiba que transformações dessa categoria são condicionadas a processos sócio-psíquicos, é possível abstrair-se destes por razões metodológicas e estudar, isoladamente, os aspectos [meramente] culturais. Assim, aculturação compreenderia “os fenômenos resultantes do contacto direto e contínuo entre grupos de indivíduos representantes de culturas diversas, e as subsequentes mudanças nas configurações culturais de um ou de outros [os] grupos.” (Robert Redfield, Ralph Linton & Melville J. Herskovits, in “Memorandum for the study of acculturation”, American Journal of Sociology, Vol. XVI, nº3, [Nov] 1935 – pg 366-370 [necessidade de distinguir a difusão cultural do conceito acultura[TVO].” p. 3-5 (supressão da página 4).

O autor inicia suas notas com o resumo dos dois pontos centrais da obra de Malinowski, antropólogo polaco, apresentando algumas considerações a partir da leitura dos conceitos de “cultura” e “aculturação” presentes em suas obras. Essas notas se constroem como um texto-meio de modo a eventualmente assumirem, tal como estão enunciadas, esta mesma forma no texto final, haja vista as menções para uma consulta posterior, como a indicação de “ver pg. 11”, além das rasuras e sublinhados que podem indicar um posterior retorno a essas anotações com leituras posteriores desses comentários. É recorrente nas notas de Florestan Fernandes o emprego de citações diretas,

o que evidenciariam que essas notas tinham um objeto prévio claro de fomentar a escrita de um outro texto, apresentando quase uma versão para o texto final.

Essas notas se relacionam aos modos de ler atribuídos a um professor, intelectual e sociólogo da época, que teria sempre à mão um caderno para anotar e descrever aquilo que observa, particularmente, durante uma leitura, para dialogar e retirar os objetivos gerais e as hipóteses que são desenvolvidas pelos autores consultados, como forma de compreender o texto e de usar esse texto com finalidade específica para a produção de um outro.

Desse modo, as citações não são mobilizadas para chamar a atenção do público por meio de frases enfáticas durante um discurso oral, tal como se poderia talvez atribuir aos usos e destinações elaboradas por Rui Barbosa, mas para corroborar, validando em alguns momentos o argumento do autor, isto é, daquele que as copia, e em outros, auxiliando a refutar as hipóteses e conceitos desenvolvidos numa determinada área.

Assim, mesmo que o sociólogo Florestan Fernandes opte pelo emprego desses enunciados para a produção de conferências, enquanto professor e político, as práticas aplicadas a essas situações se diferem das mesmas que foram mobilizadas por Rui Barbosa. Mesmo que os dois ocupem o lugar de intelectuais, suas produções acadêmicas e atuações políticas se inscrevem em épocas diferentes, a de Rui Barbosa, no século XIX e a de Florestan Fernandes no início do século XX, uma vez que ser intelectual e político em cada um desses períodos ganha valorizações sociais distintas e demandam o emprego de práticas sociais e de leitura e escrita distintas. Recorrer a coleta de enunciados com essa leitura-coleta, na posição de intelectual, demanda nos diferentes períodos e áreas específicas outras finalidades.

Tanto Florestan Fernandes quanto Rui Barbosa, quando destacam citações de línguas estrangeiras recorrem à tradução em sua língua materna. No entanto, como vimos no subcapítulo anterior, em alguns momentos o jurista mantém a citação na língua de origem do texto consultado, enquanto Fernandes as traduz em quaisquer circunstâncias. Talvez, essa predileção por empreender traduções das citações se deva pelo fato de se enquadrar como *trânsfuga de classe*, para empregarmos a nomenclatura proposta por pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, que denomina como tal aqueles que por razões diversas, através de recorrente esforço e disciplina conseguem romper com o destino que lhes era previsto, isto é, enquadrar-se no destino de sua classe, modificando, desse modo, o rumo de sua educação escolar e direcionamento profissional se comparados aos demais familiares.

A consulta a obras estrangeiras é comum em ambos os autores. Rui Barbosa consulta obras em inglês e francês, e Florestan Fernandes, além dessas duas línguas, também o faz em espanhol. Além disso, o sociólogo apresenta as referências bibliográficas para consulta: nome do autor, título da obra, local de publicação do artigo, ano e páginas de modo a possibilitar a consulta, bem como a sua utilização no texto-final pautando-se num certo modo fazer acadêmico, isto é, nas práticas mobilizadas nesse meio, como a indicação das referências bibliográficas.

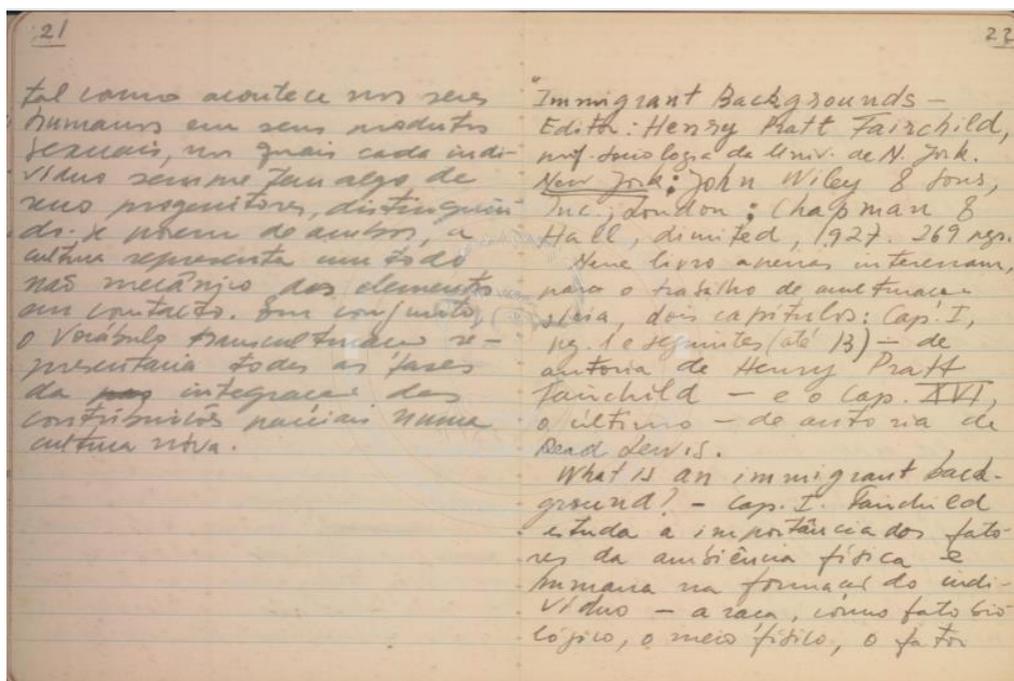


Figura 25: página 22 do caderno “Notas sobre aculturação”. Consulta in-loco no FFF do DeCORE BCo-UFGar

Página 22

“Immigrant Backgrounds – Editor: Henry Pratt Fairchild, [incompreensível] Sociologia da Univ. de N. York. New York: John Wiley & Sons, Inc.; London: Chapman & Hall, limited, 1925, 269 pgs. Nesse livro apenas interessam, para o trabalho de aculturação [incompreensível], dois capítulos: Cap I, pg. 1 e seguintes (até 13) – de autoria de Henry Pratt Fairchild – e o cap. XVI, o último de autoria de Read Lewis.

What is an immigrant background? – Cap. I Fairchild estuda a importância dos fatores da ambiência física e humana na formação do indivíduo – a raça, como fator biológico, o meio físico, o fator

[continuação da frase no início da página 23] cultura e nacionalidade. Para êle, isto é importante porque “o fator central em imigração é a transferência de um grupo social para outro” (pg. 1).

Observamos, nesses trechos dos cadernos de notas do sociólogo, um certo modo de emprego desses enunciados selecionados de diversos autores de um campo específico que corresponde a um certo modo de ler, que diz respeito às práticas de leitura e de escrita de uma certa época. Essas “regras” orientam e fomentam toda produção intelectual dos sujeitos que inscrevem na posição de professor, intelectual e sociólogo, que é regida por

uma “ordem do discurso” (Cf. FOUCAULT, 2012) que propicia a produção desse texto-meio, daquilo que o sujeito pode e deve, nesse caso, ler e escrever que culmina na produção um texto-fim, o artigo intitulado de “A aculturação dos sírios e libaneses em São Paulo” na Revista Etapas em 1956.

Cóscia (2020) assinala que são milhares de fichas manuscritas que Florestan Fernandes produziu, compondo seu acervo de produções intelectuais. Essas fichas compreendiam os fichamentos que o autor empreendia acerca das obras lidas e trabalhadas sendo todas “divididas por temas e ficha-guia em sequência numérica” (CÓSCIA, 2020, p. 349). Ressaltamos que elas eram armazenadas pelo sociólogo em gavetas em um móvel de madeira de modo que permitissem encontrá-las e consultá-las sempre que necessário (atualmente as fichas se encontram armazenadas em arquivo deslizante, conforme a figura 26). Ademais, Fernandes documentava suas leituras por meio dos cadernos/cadernetas de leitura, das fichas manuscritas, das anotações marginais nos livros de sua biblioteca e até mesmo em guardanapos de papel (Cf. CÓSCIA, 2020).



Figura 26: fichas manuscritas no arquivo deslizante. Fonte: Cóscia, 2020.

Reproduzimos a seguir uma de suas fichas manuscritas intitulada “Langlois: conhecimento na Idade Média”, compostas de 22 fichas:

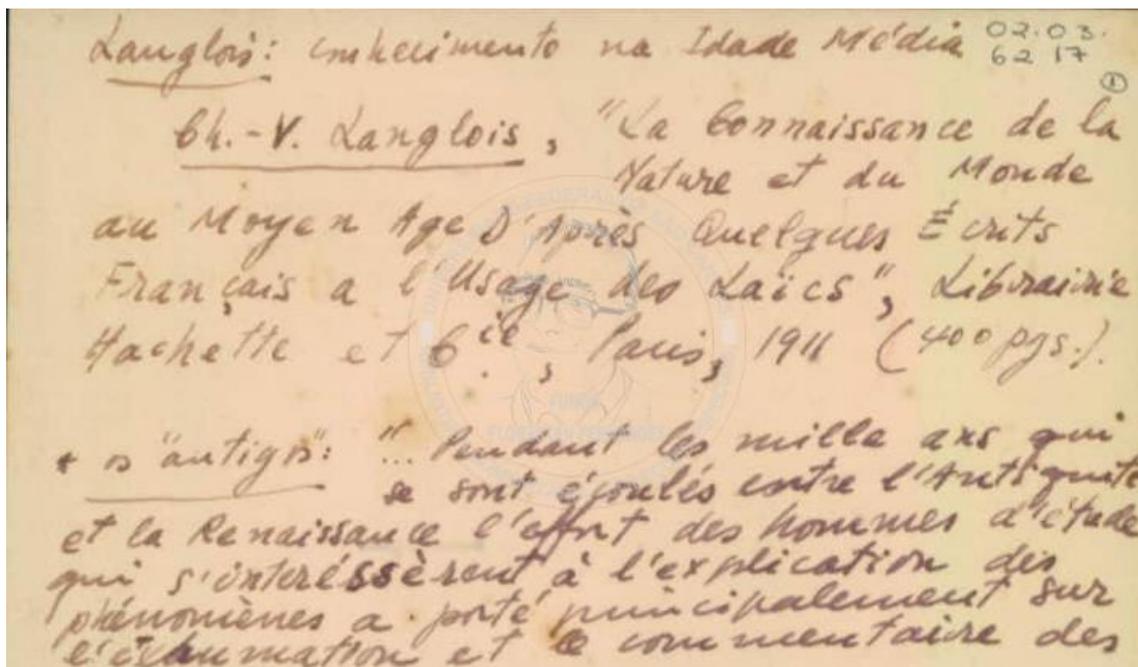


Figura 27: página inicial da ficha manuscrita sobre História da Literatura – Langlois Consulta *in-loco* no FFF do DeCORE BCo-UFSCar

Langlois: conhecimento da Idade Média

Ch. – V. Langlois: “La connaissance de la Nature et du Monde au Moyen Age D’après Quelques Écrits Français à l’Usage des Laïcs”, Librairie Hachette et C^e, Paris, 1911 (400 pgs.).

* os « antigos » : « ... Pendant les mille ans qui se sont [écoulés] contre l’Antiquité et la Renaissance l’effort des hommes d’étude qui s’intéressèrent à l’explication des phénomènes a [joint] principalement sur [incompréhensível] et commentaire des

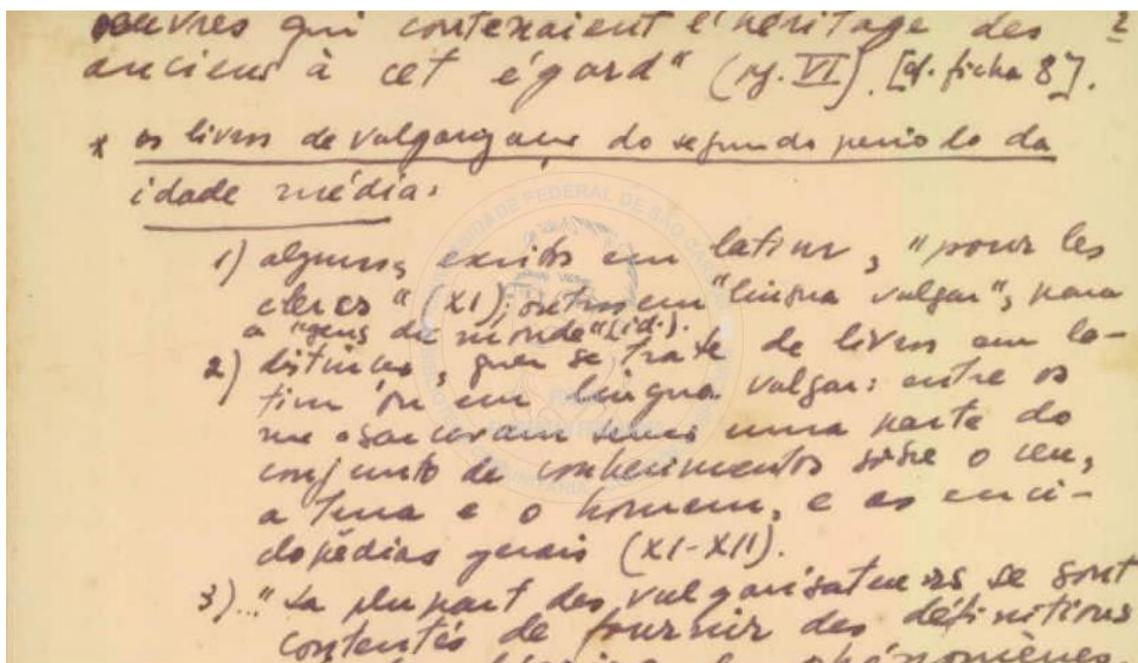


Figura 28: página 02 da ficha manuscrita sobre História da Literatura – Langlois Consulta *in-loco* no FFF do DeCORE BCo-UFSCar

Ouvres qui contenaient l'héritage des anciens à cet égard » (pg. VI) [cf. ficha 8].

* Os livros de vulgarização do segundo período da idade média:

- 1) Alguns escritos em latim, “pour les clerics” (XI); outros em “leitura vulgar” para a “gens de [incompreensível]” (id.).
- 2) Instituição, que se trate de livros em latim [para] língua vulgar: entre os [incompreensível] [incompreensível] teria uma parte do conjunto de conhecimentos sobre o céu, a terra e o homem e as enciclopédias gerais (XI-XII).
- 3) ... “la plupart des vulgarisateurs se sont contestés de pourvoir des définitions [página cortada].

Diferentemente das cadernetas, Florestan Fernandes opta nessas fichas manuscritas em trazer a citação na língua original, no caso, o texto em francês do historiador e professor de paleografia e de história da Idade Média da Sorbonne-Paris, Charles-Victor Langlois (1863-1929). Fernandes, em função de sua posição-sujeito, professor, se apropria das citações e do texto de modo a sempre sinalizar a fonte de sua leitura, ou seja, apresentado as referências bibliográficas. Estas estão na primeira página da ficha (figura 26) em que é situado qual texto será lido, selecionado e comentado pelo sociólogo, contendo informações cruciais para que se possa referenciar e encontrar a obra lida (para consulta posterior ou até mesmo para contextualizá-la no momento de aula ou produção de um artigo, livro etc.). Para tal, além das informações como o nome do autor e título da obra são apresentadas informações sobre a editora e ano de publicação, além do número de páginas. Ainda nessa primeira página é apresentado uma citação, em língua estrangeira (francês).

Como mencionamos anteriormente, Fernandes optava por traduzir todas as citações em seus textos, no entanto, acreditamos que por se tratar de uma ficha, ou melhor, de um fichamento do texto lido que poderia ser empregado para a citação em textos-fins (artigos, livros e aulas), há a opção por manter na língua original da leitura. Essa estratégia também poderia levar em consideração a utilização frequente no meio acadêmico da citação enquanto argumento de autoridade que visa alicerçar, dar suporte ao ponto de vista apresentado. Na página subsequente da ficha são apresentados três pontos de comentários de Fernandes empreendidos em língua materna acerca da citação apresentada anteriormente. O autor comenta e assinala os conceitos cruciais para o entendimento da nossa apresentada por Langlois. Por vezes, Fernandes recorre ao emprego de novas citações na língua original do texto, entretanto, ao longo de suas fichas são realizados diversos comentários e notas que refletem tanto sobre a própria citação em si quanto da relação com outros conceitos e textos lidos.

Florestan Fernandes Júnior, filho de Florestan Fernandes, no VI Seminário de Política de Informação e Memória e Centenário de Florestan Fernandes realizado de forma virtual em outubro de 2020, na mesa de encerramento “A relevância do acervo de Florestan Fernandes para a UFSCar”¹⁶⁸ da comemoração dos 50 anos da Universidade Federal de São Carlos e do centenário de Florestan Fernandes narra a relação de seu pai com a leitura e os livros, bem como com a apropriação que fazia deles. Descreve o quanto a leitura era uma constante na vida do sociólogo mesmo enquanto criança (apesar de ter largado a escola, para auxiliar sua mãe na sobrevivência da família). Na adolescência, enquanto trabalhava em um bar/restaurante, no centro de São Paulo capital, frequentado por intelectuais e jornalistas da época, em que nas pausas iam “para trás do balcão ler os livros e romances que gostava” de modo a despertar o interesse do grupo de intelectuais que ali frequentavam sobre as leituras que empreendia. Júnior ressalta que esse grupo pontua a qualidade da escolha dos livros que eram selecionados por Florestan Fernandes de modo que um deles encontra um emprego “melhor” como vendedor de produtos químicos e farmacêuticos, incentivado Fernandes a retornar aos estudos.

Após finalizar seus estudos no ciclo básico, Fernandes inicia seus estudos no ensino superior no recém curso de Ciências Sociais que como pontua Júnior, muitos dos professores do curso eram oriundos e trazidos de outros países, particularmente europeu, como a França e não falavam português. Ademais, Júnior assevera em sua fala que era um curso novo à época, criado de modo a propiciar que os filhos da elite paulistana pudessem continuar no Brasil empreendendo seus estudos já que era comum a ida a outros países, por parte da elite, para a realização dos estudos de nível superior. Assim, Florestan Fernandes que foi assistente do professor Roger Bastide – com quem teve diversas publicações – precisou travar contato com as diferentes línguas que eram constantes em sua graduação. É por essa razão que seu filho sinaliza a possibilidade de se encontrar diversas obras de outras línguas na biblioteca particular de seu pai (alemão, espanhol, inglês e francês) em que eram empreendidos comentários, isto é, notas nas margens dos livros. Esse contato com obras em outras línguas e seu esforço recorrente para compreendê-las possibilitam compreender essa certa predileção que o sociólogo possuía em traduzir as citações selecionadas (e sua manutenção em língua original apenas em casos específicos).

¹⁶⁸ É possível assistir à mesa 03 pelo link: < <https://www.youtube.com/watch?v=MTXitSaS2CQ> >.

Figura 29: página 11 da ficha manuscrita sobre História da Literatura – Langlois Consulta *in-loco* no FFF do DeCORE BCo-UFSCar

Diferentemente de suas cadernetas, as fichas manuscritas de Fernandes são “menos” organizadas e sistematizadas, repletas de retornos constantes que se aproximam de um fluxo de pensamento de sociólogo, uma escrita preliminar após a leitura ou em concomitância com a leitura do texto selecionado. Podemos ainda comparar com as fichas manuscritas de Rui Barbosa, (menos numerosas que as de Fernandes) em que, como vimos (figura 13), são sistematizadas e aparentam ser apenas um roteiro para consulta de pontos específicos dos textos lidos.

Além das cadernetas e das fichas manuscritas é possível encontrar no acervo de Florestan Fernandes um caderno de observação, intitulado “Caderno III”, composto de 186 páginas, que apresenta notas/comentários sobre os sírio-libaneses e a cidade de São Carlos dos Pinhais. Para Cósia (2020) esses materiais manuscritos compostos pelos cadernos e as fichas manuscritas relevam a gênese intelectual de Fernandes.

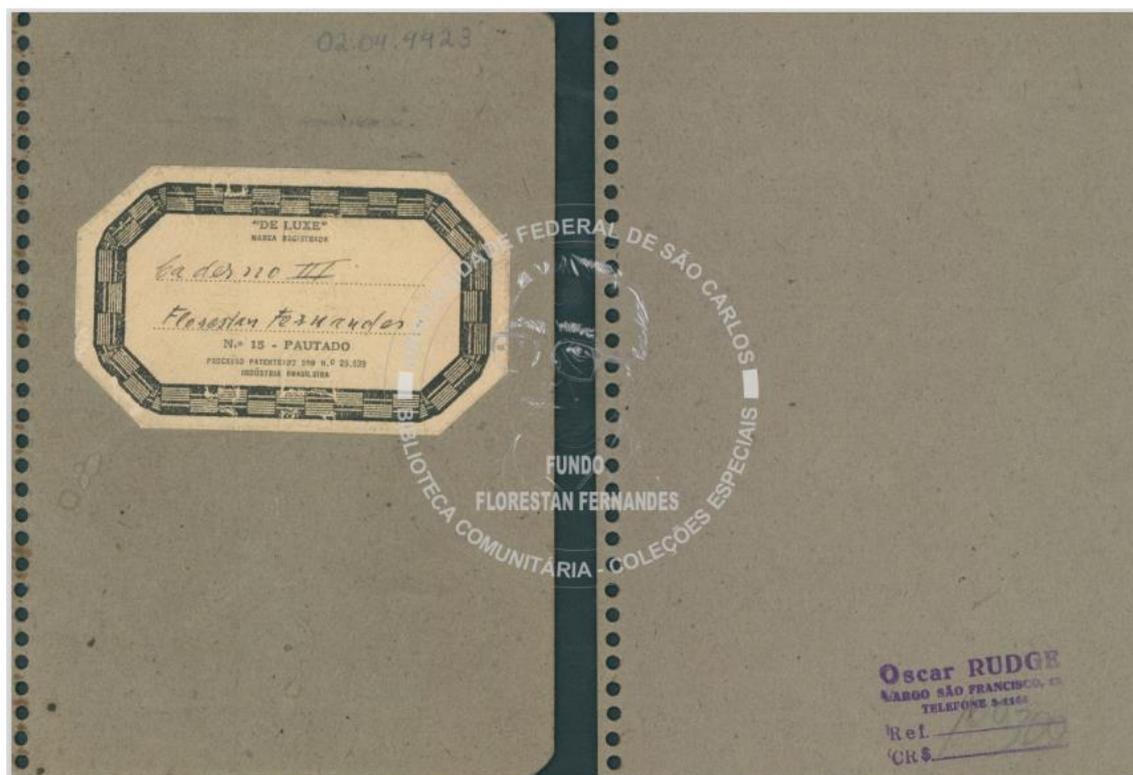


Figura 30: capa do “Caderno III”. Consulta *in-loco* no FFF do DeCORE BCo-UFSCar

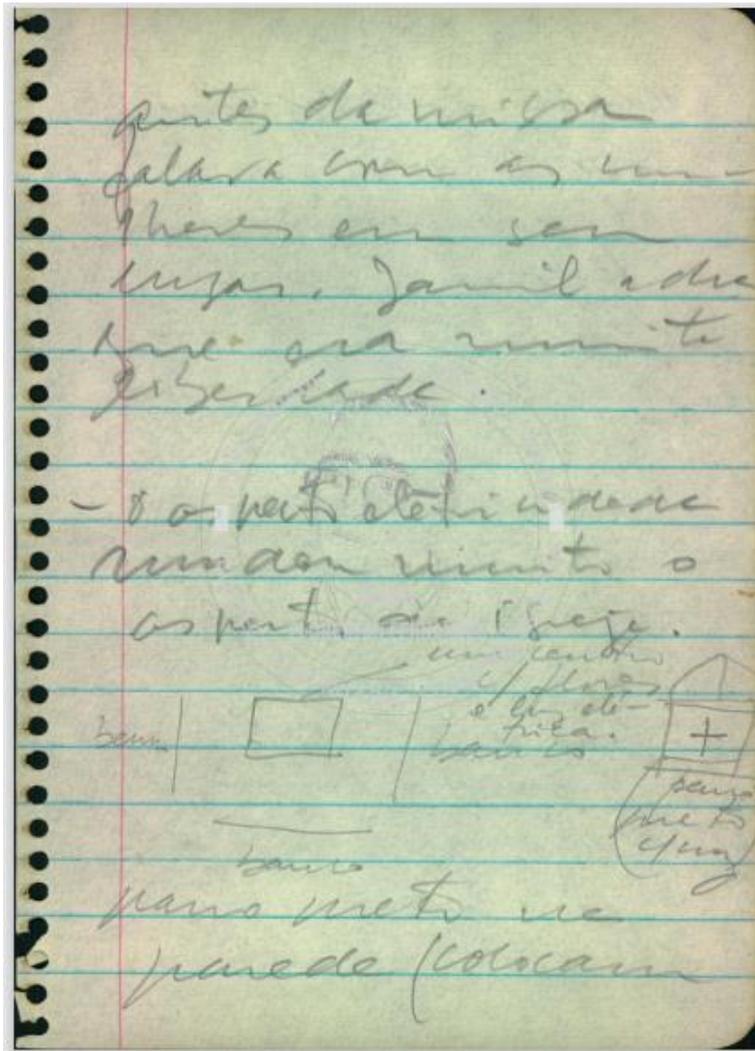


Figura 31: página 06 do “Caderno III”. Consulta *in-loco* no FFF do DeCORE BCo-UFSCar

Neste caderno, o sociólogo empreende suas notas de campo da pesquisa sobre “Sírios e Libaneses”, apresentando diálogos com seus “informantes”, isto é, com pessoas de origem síria e/ou libanesa que migrou para o Brasil, de modo a documentar suas atividades profissionais, culturais e sociais. O sociólogo o faz por meio de “citações” das falas desses personagens e através de desenhos e esquemas que representam as atividades que empreendiam. É necessário ressaltar que a caligrafia de Fernandes varia muito ao longo das páginas o que pode sinalizar, nos momentos de descrição dos diálogos, a rapidez com que deveria reproduzir e nos momentos em que a caligrafia é mais “trabalhada” e se aproxima daquela de suas cadernetas de um momento de reflexão, posterior ao momento de observação. Tanto o “Caderno III” quanto o caderno “Nôtas sobre aculturação”, compreendidos como textos-intermediários, propiciam a produção de texto-fins como mencionamos anteriormente, tal como artigos sobre a tema da aculturação dos sírios e libaneses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da frequência com que somos expostos, na atualidade, a frases de efeito, que circulam em repositórios, recebidas por fontes diversas de via virtuais, como as redes sociais, por exemplo, e o volume importante de circulação desses enunciados breves, concisos, em geral do campo literário, filosófico ou religiosos, conhecidos sob diversas nomenclaturas (adágios, aforismos, entre outros), somos levados a considerar como algo próprio da cultura escrita do presente, fomentado e oriundo das tecnologias digitais de informações.

Foi da inquietação diante desse gesto um tanto espontâneo, proliferador, sem método de apropriação de frases, de fragmentos, representativos de uma leitura sintomal de um tempo aos pedaços, de uma cultura acessada em migalhas, de uma navegação sem bússola e destino certo pelo mar de citações *prêt a porter*, onde o acaso parece ser o senhor dos usos, que decidimos nos estender um pouco mais nos estudos dessa prática de leitura e de escrita caracterizada pela coleta de frases.

Foi desse nosso interesse pela leitura como gesto em busca do fragmento, e da escrita como apoteose da citação-homenagem e da citação-etiqueta, que pululavam nas redes sociais, que buscamos nesta tese remontar no tempo e a suas eventuais heranças, de ouvir nessa cacofonia de frases soltas do presente o eco de uma prática de leitura e de escrita mais duradoura, que ainda perdurava, talvez deformada como se estivesse sob um pincel cubista. Buscando a história da “arte do fragmento” de que nós somos hoje herdeiros, passeamos em saltos por alguns tempos e sociedades, em que a leitura-seleção e a escrita-coleção gozaram ora de prestígio, ora de rebaixamento, sendo em um tempo ensinadas em detalhe, em outro realizadas de forma espontânea, ao acaso, de forma assistemática, sem método.

Nesse retorno, não trabalhamos com equivalentes dessas frases e de seus usos relativamente “populares” da atualidade. Nos valem, antes, de uma fonte em um tempo e campo específicos, que guardariam frágeis similaridades com o material que analisamos no mestrado. Nos cadernos de notas de intelectuais brasileiros do século XIX e XX, reencontramos o recorte, a coleção, mas segundo uma sistemática, um estilo, uma legitimidade muito distintas do primeiro material que manipulamos como objeto de pesquisa.

Neste nosso estudo histórico e discursivo dessa técnica de construção dos cadernos de notas, buscando as prováveis continuidades e descontinuidades nas práticas

de leitura e de escrita empregadas na construção desses objetos, nos deparamos nesses cadernos de notas com representações comuns, e talvez generalizáveis, de como liam os intelectuais de uma determinada época e sociedade, que tinham podido ter acesso a uma formação institucional tradicional nesse período, e a um acesso ao aprendizado ainda corrente de uma técnica de leitura e de escrita ainda herdeira dos princípios retóricos fundantes de formas de ler e escrever em acordo com práticas eruditas de apropriação e produção de textos.

Uma das primeiras impressões que tivemos, ao manusearmos esses objetos, que acessamos virtualmente, em acervos digitais, mas cuja origem material são fichas, folhas e cadernos que “existem”, que “resistem” ao tempo, que foram conservados graças a essa sua existência peculiar, e também em função de razões históricas e culturais responsáveis pela própria concepção do que deve ser um acervo de um intelectual da contemporaneidade, assim como do que é ser um intelectual e autor na contemporaneidade, é o caráter paradoxal dessa dupla existência no mundo da cultura escrita antes e depois da digitalização dos textos.

Um dos paradoxos que as novas tecnologias digitais de formulação e circulação dos textos nos apresenta, quanto às formas de escrita e de leitura dos textos da atualidade, é exatamente o da possibilidade de ampliação da produção de textos, de sua circulação, da visibilidade que as práticas de leitura dos leitores comuns adquire, mas também o risco da perda pela dispersão exponencial desses escritos, como também pela perda material dessas produções primárias, intermediárias que constituiriam os futuros acervos literários dos futuros autores.

Dado o apagamento de parte do processo de produção dos textos, próprio da escrita ao computador, que corrige e apaga partes do que se escreveu sem que para isso deixe registro material e acessível imediato, parte importante dos procedimentos de análise da crítica genética de uma obra podem tornar-se intangíveis. Ainda que se possa analisar, por meio de aplicativos, o histórico de versões de um texto, e recuperar os processos de sua escrita, estaremos sempre diante de textos produzidos e recebidos pela mediação de telas.

Parte significativa do trabalho de análise e de nossa formação como pesquisadores, nessa etapa de nosso doutorado, se encontra na possibilidade e na chance que tivemos de cotejar essas existências, processos de formação, usos dos textos sob essas duas formas materiais, das folhas e cadernos manuscritos às páginas digitalizadas dos acervos. Não pudemos, em nenhum dos casos, tano em relação ao Acervo de Rui Barbosa,

quanto ao de Florestan Fernandes, manipular os originais, sentir o cheiro do tempo no papel. Isso nos veio sob a forma de uma memória sinestésica, em que o amarelado das folhas, o desgaste dos cantos do papel, nas cópias digitais visíveis pelo computador, nos lembravam desse cheiro e do seu toque. Foi com a reverência que a coisa antiga nos impõe, que olhei para as imagens de nosso *corpus* na tela. Foi com essa mesma impressão que descobrimos, ao longo da leitura de vários autores, alguns filósofos, outros historiadores, outros bibliógrafos, outros ainda analistas do discurso, que nos convidaram a entrar na máquina do tempo de seus livros e textos, a história dessa prática de leitura e escrita que da Antiguidade Clássica, ao longo da Idade Média, vive seus dias de glória no Renascimento, resiste longos séculos depois nos usos individuais e peculiares de leitores os mais diversos, com diferentes finalidades, dos dois lados do oceano.

Nos cadernos de notas de Rui Barbosa e Florestan Fernandes estávamos diante dessa longa história das formas de apropriação-homenagem de textos outros, do diálogo e do zelo com o dizer outro, homenageado mesmo em sua crítica, conservado em outras páginas e textos que não aquelas de sua origem. Esse diálogo, em fragmentos nesses cadernos, ganharia seus acabamentos e sua sobrevida nos textos produzidos por esses intelectuais. Nosso objetivo não foi o de recuperar esses usos finais, o que ainda pode vir a ser motivo de nossas pesquisas futuras. Nosso objetivo era o de observar as representações de seus gestos de leitura e de escrita indicadas nesses textos intermediários, que atestam por sua existência o que leram esses intelectuais, que textos lhes chegaram às mãos e o que neles lhes chamou a atenção, ora na gratuidade de encontros ao acaso, ora na busca sistemática de leituras orientadas pelo gesto rigoroso da pesquisa. Eles também atestam gestos de escrita cujas frases por vezes podem ter sido ouvidas, vistas, lembradas ao acaso, pelos traços apressados e quase negligentes de algumas notas, e que poderiam alimentar discursos eruditos, cuidadosa e previamente ‘improvisados’; ou então aqueles gestos cuidadosos, minuciosos até na caligrafia, precisos nas referências a sua origem, de modo a alimentar uma escrita última em conformidade com o protocolo e exigências acadêmicas de escritos com finalidade científica.

A aproximação desses gestos de leitura e de escrita que parecem ter se valido de uma mesma estratégia, remanente no tempo, por parte desses dois autores, e conseqüentemente a sua comparação, foi guiada inicialmente pela busca, de nossa parte, de algumas semelhanças quanto a seu perfil, pelas funções públicas que assumiram ao longo de sua carreira política e intelectual. A leitura e a escrita foram formas de

intervenção política e social decisivas em suas vidas. Além disso, eles talvez sejam representantes de um tempo e de uma prática de ensino em que formalmente essa técnica, em seu processo como um todo, lhes tenha sido provavelmente ensinada em contexto escolar ou buscada por eles na complementação de sua formação. Contudo, mesmo apresentando essas possíveis semelhanças e ocupando a posição de intelectuais, o período em que viveram e em que realizaram suas produções, ou seja, o fato de terem sido tanto intelectuais quanto figuras políticas de renome talvez não expliquem exclusivamente as idiossincrasias do modo como se valeram desse princípio geral de leitura e de escrita desses cadernos de notas.

Seus textos-meios que compõem os cadernos de notas desses autores, são assim produto, em suas variações, dos objetivos que orientam a recolha de enunciados de acordo com os textos-fins que irão produzir, daquilo que diz respeito às posições sujeitos que ocuparam e ao período em que viveram e empreenderam sua produção acadêmica.

Rui Barbosa, por sua história e origem, é recorrentemente reiterado pelos seus estudiosos a memória prodigiosa que tinha e o quanto era orgulhoso dela. Por essa razão, conheci sua biblioteca de cor, o que talvez justifique a pouca quantidade de notas, se comparadas com o volume daqueles realizadas por Florestan Fernandes. Essas notas escassas, próximas de uma “lista de checagem” de referências pode ser um indício tanto de sua prática quanto em função da representação que ele gostaria de manter a seu respeito como alguém que não precisava de materiais auxiliares de sua memória. Mesmo que tenha empregado, de certo modo e herdado uma memória das técnicas de recolha de enunciados e anotações, o período de suas produções, meados do século XVIII, é posterior ao declínio e um certo desprestígio que essa prática de coleta de enunciados para finalidades retóricas sofreu.

Florestan Fernandes, em função e sua origem, teve sempre de provar sua capacidade, seu rigor quanto aquilo que enuncia e isso se realiza sob o esforço constante na sua relação meticulosa com os livros. Em diversas entrevistas¹⁶⁹, seu filho Florestan Fernandes Júnior, jornalista, reitera o quanto seu pai era conhecido por um exímio leitor que constantemente fazia notas nas margens dos livros de modo que sua biblioteca pessoal possuía exemplares únicos que poderiam ser considerados “novas” obras, e além disso,

¹⁶⁹ A esse respeito conferir a mesa 3 “A relevância do acervo de Florestan Fernandes” do V Seminário de Política de Informação e Memória: 50 anos da UFSCar e Centenário de Florestan Fernandes, realizado de 29 a 30 de outubro, na Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=MTXitSaS2CQ> >.

forneciam “em seu exemplar um registro único do próprio desenvolvimento intelectual e dos círculos literários [no caso de Fernandes, acrescenta-se os círculos sociológicos] que frequentava” (GRAFTON, 1999, p. 37). Desse modo, Florestan Fernandes em suas notas, se aproxima dos leitores humanistas “acadêmicos [que] escreveram nas margens de textos que não haviam copiado [...] e anotavam sistematicamente as variantes que haviam encontrado em outras versões dos textos” (GRAFTON, 1997, p. 36). Além disso, em suas anotações, em fichas e nesses cadernos para cuja análise nos concentramos em algumas de suas páginas, se encontram suas notas de leitura, que trazem tanto o resultado do que leu, mas também indiciam o processo de que fazem parte, de que são parte intermediária. Nelas se indicia uma dimensão fundamental de sua atuação intelectual, do modo como exercia o seu “ofício” como sociólogo, para o qual a leitura de obras, a seleção de fragmentos, sua organização para posterior consulta, correspondem à “forma artesanal”, e ao mesmo tempo, “imaginativa”¹⁷⁰ de seu trabalho minucioso, até obsessivo, do fichamento sistemático de suas leituras ou anotações de observações cotidianas. Seu interesse e dedicação nessas notas revelam uma necessidade de catalogar suas leituras, de estabelecer um método para sua apropriação e consulta posterior, para que ela não resulte meramente em acúmulo desordenado e em desperdício de esforço. Sua organização visa evitar uma consulta aos moldes de garimpo, que além de expertise exigiria uma dose de sorte para identificação daquilo a que retorna.

Nossas análises desses registros, e o que eles indiciam dessa técnica tradicional, de longa duração, de leitura e de escrita de textos, em suas regularidades como também em suas apropriações variadas, são de fato uma aproximação tímida, lacunar e panorâmica do que há de “processo” nesses registros, relativo ao modo de ler e de coletar, de anotar e classificar próprios dos usos eruditos com finalidades intelectuais, mas também das urgências, das necessidades, dos encontros fortuitos, das apropriações das mais sistemáticas àquelas mais ao acaso, algumas prontamente acolhidas nos textos orais ou escritos desses intelectuais e políticos, outras sempre à espera de seu reencontro.

Analisar esse material nos colocou diante de um embate de representações: 1) aquelas dos próprios intelectuais, produzindo registros para seu uso presente, mas também para sua posteridade, tal como a cultura de seu tempo lhes propôs, diante das formas contemporâneas de existência e de reconhecimento próprios do exercício da “função autor”; 2) aquelas de nós pesquisadores diante desses cadernos folheados como

¹⁷⁰ Conforme nomeou Costa, em seu artigo “A sociologia como artesanato intelectual” (2015 *apud* Cepêda & Manzucco 2015).

“documentos” que são, e selecionados e analisados como “monumentos”, sempre selecionados e parciais, idealizados a partir de nosso objetivo e no ir e vir de nossas dúvidas, hipóteses sempre provisórias, impressões e desejos do que neles podíamos encontrar. São sobre essas representações, isto é, sobre sua análise conjunta que nos dedicaremos nossas pesquisas futuras, de maneira a aprofundar o rico acervo dos intelectuais estudados, acrescentando outros que se valeram de técnicas e práticas semelhantes e distintas da coleta de enunciados e da produção de cadernos de notas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLAN, D. **Commonplace Books and Reading in Georgian England**. Cambridge University Press, 2010.

ABREU, M. **Diferentes formas de ler**. 2001. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Marcia/marcia.htm>>. Acesso em: 09 ago. 2013.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Rio de Janeiro: Edições Ediouro; Tecnoprint S. A., 1979, (Coleção clássicos de ouro)

BARZOTTO, V. **Leitura de revistas periódicas: forma, texto e discurso; um estudo sobre a revista Realidade (1966-1976)**. [tese doutorado]. Campinas: UNICAMP, IEL. 1998.

BLAIR, A. **The Theater of Nature: Jean Bodin and Renaissance Science**. Princeton: Princeton University. Press, 1997

_____. **Bibliotecas portáteis: as coletâneas de lugares-comuns na Renascença tardia**. In.: JACOB, C.; BARATIN, M. (org.) **O Poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **Os Herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: EdUFSC, 2014.

BRAIDA, Lodovica. **Les almanachs italiens: évolution et stéréotypes d'un genre (XVI-XVII siècles)**. In CHARTIER, Roger; LÜSEBRINK, Hans-Jürgen (orgs.). **Colportage et lecture populaire: imprimés de large circulation en Europe XVI-XIX siècles**. Paris: IMEC Édition, 1996, p. 183-208.

BURKER, P. **Lugares-comuns**. In.: **Uma história social do conhecimento de Gutenberg a Diderot**; Tradução Plínio Dentzi. Rio de Janeiro: Editora Zahar, edição digital: junho 2012

CARDOSO, M. L. **Em memória de Florestan Fernandes**. **Estud. av.**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 7-10, Dec. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: ago. 2019

CEPÊDA, V. & MAZUCATO, T. **Florestan Fernandes, 20 anos depois – um exercício de memória**. São Carlos: Ideias Intelectuais e Instituições: UFSCar, 2015.

CERQUEIRA, L. **Florestan Fernandes: vida e obra**. 1ed, São Paulo: Expressão Popular, 2004

_____. **O que é a História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CHARTIER, R. **A mão do autor e a mente do editor**. Tradução George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014a.

_____. **Defesa e ilustração da noção de Representação.** Colloque franco-allemand Représentation/Darstellung, Institut Historique Allemand, Paris, maio 2010. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/1598/955>>. Acesso em: 20 jan. 2014b.

_____. Aula inaugural do Collège de France. In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.) **A força das representações: história e ficção.** Chapecó: Editora Argos, 2011a.

_____. Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas. In: ROCHA, J. C. de C. (Org.). Roger Chartier – **A força das representações: história e ficção.** Chapecó: Argos, 2011b, p. 21-54.

CHARTIER, Roger. Discursos eruditos e práticas populares. In: A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 45-52.

_____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, L. **A nova história cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. O mundo como representação. In: CHARTIER, R. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002a.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações.** Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Editora Difel, 2002b.

_____. **Os desafios da escrita.** São Paulo: Editora da Unesp, 2002c.

_____. **Cultura Escrita, Literatura e História.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

_____. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, vol. 8, n.16, 1995, p. 179-180.

CHIARI, G.; SARGENTINI, V. Mentirosos, corruptos e comunistas! As Fake News e o politicamente incorreto. In: **Discurso & Sociedad.** Vol. 13, n. 3, Barcelona, 2019. (p.468-494). ISSN 449-467. Disponível em: <http://www.dissoc.org/ediciones/v13n03/DS13%283%29OliveiraSargentini&Chiari.pdf>

CÓSCIA, V. L. Biblioteca, museu e arquivo Florestan Fernandes: a gênese intelectual de um sociólogo. In.: **Estudos de Sociologia**, Recife, 2020, Vol. 2, n. 26. Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/viewFile/249348/37617> > Acesso em: dez. 2020

COSTA, C. J. Educação jesuítica no império português do século XVI: o colégio e o Ratio Studiorum. In.: PAIVA, J. M.; BITTAR, M.; ASSUNÇÃO, P. (org.). **Educação, História e Cultura no Brasil Colônia.** São Paulo: Arké, 2007.

CURCINO, L. ‘Lives’ e Livros: Versículos e verdade na eleição presidencial brasileira. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V. PIOVEZANI, C. **Discurso e (pós)verdade.** 2020. (no prelo).

_____. Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará: Livros na eleição presidencial de Bolsonaro. In: **Discurso & Sociedad**. Vol. 13, n. 3, Barcelona, 2019. (p.468-494). ISSN 1887-4606. Disponível em: <http://www.dissoc.org/ediciones/v13n03/DS13%283%29Curcino.pdf>

_____. Divisões e representações sociais de leitores no Brasil: Uma análise de discursos da mídia sobre as práticas de leitura de políticos brasileiros [Relatório Científico de Pós-doutorado 2016-2018 UNICAMP- Campinas / UVSQY-Versailles-França]. *mimeo*, 2018.

_____. Suporte e sentido: questões de leitura e análise do discurso. In: Gregolin, M.R.V.; Kogawa, J. M. (orgs.) *Análise do discurso e semiologia: problematizações contemporâneas*. Araraquara: Laboratório Editorial / São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 189-205.

_____. Os sentidos do olhar: o leitor e a escrita da mídia nas sociedades democráticas. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (orgs.). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos: Claraluz, 2011a. p. 183-193.

_____. Princípios de não homologia entre o verbo e a imagem: breve análise de uma estratégia de escrita da mídia. In: **Estudos Linguísticos**, São Paulo, n. 40, vol. 3. set-dez 2011b. p. 1398-1407.

_____. Enunciado e sujeito em Michel Foucault. **I Ciclo de Estudos do Discurso: repensando conceitos e objetos na obra de Michel Foucault**. Goiânia, 2010a.

_____. Mutações do suporte e dos gêneros discursivos: indícios de mudanças da leitura e dos leitores? In: AGUIAR, V.T; CECCANTINI, J. L. (orgs.) **Teclas e dígitos :leitura, literatura & mercado**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010b. p. 13 – 23.

_____. Práticas de leitura contemporâneas: representações discursivas do leitor inscritas na revista VEJA. 2006 337p. **Tese** (Doutorado), FCLAR -Unesp, Araraquara São Paulo, 2006.

CURTIUS, E. R. Sentenças e Exempla In.: **Literatura Europeia e Idade Média Latina**; Tradução Teodoro Cabral (com colaboração de Paulo Rónai). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013

DARNTON, R. Os mistérios da leitura. In: **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DE SENNA, M. A retórica das citações: Machado de Assis e Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002? Disponível em: < http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB_MartaSenna_Retorica_citacoes_MachadoAssis_RuiBarbosa.pdf > Acesso em: set 2020.

FABRE, Daniel (org.) **Écritures ordinaires**, Éditions P.O.L / Centre Georges-Pompidou, Paris, 1993.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**; tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. 1926-1984. A escrita de si. In.: **O que é um autor?** Tradução Antonio Fernando Cascais. 1992.

FERNANDES, H. Florestan Fernandes, um sociólogo socialista. **Revista Florestan** – Graduação em Ciências Sociais da UFSCar, v. 01, n. 01, 2014.

GRAFTON, Anthony. O leitor humanista. In: CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger (orgs.). **História da leitura no mundo ocidental 1**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto, Guacira Marcondes Machado e José Antônio de Macedo Soares. São Paulo: Editora Ática, 1999.

GOYET, F. **Le sublime du lieu commun**. Paris: Honoré Champion, 1996.

GUERINI, A. **Gênero e tradução no Zibaldone de Leopardi**. São Paulo: EdUSP, 2007.

HANSEN, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HAMESSE, Jacqueline. O modelo escolástico da leitura. In: CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger (orgs.). **História da leitura no mundo ocidental 1**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto, Guacira Marcondes Machado e José Antônio de Macedo Soares. São Paulo: Editora Ática, 2002

HEBRARD, J. Pode-se fazer uma história das práticas de leitura na Época Moderna? Os novos leitores revisitados. 2004 Disponível em <http://www.livrohistoriaeditorial.pro.br/pdf/Herbrad4.pdf>

LACOMBRE, A. J. **À sombra de Rui Barbosa**. São Paulo/Brasília, Cia. Ed. Nacional/INL, 1978.

LEONEL, F. **O método pedagógico dos jesuítas**: o ‘ratio studiorum’. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

LYON-CAEN, J.; RIBARD, D. L’historien et la littérature. Éditions La Découverte, Paris, 2010

LYON-CAEN, J. Histoire littéraire et Histoire de la littérature. In.:Revue d’histoire littéraire de la France, 2003/3 (vol. 103). Disponível em: < <http://www.cairn.info/revue-d-histoirelitteraire-de-la-france-2003-3-page-613.html> >. Acesso em: 20 de oct. 2017

LYONS, M. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. (orgs.) [1997]. História da Leitura no Mundo Ocidental 2. Trad. São Paulo: Editora Ática, (p. 165-202), 1999.

MAINGUENEAU, D. A fala sentenciosa. In.: Frases sem texto; tradução Sírio Possenti [et al.] São Paulo: Parábola Editorial, 2014

_____. Web e aforização: o caso do facebook. In: MOMESSO, M. R. et al.; ZILBERMAN, R. et al. (Orgs.). Das práticas do ler e escrever: ao universo das linguagens, códigos e tecnologias. Porto Alegre: CirKula, 2014b.

MARTINS, J. S. A morte de Florestan e a morte da memória. *Estud. av.* [online]. 1996, vol.10, n.26 [cited 2019-09-22], pp.34-41. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100007&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141996000100007>. Acesso em: ago. 2019

MEDEIROS, R. R. A. de. Representações do ensino da leitura: as aulas de português na escola Secundária brasileira (séculos XIX e XX) 2019. 237 f. Tese (doutorado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos. Disponível em: acesso em:

MELLO, M, L. H. L. & MENDONÇA, L. M. V. O. R. **Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997

MOSS, A. **Les recueils de lieux communs : apprendre à penser à la Renaissance**. Genève, Droz, 1993

PALHA, A. **História da vida de Rui Barbosa**. 2ed, Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1954

PESSOA. A. **A casa de Rui Barbosa e sua contribuição à preservação e acesso de memória no Brasil**. Manuscrita, revista de crítica genética, n. 24, 2013.

PIRES, H. Rui Barbosa e os livros. Conferência na Casa de Rui Barbosa, a 5 de Novembro de 1938. 5ª edição, Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/924/1/Pires%2C%20Homero%20-%20Rui%20Barbosa%20e%20os%20livros.pdf>>. Consulta em: 10 de Jan. 2020.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. O espelho da nação: a “Antologia nacional” e o ensino de português e de literatura (1838-1971). **Tese de Doutorado**. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ROSÁRIO, M. J. A. do, & MELO, C. N. de. (2015). A educação jesuítica no Brasil colônia. **Revista HISTEDBR** On-Line, 15(61), 379-389. <https://doi.org/10.20396/rho.v15i61.8640534>

ROSIN, P.; CURCINO, L. Peculiaridades do exercício da função autor: uma análise discursiva de “mensagens compartilhadas” no Facebook. In: **Revista Estudos Linguísticos**. v. 44, n. 3, São Paulo, set-dez de 2015. p. 1155- 1167. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1046/648>

ROSIN, P. Peculiaridades do exercício da função autor em redes sociais: uma análise discursiva de ‘mensagens compartilhadas’ pelo Facebook. Universidade Federal de São Carlos (PPGL/UFSCar) 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9064>

SAENGER, P. A leitura nos séculos finais da Idade Média. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (orgs.). **História da Leitura no mundo Ocidental**. Vol. 1, São Paulo: Editora Ática, 1998. p. 147-184

SARGENTINI, V.; CARVALHO, P. V. A vontade de verdade no discurso: os contornos das *fake news*. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V. PIOVEZANI, C. Discurso e (pós)verdade, 2020. (no prelo).

SILVA, R. S. Controle remoto de papel: o efeito do zapping no jornalismo impresso diários. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

SOARES, M. B. **Ler, verbo intransitivo**. 2007. Disponível em: <<http://www.leiabrasil.org.br/leiaecomente/valeoescrito/magda.htm>> Acesso em: 10 mar. de 2009

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
BIBLIOTECA COMUNITÁRIA – DeCORE – Departamento de Coleções de Obras
Raras e Especiais
Rod. Washington Luis, Km. 235 – CP-676 – Bairro Monjolinho
Fone (16) 3351-8428 – São Carlos – SP – CEP-13565-905

LLR

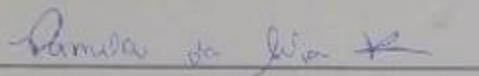
TÉRMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro para os devidos fins que utilizarei o material da Biblioteca Florestan Fernandes e do Fundo Florestan Fernandes (FFF), pertencentes à Biblioteca Comunitária/DeCORE da UFSCar somente para fins didáticos (fotografias, fragmentos de livros, fichas manuscritas e documentos em geral).

Documentos número: 4445; 6217; 4423.

Declaro estar ciente de que os créditos serão citados no seguinte padrão: UFSCar – Biblioteca Comunitária/DeCORE/Fundo Florestan Fernandes.

São Carlos, 26 de abril de 2016



Assinatura: Pâmela da Silva Rosin

APÊNDICE

Rui Barbosa

- Notas (31) – arquivo PI 14/1” (165 páginas). Disponível para consulta em < <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&pagfis=61828> > na base de dados da Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Notas (31) – arquivo PI 14/2” (115 páginas). Disponível para consulta em < <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&pagfis=61997> > na base de dados da Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Notas (31) – arquivo PI 14/1” (246 páginas). Disponível para consulta em < <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&pagfis=62259> > na base de dados da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Florestan Fernandes

- Fichas manuscritas sobre História da Literatura – Langlois (22 páginas/fichas). Disponível para consulta *in loco* no Fundo Florestan Fernandes no DECORE/UFSCar, composto de fichas manuscritas não encadernadas escritas à lápis, com enumeração feita pelo autor).
- Nôtas sobre aculturação (20 páginas). Disponível para consulta *in loco* no Fundo Florestan Fernandes no DECORE/UFSCar, composto de um caderno de capa dura, assinado e enumerado pelo próprio autor, escrito à lápis).
- Caderno III (185 páginas). Disponível para consulta *in loco* no Fundo Florestan Fernandes no DECORE/UFSCar, composto de um caderno de capa dura, espiral, assinado e enumerado pelo próprio autor, escrito à lápis e à caneta).